REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

Ano 23 • Número 23

2016

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

ano 23, número 23, 2016

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2016-2017

Presidente: *Neusa Fernandes*
Vice-Presidente: *Miridan Britto Falci*
1º Secretário: *Marco Aurélio Santos*
2ª Secretária: *Nelson de Castro Senra*
1º Tesoureiro: *Roberto Schmidt de Almeida*
2º Tesoureiro: *Carlos Whers*

Conselho Fiscal
Efetivos
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Lucia Helena Pereira da Silva
Fernando Tasso Fragoso Pires

Suplentes
Mary Lucy Murray Del Priore
Hildete de Melo Araujo
Salvador Mata e Silva

Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios

Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Viana Lyra
Roberto Guião de Sousa Lima

Ciências Auxiliares da História
Vera Lucia Botrel Tostes
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Ângela Ancora da Luz

Redação da Revista e/ou Anuário
Editores:
Paulo Knauss de Mendonça
Miridan Britto Falci
Conselho editorial:
Olinio Gomes P. Coelho
Surama Conde Sá Pinto
Rogéria de Ipanema

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

IHGRJ

ano 23, número 23, 2016

Rio de Janeiro
2016

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores Responsáveis
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça

Conselho Editorial
Angela Ancora da Luz
Olinio Gomes Paschoal Coelho
Surama Conde Sá Pinto
Rogéria de Ipanema

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

SUMÁRIO

Apresentação – 9

ARTIGOS

EM BUSCA DE MONSENHOR PIZARRO: BIOGRAFIAS E DISSERTAÇÕES – 15
Roselene de Cássia Coelho Martins

FAMÍLIAS DE ELITE: PARENTELA, RIQUEZA E PODER NO SÉCULO XIX – 29
Miridan Britto Falci

VÊM A TER OS TESTADORES MAIS PRAGAS QUE SUFRÁGIOS: OS ÚLTIMOS DESEJOS DE MANOEL NASCENTES PINTO († 1731) – 61
João Carlos Nara Júnior

O ARCO-CRUZEIRO DA IGREJA CONVENTUAL DE SANTO ANTÔNIO: SÍMBOLOS E PERDAS – 77
Magaly Oberlaender

AS DIFICULDADES DA REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA NO INÍCIO DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO AURELIANO PORTUGAL (1895) – 95
Nelson de Castro Senra

EFEMÉRIDES: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-JORNALÍSTICA – 119
Marco Santos

FAMÍLIA, RELIGIOSIDADE E SAÚDE PÚBLICA – O CEMITÉRIO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA DE VASSOURAS E SUA INTERDIÇÃO DURANTE A FEBRE AMARELA NO SÉCULO XIX – 129
Carlos Frederico Marques da Silva
Angelo Ferreira Monteiro

COMUNICAÇÕES

MANUEL NUNES VIANNA – 153
Neusa Fernandes

SALVADOR MATA E SILVA (ARACAJU, SE, 11.07.1943 – NITERÓI, RJ, 08.10.2016) – 159
Cybelle de Ipanema

FRANCISCO ALVES, O REI DA VOZ – 163
Sebastião Deister

CARIOCAS LETRADAS – 175
Ana Arruda Callado

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

DISCURSO DE POSSE DE NEUSA FERNANDES – PRESIDENTE ELEITA DO IHGRJ – 191
Neusa Fernandes

SAUDAÇÃO DE POSSE A HILDETE PEREIRA DE MELO E ANA MARIA DA SILVA MOURA – 199
Miridan Britto Falci

AS SUFRAGISTAS BRASILEIRAS: RELEGADAS AO ESQUECIMENTO? UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – 205
Hildete Pereira de Melo

RECEPÇÃO A DUAS NOVAS INTEGRANTES DO QUADRO SOCIAL – 221
Cybelle de Ipanema

NOS SALÕES DA VISCONDESSA DE CAVALCANTI – 225
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade

A PRINCESA D. ISABEL SOB O VÉU E O MANTO – 243
Maria de Fátima Moraes Argon

SAUDAÇÃO À MARIETA DE MORAES FERREIRA – 263
Surama Sá Pinto

A REINVENÇÃO DO RIO: O RIO NÃO É UM MUNICÍPIO QUALQUER – 273
Marieta de Moraes Ferreira

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XVII: INNOCÊNCIO SERZEDELLO CORRÊA – 285
Paulo Carneiro da Cunha
Carlos Eduardo de Almeida Barata

RESENHAS

CAVALCANTE, R.B.R.M, IRENILDA FERNANDES, NEUSA, MARTINS, ROSILENE DE CÁSSIA COELHO, *DICIONÁRIO HISTÓRICO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE*. RIO DE JANEIRO: IHGV, 2016 – 291
Adelto Gonçalves

FALCI, MIRIDAN BUGYJA BRITTO. *A CASA ROSA DO LEBLON; VIDA E COSTUMES DE UMA FAMÍLIA DO SÉCULO XX*. RIO DE JANEIRO: IMPERIAL NOVO MILÊNIO, 2016. 280P. IL. – 297
Paulo Knauss

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO DE 2016 – 307
QUADRO SOCIAL – 315
FUNDADORES – 319

NORMAS DE PUBLICAÇÃO – 325

APRESENTAÇÃO

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* completou, em 2016, os 23 anos de publicação.

Iniciada em 1987, recebeu em 2002 a honra de ter sido incluída no sistema de julgamento e apreciação de produção acadêmica, o sistema Qualis, obtendo a avaliação *A Nacional*. Hoje, sob os auspícios da produção por meio do governo do Estado do Rio, comporta estudos de sócios e outros interessados na história e, consequentemente, na pesquisa de fatos, personagens, lugares, etc., da nossa cidade do Rio de Janeiro.

O número 23 contempla temas diversificados, biografias, estudos de caso, estudos arqueológicos, comportando *artigos* (frutos de estudos aprofundados e/ou parte de teses), *comunicações* (frutos de palestras ou falas, com conteúdo mais restrito) e *pesquisa genealógica*. E são estudos e análises tanto do período colonial, imperial quanto republicano.

Como *artigos* começamos pelo texto de Roselene Martins, que informa sobre a figura notável do *Monsenhor Pizarro* e suas pesquisas sobre o Rio de Janeiro. Seguem-se: o trabalho de Miridan Falci: *Famílias de Elite, parentela riqueza e poder*; o trabalho de João Carlos Nara Jr., intitulado *Vêm a ter os testadores mais pragas que sufrágios: os últimos desejos de Manoel Nascentes Pinto;* de história e Arqueologia sobre o testamento de Manoel, importante potentado do período colonial ligado à Igreja de Santa Rita, no centro da Cidade do Rio e a importância do simbolismo rococó naquele templo; o belo estudo sobre o *Arco-Cruzeiro da Igreja conventual de Santo Antonio:-símbolos e perdas*, por Magaly Oberlaender, o estudo de Nelson Senra sobre *As dificuldades da repartição de estatística no início do antigo distrito federal, segundo Aureliano Portugal*; a reflexão de Marco

Santos do que é *Efemérides*: *uma construção histórico-jornalística*; e, finalmente, o trabalho de Carlos Frederico Marques da Silva e Angelo Ferreira Monteiro sobre a *Família, Religiosidade e Saúde Pública,– o cemitério da irmandade de nossa senhora da conceição da freguesia de vassouras e sua interdição durante a febre amarela no século XIX*.

Como *Comunicações,* fruto de uma palestra ou fala ou no IHGRJ ou em outra instituição, apresentamos, de Ana Arruda Callado, *Carioca Letradas,* sobre importantes escritoras que pontificaram nesta cidade; de Neusa Fernandes, a comunicação *Manuel Nunes Viana*, potentado do inicio do século XVIII que possuía enorme riqueza em Minas e em várias regiões entre o Rio e Salvador; por Cybelle de Ipanema, as lembranças do confrade e amigo Salvador Mata e Silva, recentemente falecido; de Sebastião Deister sobre *Francisco Alves, o rei da voz.*

Continuando a nossa série de genealogia sobre os prefeitos que governaram a cidade do Rio de Janeiro, retomada em 2015, trouxemos a família do prefeito Inocencio Serzedelo Correa, elaborada em conjunto por Paulo Carneiro da Cunha e Carlos Eduardo de Almeida Barata. A parte de Paulo Carneiro da Cunha foi revisada pelo sócio Victorino Coutinho Chermont de Miranda.

Como no ano de 2016 iniciou-se a nova Diretoria (2016-2018), providenciou-se a posse de vários sócios eleitos em 2015. Tomaram posse e foram saudados, segundo as praxes costumeiras, Ana Maria da Silva Moura, Hildete de Melo, Marieta de Moraes Ferreira, Vera Cabana Andrade e Fatima Argon. Seus discursos de posse e de saudação se incorporaram também à *Revista*.

A *Revista* trouxe ainda o quadro de todos os sócios patronos e seus ocupantes nesses 57 anos de existência, trabalho de enorme significação como informação da vida desse instituto.

Como de praxe, a *Revista* apresenta o relatório ou conjunto das atividades ocorridas durante o ano de 2016, no tocante às palestras de sócios e convidados, ou assembleias e reuniões.

Contempla o número as resenhas: do livro *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense* de Irenilda Cavalcante, Neusa Fernandes e Roselene Martins, elaborada por Adelto Gonçalves; do livro *A Casa rosa do Leblon,* de Miridan Falci, elaborada por Paulo Knauss, que foi acrescida de um estudo dos bairros cariocas.

As contribuições, por certo, despertarão o interesse de leitores e, quem sabe, ensejarão novos colaboradores para a *Revista*.

Miridan Britto Falci

Diretora da Revista
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

ARTIGOS

EM BUSCA DE MONSENHOR PIZARRO: BIOGRAFIAS E DISSERTAÇÕES

Roselene de Cássia Coelho Martins[1]

Monsenhor Pizarro, nome comumente atribuído a José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, viveu entre os séculos XVIII e XIX em parte na cidade do Rio de Janeiro, sua cidade natal. Nascido em 12 de outubro de 1753, filho do coronel Luiz Manuel de Azevedo Carneiro da Cunha e Maria Josepha de Souza Pizarro, mudou-se para Portugal em 1769 a fim de ingressar na Universidade de Coimbra, onde se especializou em Cânones, no qual foi diplomado. (GALDAMES, 2007, p.1)

Já ingresso na Igreja Católica, em 1780 passou a ocupar a 6ª Cadeira do Cabido do Rio de Janeiro. Seis anos após, solicitou permissão para integrar o quadro de comissário do Santo Ofício.

Sua história foi marcada pela relação com a Coroa portuguesa e a Santa Sé, assim como alguns de seus familiares ascendentes. Pelo lado paterno, participaram das forças armadas da Coroa portuguesa. Pelo materno, ligaram-se à Igreja Católica. Ou seja, Coroa e Igreja Católica estavam presentes em seu seio familiar e, não diferente disso, monsenhor Pizarro vivenciava em seu cotidiano o Padroado, que consistia na submissão da Igreja à Coroa Portuguesa. Na análise de Galdames, nesse embate de poder, a Coroa tinha em Pizarro um aliado, muito mais do que poderia contar a Igreja Católica.

---

[1] Roselene Martins é Mestra em História pela Universidade Severino Sombra, consultora em História para pesquisas em Arqueologia urbana, professora de História da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ e do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV.

Em 1792, foi eleito prioste pelo cabido e dois anos mais tarde representou o bispo em duas visitas pastorais (em 1794 e 1799), viajando pelo bispado do Rio de Janeiro. (BARBOSA, 1908: p. 280) Após as visitas, partiu para Portugal, onde recebeu do príncipe-regente D. João o hábito da Ordem de Cristo como mercê pelos serviços militares prestados por seu pai até o posto de tenente-coronel. Foi nomeado cônego da Santa Igreja Patriarcal, em 1802. (LACOMBE *apud* GALDAMES: 2007, p.17)

Em 1808, Pizarro voltou ao Brasil na mesma embarcação em que viajou a Família Real para o Brasil. A partir de então, observa-se a intensa participação de Pizarro em cargos eclesiástico-administrativos instituídos na terra brasileira pela Coroa portuguesa. Como exemplo, D. João VI criou a Mesa da Consciência e Ordens e nomeou Pizarro procurador-geral das três ordens militares. O cargo lhe possibilitou poderes de emitir pareceres em variadas esferas relacionados à Igreja Católica no Brasil, permitindo-lhe inclusive controlar variados setores de ordem eclesiástica. Foi indicado monsenhor presbítero, com o título de tesoureiro-mor e também de arcipreste da Real Capela do Rio de Janeiro. Também recebeu o título do Conselho do Supremo Tribunal de Justiça e foi condecorado com a distinção de Cavaleiro da Ordem da Torre e da Espada. Foi deputado da Mesa de Consciência e Ordens em 1821. (BLAKE: 1970, p. 211)

Em 1821, tornou-se deputado da Mesa de Consciência e Ordens.

Em 1826, foi eleito deputado da primeira legislatura. Como suplente, teve a oportunidade de ocupar a cadeira quando o então deputado D. José Caetano da Silva Coutinho foi escolhido para o Senado pelo imperador D. Pedro I. Na Câmara, foi orador e cuidador do cerimonial quando o imperador visitou a Casa e eleito presidente da mesma por pouco tempo. (BARBOSA: 1908, p. 281) Legislou, em parte, sobre assuntos seculares e outros referentes ao eclesiástico. Em 1828, aposentou-se do posto de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Faleceu aos 77 anos, no Rio de Janeiro, vítima de um infarto fulminante quando passeava pelo Jardim Botânico. Barbosa afirma

que sua passagem deu-se em 1830. Galdames afirma ter encontrado informações imprecisas a respeito da data, indicando os anos de 1829 e outros em 1830.

Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil é a sua obra mais conhecida. Porém há também a *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro... de 1565 a 1796* e *Obras Relativas a negócios eclesiásticos do Brasil,* 2 vols. In fol., pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Obra inédita, segundo Sacramento Blake. (GALDAMES, 2007, p. 3)

A obra *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* nasceu beneficiada pelos levantamentos realizados pelos também clérigos Henrique Moreira de Carvalho, José de Souza Marmelo e José Joaquim Pinheiro e suas *Memória dos prelados e dos bispos.* (IPANEMA, 2002: p. 141) Segundo Pizarro, *Memórias do bispado do Rio de Janeiro,* elaborada por José Antônio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro entre 1725 e 1740, foi a obra que ensejou suas *Memórias Históricas...* Tratava-se de um conjunto de escritos pastorais, elaborados a partir de visitas realizadas por Guadalupe ao bispado do Rio de Janeiro, o que pode ser visto hoje como uma prática religiosa e também um gênero literário. (SANTOS, 2006: p. 3) Monsenhor Pizarro informou no preâmbulo de *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* como surgiu o desejo de continuar a árdua busca de informações a respeito do bispado, projeto que D. Guadalupe não conseguiu levar a cabo.

O desejo de Pizarro, tal como o de Guadalupe, era reunir as memórias do bispado do Rio de Janeiro. Suas memórias compreenderam o conjunto de informações obtidas em duas visitas diocesanas (1794 e 1799), em documentos elaborados pelos poderes eclesiástico e oficial do governo da Coroa portuguesa no Brasil. (PIZARRO, 1845, p. 19) Não satisfeito em abordar somente as memórias do Rio de Janeiro, teceu "narrações" referentes também a outras províncias.

O trabalho de Pizarro vai além de memórias. Em suas visitas pastorais, teve a oportunidade de inventariar objetos sacros, obras de arte encontradas nas igrejas que visitou. Essa coletânea de arte sacra

ensejou uma publicação de dois volumes intitulada *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro.*

Num total de nove volumes, Pizarro fez imponente obra ao narrar as memórias da cidade do Rio de Janeiro, resultado de muita pesquisa, na qual encontram-se fatos históricos desde a sua fundação, bem como expôs dados levantados nos arquivos eclesiásticos e oficiais da Coroa portuguesa. Não se pode negar o quanto de história "oficial" está impregnado tal material que considerou relevante e que legaria às futuras gerações.

Os nove livros, tendo sido o primeiro impresso em 1820 e o último em 1822, encontram-se divididos em capítulos que, por sua vez, subdividem-se em subtítulos. (BARBOSA, 1908: p. 280) Da Impressão Régia saíram os cinco primeiros livros, em 1820, e os demais da Tipografia de Silva Porto & C. Os quatro restantes saíram em 1822. (IPANEMA, 2002: p. 142)

Cybelle de Ipanema proporcionou-nos o conhecimento do índice dos volumes das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, podendo-se observar que os livros trazem referências a fatos políticos relacionados à cidade, província e também de outros estados do Brasil, memória da administração do bispado e memória política de governadores da província do Rio de Janeiro. (IPANEMA, 2002: p. 145-160) No livro VIII dedicou-se às memórias das províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento.

Para tecer uma biografia de Pizarro é possível recorrer à documentação encontrada nos arquivos do "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional, no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Central do Gragoatá, no Centro Cultural do Banco do Brasil e, ainda, no Arquivo da Cúria de Niterói". (GALDAMES, 2007: p. 9) Na Cúria Metropolitana encontra-se o livro das visitas pastorais realizadas por Pizarro em 1794. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontra-se a *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro,*

de 1565 a 1796 (PIZARRO, 1900, p. 93-153), publicada na *Revista do IHGB*, além das *Obras relativas a negócios eclesiásticos do Brasil.* (GALDAMES, 2007: p. 10) *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas a Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil,* reeditada em 1845, está disponível em formato digital na rede de informações.

O primeiro a biografar Monsenhor Pizarro foi o seu contemporâneo e colega de legislatura, deputado Januário da Cunha Barbosa. Em breve biografia, considerou Pizarro

> *um eclesiástico respeitável, um juiz íntegro, um escritor severo, que tirou do esquecimento e da desordem dos nossos arquivos, suas Memórias Históricas, em que vive para a glória dos brasileiros.*

Chamou a atenção para o que considerou um dos pontos importantes ressaltar a respeito da metodologia de Pizarro: a crítica escrupulosa na verificação dos fatos, confrontação de datas e investigação da verdade. (BARBOSA, 1908: p. 275-276)

Já Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, em *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, recomenda a leitura da obra *Memórias Históricas*... "pelo cunho da verdade, pela abundância e riqueza de documentos em que se baseia, principalmente no que diz respeito à igreja". (BLAKE, 1970: p. 211-2) Américo Jacobina Lacombe também biografou Monsenhor Pizarro em 1949. Classificou-o como *"um bibliógrafo e colecionador, reconhecendo a importância dos livros e da escrita."* (LACOMBE *apud* MAIA, 2014: p. 42)

Moraes ressalta em Pizarro o pesquisador apaixonado por arquivos e documentação. Dentre eles destaca a utilização dos registros de Câmaras e do Senado, dos conventos, manuscritos, livros impressos, catálogos organizados por clérigos, documentos civis e lançando mão inclusive da história oral. (MORAES *apud* MAIA, 2014: p. 42)

Alguns dos biógrafos de Pizarro detiveram-se em sua obra *Memórias Históricas*... ao analisar o perfil do Monsenhor Pizarro. Diferentemente dessa tendência, Galdames teceu sua biografia baseada

também na trajetória da vida política de Pizarro, analisando suas ações quando ocupou cargos políticos eclesiásticos ou oficiais. A partir de então traçou seu perfil, verificando sua postura estreitamente ligada ao poder leigo e eclesiástico. Galdames informa também dados sobre a vida pessoal de Monsenhor Pizarro, interessantes de serem pesquisados. (GALDAMES, 2007, p. 2-3)

Frequentemente, dissertações de Mestrado contribuem para novos olhares a respeito de Monsenhor Pizarro e sua obra. A busca ocorre em diferentes áreas de conhecimento, principalmente no campo da memória.

Em 2007, Francisco Javier Müller Galdames apresentou sua dissertação à banca do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de mestre em História, com o título *Entre a cruz e a coroa: a trajetória de Monsenhor Pizarro (1753-1830)*. Seu objetivo era investigar, como frisou no título, a trajetória da vida religiosa e política de Pizarro e não apenas a análise de sua obra. Em sua introdução, relata como teve o contato com a obra e com a personagem e o quanto se sentiu atraído pelo biografado por sua singularidade ao representar o comum, o cotidiano da mentalidade colonial, representando o Antigo Regime português na colônia, no momento em que se falava em Ilustração na Europa. Na contramão do reformismo ilustrado, Galdames observou em Pizarro a contradição do sistema por meio das permanências que se manifestavam. A partir daí, buscou entender as relações entre Coroa e Igreja no Brasil e como instituições arcaicas contribuíram na construção da mentalidade colonial brasileira.

Tece críticas à obra *Memórias Históricas*... considerando-a "mal ordenada e de, às vezes, conter algumas imprecisões". (GALDAMES, 2007, p. 2) Quanto ao homem Pizarro, observa o momento em que esteve inserido e analisa suas relações com clérigos e seculares, bem como o seu envolvimento com o poder. No primeiro capítulo de sua dissertação, o historiador investigou o homem no seu tempo, sua vida e as visitas que levaram à escrita das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. No segundo capítulo, dedicou-se à sua obra e atuação

na Mesa de Consciência e Ordens. No terceiro capítulo, deteve-se na sua atuação política na Primeira legislatura da Câmara (1826-1829).

Galdames observou

> *o quão paradigmático foi Mons. Pizarro (...). Possuidor de uma historicidade singular, Pizarro sabia muito bem agir conforme os interesses mais vantajosos. Portanto, nem sempre obedecia às regras e hierarquias clericais;(...).*

Observou também que o regalismo e as relações clientelares estabelecidas pelo monsenhor permitiram que "as portas da corte lhe fossem abertas", tornando-se um hábil conhecedor da administração pública e muito próximo à Família Real. *(*GALDAMES, 2007, p. 13-18) Apesar de observar no seu biografado vícios de um homem do Antigo Regime ao buscar notoriedade e reconhecimento por meio de mercês e privilégios, Galdames também o considerou um ilustrado pela sua capacidade de construir novas ideias, para além do mundo oral.

Ou seja, Galdames o vê como um homem de seu tempo, observante dos princípios monárquicos e corporativos. Criativo, mas fiel à Coroa muito mais do que à Igreja, o que não o permitiu ir além do que o sistema lhe permitia. Tal postura rendeu-lhe benesses, privilégios e honras.

A biografia tecida por Galdames, baseada em múltiplas fontes – algumas delas encontram-se em anexo na dissertação – mostrou, por meio de Pizarro, uma sociedade que mesmo independente em 1822, não conseguiu relegar ao passado traços da dependência do Estado em relação à Igreja.

Outro historiador, Hernan Venegas Marcelo, em *A noção de Patrimônio no Brasil Impéri*o, estuda o patrimônio histórico no Brasil anteriormente à criação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. (MARCELO, 2013: p. 135-146) O historiador deteve-se na análise da concepção de patrimônio no século XIX, principalmente no período imperial brasileiro. Como não existia

no período uma política pública de preservação do patrimônio, buscou perpassar pela noção de patrimônio histórico em torno dos monumentos históricos presentes nos resgates de memórias – principalmente relacionadas à Igreja Católica. Nesse contexto, o historiador considerou Monsenhor Pizarro o representante da época.

Para Marcelo, tanto Pizarro como Manoel de Araújo Porto-Alegre, considerados por ele intelectuais, personificam as propostas de construção teórica do patrimônio baseados em monumento e arte, vistos como sinônimos de civilização. Marcelo considerou Pizarro um dos importantes intelectuais, que por meio de suas memórias, fizeram da escrita a forma de expressão que se relacionou à invenção do próprio conceito de Brasil. Entende que "A testemunha física dos traços de civilidade da jovem nação brasileira foram os monumentos históricos e de cujas representações cuidaram os letrados", reforçando o caráter histórico e civilizatório. (MARCELO, 2013: p. 143)

Já Cleisa Maia analisa o processo de construção do patrimônio "de pedra e cal" de caráter religioso, no período anterior à criação do SPHAN, no Estado Novo. Na dissertação para fins de obtenção do título de Mestre, investiga a existência da noção de patrimônio nas memórias históricas oitocentistas, no momento da criação do Estado Nacional e da necessidade de reconhecimento da herança patrimonial, interligada aos conceitos de identidade e brasilidade. No momento em que intelectuais estavam dispostos a levantar os elementos constituidores da brasilidade e buscavam os seus símbolos, um determinado grupo de reformistas ilustrados, ligados à estrutura da Coroa portuguesa no Brasil ,desvelou-se em defender um projeto de nação promovido a partir do resgate do passado luso-cristão. Para tais fins, Monsenhor Pizarro e Manuel Araújo Porto-Alegre foram selecionados como representantes de um conjunto de elementos associados às instituições tradicionais, contemporâneos dos eventos da jovem nação brasileira. (MAIA, 2014: p. 1-124)

Nesse contexto, Maia identifica na escolha da obra de Pizarro um resquício das práticas arcaicas, pois o mesmo desejava construir uma "história perfeita para o continente brasiliense", consideran-

do também que "a herança" levantada pelo autor de *Memórias históricas*... reforçava a imagem do governo português no Brasil. Pela "forma que elabora suas 'memórias' estaria mais afeita a um cronista adepto à tradição antiquária". Entretanto, tais memórias permitiram identificar a concepção de patrimônio nos momentos pré e contemporâneo à independência do Brasil. (MAIA, 2014: p. 28)

Maia também registra a paixão de Pizarro pelos arquivos e pesquisas documentais, entre as quais documentos eclesiásticos e oficiais. Sobre a vida de Pizarro pouco se deteve, interessando-se mais por sua obra, focando na análise que pretendeu realizar. Destaca em Pizarro a personificação da união entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica dos tempos coloniais e como tal postura rendeu-lhes prestígio e dinheiro.

Quando analisa a obra de Pizarro, identifica que a materialidade é o que levaria ao vínculo história e posteridade, visto que ressaltava a importância das antiguidades e dos monumentos religiosos. Para tanto, Pizarro catalogou e selecionou artefatos materiais que julgou exemplares para constar em seu inventário, sendo os mesmos representativos também da presença lusa no Brasil.

Quanto à noção de monumento, Maia observa que a mesma encontrava-se atrelada ao valor histórico do bem material que serviria de testemunha da história e sua preservação,

> *sob a égide do Estado monárquico residia na necessidade de perpetuá-los, deixando-os à posteridade como herança civilizatória, representativa do projeto de nação que começava a se configurar nos trópicos. (MAIA, 2014: p. 46)*

Em sua análise, Maia destaca o quanto a obra *Memórias Históricas*... serviu de base para trabalhos de outros. Araújo Porto-Alegre, contemporâneo à publicação da mesma, afirma que com o tempo a obra de Pizarro tornou-se referência da historia da cidade do Rio de Janeiro e de outras províncias a partir do momento em que identificou os seus "monumentos". Maia ressalta a importância de Pizarro no século XIX, momento em que o IHGB voltou-se para o autor, suas

biografias proliferando-se e resultando na reedição de sua obra pelo Ministério da Cultura, já nos meados do século XX.

Outra dissertação de mestrado, de Aguimar R. Bruno, também levou a Pizarro. Ou melhor, Pizarro levou Bruno a conhecer mais a respeito da região do município de Piraí – RJ, ao pesquisar as práticas fúnebres desenvolvidas pela irmandade SS. Sacramento do referido município. Dentre as fontes consultadas para a elaboração da sua pesquisa, Bruno visitou fontes primárias, compromissos confraternais, registros paroquiais de óbitos, testamentos, inventários, visitas pastorais, atas da Câmara entre outros. A obra de Pizarro encontra-se entre elas, pois Pizarro, em suas visitas pastorais, esteve na vila de São João Marcos e descreve a região que hoje se localiza próxima ao município de Piraí. Bruno declara que Pizarro fez relatório minucioso aos seus superiores eclesiásticos no qual informou a situação política, social, econômica e religiosa de Piraí. Os dados levantados por Pizarro na região foram importantes para a pesquisa de Bruno, sendo o monsenhor citado em diversas páginas de sua dissertação. (BRUNO, 2015: p.1-124)

Cumpriu-se em Bruno, a exemplo de outros mais, o que Monsenhor Pizarro escreveu no preâmbulo de sua obra *Memórias Históricas...*

> *Persuadido por último a ser útil à História (...), ocupando-me mais em coligir os subsídios, que devem servir de base a quem, com pena culta, destra, hábil e judiciosa, convier a composição de uma História. (PIZARRO, 1820: p. XV)*

Afirmou sua intenção de extrair "quanto foi possível a formar a presente coleção de Memórias, que podem ser profícuas a quem escrever a História deste país." (PIZARRO, 1820: p. XI) Interessante analisar o quanto ressaltava sua intenção.

Não é de interesse nesse artigo discutir algumas das citações de Pizarro no mesmo preâmbulo tais como "História perfeita" ou a "verdade, ídolo principal da História", ou como deveria ter tratado suas fontes, bem como a ausência de análise crítica das mesmas. Tam-

bém não é de intenção aqui analisar sua aproximação com dois polos de poder na época Colonial – Coroa e Igreja Católica –, nem seus interesses ao estabelecê-lo. Não cabe aqui discutir o quanto selecionou suas "memórias" em meio a tanta documentação que concebia como importante para que fosse preservada e servisse à História, ou também se ele foi cronista, memorialista ou historiador – esse ele mesmo não se considerava como tal.

Interessante observar que tratava suas fontes como "monumento" e foram esses que o levaram a fazer parte dessa História ao oportunizar a historiadores a acessar dados que talvez hoje já não pudessem ser consultados e a discutir a sua importância nessa história.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia 1820-1822***.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898 Acesso em 13/01/2017

BARBOSA, Januário da C. Biografia dos brasileiros distintos pelas ciências, letras, armas e virtudes – Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. In: *Revista do IHGB*, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BLAKE, S. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. vol. 5. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295750#page/1/mode/1up Acesso em: 02/01/2017

BRUNO, Aguiomar Rodrigues. *A irmandade do Santíssimo Sacramento e as elites da vila de Piraí: o papel dos funerais na ostentação do poder – um estudo de caso das irmandades no Vale do Paraíba Fluminense*. 2015. 118 p. Dissertação (Mestrado em História; Relações de Poder e Cultura). Instituto de Ciências Humanas e Sociais,

Universidade Federal Rural do Rio de janeiro, Seropédica, RJ, 2015. Disponível em: http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/pphr/files/2015/05/Aguiomar-Rodrigues-Bruno-disserta%C3%A7%C3%A3o-final-.compressed.pdf Acesso em: 10/01/2017

GALDAMES, Francisco Javier Müller. *Entre a Cruz e a Coroa: a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830).* 2007. 534 p. Dissertação de Mestrado em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_GALDAMES_Francisco_Javier_Muller-S.pdf Acesso em: 12/01/2017

IPANEMA, Cybelle de. Monsenhor Pizarro e as memórias históricas do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. a. 163, n. 415, abr/jun. Rio de Janeiro: IHGB, 2002.

LACOMBE. Monsenhor Pizarro. In: *Revista Verbum*, v.6, fasc. 1. Rio de Janeiro, PUC, março de 1949.

MAIA, Cleiza Deccache. *Românticos, cardeais e literatos: um olhar histórico para algumas narrativas de Nação e Brasilidade em torno da ideia de Patrimônio.* 2014. 124 p. Dissertação de Mestrado em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss349.pdf Acesso em: 14/01/2017.

MARCELO, Hernan V. A noção de Patrimônio no Brasil Império**.** In: *PASOS. Revista do Turismo y Patrimônio Cultural.* vol. 11, nº 1. 2013. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/11113/PS0113_10.pdf Acesso em 15/01/2017

MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo Revisitado. In: *Estudos Históricos.* vol. 1, n. 2, Rio de Janeiro, 1988.

SANTOS, Beatriz Catão C. O santo bispo. In: *Revista TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n13/2237-101X-topoi-7-13-00300.pdf Acesso em: 14/01/2017.

Resumo

O presente artigo disserta sobre as biografias e algumas pesquisas acadêmicas que versam sobre a vida e a obra de Monsenhor Pizarro (1753-1830). Para tanto, foram selecionados aleatoriamente pesquisas que trouxeram maiores informações oportunizando conhe-

cer o perfil do homem, clérigo, político e suas obras por meio dos múltiplos olhares de biógrafos e pesquisadores.

Palavras-chave: Monsenhor Pizarro; pesquisas; biografias.

Abstract

This article deals with biographies and some academic research on the life and work of Monsignor Pizarro (1753-1830). In order to do so, we randomly selected researches that provided more information, allowing us to know the profile of the man, cleric, politician and his works through the multiple perspectives of biographers and researchers.

Keywords: *Monsignor Pizarro; researches; biographies.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

FAMÍLIAS DE ELITE: PARENTELA, RIQUEZA E PODER NO SÉCULO XIX[1]

Miridan Britto Falci[2]

Quando iniciamos nossas atividades de magistério e pesquisa no curso de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra, recém-criado em Vassouras, (2000-2009),tomamos conhecimento de um excelente centro de documentação histórica. O CDH, da USS, guardava inventários, testamentos, livros de notas, livros cartoriais, processos-crime, livros paroquiais de batismo e casamento, diários de fazendeiros, etc. Alguns tinham sido analisados e usados por STEIN em seu clássico[3], Vassouras, de 1973, e por pacientes pesquisadores locais.

A criação do Mestrado em História formou inúmeros alunos interessados na história do vale e do café ou mesmo nos costumes do local. Urgiam projetos específicos sobre essa região. Assim, várias dissertações sob nossa orientação e colaboração debruçaram-se sobre o assunto[4]. Este artigo é parte de pesquisa inicial sobre as famílias locais[5].

---

[1] Este artigo é parte de um Projeto de Pesquisa aprovado pela Capes e inicialmente desenvolvido na Universidade Severino Sombra, no então Programa de Mestrado daquela Universidade,em 2000. Agradeço à professora Ana Maria Leal pelas pesquisas que me ajudaram nessa elaboração do projeto.

[2] Pós-Doutora em História pela EHESC (Paris).Professora de História da UFRJ e da Universidade Severino Sombra. Sócia emérita do IHGRJ. Sócia titular do IHGB. Sócia do Colégio Brasileiro de Genealogia.

[3] STEIN. Stanley. *Vassouras – um município brasileiro de café, 1850-1910*. 2ª. ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

[4] Ver Catálogo de Dissertações do Curso de Mestrado em História, 1997-2005, FUSVE-USS, organizado por nós:

[5] Participamos na orientação e colaboração em dissertações de ALMEIDA, Ana Maria Leal. *Da casa e da roça: a mulher escrava em Vassouras no século XIX,*

Vassouras, chamada "Princesa do Café", ou "A cidade dos barões", foi, além de uma importante cidade fluminense situada fora das grandes vias de comunicação, um exemplo de como uma nobreza agrária, no século XIX, constituída pelos prósperos fazendeiros do café, se une para criar um expressivo centro urbano, e que se transforma "na mais culta e aristocrática entre todas as cidades do café"[6]. Vassouras foi "obra exclusiva da vontade humana", diz Lamego.

Em Lamego[7] encontramos, mais de uma vez, a informação da influência dos fazendeiros no desenvolvimento dos centros urbanos; pois o incremento da ocupação fez necessária a criação de uma vila que centralizasse a zona onde se desenvolviam inúmeras fazendas. É certo que existia ao lado de Vassouras, a vila de Pati do Alferes (de 1820), mas como esta crescia raquítica pela ação contrária de vários proprietários e da "prepotência do primeiro capitão-mor Manoel Francisco Xavier", Vassouras se desenvolve "fruto de encontro dos mais enérgicos e progressistas elementos descidos de Minas ou subidos do Rio", sendo criada como Vila de Vassouras, por decreto de 15 de janeiro de 1833, com "extinção da decadente Pati".

Várias são as asserções, defendidas por diversos autores, quanto à penetração no território do atual município de Vassouras. Segundo José Matoso Maia Forte[8], houve dois pontos de penetração:

Vassouras,USS, 2001; GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não. História de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Leras, 2005, BORGES, Magno Fonseca. Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira. Vassouras – 1821-1850. Mestrado USS. 2006; MONTEIRO Ferreira, Angelo. *Redes de sociabilidade em Vassouras no século XIX; o caso Benatar.* Dissertação de mestrado, 2005, e editado em 2007. SANTOS, Adelci Silva dos. *À sombra da fazenda: a pequena propriedade agrícola na economia de Vassouras oitocentista*. Dissertação mestrado USS,1999;. SILVA,Sidney Pereira da . *As relações parientais entre escravos: o batismo de escravos em Valença.* Dissertação de Mestradc, in (FALCI, org.) *Gênero e Escravidão*, /Rio, Gráfica Fátima Franklin, 2009.

[6] LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra,* Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira; 1963, 2ª ed.p. 137.

[7] *Ibidem*, p. 146.

[8] FORTE, José Mattoso Maia. *Vassouras de Ontem.* Rio de Janeiro: Cia. Brasilei-

o Caminho Novo das Minas, em direção às margens do Rio Paraíba e, através de Sacra Família, o Caminho Novo do Tinguá, em cujo extremo se erigiu a Vila, depois cidade de Vassouras. O primeiro foi atribuído a Garcia Rodrigues Pais, filho do lendário "caçador de esmeraldas", Fernão Dias Pais.

Embora haja divergências ao assinalar a direção que esses caminhos tomaram, o que parece certo

> *... é que as primeiras penetrações no atual Município de Vassouras tiveram início com a exploração de Garcia Rodrigues Pais para chegar ao Rio de Janeiro, sendo o primitivo nome do local designado por "Caminho Novo de Minas".*[9]

Corroborando com essa assertiva, encontramos em Sonia Sant'Anna, o seguinte:

> *Dom Garcia Pais se encarregou de construir, à própria custa, o Caminho Novo... ligando Minas Gerais diretamente ao litoral, evitando o desvio por São Paulo e, como paga desse serviço, o rei concedeu-lhe, e a cada um de seus doze filhos, muitas sesmarias ao longo da estrada e o direito de passagem dos rios Paraíba e Paraibuna. A extensão dessas terras era tamanha que nem mesmo os donos conheciam-lhe todos os recantos.*[10]

Na década de 1820 abriram-se duas variantes do Caminho Novo: a Estrada do Comércio, que partia de Iguaçu Velho e atravessava o rio Paraíba por Massambará, em vez de Paty do Alferes, e a Estrada da Polícia, que passava por Desengano (Juparanã) em direção ao Rio Preto. À sua margem fundaram-se as vilas de Valença, em 1819 e Vassouras, em 1833.

Se para Matoso as serras foram o maior obstáculo a ser enfrentado pelos desbravadores, para Alberto Ribeiro Lamego foram "as

---

ra de Artes Gráficas, 1975, p.73.

[9] *Ibidem*, p. 74/75.

[10] SANT'ANNA, Sonia. *Barões e Escravos do Café: uma história privada do Vale do Paraíba.*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.21.

vastas selvas intransponíveis, entre os campos de mineração e o litoral do Rio de Janeiro, a mata tropical com seus perigos ocultos e a dificuldade de transpô-la"[11], que vão determinar, na serra, o caminho para a ofensiva do café. Mas também ele reconhece a enorme importância estratégica do caminho traçado por Garcia Pais "através da brenha e da montanha". Mais adiante complementa que, não tendo o desbravador chegado ao melhor ponto para a travessia do Rio Paraíba, "de 1819 a 1820, a Junta do Comércio do Rio de Janeiro, a fim de facilitar o tráfego com a região do noroeste fluminense e do sul e oeste mineiros"[12] mandou executar uma estrada, que passava por Vassouras e chegava ao Paraíba no local ainda hoje conhecido por Comércio.

Entre os mais antigos povoadores de Vassouras estavam os mineiros, que vieram de S. João del Rei e Barbacena para a "Floresta do Rio", com capital suficiente para fornecer crédito aos primeiros fazendeiros de café, para a aquisição de escravos. Terras e escravos são os bens que possuo – palavras que abriam os testamentos no século XIX.[13]

A importância de Vassouras no contexto regional e do Brasil

Vários motivos contribuíram para Vassouras ter sido conhecida como uma importante fonte de pesquisa para explicação do poder regional: além da produção do café, predominava uma grande engrenagem familiar e ali surgia a questão da rede ferroviária[14]. Neste artigo

---

[11] LAMEGO, *op. cit*. p. 133.

[12] *Idem*. &. FALCI, Miridan. *Histórias de Municípios do Rio de Janeiro: os municípios da região serrana centro-fluminense, origens, história e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 2000, pp. 93-108

[13] Trabalhar com inventários e testamentos tem sido o objetivo de vários historiadores desde Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre em décadas antigas. Nas décadas de 1970 até 1990, a historiografia, alimentada pelo grupo uspiano liderado por Maria Luiza Marcilio, Elizabeth Kusnezoff (no qual eu me incluo) e grupo da Universidade Federal FLuminense, voltou a atenção para essa documentação, como Mariana Muaze. *As memórias da Viscondessa.* Zahar, 2008.

[14] Livros, teses, monografias têm sido elaborado procurando descrever essa re-

nos restringiremos à nominação e importância de algumas famílias. Sobre a importância da estrada de ferro já citava, há quase 20 anos, o nosso STEIN:

> *Os fazendeiros, que se estabeleceram com grandes lavouras em Vassouras, enviavam diversas vezes por ano*
>
> *... seu trem de carga de mula (tropa) sob responsabilidade de um arreador e tropeiros escravos no difícil e freqüentemente perigoso trajeto para a capital. Era evidente a urgência de uma estrada de ferro que viesse suprir essa necessidade de transporte. E já se inicia a atuação dos vassourenses na solução dos problemas da comunidade.*[15]

Encontramos em Augusto de Carvalho

> *Cabe à cidade de Vassouras o maior quinhão de glória na organização de nossa principal empreza neste gênero (estradas de ferro), sendo exclusivamente os próprios estudos para este melhoramento feitos às expensas de seus activos e generosos habitantes. Dentre elle cumpre lembrar com estima os nomes do dr. Joaquim José Teixeira Leite, seus irmãos, e do dr. Caetano Furquim de Almeida, os quaes oppuzeram todo vigor de suas convicções e ilustração à obstinada incredulidade dos maiores estadistas nesse tempo.*[16]

Foram os homens ilustres de Vassouras, o Sr. Joaquim José Teixeira Leite, e seus distintos irmãos, o seu parente o Sr. Dr. Caetano Furquim de Almeida os propagandistas que se puseram em luta para a construção da Estrada de Ferro, tendo o Dr. Caetano Furquim de Almeida, espírito ilustrado e de ideias muito adiantadas, considerado

---

gião e o poder dos grupos locais, como SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século /xix. /senhores e escravos no coração do Império*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; RAPOSO, Ignacio. *História de Vassouras*. Rio de Janeiro, 1935, PIRES, Fernando TASSO Fragoso Pires. *Antigas fazendas de café da província fluminens*e. Rio, Nova Fronteira, 1984.

[15] STEIN, Stanley Julian. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.111.

[16] CARVALHO, Augusto de. *O Brasil.p. 141.*

chefe dos vassourenses, um dos mais ardentes defensores da construção da estrada, mostrando a sua exequibilidade, o seu futuro grandioso e a possibilidade de transpor-se a Serra do Mar. Em inúmeros livros recebidos da Europa, se expunha *a perfeita possibilidade de se galgar serras por esse meio de transporte.*[17]

Em um folheto de Christiano Ottoni, ex-diretor da estrada de ferro D. Pedro II, confirma o dito acima

> *Vassouras deve ufanar-se com a gloriosa recordação de que foram seus homens os que mais contribuíram para a decretação da estrada de ferro D. Pedro II, já vencendo a inércia dos nossos estadistas, já promovendo estudos técnicos e fornecendo informações e dados estatísticos aos deputados e senadores, que sustentaram a Lei de 26 de junho de 1852. São factos reconhecidos nos debates da imprensa e da tribuna, e em documentos oficiais.*[18]

Ao Município de Vassouras vem sempre associada a cultura do café[19], e, sem dúvida, as prósperas fazendas de Vassouras foram decorrência dos excelentes resultados econômicos dessa cultura. Entretanto, não foi essa a atividade pioneira da região. Era a cana-de-açúcar, produto tradicional na economia brasileira, que dominava, principalmente na fazenda Pau Grande, que foi, durante muitos anos, o núcleo irradiador do povoamento da região.

No Vale do Paraíba, o café passou a ser plantado em grande escala na segunda metade do século XIX e, nas palavras de Afonso Arinos de Melo Franco "*na Província do Rio de Janeiro pode-se dizer que, em meados do século, todo território fora conquistado pelo*

---

[17] BRAGA, Greenhalgh H. *Vassouras de ontem.* Rio de Janeiro: Cia. brasileira de artes gráficas, 1975, p. 20

[18] PINTO, Jorge. *Fatos Vassourenses.* Rio de Janeiro: Fundação 1º de Maio, p. 42.

[19] MELO, Hildete Pereira de. *O café e a Economia do Rio de Janeiro: 1888-1920*. Tese de doutoramento, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IIEA/UFRJ)1993.LAERNE, van Delden C.F.(1885). *Brazil and Java: Reporto on Coffee Culture in America, Asia and Africa to H.E the Minister of the Colonies*, London, W. H. Allen

café".[20] No entanto, a introdução da cultura cafeeira na região se deu ainda no início da década de 1820, sendo ampliada a partir da década seguinte.

Verificamos que, do total de pés de café arrolados em inventários entre 1821 e 1850, apenas 10% se encontravam entre 1821 e 1835, estando o restante arrolado para o momento posterior entre 1836 e 1850 e, comparando a proporção destes com a de números de escravos por intervalo de cinco anos, encontramos:

TABELA DE ESCRAVOS E PÉS DE CAFÉ

Intervalo de anos	Pés de café	Escravos (%)
1821 – 1825	2%	6%
1826 – 1830	3%	5%
1831- 1835	5%	7%
1836 – 1840	18%	18%
1841 – 1845	36%	31%
1846 – 1850	36%	33%
Total	100%	100%

Fonte: CDH da FUSVE/USS. Levantamento feito por meio de inventários.

Tanto os dados da tabela quanto a citação acima dão conta de que a cultura cafeeira já estava implantada e bastante ampliada ainda na primeira metade do século. Mas, em decorrência disso, surgiu a necessidade do desmembramento das sesmarias concedidas no período colonial, que se deu por transação de compra e venda ou partilha dos latifúndios entre os herdeiros dos poderosos senhores de terras.

Além disso, os futuros fazendeiros, formados de famílias mineiras, receberam grandes doações de terra da Coroa em forma de sesmarias, e construíram uma ou mais fazendas, embora não tenha sido sem tropeços que as sesmarias doadas foram demarcadas. Índios e posseiros lutaram contra os donos das sesmarias para garantir as suas terras.

---

[20] FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*. Publ. Nº 11: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1944, p. 127.

Vassouras, em geral município montanhoso e com, aproximadamente, três quartas partes dentro da bacia do Paraíba, teve seus vales e vertentes das serras ocupados por propriedades rurais, com as lavouras de café e de cana (para fabricação do açúcar, da rapadura e, em certas regiões, da aguardente) e, como subsidiárias, a mandioca (para a fabricação da farinha), o feijão, o milho e, em pequena escala, o arroz. Já a criação do gado leiteiro ou de corte era voltada para a produção dos "bois de carro" e das vacas leiteiras para o suprimento da família[21].

O ciclo do café, assim como o ciclo da cana-de-açúcar, deixou suas marcas, até hoje visíveis, com o surgimento de elites nobres tanto no setor econômico como no social. A província fluminense foi a maior produtora de café ao longo de todo o ciclo valeparaibano. Em 1852, quando produziu 7.193.000 de arrobas, respondeu por 77% das exportações brasileiras. Vassouras, no auge do ciclo no vale, em 1856/57, produziu cerca de 8.000.000 de arrobas.[22]

Implantado o reinado do café, e tendo os senhores fazendeiros uma aguçada percepção das alianças que precisavam ser buscadas para aumentar a sua esfera de influência, procuraram se concentrar em clã ou oligarquia.

O então criado Município Vassourense abrangia enorme área, como se vê no Atlas Histórico de Cândido Mendes, de 1868. Compreendia quatro freguesias (Nossa Senhora da Conceição do Pati do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Santa Cruz dos Mendes, hoje o Município de Vassouras so possui 497 km^2 e as antigas freguesias constituem municípios in-

---

[21] Ao estudarmos inventários e inventários e mostrarmos aos nossos alunos no curso de graduação e de mestrado na USS, chamei a atenção para a vida das mulheres das fazendas: essas senhoras, sem cavalos de sela, sem charretes, e com péssimas estradas carroçáveis certamente nasceram, casaram e ficaram por toda a sua vida DENTRO DE CASAS.

[22] GUIÃO, Roberto. *Café & Família no Vale do Paríba*. Ver *Revista do IHGRJ*, 2003, p. 243.

dependentes, exceto Sacra Família do Tinguá, que é distrito de Paulo de Frontin.

E essa perda de território, este fraccionamento, foi acompanhado de mudança de *status* político e econômico. Antes município agrícola, é hoje um município caracterizado pelas atividades de pecuária leiteira, produção de alimentos, atividades terciárias (como núcleo educacional universitário e núcleo de estâncias de lazer).Mas além dessa transformação de funções, um fato marcante historicamente desse município é a sua rápída e efêmera pujança. Em 50 anos, o município criado em 1833 ergue-se, atinge o ápice do valor econômico e social e cai rapidamente.

Na Vassouras oitocentista, algumas famílias como Ribeiro de Avelar (divididas em subgrupos como os Gomes Ribeiro) os Teixeira Leite, Correa e Castro, dominavam nos setores sociais, colaborando em projetos assistenciais, obras religiosas e urbanistas e com seus membros ocupando os cargos públicos locais e mesmo nacionais. Em decorrência, houve uma concentração de riqueza nas mãos dos proprietários das grandes lavouras de café. E a maior prova da opulência desses agricultores e respeitados fazendeiros é a enorme superabundância de títulos nobiliárquicos a eles concedidos pelo Império.

Vassouras se fazia ouvir, não só em benefício do seu progresso material, mas dos grandes interesses nacionais que despertavam as iniciativas de seus homens, como no caso da reforma judiciária apresentada, em 1854, por Nabuco de Araújo, ministro da Justiça do Gabinete Paraná.

Na visão de Lamego:

> *... há em Vassouras uma engrenagem político-social...em que as ambições individuais se subordinam inteiramente ao interesse regional, base de toda a sua evolução cultural. Era o tempo em que o nome da família, o passado impoluto, o bom conceito na sociedade eram fatores essenciais nas eleições para vereadores que iriam por um prazo ter nas mãos o destino da cidade aristocrática.*[23]

---

[23] LAMEGO, *op. cit*., p.160-162.

E mais adiante, aludindo ao aparecimento tardio da imprensa em Vassouras e à restrição feita ao jornal para que não fossem permitidas, por meio dele, discussões pessoais, aventa a hipótese de que "*nenhum outro fato melhor explicaria essa indissolúvel união dos vassourenses, com toda uma população concorde e uníssona em seus fundamentais interesses coletivos*.[24]

Para fundamentar a importância dos elementos humanos de Vassouras, fizemos o levantamento das publicações nos jornais da época, *O Vassourense e o Município,* e em muitos inventários, cujos resultados comentaremos adiante.

A Família de elite no Brasil rural e em Vassouras

Durante muito tempo, o historiador limitou-se ao estudo da vida pública, ficando para os sociólogos a história da vida particular. No entanto, para uma análise das sociedades monárquicas, a diferença entre público e particular se dilui, pois "*a instituição familiar tinha características de instituição pública e as relações de parentesco serviam de modelo às relações sociais e políticas.*[25]

E o que seria família e, principalmente, família de elite?

O grande historiador Flandrin, embora referindo-se à França e à Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, retrata o conceito de família também encontrado no nosso meio rural no século XIX, período de nossa pesquisa.

O conceito de família já ampliado nos séculos XVI, XVII e XVIII (um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligadas pelo sangue ou pelo casamento) se estendeu nos dicionários, e o *uso confirma que criados e outros familiares faziam parte dela.*[26].

---

[24] *Idem*.

[25] FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 9.

[26] *Ibidem*, pp. 12 e 13.

E Graham nos afirma: "o conceito de família, tal como é hoje habitualmente definido, só existe, pois, desde uma data recente, na nossa cultura ocidental." [27]

No nosso meio rural, no séc. XIX, diz Graham

> *... os brasileiros permaneciam predominantemente rurais. Com exceção do Rio de Janeiro, as cidades tendiam a ser pequenas (mais ou menos 200.000 pessoas)... e os conceitos de casa e família afetavam profundamente a natureza da política. A importância dessas instituições, como unidades básicas da ordem política... tanto mais que esses elementos culturais mostraram-se resistentes à mudança.*[28]

Família, para os que fazem História, não se restringe ao sentido restrito (pai, mãe e filhos) que geralmente alguns sociólogos levam em consideração. O conceito de família tem se modificado no decorrer do tempo, e para nosso estudo, que se situa no século XIX, família tem um sentido mais amplo, em especial porque estamos tratando de personagens do meio rural. Essas unidades domésticas eram chefiadas por um homem (o pai), que exercia sobre elas autoridade legal.

O modelo de estrutura familiar, enfatizando a autoridade do marido e pai, relegava à esposa um papel secundário que, às vezes, não correspondia à realidade, pois, muitas vezes, essas mulheres, tidas como simples figuras decorativas ou apenas capazes de gerir funções domésticas, que assumiam o comando, não só da família, mas das próprias fazendas, quando isso se fazia necessário.

É importante ressaltar que a organização de Vassouras não foi exclusivamente calcada nos laços de família, mas, mais do que isso, baseada em família. Em outras palavras, laços informais de associação oligárquica deram as bases para as relações de amizade tanto quanto para as de parentesco. Compadrio, formação de associações de cari-

---

[27] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do séc. XIX.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p.17.
[28] *Ibidem*, p. 32.

dade, da maçonaria, de irmandades religiosas foram cruciais para as conexões pessoais e sobrevivência da oligarquia.

Eduardo Silva[29] deixa clara a existência das "famílias de barões cultos e bem-educados", como no caso de Maria Werneck de Castro, que era posta a estudar em casa, com um "nível e qualidade do progresso" que impressiona: quando aprendiam o português, passavam para o francês, além de "história, geografia e tabuada, que decorávamos andando pela casa" em contraposição aos "barões de tamancos" de poucas letras e até de pouca inteligência, como nos fala Gilberto Freire... e, acentua

> *... papel fundamental desempenhado pelas mulheres naqueles momentos difíceis da transição, queda e dificuldades ...fonte de grande valia para o estudo do cotidiano feminino nas fazendas de café bem diferente da imagem generalizada de Delgado de Carvalho das " sinhazinhas pamonhas.*[30]

Ainda, na obra citada, se acha registrada a tradição das famílias dos fazendeiros de promover casamentos entre parentes para conservar as terras em poder dos "clãs", sendo corrente a expressão "nada de gente de fora". Mas pelo menos duas mulheres da família Werneck fugiram ao padrão, casando-se com dois médicos que não pertenciam às famílias (Vovó Carola com Joaquim de Albuquerque-médico cearense e Vovó Maria Isabel filha do Barão de Pati do Alferes com Joaquim Teixeira de Castro – futuro Visconde de Arcozelo).

Como nos diz Samara[31], o modelo de estrutura familiar que serviu de base para caracterizar a família brasileira foi o denominado "patriarcal", que permaneceu estático para alguns autores como Gil-

---

[29] SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1984 e In *No Tempo dos Barões.* Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi: 2004, p.20/21.

[30] CASTRO, Maria Werneck de. In *No Tempo dos Barões.*Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi: 2004, p. 36.

[31] SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1998, p.8.

berto Freire e Oliveira Viana, e que criou o mito da mulher submissa e do marido dominador.

A família patriarcal foi a base de um sistema agrário, latifundiário e escravista e, por suas características, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre parentes. E é por isso que, nesse estudo, desejamos realçar a parentela dentro da família de elite.

A historiografia usa o conceito de família patriarcal como sinônimo de família extensa e, assim, da família, faziam parte o núcleo central (o chefe, a esposa e descendentes legítimos) e uma camada periférica, que podia abranger parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos, o que tornava mais complexa uma unidade familiar, pois esta abrangia componentes de várias origens. Como se essa complexidade não bastasse, muitas vezes, por motivos econômicos, políticos ou laços de compadrios, a família patriarcal ou extensa incorporava pequenos sitiantes, lavradores e roceiros da vizinhança, além de os trabalhadores livres e migrantes. Mesmo vivendo fora da casa-grande, os grupos mantinham os mesmos laços de dependência e solidariedade, gerando maior participação política, social e econômica na ordem paternalista.

O interesse era mútuo: se para essa camada periférica era importante a proteção de uma família, para o patriarca não era menos, já que o seu prestígio era medido pelo número de pessoas sob sua dependência. Esse modelo de família patriarcal ou extensa (tradicional) era, em geral, o encontrado na região e na época por nós focalizada, embora, características diferentes possam ser encontradas em outras regiões e outras épocas e, em particular, entre as diferentes camadas sociais (ricos e pobres). Daí a existência de afirmações contraditórias quando o enfoque é família.[32]

---

[32] Em 1988 por meio de orientação emanada de Maria Luiza Marcílio, nossa orientadora de doutorado, fizemos um excelente curso de Demografia Histórica com Peter Laslett, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris e, em seminário, discutiram-se as concepções de famílias antigas e as mais modernas, fosse na Europa ou no Brasil.

Mas do que não resta dúvida, é de que dessa família extensa, membros da casa, agregados e outros dependentes, um fazendeiro formava o seu séqüito, ou clientela.

Percebemos, portanto, que

> *A estrutura formal do clientelismo encontrava um reflexo preciso na esfera informal (cartas de recomendações)... os missivistas (pedido) pesavam com cuidado as relações, que o ligavam com o destinatário e às que ele mantinha com o pretendente ao cargo: no total, quem fazia os pedidos acreditava que as relações de família, alianças partidárias e relações entre "amigos" eram importantes.*[33]

A família e a unidade doméstica se alicerçavam em relações de dependência e consideração. Todo o grupo de um protetor, seus seguidores imediatos, assim como os que lhe prestavam lealdade e obediência como empregados, senhor de terra ou emprestador de dinheiro, procuravam-no em busca de proteção e apoio.[34]

E é dentro desse sistema, em que as relações políticas e obtenção de títulos e cargos públicos suplantam a preocupação com o lucro de suas fazendas, que vamos encontrar a atuação de nossos barões de Vassouras, que mediam sua força, seu prestígio político pela extensão de suas terras e número de escravos possuídos.

Como acentua Deister, *a prova maior do prestígio e da opulência desses respeitados proprietários e agricultores pode ser encontrada na profusão de títulos nobiliárquicos a eles concedidos pelo Império*[35].

Segundo Luiz José Pasin[36], o imperador D. Pedro I, em oito anos de reinado, titulou 46 barões, 44 viscondes, 6 condes, 26 marque-

---

[33] GRAHAM, *op. cit*. p. 277.
[34] *Ibidem*, p. 276.
[35] Deister, *op. cit*. p.II.
[36] PASIN, José Luiz. *Revista Ângulo,* FATEA. Lorena: São Paulo, 2004, p. 3.

ses e 2 duques e, seu filho, D. Pedro II, em 58 de reinado titulou 900 barões, 187 visconde, 40 condes, 22 marqueses e 1 duque.

Dessa profusão de nobres, 48 foram os de Vassouras e esse provimento de títulos de nobreza distribuídos à sua elite agrária fez com que fosse conhecida como a "Cidade dos Barões". Os titulares de Vassouras durante o século XIX foram:

1 – I Barão do Amparo. Manoel – Gomes de Carvalho (Dec. Imperial de 17/01/1853).

2 – II Barão do Amparo – Joaquim Gomes Leite de Carvalho (Dec. Imperial de 30/01/1867).

3 – Barão de Avellar e Almeida – Laurindo de Avellar e Almeida (Dec. Imperial de 07/01/1881).

4 – Barão de Santa Fé – José Rodrigues Alves Barbosa (Dec. Imperial de 13/02/1875).

5 – Visconde de Barra Mansa – João Gomes de Carvalho (Dec. Imperial de 13/01/1868).

6 – Barão de Bem Posta – Inácio Barbosa dos Santos Werneck (Dec. Imperial de 01/05/1867).

7 – Barão de Campo Belo – Laureano Correia e Castro (Dec. Imperial de 02/12/1854).

8 – Barão de Guaribu – Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar (Dec. Imperial de 11/10/1848).

9 – Visconde de Ipiabas – Peregrino José de Américo Pinheiro (Dec. Imperial de 17/06/1882).

10 – II Barão de Ipiabas – Francisco Pinheiro de Souza Werneck (Dec. Imperial de 1882).

11– I Barão de Santa Justa – Jacinto Alves Barbosa (Dec. Imperial de 01/1867).

12 – II Barão de Santa Justa – Francisco Alves Barbosa (Dec. Imperial de 18/06/1876).

13 – III Barão de Santa Justa – José Alves da Silveira Barbosa (Dec. Imperial de 10/04/1888).

14 – Viscondessa de Santa Justa – Bernardina Alves Barbosa (Dec. Imperial de 09/02/1889).

15 – Barão do Rio Negro – Manoel Gomes de Carvalho (Dec. Imperial de 15/05/1867).

16 – II Barão de Pati do Alferes – Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Dec.Imperial de 15/12/1832).

17 – Barão de Massambará – Marcelino de Avellar e Almeida (Dec. Imperial de 04/09/1867).

18 – Barão de Potengi – Inácio de Américo Pinheiro (Dec. Imperial de 17/06/1882).

19 – Visconde de Cananéia – Bernardino Rodrigues de Avellar (Dec.Imperial de 18/09/1886).

20 – Viscondessa de Cananéia - Maria Eugênia de Carvalho Avellar

21– I Barão de Palmeiras – Francisco Quirino da Rocha (Dec. Imperial de 06/11/1850).

22 – II Barão de Palmeiras – Francisco Quirino da Rocha Werneck (Dec. Imperial de 13/09/1882).

23 – Barão de Werneck – José Quirino da Rocha Wernwck (Dec. Imperial de 24/08/1882).

24 – Visconde de Araxá – Domiciano Leite Ribeiro (Dec. Imperial de 15/10/1872).

25 – I Barão de Capivary – Joaquim Ribeiro de Avellar (Dec. Imperial de 11/10/1848).

26 – Conde de Baependi - Braz Carneiro Nogueira da Costa (Dec. Imperial de 02/12/1858)

27 – Barão de Itambé – Francisco José Teixeira (Dec. Imperial de 15/11/1846).

28 – I Barão de São Luiz – Paulo Gomes Ribeiro de Avellar.

29 – Visconde de Taunay – Alfredo M. Adriano D'Escragnolle Taunay (Dec. Imperial de 06/09/1880).

30 – Visconde de Arcozelo – Joaquim Teixeira de Castro.

31 – Viscondessa de Arcozelo – Maria Izabel Werneck de Castro.

32 – Marquês de Quixeramobim – Pedro Dias Macedo Paes Leme.

33 – Marques de São Marcos – Pedro Dias Paes Leme (Dec. Imperial de 12/10/1826).

34 – Marquês de Tamandaré – Joaquim Marques Lisboa (Dec. Imperial de 14/03/1860).

35 – Barão do Tinguá – Pedro Correia e Castro (Dec. Imperial de 11/10/1843).

36 – Barão de Ubá – João Rodrigues Pereira de Almeida (Dec. Imperial de 12/10/1828).

37 – Visconde de Ubá – Joaquim Ribeiro de Avellar (Dec. Imperial de 04/03/1887).

38 – Viscondessa de Ubá – Marianna Velho de Avellar.

39 – Barão de Vassouras – Francisco José Teixeira Leite (Dec. Imperial de 17/05/1871).

40 – Visconde da Paraíba – João Gomes Ribeiro de Avellar (Dec.Imperial de 04/03/1876).

41 – Barão do Rio Negro – Manuel Gomes de Carvalho(Dec. Imperial de 15/15/1867).

42 – Barão do Ribeirão – José de Avellar e Almeida (Dec. Imperial de 22/06/1867).

43 – Barão de Val Formoso – Leocádio Gomes Franklin (Dec. Imperial de 25/03/1882).

44 – Barão de Aliança – Manoel Vieira Machado da Cunha (Dec. Imperial de 20/03/1882).

45 – Barão de Bem Posta – Ignácio Barbosa dos Santos Werneck (Dec. Imperial de 01/05/1867).

46 – II Barão de Javary – Jorge João Dodsworth (Dec. Imperial de 03/08/1889).

47 – Condessa de Piedade – Engrácia Maria da Costa Ribeiro (Dec. Imperial de 13/03/1854).

48 – Duque de Caxias – Luís Alves de Lima e Silva (Dec. Imperial de 23/03/1869).

Os títulos concedidos não eram hereditários, cessando o seu uso com a morte dos agraciados. Encontramos também a informação de que a obtenção desses títulos não estava isenta de gastos, pois, pela

tabela de 02/04/1860, para ser nobre, o agraciado teria que pagar as "custas" que eram estabelecidas em contos de réis:

Duque 2:450$000; Marquês 2:020$000; Conde 1:75$000;Visconde 1:025$000; Barão: 750$000. Além disso existiam os gastos adicionais como Papéis para o processo, 366$000, e Registro do Brasão 170$000.

Dentre os 48 titulados de Vassouras[37] trazemos, neste trabalho, aspectos da vida, comportamento, atividades, riqueza e poder do Barão do Ribeirão, em primeiro lugar, por ser ele filho de Manoel de Avellar e Almeida e Susana Maria de Jesus, casal tronco da família Avellar e Almeida do início de Vassouras.

Barão do Ribeirão: um pouco de genealogia e prosopografia

Casa do Barão do Ribeirão.

[37] Esta especificidade citada por alguns historiadores, "nobres de Vassouras", fica, algumas vezes, prejudicada pela divisão espacial dos municípios. Valença era, em 1868, parte da comarca de Vassouras mas foi separada administrativamente. Pati, era, antes de Vassouras, um município isolado e só voltou a sê-lo já no século XXI. Assim a historiografia, para enobrecer e dar honrarias à cidade de Vassouras, divide essa organização de uma maneira que pode ser criticada. Desculpas à parte, o que se quer é chamar a atenção para um "locus" enobrecido pela presença e atuação de algumas famílias casadas entre si.Ver GUIÃO, Roberto. *Café & Família no Vale do Paraíba*, *op. cit.*, p. 259.

Um dos palacetes, considerado o mais requintado de construção neoclássica da Vassouras Imperial, construído em 1860[38], é o do Barão do Ribeirão situado na Praça Barão de Campo Belo. Até hoje, o prédio, que resistiu ao tempo, nos dá mostra da riqueza econômica da família Avellar e Almeida. Este palacete passou por herança a seu filho, Bernardino Rodrigues de Avellar, barão e Visconde de Cananeia, que hospedou, em 1876, a Princesa Imperial e o Conde d'Eu. Em 1895 foi adquirido pelo governo do Estado do Rio para ser transformado no Fórum da Cidade.

José de Avellar e Almeida, titulado Barão do Ribeirão por decreto de 22 de junho de 1867, nasceu em 1800, em Vassouras, Rio de Janeiro. Quando faleceu em 26 de março de 1874, era tenente-coronel da Guarda Nacional e Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Era filho de Manoel de Avellar e Almeida e de sua mulher Susana Maria de Jesus, casal tronco da família Avellar e Almeida de Vassouras, radicados em Sacra Família do Tinguá, no fim do século XVIII, e neto paterno de Manoel Coelho de Avellar e Maria Rosa de Almeida, naturais e batizados na Freguesia de São Pedro da Ponta Delgada da Ilha das Flores, Angra do Heroísmo, Açores[39].

Barão do Ribeirão

---

[38] Roberto Guião, historiador do IHGRJ, acredita mesmo que tenha sido construído pelo Barão do Ribeirão.

[39] http:/www.genealogiahistoria.com.br/index_baroesviscondes.asp.consultado em 15fevereiro de 2017

O Barão casou-se com Ana Barbosa de Sá, filha de Francisco Rodrigues Alves, a quem foi concedida a Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito, que era irmã do Primeiro Barão de Santa Justa (1866). Era tia do Segundo Barão de Santa Justa (1876), do Terceiro Barão de Santa Justa (1886), e tia da Baronesa de Santa Fé, Baronesa de Meneses e da Viscondessa de Ibituruna e da Baronesa de Santa Fé.

Por meio do seu inventário[40] encontramos 13 filhos – 6 homens e 7 mulheres. Dos homens, três foram agraciados com títulos nobiliárquicos:

1 – Marcelino de Avellar e Almeida, Barão de Massambará.

2 – Bernardino Rodrigues de Avellar, Barão de Cananeia em 1868, e depois Visconde de Cananeia, 1886, casado com Carlota de Avellar e Almeida, filha de seu tio Marcelino. Filhos: Alfredo, Orminda, Virgílio e Carlos.

3 – Hilário, falecido em 08/12/1876, 1º casamento com Maria Eugênia, sua prima, e 2º casamento com Clementina, filha de sua tia Luisa Maria. Filhos: Carlota, Camilo e Orminda.

4 – Inácio, 1ºcasamento com Cândida Werneck, filha de sua irmã Bernardina de Avellar Werneck, e o 2°casamento com Mariana, sua prima, filha dos Barões de Santa Fé.

5 – Laurindo de Avellar e Almeida, Barão de Avellar e Almeida (1881), 1º casamento com Laurinda, filha de sua irmã Bernardina de Avellar Werneck, 2º casamento com Maria José, filha de seu irmão José de Avellar e Almeida Jr., 3º casamento com Maria Ursulina Peçanha. Filhos: Elvira, Raul, José, Maria da Glória e Alice.

6 – Bernardina casou-se com Inácio José de Souza Werneck (neto do padre Werneck, de Vera Cruz), sendo ele filho de Francisco das Chagas Werneck e de D. Ana Joaquina de São José, matrimônio

---

[40] Centro de Documentaçao Histórica. FUSVE/USS. Título: inventario. Ano 1874, Partes: Ribeirão, José de Avellar e Almeida, Barão de (falecido)

que interligou em nossa serra as famílias Werneck e Avellar de Almeida e irmão do 2º Barão de Ipiabas e da 2ª Viscondessa de Queluz. Ele era sobrinho do 1º Barão e Visconde de Ipiabas e do Barão de Potengy. Colaborou com a Província do Rio de Janeiro, dirigida por Esperidião Elói de Barros Pimentel, quando do envio de tropas à Guerra do Paraguai, doando de suas reservas a quantia de 10 contos de réis para a formação de tropas compostas por negros libertos. Filhos: José Inácio e Inácio.

7 – Maria José, casada com Marcelino José de Avellar, seu primo.

8 – Porcina, casada com José de Paiva Magalhães Calvet, viúvo.

9 – Ana, casada com Augusto de Paiva Magalhães Calvet.

10 – José de Avellar e Almeida Jr., casado com Maria Cândida Botelho. Filhos: José, Maria e Edmundo. Uma de suas filhas casou-se com seu tio Laurindo.

11 – Laurinda, casada com Antônio, filho do Barão de Piabanha.

12 – Maria foi a 1ª mulher do Barão de Werneck, José Quirino da Rocha Werneck, irmão do 2º Barão de Palmeiras e neto do 1º Barão de Palmeiras. Filhos: Maria Alcina, Anita e Elvira.

13 – Carolina, falecida em 16/09/1863, casada com Antônio José Fernandes, viúvo. Filhos: José, Antônio, Mário, Ivan, Raquel e Olga.

No seu Inventário[41] encontramos:Ano: 1874.

---

[41] Centro de Documentação Histórica FUSVE/USS. Título: Inventário, Ano: 1874, Partes: Ribeirão, José de Avellar e Almeida. Barão de (falecido) e Massambará, Marcelino de Avellar e Almeida, Barão de.

– Diz o Barão de Massambará que tendo falecido seo Pai, o Barão do Ribeirão, sem testamento, deixando entre herdeiros maiores, alguns de menor idade, necessário se torne proceder-se o inventário dos bens do seo casal e dar partilha aos interessados. Neste empenho, o suplicante como filho mais velho do finado, e procurador geral de todos os seus negócios, nos últimos annos de sua vida, e cunhando-se alem disso na posse dos seos bens...

Muitas foram as fazendas do barão do Ribeirão: Ribeirão Alegre, a pioneira (que passou depois a seu filho Bernardino e por isso é conhecida por fazenda do visconde de Cananéia ou simplesmente Cananéia); Cachoeira do Mato Dentro, muito grande com 350 alqueires geométricos, hoje pertencente a Lilian Gilson, sócia do IHGV; Retiro e Mato Grosso[42].

Fazenda do Ribeirão.

Senzala da Fazenda do Ribeirão, ainda mantida na sua estrutura original.

[42] Infomação do historiador Roberto Guião.

Em 1999, visitamos, por gentileza da proprietária Lilian Gilson, a fazenda do Ribeirão com os alunos do mestrado da USS, que, por pertencer ainda à antiga família, conserva características da época do café. O alinhamento de seus quartos de senzala à esquerda, quando se entra no espaço da fazenda, o patamar onde se secava o café com suas características originais e não transformado em pátio de piscina como ocorre nas outras fazendas, telhas, janelas, quintal com os mesmos aspectos arbustivos nos conduziram à época dos barões. Próximo ao terreiro do café havia também um banheiro, instalado dentro de uma gruta no rochedo, que circundava a casa com um forte chuveiro captando água que descia pela rocha que contornavam a fazenda. Disse-nos a professora e mestra Lilian Gilson que os escravos adquiriam uma sarna pelo trabalho por 8 a 10 horas na secagem do café. Assim, deveriam logo tomar a chuveirada, para impedir a propagação de impetigo e sarna.

Interior da Fazenda do Ribeirão.

Os professores Angelo Monteiro, Lilian Gilson (proprietária da Fazenda do Ribeirão) e Miridan Falci e Alunos da Universidade Severino Sombra

Os bens do Barão do Ribeirão, avaliados em 358:658$000, assinalam o valor expressivo em escravos e em cafezais.

BENS	VALOR
Em prédios na cidade de Vassouras	1:800$000
Em Móveis	1:200$000
Em Escravos	181:550$000
Em Animais e Gados	5:980$000
Em Móveis da Casa da Fazenda	3:386$000
Em Prata e Ouro	3:372$000
Em Mantimentos	7:520$000
Em Obras na Fazenda	18:270$000
Em Cafezais	64:480$000
Em Terras Cultivadas	30:600$000
Em Ditas de Mata Virgem	10:000$000
TOTAL	358:658$000

Inventário (Caixa 134-CDH/FUSVE/USS)

Estavam relacionados, na fazenda do Ribeirão (Alegre), 147 escravos, e na Fazenda da Cachoeira, 100 escravos. Ainda com base

no inventário, utilizando as fichas de levantamento de dados, fizemos a relação do tamanho das terras, valor, cafezais e outros bens:

Fundo pesquisado: Cartorário

Tipo de documento: Inventário

Data: 1869 Partes: Ribeirão, Baronesa do Ribeirão

Barão do Ribeirão/ José de Avellar e Almeida

FAZENDA DA CACHOEIRA[43]

TERRAS		**CAFEZAIS**		**OUTROS BENS**	
Tamanho	Valor	Tamanho	Valor	Bem	Valor
50 alqueires	20.250 mil	55 pés	11.000 réis	07 vacas	35.000 réis
150 alqueires	5.300 mil	25 pés	2.500 réis	01 touro	40.000 réis
		70 pés	11.200 réis	12 bois de carro	600.000 réis
		5.000 pés	600.000 réis	10 garrotes	150.000 réis
		50.000 pés	1.500.000 réis	08 bezerros	40.000 réis
		25.000 pés	1 conto de réis	50 carneiros	150.000 reis
				100 carneiros	300.000 réis
				07 vitelas	105.000 réis
				02 vacas	10.000 réis
				13 vacas	520.000 réis
				10 garrotes	200.000 réis
				01 touro	40.000 réis
				01 galinheiro	80.000 réis
				30 besta	180.000 réis
				01 tabuleiro	100.000 réis
				01 chiqueiro	100.000 réis
				01 moinho	200.000 réis

[43] Não confundir com a Cachoeira Grande, originalmente propriedade de Francisco José Teixeira Leite, o grande Barão de Vassouras. Em quase todos os distritos de um município havia uma fazenda da Cachoeira. Outras perderam o nome quando vendidas. Roberto Guião nos informa que tem em seus registros 21 fazendas Cachoeira (simples) e mais 12 com complementos como do Mato Dentro e Grande, ou seja 33cachoeiras.

				01 torneiro de moer	2 contos de réis
				01 engenho	5.500 rés
				01 casebre	200.000 réis
				24 louças	2.400 réis
				01 casa	8.000 réis
				01 casa velha	1.400 réis
				01 casa de vivenda	800 réis
		6.000 pés	1 conto e 200	01 carro velho de boi	30.000 réis

No mesmo inventário encontramos, também, alguns objetos relacionados com seus respectivos valores:

Objetos	Valor
01 mobília	150.000 réis
02 cadeiras e 01 sofá	25.000 réis
01 oratório	100.000 réis
06 camas francesas	60.000 réis
02 camas francesas largas	80.000 réis
01 dita	15.000 réis
02 aparelhos de sala de jantar	40.000 réis
01 relógio	30.000 réis
01 armário	100.000 réis
01 mesa	10.000 réis
01 dita	20.000 réis
01 dita	35.000 réis
01 louça	20.000 réis
02 guardas-louças	80.000 réis
02 lavatórios	10.000 réis

Conclusão

Vassouras foi um exemplo histórico do poder das oligarquias familiares, que foram tão comuns na história do Brasil.

E enquanto alguns titulares dedicavam-se à produção de café, como o Barão de Campo Belo, Laureano Correia e Castro, com seus 352 escravos e milhares de pés de café, outros se dedicavam ao financiamento da produção, como o Barão de Itambá, Francisco José

Teixeira. Mas todos detiveram um fabuloso poder social, político e econômico em suas mãos.

Ainda, finalizando, com relação à atuação da aristocracia agrária, Vassouras foi, inegavelmente, o exemplo maior, nessa região, do espírito público de seus nobres. Como dissemos acima: o público, na mão dos nobres da elite cafeeira, era o privado.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. Familias e vida domestica. In SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Copanhia das Leras, 1997, pp. 83-154.

ALMEIDA, Angela Mendes de. (org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

BARATA, Carlos Eduardo & BUENO, Antonio Henrique Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras.* Rio de Janeiro*,* Tomo I*, 1999.*

BURGUIERE, André e François Lebrun (orgs). *Histoire des famille: le choc des modernités.* Paris, Armand Colin, 1986.

BRAGA, Greenhalgh H. *Vassouras de ontem.* Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

CAVALCANE, Irenilda, FERNANDES, Neusa; MARTINS, Roselene. *Dicionário Histórico do Vale Fluminense*. Vassouras, Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial***.** Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

____. Escravidão e Razão Nacional, *Dados,* vol. 31, n. 3, 1988.

KANDRATOVICH Carvalho, José Itabyr. *Uma família mineira*. Instituto Cultural Amilcar Martins. Belo Horizonte: Fino Trato 2016.

CASTRO, Maria Werneck de. *No Tempo dos Barões.* Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi. 2004.

Colégio Estadual Santa Rita. *Personalidades Vassourenses nas ruas da cidade.* Rio de Janeiro: Sotese, 2002.

DEISTER, Sebastião. *Fazendas de Ontem, Celeiros da Serra.* Rio de Janeiro: Dedalus Informática. 2003.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder.* 2 vol. São Paulo: Editora Globo/Editora da USP, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família/; Casamentos, Alianças e Fortunas*.Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2008.

FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.*Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FORTE, José Mattoso Maia. *Vassouras de Ontem.* Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro & Renato Rocha Pitzer. "Barões, homens livres, pobres e escravos: notas sobre uma importante fonte múltipla – inventários *post-mortem*". *Revista Arrabaldes*. Ano I, nº 2, set./dez. 1988.

FALCI, Miridan e MELO, Hildete Pereira. *A sinhazinha emancipada. Eufrásia Teixeira Leite,* Rio de Janeiro, Editora Vieira & Lent, 2012.

FALCI, Miridan. (org). *Gênero e Escravidão.* Rio de Janeiro: Editora Fátima Franklin, 2009.

FALCI*,* Miridan*.* O Testamento de Eufrásia Teixeira Leite*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n. 423, abr./jun. 2004.

____. "Personagens, poder e cultura no sertão fluminense no século XIX". In *Anais da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórico.* Curitiba, pp. 197-201, 1994.

____. Inventário de Maria Esméria Teixeira Leite*.* In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, ano 14, n.14, 2005.

____. "Parentela, riqueza e poder: três gerações de mulheres". In *Revista Gênero, núcleo transdisciplinar de Estudos de Gênero.* Nuteg vol. 5, n.1. Niterói, UFF pp. 210-212, 2006.

FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material do Brasil.* Publ. Nº 11: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1944.

GRAHAM, Richard. *Cientelismo e política no Brasil do séc. XIX.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

KANDRATOVICH, José Itaby Carvalho. *Uma família mineira: retratos sem retoque.* Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014.

LASLETT, Peter. *Family /life and Illicit Love in Earlier Generations.* Cambridge, Cambridge University, 2ª ed. 1978.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra.* Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira; 1963, 2ª ed.

MACHADO, Lielza Lemos. *Imagens de Vassouras*. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2000.

MEXIAS SIMON, Maria Lúcia. *O falar da escravidão.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp.110-111.

MARCILIO, Maria Luiza. Populações do Brasil em perspectiva histórica. In Iraci del Nero da Costa. (org.) *O Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo, IPES, 1986.

MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: Familia e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

NEVES, Lucia Bastos e MACHADO, Humberto. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro, 4ª ed. 1999.

PASIN, José Luiz.*Revista Ângulo–FATEA.*Lorena: São Paulo, 2004.

PINTO, Jorge. *Fatos Vassourenses.* Rio de Janeiro: Fundação Primeiro de Maio.

REINGANTZ, Carlos. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1960.

RAPOSO, Ignacio. *História de Vassouras*. Rio de Janeiro, 1935.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1998.

____. *Família, mulheres, povoamento.* São Paulo: EDUSC, 2003.

SANTOS, Marco; FERNANDES,Neusa; COELHO, Olinio. *Efemérides Vassourenses,* Vassouras. 2016.

SANT'ANNA, Sonia. *Barões e escravos do café: uma história privada do Vale do* Paraíba.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SILVA, Eduardo. *No Tempo dos Barões.*Rio de Janeiro:Editora Bem-Te-Vi: 2004.

SILVA, Maria Beatriz. *Historia da família no Brasil colonial.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo, Unesp, 2005.

STEIN, Stanley Julian. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TELLES, Augusto C. da Silva. "Vassouras: estudo da construção residencial urbana". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.16, Rio de Janeiro. MEC, 1968.

VIVES, Vicens. A administração estadual nos séculos XVI e XVII. In HESPANHA, Antonio Manuel. (org). *Poder e instituições da Europa do Antigo Regime*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

WERNECK, Francisco Klors. *História e genealogia fluminense*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1947.

WILLEMS, Emílio. "A estrutura da família brasileira". *Sociologia.* vol. XVI, nº 4. São Paulo: USP, 1954.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história. Os protagonistas anônimos da história.* Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Fontes Primárias Manuscritas:

Centro de Documentação Histórica (CDH–USS): Inventários e Testamentos.

Periódicos:

O Município.

O Vassourense.

Jornal do Commercio.

Pesquisas: Colégio Brasileiro de Genealogia.

http:www.genealogia/historia.com.br_baroesviscondes.consultaem-fevereiro de 2017.

Resumo

Este estudo pretende acompanhar a formação e o estabelecimento de algumas famílias de elite em Vassouras, procurando determinar as formas de inserção desses grupos na sociedade e como se cristalizou o seu poder pessoal, seja político ou financeiro. Está res-

trito ao século XIX e se apoia, principalmente, em levantamentos da documentação e do Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, do Museu Casa da Hera e da Casa de Cultura Tancredo Neves, locais depositários de fontes em Vassouras. Confronta e analisa, também, a historiografia relativa à região de Vassouras, constante tanto em livros já publicados quanto teses acadêmicas de mestrado e doutorado. Tem sua relevância principal na busca de reconstrução da sociedade escravista sul-fluminense a partir da observação do conceito de família de elite, sustentado pelo tripé: a parentela, a riqueza e o poder político.

Palavras-chave: Famílias de Elite; Vassouras, Rio de Janeiro; Século XIX.

Abstract

This study aims at outlining the background and structure of some families from the elites in Vassouras, tracking the way they started to belong in the higher ranks and how they managed to establish their social, political and economic power. The study at stake frames the nineteenth century, being based mainly on documental research done at Centro de Documentação Histórica (Historical Documentation Center) of Universidade Severino Sombra (Severino Sombra University), Casa da Hera Museum, Tancredo Neves Cultural Center and other source locations in Vassouras. It also confronts and analyzes the historiography of Vassouras and its surroundings in accordance with books, MA and Ph.D. Theses. Above all, it focuses on the enslaving society from the South of Rio de Janeiro by observing the concepts of gentry and elite, supported by the tripod: lineage, wealth and political power.

Keywords: *Élites; Vassouras, Estado do Rio; Nineteenth Century.*

Recebido em 4 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

VÊM A TER OS TESTADORES MAIS PRAGAS QUE SUFRÁGIOS: OS ÚLTIMOS DESEJOS DE MANOEL NASCENTES PINTO († 1731)

João Carlos Nara Júnior[1]

O óbito do portuense Manoel Nascentes Pinto (1672-1731), registrado na Freguesia da Candelária do Rio de Janeiro, é um extenso apontamento eclesiástico e histórico que inclui cópia de seu testamento[2]. Aduz valiosas informações sobre os escravos do fidalgo e as suas demais posses, além de evidenciar suas pretensões sobre a igreja de Santa Rita, por ele fundada.

A julgar por uma menção à idade de seu filho Ignacio[3] – batizado a 14 de agosto de 1714[4] –, o testamento foi escrito entre 1726 e 1727, quase um lustro antes do trânsito do testador.

Com um apurado toque de humor, dom Manoel reconhece que "pelos trabalhos que ordinariamente se seguem dos testamenteiros […] vem a ter os testadores mais pragas que sufrágios"[5]. Com efeito, seu testamento é repleto de vontades sobre as missas a serem aplicadas por sua alma, acerca das generosas esmolas a serem distribuídas entre pobres e encarcerados, a respeito dos bens deixados a partilhar após

---

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional, arquiteto e urbanista da Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados do Escritório Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro..

[2] Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro. *Óbitos de Nossa Senhora da Candelária*, agosto de 1729 a julho de 1736. Dom Manoel: 11 de setembro de 1731.

[3] *Ibidem*, fólio 83v, linhas 9-10.

[4] Arquivo da Cúria. *Batismos de pessoas livres da Nossa Senhora da Candelária*, Livro 3, 1695 a 1718, fólio 106v.

[5] Arquivo da Cúria. *Óbitos*…, fólio 84v, linhas 33-35.

a meação, etc. Imagina-se com facilidade que os trabalhos dos testamenteiros – todos genros de dom Manoel – não terão sido ligeiros…

A complexidade e a abrangência do documento, que cobre mais de 200 linhas em dois fólios escritos frente e verso (Figura 1), permite arriscar uma leitura da sociedade carioca do início dos *setecentos*, sopesando as informações disponíveis e respingando os indícios ocultos nas entrelinhas.

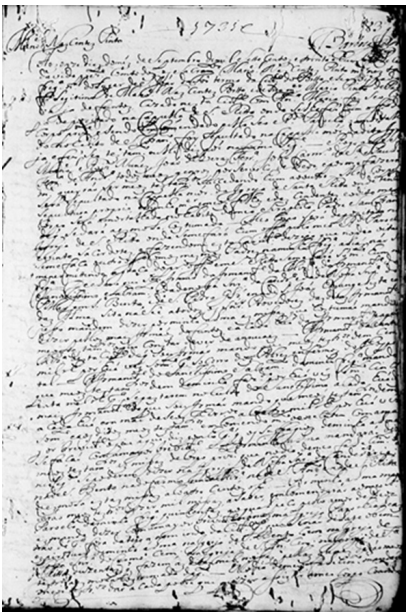


Figura 1: anverso do primeiro fólio do óbito de dom Manoel Nascentes Pinto (Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro).

A sociedade carioca no início dos *setecentos*

A leitura inicial do texto, meramente empírica, ilustra a sorte de bens que eram então valorizados pela sociedade lusa e colonial: ofícios, casas, metais e escravaria.

De fato, dom Manoel se declara "proprietário dos ofícios de meirinho do mar, guarda e porteiro da alfândega desta Cidade […]

dados por graça Real e não comprados por dinheiro do casal". Tomara posse deles em 1698, um ano após seu matrimônio com dona Antônia Maria, herdeira dos ditos cargos, mas serventuária enquanto solteira apenas do primeiro ofício de seladora. (Dona Antônia Maria os herdara de seu tio Domingos Rodrigues Lisboa.) Desejando conservar na família o rentável ônus, requisitara a Sua Majestade que fosse transmitido a seus descendentes[6], o que ocorreu até 1822, excetuando-se os cargos de porteiro e guarda.

Os *munera* vitalícios constituíram dom Manoel em fiscal alfandegário e oficial de diligências justamente no delicado período de transição da economia de base agrária à do comércio escravagista. Na qualidade de selador-mor, vistoriava tudo o que entrava no porto do Rio de Janeiro, a fim de impor o selo real após o pagamento da dízima necessária à liberação da carga.

Quanto às suas propriedades, o testador enumera oito imóveis[7], desde pardieiros próximos ao Mosteiro de São Bento transformados em casas de adobe, até uma chácara na região do Valongo. Sua residência, porém, em "casas de sobrado de pedra e cal", ficava nos fundos da capela de Santa Rita. Por uma escritura de chão de 11 de junho de 1721, em que se faz referência à hipoteca dessas casas como fiança para os negócios de João de Veras Ferreira, genro de dom Manoel[8], é conhecido o nome do logradouro: travessa de Antonio Vaz Viçoso, que viria a se chamar São Pedro, mas que foi incorporada em 1944 à Avenida Presidente Vargas (Figura 2). Pesquisas arqueológicas recentemente desenvolvidas trouxeram à luz um poço de dois metros de diâmetro no fundo do lote, perto da atual Rua Teófilo Otoni, antiga travessa das Violas. Junto de sua moradia também havia "casas térreas de taipa de mão"[9]. Os demais imóveis de dom Manoel ficavam ao lado

---

6 *Ibidem*, fólio 84, linhas 29-40.

7 *Ibidem*, fólio 83v, linha 22 a fólio 84, linha 9.

8 Arquivo Nacional, 1ON, 89 (*apud* ABREU, Maurício. *Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara*).

9 Para a fábrica arquitetônica do período colonial, muito se utilizou do barro misturado com água e fibras vegetais. Fala-se de "casa de adobe" quando disposto em blocos crus; "taipa de mão" é quando o material vem amassado em tramas de madeira.

da capela de Santa Rita e perto das igrejas do Rosário e da Candelária. Em seu testamento, também reivindicava pilares e alicerces de pedra e cal, sobre os quais seus vizinhos poderiam construir desde que lhe ressarcissem.

Os dados coligidos do testamento permitem uma leitura mais penetrante da sociedade se complementados com outras informações. Com efeito, ao se referir à chácara adquirida no Valongo, dom Manoel fornece o nome de seu anterior proprietário, de quem a tinha comprado: Damião Rodrigues Moeda[10]. O apontamento manifesta-se relevante porquanto esse Damião, natural de Idanha a Nova (Guarda, Portugal), advogado e lavrador de cana, fora preso por judaísmo em 1710, aos 45 anos, sendo condenado ao cárcere e hábito penitencial ao arbítrio dos inquisidores[11]. Vários parentes seus, por ele denunciados, também foram sentenciados. A compra do sítio teria ocorrido, portanto, antes das invasões francesas no Rio de Janeiro. É sabido que, por aquela época, muitos cristãos-novos se organizavam clandestinamente na tentativa de evitar os rigores da Inquisição; pelo que seria razoável supor que a liquidação da chácara tenha a ver com as cautelas da família. Todavia, não ficou registrado se os Nascentes Pinto sofreram alguma perda no Valongo durante a resistência de Jean-François Duclerc na Prainha em 1710, ou no decurso do ataque francês orquestrado por René Duguay-Trouin em 1711.

---

[10] Arquivo da Cúria. *Óbitos*…, fólio 84, 5.

[11] Processo inquisitorial de Lisboa n.º 6.526, auto de fé em 9 de junho de 1711.

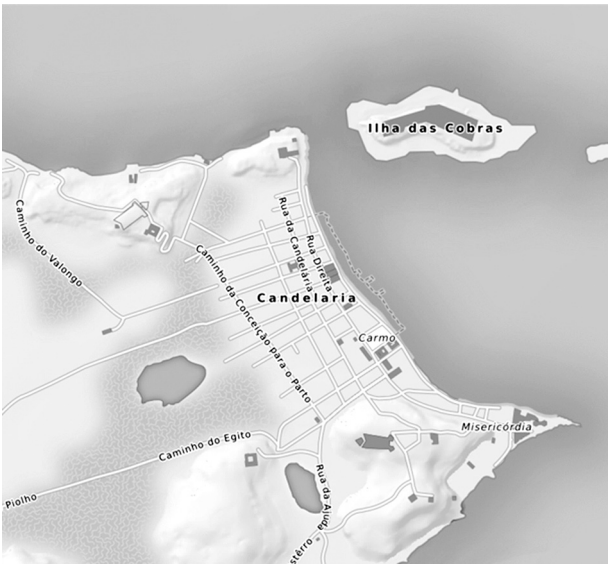


Figura 2: O Rio de Janeiro em 1713 (fonte: http://imaginerio.org/). O termo da Cidade na época era o Caminho da Conceição para o Parto (atual Rua Miguel Couto). Chamava-se Ilha Seca ao trecho do sertão carioca que dava acesso ao Caminho do Valongo (atual Rua Camerino). Está circulado onde aproximadamente residia a família Nascentes Pinto.

Além de uma lista da prataria doméstica, dom Manoel apresenta o rol de seus escravos: vinte e duas pessoas negras e crioulas na cidade, fora outras sete lotadas na chácara do Valongo[12]. Com base nos preços praticados na primeira década do século XVIII fornecidos por André Antonil (1837, pp. 154-157), é possível estimar o custo dessa escravaria em no mínimo doze contos de réis. Conforme relata o autor, em 1703 um pastel custava uma oitava (1$200); um boi, cem oitavas (120$000). Portanto, conforme esse triste cálculo, doze contos equivaliam a cem cabeças de gado.

Antonil distingue negros, crioulos e mulatos, assim como jovens e adultos, prendados ("de partes") e habilidosos ("oficial"). Alguns valores da Tabela 1 dependem de balanços subjetivos que a simples colação dos nomes dos escravos não poderá elucidar:

---

[12] Arquivo da Cúria. *Óbitos*…, fólio 84, linhas 9-24.

Tabela 1: Valor da escravaria de dom Manoel Nascentes Pinto

Lugar	Nome citado no testamento	Valor mínimo (Antonil)	Valor em réis
Na cidade	Sebastião achacado	300 oitavas	360$000
	Caetano de todo serviço	500 oitavas	600$000
	Pedro, o coxo	300 oitavas	360$000
	Pedro	500 oitavas	600$000
	Sebastião moço	250 oitavas	300$000
	Manoel Barbosa	300 oitavas	360$000
	Manoel, o inglês	300 oitavas	360$000
	Joaquim Barbosa	300 oitavas	360$000
	José mina	300 oitavas	360$000
	Bartolomeu crioulo achacado	500 oitavas	600$000
	Custódio crioulo	500 oitavas	600$000
	Dionísio cabrinha	500 oitavas	600$000
	João moleque	120 oitavas	144$000
	Pedro moleque	120 oitavas	144$000
	Ventura moleca	120 oitavas	144$000
	Ventura Falcão	350 oitavas	420$000
	Ventura Maianga	350 oitavas	420$000
	Apolônia	350 oitavas	420$000
	Maria pequena	350 oitavas	420$000
	Juliana	350 oitavas	420$000
	Grimanusa	350 oitavas	420$000
	Teodósia	350 oitavas	420$000
Na chá-cara	José	300 oitavas	360$000
	André	300 oitavas	360$000
	Domingos	300 oitavas	360$000
	Manoel	300 oitavas	360$000
	João	300 oitavas	360$000
	Cristóvão	300 oitavas	360$000
	Miguel	300 oitavas	360$000
Total		9460 oitavas	11:352$000

A piedade de dom Manoel

A respeito de dois escravos que deveriam ser alforriados por ocasião da morte de sua mulher em recompensa pela fidelidade com que o serviram, dom Manoel alerta a seus filhos para que os tratem

bem[13]. O primeiro é Sebastião, provavelmente o achacado e não o moço[14]; o outro é José Ribeiro, mas não fica claro se é o mina ou o escravo que servia na chácara[15]. Nota-se, pois, que a despeito da boa vontade do fidalgo e da piedade aprendida em casa, a rudeza de algum familiar podia ainda ameaçar os trabalhadores cativos, apesar dos seus achaques. Aliás, o conselho do testador para seus filhos tem antiga raiz cristã:

> *Por muito cruéis e desumanos que vos pudesse supor, ainda quando fôsseis mais ferozes que as mesmas feras, ao morrerdes vós não consentiríeis que ficasse sem recompensa um escravo que vos tivesse servido com amor, mas lhe daríeis liberdade e até o presentearíeis com dinheiro. E como, dali em diante, saídos deste mundo, nenhum bem seríeis capazes de lhe fazer, recomendaríeis a vossos herdeiros, rogando-lhes e suplicando-lhes, não deixando enfim pedra por mover, a fim de que vosso leal servidor não ficasse sem a sua recompensa. Pois se vós, que sois maus, tão bons e amorosos vos mostrais com vossos escravos, Deus que é bondade infinita e amor inefável, ele que é a benignidade mesma, deixará sem coroa a seus próprios servos? (São João Crisóstomo, In Matthæum homiliæ, 13, 6)*

O testamento de dom Manoel evidencia deveras o quanto ele era um homem devoto. Não à toa, o genealogista Ruy Vieira da Cunha subscreveu em 1955 um artigo do *Jornal do Commercio* em que narrou a saga da família, entitulado "Os Piedosos Nascentes Pinto".

Sem dúvida o fidalgo, profundamente religioso, foi o pioneiro da difusão no Brasil da devoção a Rita de Cássia, mística italiana beatificada em 1627. Com aval régio e pontifício, os Nascentes Pinto edificaram a ermida que viria a se tornar, em meados dos *setecentos*, a matriz da terceira freguesia urbana do Rio de Janeiro e a primeira paróquia dedicada à taumaturga fora da Itália.

---

[13] *Ibidem*, fólio 84v, linhas 15-21.

[14] Cf. *ibidem*, fólio 84, 17-19.

[15] Cf. *ibidem*, fólio 84, 20 e 23.

Curiosamente, a Irmandade de Santa Rita, fundada por dom Manoel e hoje extinta, não é citada entre aquelas de que fazia parte. O testador, porém, se apresenta como irmão da Misericórdia, do Santíssimo Sacramento da Candelária, do Pilar em São Bento, de São Pedro dos Clérigos, de São João Evangelista e das Almas da Sé[16]. No entanto, a capela de Santa Rita (Figura 3) é referida várias vezes no texto, em especial por nela possuir "sepultura própria na capela-mor" para si, sua mulher, filhos e descendentes. O templo – concluído em 1728 e tombado em 1938 – seria enriquecido entre 1753 e 1759 com um competente trabalho de entalhe em madeira dourada e policrômica, o qual se considera a primeira fábrica ornamental rococó realizada em terras americanas. Com trezentos anos de história, Santa Rita e sua freguesia surpreendem pela diversidade de âmbitos de investigação que oferecem, constituindo um verdadeiro *case* para os estudos sobre o Rio de Janeiro[17].

Ora, ter sepultura em lugar tão digno era uma prerrogativa honorífica unicamente devida ao detentor do privilégio de padroado, exigência inusitada feita por um súdito em tempos que só o rei de Portugal podia ser padroeiro das igrejas de Ultramar. É posível que haja reflexos da oposição episcopal às pretensões de dom Manoel na cláusula com que este abria mão dos ofícios religiosos a serem feitos por sua alma em Santa Rita, caso não lhe fosse permitida tal graça[18]. De qualquer forma, embora seu filho Ignacio viesse a desistir da reivindicação do padroado vinte e cinco anos depois do início da demanda, tanto Ignacio quanto seus pais terminaram de fato sepultados na capela-mor de Santa Rita, onde jazem até o presente[19].

---

[16] *Ibidem*, fólio 83, linhas 24-26.

[17] A página https://santarita.hypotheses.org/ reúne informação sobre as pesquisas desenvolvidas a seu respeito.

[18] Arquivo da Cúria. *Óbitos*…, fólio 83, linhas 18-23.

[19] A questão foi apresentada em detalhe no Seminário Internacional *Novos Campos de Pesquisa da História das Instituições Eclesiásticas e suas Normatividades no Brasil (séculos XVI-XIX)* realizado em 2015 pelo *Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte*, cujos anais ainda estão no prelo.

Figura 3: Mais antiga representação de Santa Rita, datata de de 1817, feita por Thomas Ender.

Talvez seja irrelevante ou meramente ilustrativa a descrição do ambiente religioso do Rio de Janeiro antes de se tornar capital da Colônia, a partir da leitura do testamento em questão, pois muito já se ensaiou sobre a atuação laical das irmandades e sua função na sociedade de corte. Mas vale a pena frisar que naqueles tempos a prática da caridade era vivenciada como uma verdadeira devoção cristã. Por conseguinte, dom Manoel é muito esmoler: lembra-se em seu testamento dos "pobres enfermos do hospital"[20], dos "pobres presos da cadeia"[21] e de mais "doze pobres honrados"[22], além de todo pobre que assistisse seu féretro "deitando-lhe água benta"[23]. A cadeia a que se refere é a do Morro do Castelo, pois a do Aljube, a uma quadra de distância de Santa Rita, só seria inaugurada em 1733 pelo bispo dom Guadalupe († 1740) com o fim de corrigir os clérigos indisciplinados.

É preciso compreender bem essa questão da "devoção caritativa". Michel Foucault a interpretava numa chave negativa, pois teria

---

[20] Arquivo da Cúria. *Óbitos*…, fólio 83, linhas 31-32. Naturalmente, o Hospital é a Santa Casa de Misericórdia.

[21] *Ibidem*, fólio 83v, linha 4.

[22] *Ibidem*, fólio 84v, linha 11.

[23] *Ibidem*, fólio 83, linha 52 a 83v, linha 1.

servido à instrumentalização do altruísmo durante a Modernidade. Segundo o autor francês, por exemplo, as visitas pedagógicas de crianças a prisioneiros teriam sido inventadas no século XVII como uma "lição viva no museu da ordem" (FOUCAULT, 2013, p. 132). E, com relação ao pessoal hospitalar, seu objetivo teria sido obter a própria salvação mediante a cura do doente:

> *Era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. Assegurava-se, portanto, a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres.* (FOUCAULT, 1982, p. 102)

Ainda que a instrumentalização das "obras de misericórdia" seja hipoteticamente possível, é evidente que tal desacordo entre o amor de Deus e o amor do próximo repugnaria ao espírito cristão. Essas "obras" são de origem antiga: radicadas na herança bíblica (Jó 31,16-21; Tb 1,16s; Eclo 7,36-39; Is 58,6s; Mt 25,31-46) e perpetuadas pela tradição rabínica (cf. *Pirkei Avot* 1,2), foram assim denominadas por Lactâncio (*Epítome*, 60, 6s), multiplicadas por Orígenes (*In Matthæum*, 72), e desenvolvidas na patrística até sua consagração por Santo Tomás de Aquino em duas listas (obras de misericórdia corporais e espirituais) com sete obras cada uma (*Summa theologiæ* II^{a} - II^{æ}, q. 23, a. 2-3).

A bem da verdade, é sabido que nos inícios do século XVIII – pouco antes do surgimento do kantismo filosófico e do *victorianism* protestante –, a piedade ocidental ainda devia muito ao jansenismo (cf. SOUZA, 2008). Daí que as autoridades procurassem reprimir as heterodoxias e impedir a evasão das contribuições por meio do incentivo à caridade institucional (cf. SANTOS, 2011). Por tudo isso, uma abordagem de jaez foucaultiano parece inapta para avaliar tanto as intenções de dom Manoel quanto o bom espírito de seu tempo.

Figura 4: O Rio de Janeiro em 1750 (fonte: http://imaginerio.org/). A conquista do sertão carioca e do litoral norte da Gamboa e Santo Cristo (atual zona portuária) se fez ultrapassando a antiga muralha da Cidade que corria junto à Rua da Vala (atual Uruguaiana) e adentrando pelo Caminho do Valongo (atual Rua Camerino). Estão circulados a igreja e o Largo de Santa Rita.

Para além do termo da Cidade

Outras asseverações do testamento permitem compreender e matizar aspectos obscuros daqueles tempos. Dentre eles, destaca-se uma referência à "compra dos chãos e a primeira pedra" para a construção da capela de Santa Rita, o que leva a supor que o edifício não fazia parte do lote em que residia dom Manoel[24]. Consequentemente, suas terras não iriam até o Morro da Conceição, como costumava dizer a tradição mais autorizada:

> *A quinta de sua propriedade, então situada no coração desta cidade, ocupando a enormissima área que se estendia desde o mar, pela atual rua Teófilo Otoni, até atingir as fraldas do Morro da Conceição.* (NETTO, 1933, p. 13)

[24] *Ibidem*, fólio 84v, linha 23.

No entanto, tão grande área engloba várias ruas e travessas, o que é improvável e não condiz com o período. Além do mais, como já se disse acima, a família Nascentes Pinto residia na Travessa de Antônio Vaz Viçoso (atual lado norte da Avenida Presidente Vargas), não na Rua Teófilo Otoni (antiga Travessa das Violas).

De fato, a região contígua à Conceição era denominada desde o século XVII, um tanto vagamente, Vale Verde. Esse vale começava na Prainha entre os Morros de São Bento e Conceição e seguia até a Ilha Seca, um trecho enxuto do Campo da Cidade próximo à muralha existente na primeira metade dos *setecentos*. Por ali se contornava o Morro da Conceição até alcançar a praia do Valongo. Essa é a região que tocaria à Freguesia de Santa Rita, quando de sua elevação à paróquia em 1751, desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária (Figura 4).

A evolução do tráfico escravagista ditou o ritmo urbano e as vicissitudes dessa antiquíssima área do Rio de Janeiro.

Segundo Vieira Fazenda (2011, v. 3, p. 247), "Na vasta zona conhecida pelo nome de Campo da Cidade ou Sertão, existiu, em tempos antigos, certa área destinada a cemitério de escravos (mulatos)". O mesmo autor alerta que não se deve confundi-lo com as necrópoles do Largo de Santa Rita, de São Domingos ou do Valongo, e muito menos com o do Largo da Carioca (cf. FAZENDA, 2011, v. 2, 339). A forma descuidada de inumar na Carioca, a falta de fiscalização governamental e os riscos para a higiene da população são alguns fatores citados em provisão régia de 27 de maio de 1722, pela qual dom João V mandava o governador eleger lugar mais conveniente na cidade. A despeito da troca de missivas que aventavam a possibilidade de se construir um mausoléu no Morro do Castelo, o lugar escolhido foi, segundo as crônicas, o Largo de Santa Rita, cujo cemitério perdurou até ser transferido para o Valongo em 1769. Não obstante, nada disso consta do testamento.

O valor das pistas deixadas por dom Manoel

Posto que de índole marginal, uma última dificuldade testamentária consiste em que não são citados dois filhos de dom Manoel: Josefa, nata em 1711, e Frei Félix de Santa Teresa, ambos mencionados por Nelson Pamplona (2016, p. 41)[25]. Certamente há algum erro quanto a Félix de Santa Teresa Nascentes († 1809), pois o genealogista registra o seu nascimento em 1735, quatro anos após a morte de dom Manoel. Contrariamente, Pamplona não faz referência a certo neto de dom Manoel chamado José, candidato ao sacerdócio, ao qual o testador promete 400$000 a juros caso abraçasse o estado clerical[26]. Uma investigação mais detalhada da família exigirá estabelecer inter-relações documentais que esclareçam essas inconsistências.

Ao cabo deste exercício de análise, constatam-se algumas ausências de informações – por serem alheias ao testamento –, mas que são úteis ao historiador. Pois, a par de seus elementos tangíveis ou comezinhos, o texto apresenta um conjunto orgânico de indícios cuja leitura põe a descoberto a historicidade do documento, as mediações sociais nele latentes e o espírito que animava o testador.

Fontes

ABREU, Maurício. *Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara (1635-1770)*. Disponível em http://mauricioabreu.com.br/.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro. *Batismos de pessoas livres de Nossa Senhora da Candelária*, Livro 3, 1695 a 1718.

_____. *Óbitos de Nossa Senhora da Candelária*, agosto de 1729 a julho de 1736, fólios 83 a 87.

Arquivo Histórico Ultramarino. *AHU_CU_017, Cx. 12, D. 1391* (21 de novembro de 1722, Rio de Janeiro).

---

[25] *Ibidem*, fólio 83v, linha 13.

[26] *Ibidem*, fólio 84, linhas 53ss, e 84v, da linha 50 até o final.

_____. *AHU_CU_017, Cx. 14, D. 1549* (10 de setembro de 1724, Rio de Janeiro).

_____. *AHU_CU_017, Cx. 16, D. 1787* (22 de junho de 1726, Rio de Janeiro).

IPHAN, Inventário MinC / Iphan / 6ª S.R., Módulo I, Rio de Janeiro I, *Igreja de Santa Rita*.

Rice University, Humanities Research Center. *ImagináRio*: Um Atlas ilustrado e diacronico da evolução social e urbana do Rio de Janeiro. Disponível em http://imaginerio.org/.

Referências bibliográficas

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Lisboa: Officina Real, 1711; Rio de Janeiro: 1837.

CALAÇA, Carlos Eduardo. A confissão como um dilema: cristãos-novos letrados do Rio de Janeiro, século XVIII. *Antíteses*, vol. 1, n. 2, jul.-dez., 2008, pp. 305-323.

Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização. *As Obras de Misericórdia Corporais e Espirituais*. São Paulo: Paulinas, 2016.

CUNHA, Ruy Vieira da. Os Piedosos Nascentes Pinto. *Jornal do Commercio*, 1º/5/1955.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica/IHGB/Instituto Light, 2011, 5 v.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Lisboa: Edições 70, 2013.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 102.

NARA JR., João Carlos. *Arqueologia da persuasão*: o simbolismo rococó da matriz de Santa Rita. Curitiba: Appris, 2016.

NETTO, Luís Alves. *Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguezia de Santa Rita*: sua origem e sua história. Trabalho executado por determinação da Mesa Administrativa de 1930 a 1931. Rio de Janeiro, s/ed., 1933.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição*: Prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PAMPLONA, Nelson Vieira. *Os Nascentes Pinto*. Rio de Janeiro, s/ed., 2016.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei o Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822, 8 v.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. As práticas de caridade na diocese de Mariana. Estímulos devocionais, interditos e protestos anónimos no século XVIII. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, v. 11, pp. 195-221, 2011.

SOUZA, Evergton Sales. Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa. *In: Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

TUPPER, Maria Clara. *Cariocas três e quatro centões*. Rio de Janeiro: s/ed., 1966.

Resumo

O exame do testamento do fundador da igreja matriz da Freguesia de Santa Rita, dom Manoel Nascentes Pinto (Rio de Janeiro, † 1731), proporciona ao historiador uma envolvente aproximação à sociedade carioca do século XVIII no que tange aos seus valores, à religiosidade de sua gente e ao desenvolvimento urbano. A localização do espaço geográfico no Rio de Janeiro da época, a utilização do documento para a comparação dos valores dos bens inventariados, como escravos e imóveis, constituem preciosas informações acerca de um período com escassos dados documentais. A par de tal importância, o artigo procura também levantar questões que merecerão ulteriores aprofundamentos.

Palavras-chave: Testamento de Manoel Nascentes Pinto; Rio de Janeiro; século XVIII.

Abstract

The analysis of the last will and testament of don Manoel Nascentes Pinto (Rio de Janeiro, † 1731), founder of the Santa Rita parish church, offers to the historian an engaging approach to the 18th century carioca societ, throwing light on her values, her people religiosity and her urban development. Besides precious informations about a period with so scarce documental data, the article also raises issues that deserve ensuing enhancements..

Keywords: *Testament of Manoel Nascentes Pinto; Rio de Janeiro; 18th century*

Recebido em 4 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

O ARCO-CRUZEIRO DA IGREJA CONVENTUAL DE SANTO ANTÔNIO: SÍMBOLOS E PERDAS

Magaly Oberlaender[1]

Desde seus tempos mais remotos, o cristianismo utilizou a imagem para evangelizar, usando-a como um dos mais perfeitos exemplares das Sagradas Escrituras. De acordo com seu sentido iconográfico, as imagens, sejam antropomórficas, zoomórficas ou fitomórficas, são distribuídas nos monumentos religiosos, em seus altares, cimalhas, molduras, portais e, também, nos paramentos, toalhas e alfaias. Sempre obedecendo não somente a uma hierarquia, mas, sobretudo, indicando correlação entre si. Assim, ao serem lidas e interpretadas, passam sua mensagem por meio de símbolos que, além do sentido religioso, transmitem o gosto da sociedade de determinada época. O símbolo é a mesma realidade em outra forma, em outro modo de ser. Ao mesmo tempo oculta, revela e comunica. O símbolo se caracteriza por sempre encerrar uma grande tensão entre o conceito e a figura, a abstração e a concretude. Ele interage totalmente com o espectador: dá participação e exige participação. Exclui-se a mera atitude de observador. Estabelece-se um relacionamento do visível com o invisível. O símbolo é a linguagem, a comunicação do mistério. Por isso sempre sua escolha como linguagem de diversas religiões para significar tudo que está acima da compreensão humana. Daí seu amplo uso, principalmente pela arte sacra.

A arte é inerente ao homem. E a linguagem alegórica, desde a Antiguidade, foi acolhida e usada pela Igreja. Em 1025 o Sínodo de Arras reconhece a importância de ensinar por meio da arte e decide: "Aquilo que as pessoas simples não conseguem compreender pela lei-

---

[1] Mestrado em História e Crítica da Arte – EBA/UFRJ. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras.

tura das Escrituras, poderia ser aprendido por meio da contemplação das figuras." Já em tempos de pós-modernismo, o conceito de símbolo é multifacetado e, até mesmo, confunde-se com simples sinais. Não encontram espaço no imediatismo e superficialidade desses tempos. Apesar de nos depararmos com uma farta exploração dessa linguagem, ela não é aprofundada, e acaba por não vingar. E, imediatamente, surgem novos que, por sua vez, também serão substituídos. Atualmente a efemeridade os caracteriza.

O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, monumento seiscentista, vem sofrendo, ao longo dos séculos, inúmeras intervenções, tanto relativas às eliminações quanto aos acréscimos, que, paulatinamente, o descaracterizaram. Os maiores danos se concentraram no arco-cruzeiro. Neste, foram excluídos e adulterados preciosos símbolos culturais referentes não somente ao seu valor histórico e artístico, como, também, do cristianismo.

O convento, como um todo, apesar de passar quase incólume pela sanha reformista que tomou conta da maior parte das igrejas do país no século XIX[2], não conseguiu escapar, já no século XX, da intervenção realizada pelos frades alemães que vieram para restaurar a Província Franciscana no Brasil. Desde sua construção até os dias de hoje, o arco-cruzeiro teve três feições: a original, a dos frades alemães (1920) e a do IPHAN (1953).

---

[2] A lei sanitarista de 16 de março de 1850, que proibia o sepultamento de pessoas nas igrejas e conventos, levou as igrejas a sofrerem grandes intervenções para deixá-las mais arejadas e menos pesadas. Em consequência, foram abertos óculos, janelas, lanternins, claraboias e portas para clarear e arejar e substituíram o tabuado de madeira e barro cozido do piso por mármore e lioz.

Arco-Cruzeiro original

Bild 27. Inneres der Antoniuskirche in Rio de Janeiro vor der Restaurierung.

Malereien, Statuen und Schnitzarbeiten zuzuschreiben sind, und bisher ist es nicht gelungen, anderswo diesbezügliche Angaben zu entdecken.

Ein großes Bild vom Tode des hl. Franziskus, das im ersten Stockwerk des Klosters hängt, wird einem José Vidal zugeschrieben.

O arco-cruzeiro, até os idos de 1920, ostentava seus elementos decorativos concebidos e dimensionados dentro da feição barroca. Sua talha robusta preenchia todo o espaço, e dois arcanjos, rompendo os limites impostos pelo emolduramento, ladeavam o brasão da Ordem Franciscana. Este se assentava numa concha de onde saíam contracurvados que o orlavam, tendo como arremate, em sua parte inferior, folhas de acantos originárias de outra concha. Encimando o escudo, os braços de São Francisco e de Cristo cruzados, representando as armas do fundador da Ordem, tendo uma coroa de espinhos arrematando-os. O escudo ogival era de ouro partido de vermelho, com as cinco chagas de Cristo de um lado e, do outro, representando o Reino de Portugal, a quina se apresentava com cinco besantes dispostos em aspas em cada escudete com bordadura de castelos. A insígnia da Ordem Franciscana, encimada por uma cruz, saía da parede do arco-cruzeiro e se projetava para o forro. Essa era uma disposição típica onde estão presentes o simbolismo, a estética barroca e a funcionalidade. Pelo aspecto simbólico, temos a cruz como elemento significante de ligação da Ordem com o céu, do material com o espiritual, represen-

tados por seu brasão (material) e sua projeção no forro (espiritual); já a estética barroca se fazia presente no rompimento dos limites impostos pela arquitetura pelo brasão e do *horror vacui*, duas situações características desse estilo; e, finalmente, com a inclinação do brasão se permitiu uma visão mais ampla e nítida aos fiéis, facilitando-lhes a leitura e melhor absorção dos ensinamentos contidos na imagem – assim atendeu, também, ao aspecto da funcionalidade.

O arco-cruzeiro original cumpria dignamente a sua função de pórtico da capela-mor, não somente pela integração perfeita da talha existente entre eles, mas por apresentar o mais representativo valor da Ordem Franciscana – a caridade expressa pelas imagens do Sagrado Coração de Maria e de Jesus que, simbolicamente, significam a doação total e plena. Essas iconografias eram muito presentes à época da construção do convento. E, normalmente, eram representados em conjunto, pois sua devoção difundia que sem a devida ternura para com o Coração de Maria[3] não se podia ter acesso ao Coração de Jesus[4]. Ao longo dos séculos, a Igreja vem demonstrando essa postura, já que esses dois corações representam, para os católicos, sua união no Mistério da Encarnação, Paixão e Morte.

Em 1545, no Concílio Tridentino, a Igreja introduziu grandes pompas litúrgicas e incentivo ao misticismo e aos sentimentos exacer-

---

[3] A devoção ao Coração de Maria teve seu começo ainda no início da Igreja, desenvolvendo-se na Idade Média e, posteriormente, ganhando grande destaque no início do século XX. A Bíblia, por diversas vezes, menciona o Coração de Maria. É também veneração dos mais puros sentimentos e afetos, a ardente caridade de Maria para com Deus, para com seu Filho e para com todos os homens, que lhe foram confiados solenemente por Jesus agonizante. No século XIII foi chamado de humanismo devoto. Durante toda a Idade Média, as principais escolas de Helfta, beneditina, franciscana e dominicana produzem textos de incomparável valor ascético e místico sobre o tema. E, no período seguinte, São Francisco de Sales e São Pedro Canísio, reforçando a devoção, reagem à invasão protestante ocorrida a partir de Erasmo com textos repletos de piedade humanista.

[4] O culto ao Sagrado Coração de Jesus teve seu início na sua crucificação. Os grandes santos já lhe faziam referências mesmo antes dessa devoção ser mais amplamente divulgada, sendo exaustivamente citado por todos os evangelistas na Sagrada Escritura.

badores, dando muita ênfase à vida de Maria e de Jesus e à veneração da Santa Cruz. E a devoção a esses corações se tornou perfeita para atender às diretrizes da Igreja. O Coração de Jesus porque sofreu a ponto de ser traspassado para derramar-se sobre todos os que nele crerem; e o Coração de Maria, sempre se voltando ao Seu Divino Filho, foi predestinado por Deus a sofrer com Jesus pela salvação da humanidade. Assim eles voltam a se tornar referências e objetos de especial veneração.

Com a chegada do barroco, a dramaticidade era empregada pelas linhas ondulantes e formas contorcidas. Porém a mesma dramaticidade pode ser transmitida de forma mais intelectualizada e pouco visível, por meio dos sentimentos passados pelas imagens, como é o caso dos Sagrados Corações. A forma é serena, mas o conteúdo é intenso. Não deixa de ser mais uma característica do barroco – o contraste.

Em resumo, essas devoções, ao longo dos séculos, sempre significaram o amor e a caridade como a mistura do mérito e o princípio de toda santidade. Essa é a bandeira da Ordem Franciscana que, a partir dessa virtude teologal, traça toda a sua atuação. E seu posicionamento está perfeito ao interagir com a insígnia da ordem. Portanto, isso faz com que o tema seja pertinente aos valores culturais da época e do franciscanismo.

Arco-cruzeiro da intervenção alemã

O ano de 1855 chegou trazendo tempos difíceis para todas as ordens religiosas motivados pelo decreto proibindo a admissão de noviços. Em consequência, as Ordens foram, aos poucos, deixando o Brasil. Apesar da resistência dos franciscanos, em 1878, restou apenas um frade da Província da Imaculada Conceição, que abrangia o território brasileiro da Bahia para baixo. A partir da República, com a separação entre a Igreja e o Estado, a situação exigiu uma intervenção de apoio da Ordem Geral Franciscana a fim de evitar sua saída do país[5]. Enviaram, então, frades alemães para restauração das duas províncias brasileiras: a da Imaculada Conceição, com sede no Rio de Janeiro, e a de Santo Antônio, na Bahia. No Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, os frades chegaram em 1906, porém as grandes obras de restauração do convento só ocorreram em 1911.

Infelizmente, apesar de bem intencionadas, as intervenções não foram felizes e levaram à descaracterização essa edificação que, ao longo dos séculos, havia mantido intatos seus mais caros valores históricos e artísticos. Dentre elas, seguem as referentes à composição e entorno do arco-cruzeiro, objeto de nosso estudo. O púlpito foi

---

[5] Os franciscanos estão no Brasil desde o descobrimento e chegaram no Rio de Janeiro em 1592. Foi a única Ordem que nunca deixou o país.

deslocado para posição mais baixa e próxima do altar e acrescido de nova escada de acesso; os arcos da coroas dos altares colaterais foram removidos, deixando à mostra seus forros, e a altura do telhado[6] foi alterada, resultando na modificação das formas do arco-cruzeiro e na reformulação da distribuição de seus elementos integrados para acompanhar as novas dimensões. Com isso, substituíram as pinturas representando o Sagrado Coração de Maria e de Jesus, contemporâneas à talha mais antiga e com suas devoções sendo largamente cultuadas pela sociedade da época da construção do convento, além de estarem carregadas de simbologia franciscana, conforme visto anteriormente. Foram substituídas por representações da nomeação de Santo Antonio para lente de teologia e da sua morte, ambas de autoria de Pedro Cechet; outros elementos de talha foram inseridos; e o escudo da Ordem e os dois arcanjos ficaram circunscritos ao limite do emolduramento. Além de ter sobrevindo, individualmente, uma grande perda para seus valores culturais, soma-se a isso o fato de a leitura iconográfica e iconológica do conjunto, formado pelo arco-cruzeiro e capela-mor, ter sido altamente prejudicada, quer seja na disposição quer seja na interpretação, já que um está intimamente ligado ao outro.

É relevante lembrar que a disposição das imagens dentro da igreja sempre obedeceu a uma ordem hierárquica e que, a partir do Renascimento, veio a ser facilitada quando as linhas horizontais predominaram, permitindo sua distribuição de forma mais equilibrada. Os franciscanos, com seus típicos altares colaterais formando um conjunto com o arco-cruzeiro, usam suas imagens para receber os fiéis e levá-los até o orago, no caso em questão, Santo Antônio. Na versão original desse conjunto, hierarquicamente encontrava-se do lado do Evangelho, o mais importante, Nossa Senhora da Conceição, a padroeira da Ordem Geral dos Franciscanos e a quem a Província é consagrada e, do lado da Epístola, São Francisco, seu fundador e acima, fechando o conjunto, o escudo da Ordem com seu principal lema, a caridade, representada pelos Sagrados Corações de Maria e de Jesus. Com a mudança promovida pelos alemães, essa leitura deixou de ser

---

[6] O forro engamelado da nave, próprio das primeiras construções brasileiras, foi transformado em arqueado.

feita, ocorrendo, além da repetição temática, já que a vida de Santo Antônio estava corretamente localizada e reproduzida dentro da capela-mor, uma incorreção hierárquica que eliminou importante simbolismo. Assim poderá também ser constatado quando do rebaixamento do escudo da Ordem, eliminando sua projeção para o forro, conforme análise realizada no início desse estudo.

Já ao analisar o aspecto estético, a composição anterior transmite harmonia no conjunto devido à localização e à prevalência das formas arredondadas, oferecendo perfeita integração das pinturas com o brasão. Porém com a intervenção dos alemães, as novas pinturas, além de serem muito grandes, encostam-se às linhas externas do arco-cruzeiro, nitidamente revelando uma adaptação do espaço, resultando numa composição pesada e desagradável.

Arco-cruzeiro da intervenção do IPHAN

Em 1953, novas intervenções ocorreram no Convento de Santo Antônio. E as obras ficaram sob a responsabilidade do IPHAN, sendo dirigidas por Dr. Lucio Costa e Dr. Reis. E, desta feita, todo o arco-cruzeiro foi modificado. As pinturas de Pedro Cechet foram substituídas por outras de autoria de Antônio Maria Nardi, semelhantes às antigas representando o Sagrado Coração de Maria e de Jesus.

E, numa tentativa de remoção dos excessos, redistribuíram os elementos decorativos entalhados, porém de maneira bastante espacejada, aferindo uma conotação rococó ao conjunto.

Apesar de parcialmente resgatado em seus valores culturais e as pinturas serem de muito boa qualidade, ocorreu um empobrecimento no todo e tornou-se notória a grande diferença entre a talha da capela-mor e a de seu pórtico. Aquilo, que deveria formar um conjunto totalmente integrado, passou a ser desarmônico, levando a uma visão contrastante com o tratamento dado a esses dois espaços.

Conhecendo um pouco dos artistas

Nada se sabe sobre a autoria das pinturas originais do arco-cruzeiro. Mas, quanto às realizadas posteriormente, existem dados concretos que levam à identificação de seus autores e ao delineamento de seus perfis. O artista das pinturas na época dos frades alemães foi Pedro Cechet e, na intervenção do IPHAN, Antônio Maria Nardi.

Não existe nenhum registro acerca do destino dado às pinturas primitivas dos Sagrados Corações, retiradas pelos frades alemães, como também, as que retratam a vida de Santo Antônio, retiradas pelo IPHAN.

Pedro Cechet – artista da intervenção alemã

Filho de Giácomo Antonio Cechet e Maria Madalena, era natural do Rio do Sul, Santa Catarina, teve inúmeras obras espalhadas pelas igrejas do sul, principalmente em locais de colonização italiana. Sua tendência desde menino para escultura, sendo que um presépio foi um dos seus primeiros trabalhos, é relatada por sua biógrafa, professora Lucy Cristina Ostetto, do Departamento de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Estudou pintura no Rio de Janeiro e na Europa. Sua pintura era essencialmente religiosa, reproduzindo cenas bíblicas, figuras de santos, ladainhas e todas aquelas que se referissem à Igreja. E, segundo sua biógrafa, “tinha a estrada como casa e as igrejas como leito”. Trabalhou também com pintura de estêncil imitando papel de parede. Morreu nos anos 1970, solteiro com me-

nos de 40 anos. Suas inúmeras obras estão espalhadas em igrejas de Blumenau, Laurentino, Ascurra, e no Vale do Itajaí. Outras podem ser também apreciadas em Içara, Igreja São Donato, na Capela de São Bom Jesus e na Catedral de Rio de Sul, sua cidade natal. Pedro Cechet realizou, também, toda a decoração da Igreja de São Roque, na divisa de Criciúma e Forquilhinha. Entre 1922 e 1935, esse artista trabalhou na decoração da Capela Cônego José Ernser, no antigo Collegio Seraphico Santo Antonio, fundado em 1918 por frades alemães da Saxônia. Esse período foi contemporâneo ao seu trabalho no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro Até a década de 1970 funcionou como seminário, e, em 1978, foi considerado Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Atualmente o prédio abriga a Prefeitura Municipal de Rio Negro.

A simultaneidade dessas duas obras, a temática (Santo Antônio) e os contratantes (frades alemães) explicam a escolha desse artista para a feitura e tema do trabalho no convento do Rio de Janeiro.

Capela Cônego José Ernser – decoração interna de Pedro Cechet.

Antônio Maria Nardi – artista da intervenção do IPHAN

A assinatura firmada nas telas do Sagrado Coração de Maria e de Jesus indica ser Antônio Maria Nardi o autor. Esse italiano de Ostellato nasceu em 1897. Fez seus estudos na *Accademia di Belli Arti di Bologna*, destacando-se como melhor aluno. Produziu intensamente

na cidade de sua formação. Em Bolonha tem obras na *Basilica-Santuario di S. Antonio di Padova, San Francesco, S. Cuore, Santa Maria del Misericordia, S. Bartolomeo e S. Maria dei Servi.* Obras de sua autoria também se fazem presentes em Milão, Emilia Romagna, Modena, Veneto e, também, na Suíça em Lugano. Diversificou sua arte manifestando-a entre pinturas de cavalete, vitrais historiados, pinturas murais e afrescos. O rigor e a desenvoltura de seu desenho produziram expressões com escorços ousados e complicados. Passeou com a mesma desenvoltura entre a arte religiosa e a profana. Participou de grandes mostras na Itália, dentre elas, *Alla Terza Esposizione Biennale Internazionale di Roma, Alla Mostra d´Arte Francescana* em Livorno e *Mostra Regionale d´Arte* em Ferrara, além de individuais. Muitos prêmios lhe foram conferidos e, também, grandes elogios dos críticos italianos como Arrigo Pozzi, Carlo D´Aloisio da Vasto, Giorgio Forlai, M. Cavani, Gualtiero Medri e Mario Bandinelli.

Sua trajetória no Brasil começa em fins de 1948, quando vem para o Rio de Janeiro a convite de amigos. Ao chegar já teve marcada uma mostra para a apresentação de seus trabalhos no Ministério de Educação e Cultura e, logo após, no Palace Hotel, com grande afluência e sucesso de público. Diferentemente de Cechet, Nardi não dirigia sua temática exclusivamente à arte religiosa, seu interesse se alargava, também, para os motivos sociais e históricos além das paisagens, naturezas-mortas e retratos. Sua arte foi incensada pelos críticos como Antonio Bento, Quirino Campofiorito, Celso Kelly em artigos publicados em *A Noite*, *O Jornal* e *Diário Carioca*, periódicos da época.

Antônio Maria Nardi produziu intensamente em seus dezesseis anos passados no Brasil, como mostram seus principais trabalhos. Rio de Janeiro: quadros do Sagrado Coração de Jesus e de Maria – Igreja conventual de Santo Antônio – Largo da Carioca; Sobre a Relva, óleo/tela – Museu Nacional de Belas Artes; vitrais e via-sacra da Capela da Casa de Saúde São José; murais e telas da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Grajaú; desenho ao monumento a *Belle Table* na Igreja de Santo Afonso da Tijuca; mosaicos de Nossa Senhora e os Arcanjos da Capela da Nunciatura da Rua Almirante Alexandrino 498; vitral atrás do altar-mor da Igreja Nossa Senhora do

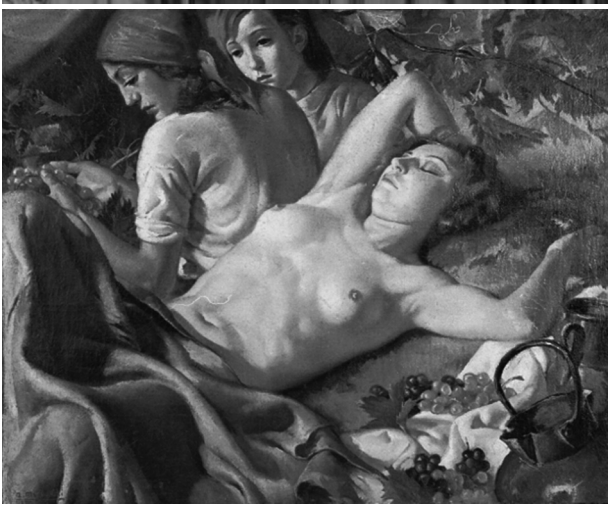
Carmo de Vicente de Carvalho; vitrais do Santuário Nossa Senhora de Fátima da Rua do Riachuelo; vitrais e via-sacra da Igreja Nossa Senhora da Luz da rua Ana Néri; quadro Batismo de Cristo situado atrás do altar-mor da Igreja São Francisco Xavier da Rua São Francisco Xavier; via-sacra da Igreja da Sagrada Família na Rua do Livramento; dois murais da Igreja Nossa Senhora das Dores da Rua Paulo de Frontin; murais de duas capelas e vitral da Capela de São Maximiliano; mural da cúpula do Batistério da Igreja Nossa Senhora da Glória do Largo do Machado; quadro intitulado *O Recenseamento* da Capela da C.E.R.I.S[7] de Santa Tereza; todos os vitrais da igreja e da sacristia da Igreja São Judas Tadeu do Cosme Velho; vitral de Santo Antônio e altar de Santa Terezinha da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora em Niterói; desenho para o monumento de Nossa Senhora de Fátima da Catedral de Niterói; cinco murais e trinta vitrais da Igreja do Sagrado Coração (Santuário das Almas) em Niterói; todos os vitrais da Igreja Nossa Senhora Madalena em Nova Friburgo; sete murais e quadro da Última Ceia da Igreja do Santíssimo Sacramento em Cantagalo; quadro de Nossa Senhora Medianeira e dois vitrais da Capela do Colégio Anchieta em Nova Friburgo. São Paulo: dezenove murais e via-sacra da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Pirajuí – Diocese de Lins; dezessete murais e quatorze vitrais, para-vento em vitral e mosaicos da fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Serra Negra – Diocese de Campinas; mural com a história de São Sebastião da Igreja de São Sebastião de Porto Ferreira – Diocese de Campinas; desenho ao monumento ao Pe. Anchieta São Paulo. Minas Gerais: quadro de São Bosco da Capela do Colégio Pio XII em Belo Horizonte; dois murais da Capela do Seminário de Higienópolis – Diocese de Leopoldina; A Última Ceia (3 x 10m) Santuário de Brasília – Brasília. Rio Grande do Sul: todos os vitrais da Capela do Colégio Espírito Santo em Bagé; vitrais da Igreja do Coração de Jesus em São Leopoldo.

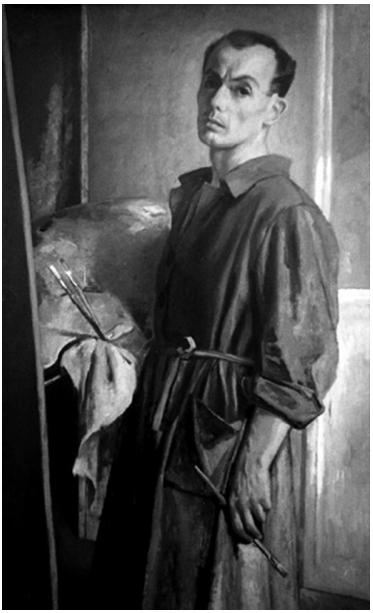
Viveu no Rio de Janeiro de 1949 a 1965, quando volta para a Itália. Ainda no Brasil, em 1964, o papa Paulo VI o agraciou com o título de *Cavaliere Commendatore dell´Ordine di S. Silvestre Papa* – aferido somente aos mais importantes artistas de obras religiosas

---

[7] Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social.

desde a antiguidade. Ao retornar a seu país é eleito membro da *Accademia Clementina di Bologna*. Morre no ano de 1973 em sua cidade. Após sua morte, duas homenagens lhe foram dedicadas: em 1986, uma retrospectiva na Galleria d´Arte Ponte Rosso em Milão e, em 1997, no Museo dell´Illustrazione em Ferrara, uma exposição comemorativa de seu nascimento, *Fate Soavemente Scarmigliate: Antonio Maria Nardi Illustratore – 1897-1973*.





Conclusão

A última intervenção foi esteticista. Nessa época, o critério de restauro prevalente no IPHAN era a remoção de tudo que fosse considerado excesso de intervenções anteriores. O monumento deveria chegar ao seu estado mais puro. A igreja conventual de Santo Antônio, com os excessos decorativos implantados pelos frades alemães, se tornou um campo bem propício ao emprego desse conceito. Em muitas outras igrejas brasileiras, os retábulos tiveram as repinturas removidas para valorização de seu trabalho de talha e, com isso, perderam sua policromia original subjacente. O importante era valorizar a talha, em seu aspecto mais puro. Era uma época em que os critérios de restauração, mesmo aqueles referentes aos elementos decorativos, eram totalmente definidos por técnicos que tinham formação nessa área. Houve erros e acertos.

Indiscutivelmente, quanto à questão das imagens dos dois sagrados corações, a última intervenção resgatou os valores culturais

originais próprios da época da feitura do arco-cruzeiro. Entretanto, com a eliminação de peças de entalhes, para espacejar esses elementos, surgiu um falso rococó que de muito empobreceu todo conjunto. Infelizmente, na época, se perdeu uma chance de resgate da força do estilo puro e as mensagens contidas em seus elementos. É recorrente frisar esse ponto, posto que ao serem apagados, eliminaram também sua identidade. Seus elementos decorativos passaram a ser mera decoração, descompromissados com seus valores históricos, principalmente por meio de sua rica iconologia, e seus valores artísticos.

De uma época representativa do início do barroco, a Igreja Conventual de Santo Antônio era um exemplar da mais pura teatralidade, conceito esse usado largamente nas construções religiosas. O palco (a capela-mor) e seu proscênio (o arco-cruzeiro ligando os dois altares colaterais) eram o centro das atenções, onde o espetáculo (as celebrações religiosas) se desenrolava. A plateia (os fiéis) deveria cumprir o papel de mero espectador, ocupava um espaço asséptico, totalmente desprovido de decoração, para não interferir no principal – o conjunto coeso formado pela capela-mor, arco-cruzeiro e os altares colaterais. Cumpriam-se, assim, quatro conceitos básicos do barroco: a teatralidade, o forte contraste (nave x capela-mor), o *horror vacui* (capela-mor, altares e arco-cruzeiro totalmente preenchidos por talhas e pinturas) e a ruptura dos espaços (anjos e as insígnias da Ordem rompendo o emolduramento). Além da resolução do Concílio de Trento para aquela época, impondo o uso às igrejas de imagens que suscitassem sentimentos de grande intensidade, como os sagrados corações, semelhante como ali se apresentavam.

No presente, com nova intervenção na igreja, outra chance de resgate da identidade desse tão belo e histórico monumento carioca se apresenta totalmente factível, sem incorrer em falso histórico ou artístico. Com o rebaixamento do teto da nave propiciando, automaticamente, uma compactação e agrupamento maior dos elementos decorativos entalhados já ficará sugerida uma disposição formal barroca. Além disso, foram encontrados diversos fragmentos de talha, pertencentes ao arco-cruzeiro original, que poderão ser montados e usados para o preenchimento do arco-cruzeiro de acordo com a feição

original. Com as peças primitivas sendo reintegradas e agrupadas diluirá a sensação do falso rococó, que tanto chama a atenção. A capela-mor possui diversas talhas em estilo rococó, mas foram absorvidas e confundidas pelo todo, mantendo, assim, seu aspecto geral barroco. Com esse procedimento, esses dois espaços se integrarão, tornando-os coerentes e harmoniosos. Nada de falso será apresentado por essa proposta, já que as talhas existentes retornarão ao seu lugar primitivo. E, finalizando, a volta à posição inicial dos anjos e das insígnias rompendo a limitação do emolduramento retornará ao seu original conceito. Assim poderão ser restabelecidos o simbólico e o histórico, que estão intimamente ligados, o estético e o funcional conforme anteriormente analisado.

Referências bibliográficas

BELLITTO, Christopher M. *História dos Concílios da Igreja. De Nicéia ao Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2010.

CAMPOS, Correia de. *Imagens de Cristo em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

CAROLI, Ernesto org. *Dicionário franciscano*. Petrópolis, Vozes, 1993.

COYLE, Kathleen. *Maria na tradição cristã*. São Paulo, Paulus, 2000.

EVDOKIMOV, P. *La conoscenza di Dio secondo la tradizione orientale*. Roma: 1983.

GIEBEN, Servus. *Lo stemma francescano*. Roma, Istituto Storico dei Cappuccini, 2009.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

PAVONE, Mario Alberto. *Iconologia francescana*. Perugia: EDIART, 1988.

PELIKAN, Jaroslav. *A imagem de Jesus ao longo dos séculos*. Trad. Luiz Antonio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

RÉAU, Louis. *Iconografia del arte Cristiano*. Iconografia de la Biblia. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996.

Periódicos:

OBERLAENDER, Magaly. "Algumas notas sobre a imagem de Jesus Cristo". *Grande Sinal*. Petrópolis: Editora Vozes, Ano LXV, pp. 465-475, jul./set. 2011.

OBERLAENDER, Magaly. "Maria, um referencial franciscano". *Boletim do CEIB – Centro de Estudos da Imaginária Brasileira*. Belo Horizonte: Vol. 13, nº 46, julho de 2010.

Resumo

Este artigo aborda o símbolo como linguagem da religião e a importância dessa leitura na escolha dos critérios de restauração dos monumentos religiosos. O arco-cruzeiro do convento de Santo Antônio e suas diferentes intervenções que eliminaram preciosos valores culturais significativos da linguagem simbólica da época de sua construção. Esses valores são preciosos, não somente para o patrimônio brasileiro mas, principalmente, por pertencerem à História Cultural do Cristianismo.

Palavras-chave: Iconologia; Convento de Santo Antônio; Critério de Restauração; História cultural.

Abstract

This article treat about the symbol as a language of religion and the importance of this reading in the choice for restoration criterions of religious monuments. The arch-cruise of Santo Antonio convent and their differents interventions that eliminated precious cultural values significants of the symbolic language from the time of its construction. These values are precious not only for brazilian´s heritage but, principally, because belong to the Culture History of Christianism.

Keywords: *Iconology; Convento de Santo Antonio; Restoration Criteria; Cultural history.*

Recebido em 4 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

AS DIFICULDADES DA REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA NO INÍCIO DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO AURELIANO PORTUGAL (1895)

Nelson de Castro Senra[1]

> *Infelizmente, nesse borborinhar de progresso, o Brasil, colosso de riquezas, segundo proclamam as mil bocas da fama, não tem e nem pode ter consciência perfeita se tal fama merece. Temos tido sempre verdadeiro horror à estatística! Aureliano Portugal*[2]

Felizmente, com o passar do tempo, vindo o IBGE, sumiu esse horror. Contudo, ganhou solidez e ordem a estatística na dimensão nacional, mas nem sempre nos âmbitos estadual e municipal. No cenário municipal, particularmente, ainda que a situação tenha melhorado, em relação ao descrito por Aureliano Portugal, ao menos em muitos municípios, na maioria dos mesmos, a situação continua parecida. De fato, muitos municípios seguem esperando as estatísticas elaboradas pelo IBGE que, embora as produza também na dimensão municipal, tem por vocação principal fazê-las na dimensão nacional e/ou regional. Não as produz nos detalhes necessários aos municípios. Então, sem dispor das estatísticas necessárias, feitas por um serviço regular, a gestão pública navega ao acaso das ondas, sempre sujeita a

---

[1] Doutor em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador e Professor no IBGE. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

[2] CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Assembleia Geral. Resolução n. 173, de 17 de julho de 1941. Manda incluir nos anais do Instituto o plano de organização da estatística do Distrito Federal, elaborado por Aureliano Portugal. In: _____. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*: nos163 a 232: quarta sessão ordinária. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, pp. 22-75. Tomo V. p. 28. (D'ora em diante, as páginas das citações feitas serão as dessa publicação do IBGE, a menos de indicação em contrário).

naufragar, donde, na essência, pouco mudou. Assim sendo, voltar nossa atenção à *Memória de Aureliano Portugal* é oportuno e proveitoso.

A *Memória de Aureliano Portugal* foi escrita em janeiro de 1895 "ao se inaugurarem os trabalhos do Conselho Municipal"[3], na gestão de Francisco Furquim Werneck de Almeida, de 1º de janeiro de 1895 a 16 de novembro de 1897 (que sucedeu a Henrique Valadares), sendo publicada nos *Anais* do referido Conselho Municipal, em novembro de 1896. Devido ao incêndio ocorrido no arquivo do mesmo Conselho, perdeu-se a primitiva publicação, sendo então reproduzida por determinação do prefeito Amaro Cavalcanti (15 de janeiro de 1917 a 16 de novembro de 1918), segundo explica Aureliano Portugal num prefácio elaborado para tal reprodução. O IBGE a pôs em seus *Anais*, por decisão da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística (em 17 de julho de 1941), e também a divulgou na *Revista Brasileira de Estatística* (v. 2, n. 6, abr./jun. 1941), na seção "De Ontem e de Hoje".

Cento e vinte anos após sua primeira publicação, e setenta e cinco anos após a última, é, sem dúvida, oportuno retornar à *Memória de Aureliano Portugal*, não apenas em seu caráter histórico, como expressão de um momento passado, em boa medida superado, mas também como expressão de realidades ainda existentes.

Antes de seguir, é preciso ter presente que estaremos transitando por três tempos: 1895, a data da *Memória* (sendo 1896 sua primeira publicação); 1918, a data de sua primeira reedição (sendo 1941 a data de sua última reedição); e o nosso tempo, depois de uma intensa mudança na trajetória estatística nacional, com o IBGE aos 80 anos de vida (em 2016). Afora que em 1918, Aureliano Portugal já fizera o Censo de 1906, no antigo Distrito Federal, na gestão do prefeito Pereira Passos (30 de dezembro de 1902 a 16 de novembro de 1906), e que marcou uma inflexão positiva na trajetória censitária brasileira. Na ocasião, contou com o concurso de José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, que mudou o rumo da atividade estatística brasile-

---

[3] Nota de rodapé n. 1 da referida *Memória*, à p. 27.

ira (ao assumir o comando da Diretoria Geral de Estatística em 1907 até 1909, e voltando à direção geral em 1915), e que, entre várias incríveis realizações, faria Censo Geral de 1920, o único censo grandioso da Primeira República, que seguiu de perto os passos do Censo de 1906. Ainda assim, entendeu que sua *Memória* seguia atual em 1918.

Breve perfil de Aureliano Portugal

Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal, ou apenas Aureliano Portugal, como ficou conhecido, nasceu em Santo Antônio do Capivari, freguesia do município de Rio Claro (onde nasceu o prefeito Pereira Passos), na província do Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1851. Por curiosa coincidência, antecipando sua trajetória futura, dois dias depois seriam editados os decretos que intentaram a realização da primeira operação censitária brasileira, ao tempo do gabinete dirigido por José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre.

Aluno do famoso Colégio de Humanidades, em Nova Friburgo, em 1874 se formaria em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano o Império começava a divulgar o seu primeiro recenseamento, realizado em 1872. Nele, Aureliano Portugal fora contado. Formado, clinicou em sua cidade natal.

Foi deputado provincial fluminense no Império e deputado estadual (também fluminense) na República. Terminado o mandato, voltou à clínica médica, agora em Niterói. Em 1890, entrou no serviço público do antigo Distrito Federal, onde faria longa e notável carreira. Começou exercendo a demografia na Inspetoria Geral de Higiene Pública (logo chamada de Diretoria Sanitária), e já no ano seguinte elaborou o "Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária do Rio de Janeiro", primeira publicação do gênero no Brasil.

Desde 1893, e até falecer, ao ser criada a repartição de estatística do Distrito Federal, foi, sucessivamente, seu chefe de sessão, seu subdiretor e seu diretor-geral. Em 1906, na gestão do prefeito Pereira Passos, ao fazer o Censo da Cidade, alcançou seu máximo sucesso. Na gestão seguinte, do prefeito Souza Aguiar, divulga os resultados daquele censo (1907), em admirável publicação: "Recenseamento da

Cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Feito em 20 de setembro de 1906"[4].

Não obstante a escassez de recursos, segue publicando estatísticas, com destaque ao *Anuário das Estatísticas Municipais*. Entrementes, torna-se membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia e, pouco depois, da Academia Nacional de Medicina. Em 1918, o estudo em pauta, vale marcar, é reeditado.

Falece na capital, a cidade do Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1924, tendo assim podido vivenciar o sucesso de Bulhões Carvalho, seu colega no censo de 1906, com o censo de 1920, e no Pavilhão de Estatística, na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Tinha 73 anos, completos.

Os pontos focais da *Memória*

O texto de Aureliano Portugal pode ser analisada sob quatro pontos: A) as fontes usadas para extração das informações elementares (ou primárias ou primeiras), que depois de sucessivas agregações gerariam as estatísticas, bem assim, o acesso ou alcance às mesmas; B) o exíguo espaço e a carência de material disponível à repartição de estatística, tendo em conta a natureza do seu trabalho cotidiano; C) o pessoal, a um só tempo de difícil seleção, entre outras razões, por insuficiência de formação, e difícil fixação, por insuficiência de remuneração; D) a posição inadequada na hierarquia da administração municipal da repartição de estatística, o que fazia com que todos os pontos anteriores se agravassem. – Ainda que sejam esses os pontos focais no texto, eles não estão nesta ordem, contudo, aos olhos de hoje, com melhor domínio do processo de pesquisa, esta é a melhor maneira de os analisar.

---

[4] Em 2012 saiu uma primorosa edição fac-similar pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: "O Censo de 1906 do Rio de Janeiro." Essa reedição trouxe um prefácio de Nelson de Castro Senra, sob o título: "Em 1906, o bom senso do censo e seus bons frutos" (pp. 11-68).

Outro aspecto na Memória, que precisa ser marcado, é seu caráter prático (ou pragmático), sem quase nenhum incursão teórica de valor, não obstante eventuais menções a autores de época (em geral com nomes incompletos), com ênfase aos franceses Maurice Block e Alfred Legoyt, e breve menção ao belga Adolphe Quetelet e ao prussiano Ernest Engel. Essas menções apenas davam lustro ao texto, como era comum à época.

A) Fontes e acesso às mesmas

Aureliano Portugal afirma que, "em todas as nações em que existe estatística oficial, ela sempre lutou com os embaraços de toda espécie, má vontade de uns, ciúmes de outros, receio e até ódio de muitos contra a fiscal curiosa e importuna" (p. 30), da demanda da repartição de estatística pelas informações necessárias à elaboração das estatísticas. Não raro esse olhar de fora, diz ele, é visto como fiscalizador, daí, como indesejável, até como perigoso. Essa forma de perceber do demandado, daquele que detinha o controle dos registros, resultava dele não entender que as estatísticas resultam de sucessivas agregações, jamais revelando as partes que a compõem. Seria preciso educá-los, explicando-lhes a natureza do processo estatístico, mas era querer muito naquele tempo.

A situação descrita se agravava na medida em que se estava falando de registros públicos (de natureza administrativa), que, em sendo públicos os serviços, a menos de terem alguma regra legal de sigilo, não haveria por que não repassá-los a outras repartições também públicas, como a de estatística. Mas se dava a recusa. Essa situação, *mutatis mutandis*, ainda ocorre, não sendo simples acessar registros públicos.

Acessar tais registros, Aureliano Portugal tinha clareza, não invalidava a produção rotineira de certas estatísticas pelas próprias repartições. Mas essas estatísticas seriam diferentes das que cabia à repartição de estatística produzir, porque seriam de natureza administrativa, tendo interesse de individualizar seus componentes. Ou seja, eram (e são) estatísticas para identificar situações anormais diante de uma regra, por exemplo.

Afirma ainda, não sem irritação, muitas vezes não haver o próprio registro. Não se trata de se lhe negar a informação, porventura existente, pelo seu depositário, nem mesmo de não se tê-la feito de modo correto, antes de tudo, mas de sequer o instrumento em que ela devesse ter sido registrada. Numa palavra, faltava o livro, o papel, o formulário, e, por consequência, a rotina de anotação dos fatos da vida pública dos cidadãos.

Ora, como houve registros no Império, dizer que o antigo regime não dava a menor atenção ao município, "No regime extinto a administração municipal, sem vida própria, era como se não existisse, não passando de insignificante apêndice do governo central, sem autonomia alguma, sem ideal e desprovida dos mais insignificantes recursos" (p.38), é um evidente exagero, e ele o corrige ao realçar os passos iniciais da autonomia do Distrito Federal, antigo Município Neutro (ou Corte). Daí, sim, por uma nova Lei Orgânica Municipal, dada pela Lei Federal n. 85, de 20 de setembro de 1892, decorria melhor e maior ordem, logo, novos registros, por certo de lenta criação, até mesmo faltando repartições.[5] Desta forma, passados apenas quatro anos, havia muito que fazer.

Fosse como fosse, em meio a esse formar e reformar do Distrito Federal, com prefeitos tendo curtas gestões, e sendo escolhidos por afinidades políticas e não por maiores valores como gestores, terá havido menos encontros que desencontros. Então, muitos registros terão surgido sem nenhuma racionalidade, anotando a menos que a mais, com perdas de tempo e de recursos, por certo não tendo as repartições cruzado seus mútuos interesses, muito menos terem considerado a possibilidade de também serem geradores de estatísticas e não

---

[5] Com o golpe militar que proclamou a República, em 1889, a Câmara dos Vereadores foi transformada em Conselho de Intendência Municipal, e seus membros nomeados pelo Governo Federal (antes, os vereadores era eleitos), mas conservadas as funções legislativas e administrativas, cabendo ao presidente do Conselho a administração da cidade. Dentro desse novo modelo, o primeiro intendente foi Francisco Antônio Pessoa de Barros, o segundo José Félix da Cunha Meneses, o terceiro, e último, Nicolau Joaquim Moreira. Em seguida, vieram os prefeitos, sendo o primeiro o médico Barata Ribeiro.

apenas serem instrumentos de administração. Desta forma, Aureliano Portugal ainda teria muito que se queixar ao longo do tempo, e muitos de seus sucessores igualmente, e até hoje.

Agora, quanto a chegar aos registros, a situação não era das mais difíceis. Tratava-se de chegar a um local urbano bem definido, com nome de rua e número na fachada: a uma repartição, a uma escola, a um hospital, etc. Assim, no local, a questão se tornava ser bem recebido por aquele que se sentia o "dono" dos registros, e isso se resolvia ou por jeito pessoal ou pelo peso da autoridade que estatuísse a relevância das estatísticas, como, por exemplo, Pereira Passos o faria em sua gestão, o que nem sempre ocorre[6]. No caso das pesquisas diretas, como é o caso dos censos, quando se elaboram os registros estatísticos, é preciso localizar os informantes, sejam os domicílios, sejam as empresas, e para localizá-los é preciso ter nome das ruas e número dos prédios, o que torna tudo mais exigente. Em 1849, por exemplo, quando Haddock Lobo fez um censo na cidade, ele viveu dois problemas: primeiro, a falta de nomes nas ruas e números nas casas, e, segundo, o não acesso aos registros públicos, não raro incompletos, como constatou. Hoje, ainda há muitas regiões da cidade em que há ausência de nomes nas ruas, e números nas casas, e não apenas nos morros.

Outro ponto delicado era a queixa que fazia de não conseguir acesso a certas estatísticas já elaboradas, como as de origem censitária, como as derivadas do registro civil, entre outras, de produção rotineira da Diretoria Geral de Estatística[7], de âmbito federal, sob o argumento, diziam a ele, de serem "segredo de estado", o que era um óbvio absurdo, de modo que atribui a negação a um "sentimento injustificado

---

[6] Vale lembrar que o IBGE do seu início em 1936 até 1964 gozou da força de ser um órgão da Presidência da República, ou seja, estar subordinado diretamente ao Presidente da República.

[7] É difícil afirmar com segurança quem estava no comando dessa Diretoria em janeiro de 1895, quando Aureliano Portugal escreveu sua *Memória*, mas, o mais provável é que fosse o romancista Raul Pompéia. Mas, como o caso narrado se refere ao tempo em que ele era demografista na Diretoria Sanitária, então o diretor-geral era Timóteo da Costa. Já quando a *Memória* foi publicada, o diretor-geral era Mendes da Rocha.

de rivalidade" (p. 31). Para consegui-los precisou recorrer "às nossas relações pessoais" com pessoas que lhe puderam fazer a liberação das informações, mas, "mesmo assim, foi necessário dar pessoal para copiá-los, quando, entretanto, sabíamos já existirem provas impressas destinadas ao relatório do mesmo ministro" (p. 31), o ministro a quem pedira socorro. Nada disso se justificava.

> *Podíamos multiplicar fatos; mas os que ficam demonstram à saciedade que em um meio atrasado e refratário a prestar quaisquer informações que lhe sejam solicitadas, como é em geral o nosso meio administrativo, a luta para se organizar trabalho regular de estatística há de ser longa e difícil, dependendo o seu triunfo da tenacidade e da boa vontade dos encarregados de tão útil quão importante serviço e da efetividade do auxílio e da proteção dos altos poderes públicos.* (P. 31-32).

Pois o próprio Aureliano Portugal foi um desses homens tenazes, e também o seria José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, que com ele atuaria no Censo de 1806 na Cidade do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Pereira Passos. Este, a seu turno, seria o grande mestre de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que idealizaria e animaria por muitos anos o IBGE, sem olvidar seu mais longevo presidente, o diplomata José Carlos de Macedo Soares.

B) Espaço e material disponíveis

Aureliano Portugal revolta-se vivamente com a localização da repartição de estatística, funcionando "em promiscuidade" com outras duas seções, e segue dizendo que a grande sala em que todos estão "não comporta o pessoal que nela trabalha e muito menos o material mais indispensável, de sorte que é difícil e mesmo impossível manter-se a ordem necessária para o bom funcionamento da repartição" (pp. 32-33). São ao todo 43 mesas em 140 m², tornando impossível "obter o silêncio indispensável para regularidade do serviço" (pp. 33), que, realça, exige atenção, com risco de se errar em somas e em cópias de números. Dessa forma, afirma que "o tempo do expediente da repartição constitua verdadeiras horas de suplício, em que o funcionário fatiga-se, extenua-se sem ter produzido trabalho equivalente ao cansa-

ço físico e intelectual em que fica" (p. 33). A seu juízo, o trabalho da estatística "exige repouso e concentração intelectual, grande calma e, sobretudo, profunda atenção" (p. 33).

Sob o prisma do material, afiança "quão penosas, precárias e impossíveis são as suas condições atuais". Observa que o "bom êxito dos trabalhos de estatística é a ordem no seu material, nos elementos das mais diversas espécies e origens, que, reunidos, coordenados e convenientemente preparados, segundo os seus métodos, ela assimila e transforma" (p. 33). E diz que lhe faltavam armários, estantes para ter em ordem esse material, e tê-lo acessível e reservado apenas ao pessoal da repartição de estatística, não o deixando violável a intrusos. Não tinha, afirma, mais que um armário ou estante de "pequenas dimensões", o que lhe indigna vivamente, embora procure entender por ser aquele um tempo de início, um momento de "aclimação da estatística oficial entre nós" (p. 33).

> *Sem outro intuito que não seja o de melhorar as condições do serviço especial a nosso cargo e de colocá-lo em estado de poder demonstrar a sua utilidade, sem intenção, portanto, de ferir as susceptibilidades de quem quer que seja, cumpre-nos, entretanto, dizer que, se nenhum critério presidiu à organização da Repartição de Estatística Municipal, pondo-a em condições de só poder desprestigiar-se pela sua inutilidade, menos ainda houve na sua instalação, não se lhe dando os recursos mais comezinhos para bem funcionar.*
>
> *Não se diga que houve aquiescência ou conivência da nossa parte neste estado de cousas, pois que, desde que se instalou a secção de estatística, temos clamado e reclamado contra ele, já demonstrando, com os subsídios das pequenas luzes da nossa curta experiência e dos nossos estudos sobre o assunto, que tal organização era defeituosa e constituía verdadeira anomalia na espécie, só podendo dar resultados negativos, já pedindo local para trabalhar, por ser impossível fazê-lo no meio ruidoso e movimentado que nos foi designado.* (pp. 33-34).

Quatro pontos precisam ser acrescidos.

Primeiro, à falta de espaço e de material observada por Aureliano Portugal considere que ele está tratando somente de pesquisas indiretas, ou seja, usando registros públicos, e é de se supor que lhe chegavam unicamente folhas síntese (planilhas) das informações primárias extraídas dos referidos registros, e não os próprios. Isso já lhe reduzia bastante o volume de material, mas mesmo sendo assim haveria diversas folhas a serem postas em outras e em outras e em outras, numa sucessão delicada que exigia cálculos e cálculos, não raro apenas somas, mas sempre a cobrar muita atenção. Se as folhas de apuração estivessem preenchidas com falhas ou com erros, então a atenção seria exigida mais ainda.

Segundo, à qualquer iniciativa de pesquisa direta, como um censo, então a falta de espaço seria agravada, pois a quantidade de questionários e outros formulários que chegariam à repartição seria avassaladora. Naquele momento, fazer um censo era sonhar um sonho impossível, mas talvez Aureliano Portugal o sonhasse. Contudo, se bem visse o drama que a Diretoria Geral de Estatística vivia para fechar o Censo de 1890, talvez se refreasse, mas, ao calor do momento era difícil, quase impossível, perceber o drama então vivido. Fosse como fosse, o Distrito Federal só faria um censo em 1906, e seria o único que faria no período republicano, a despeito dos esforços de Aureliano Portugal em repetir a façanha.

Terceiro, afora precisar de espaço para guardar o material de trabalho, a repartição de estatística precisaria de espaço para manter um mínimo de livros. Em parte, os anuários e relatórios que produzisse, e em parte, livros de formação, de modo a estimular a leitura e o debate entre seus técnicos. Infelizmente, uma biblioteca de formação não estaria disponível em português, senão em francês, em italiano e em alemão, alguns poucos em inglês; e haveria os *Comptes Rendus* dos Congressos Internacionais de Estatísticas do século XIX, sempre apreciados, e relatórios das reuniões do Instituto Internacional de Estatística.

Quarto, por fim, correlato, seria preciso espaço para conferir as provas, em várias versões, do que viesse das gráficas, fossem rela-

tórios, fossem anuários. Isso exigia mesas largas e muito silêncio para leitura cuidadosa, não raro com alguém falando e outro conferindo. Aliás, essa era uma forma comum de trabalho nessa época nas repartições de estatística, ou seja, cálculos e checagens de números por leitura em voz alta. O fato é que um erro numa publicação, sendo essa a única forma de divulgação de estatística, levava a efeito perverso terrível, dessa forma, de fato exigindo muita atenção nas conferências.

C) Seleção do pessoal

Nesse ponto Aureliano Portugal mostrou conhecer a literatura internacional. Refere-se à existência dos seminários de estatística de Berlim, sabendo que foram criados por Ernest Engel, "que o ilustrou com suas lições bissemanais de teoria e técnica estatística", tinha noção do que ocorria na França e em Viena. Isso, afirma, evidencia a natureza especial com que deve ser tratada uma repartição de estatística, não lhe sendo imputado qualquer pessoal, mas antes um pessoal adrede preparado, o que não se deu na cidade, quando a escolha recaiu sobre pessoas sem nenhuma formação, nem as mais básicas. Não se deram conta de que

> *...há nos trabalhos de organização de estatística alguns que exigem conhecimentos especiais, como sejam os que se referem à viação e circulação, abastecimentos de águas, esgotos, que só podem receber conveniente preparo de quem tenha noções sólidas de engenharia; outros, como os referentes à demografia nas suas relações com a medicina e com a higiene, que só poderão ser feitos por médicos ou por quem tenha, ao menos, noções de tecnologia nosográfica, afim de não confundir fatos inteiramente diversos e separar os da mesma ordem ou espécie, como se está observando nos trabalhos da Diretoria de Estatística do Estado de São Paulo; outros, enfim, por quem conheça contabilidade e escrituração mercantil e tenha noções de finanças e de economia política, como sejam os que se referem aos movimentos financeiros, econômicos, industrial e outros.* (pp. 34-35)

Dois pontos saltam aos olhos. Primeiro, Aureliano Portugal não se refere ao servidor da repartição de estatística como estatístico, e talvez a razão para isso é ele próprio se referir como demografista,

médico que era, e dedicado às estatísticas da população; outra razão é não haver ainda muita clareza das funções internas do processo de produção das estatísticas, àquele tempo. Segundo, é perceber o imperativo interdisciplinar absolutamente natural na produção das estatísticas, ainda que naquele momento não contasse com tantas formações especializadas; o fato é que essa noção de várias disciplinas atuando na repartição de estatística acabou esmaecida ao longo de muito tempo, e precisou ser recuperada.

Voltando. A saída proposta por Aureliano Portugal à falta de cursos de formação seria escolher em cada repartição, ao menos, um funcionário com experiência, e com eles formar o quadro da repartição de estatística: "conhecendo já bem os serviços em que trabalhavam, facilitariam a missão investigadora e fiscal da estatística" (p. 35). Esse pessoal, segundo entendia, seria ótimo para tratar da "parte analítica", ou seja, "escolha e organização dos dados fornecidos pelas diversas repartições, nas suas discriminações e parcelamentos em quadros, de acordo com os modelos previamente preparados" (p. 35). A este trabalho analítico considera como o "esqueleto (da estatística), com todas as suas deformidades, que ela enroupa e vivifica" (p. 36). Par a par haveria o "trabalho sintético" que, afirma, "constitui a parte verdadeiramente científica da estatística", cujo pessoal "deve ser outro e muito especialmente escolhido entre profissionais de reconhecida competência" (p. 35).

> *Se a estatística não pode ainda ser considerada verdadeiramente como ciência na sua verdadeira acepção, ela constitui um conjunto de fatos logicamente concatenados, intimamente unidos e sujeitos a leis estudadas e conhecidas. A demografia, por exemplo, – parte constitutiva e integrante da estatística – já é considerada como ciência, com princípios definidos, perfeitamente estudados e elucidados com o mesmo rigor das outras ciências sociais e econômicas. (...) A síntese, e especialmente a síntese comparativa, é a alma da estatística. (...) Os quadros analíticos constituem apenas a matéria-prima que a síntese aproveita, assimila e transforma em realidades inteligíveis, do mesmo modo que o artista transforma o mármore bruto em estátua cheia de belezas.* (p. 36-37)

Por conta da síntese, Aureliano Portugal se queixa de não haver na repartição de estatística um cartógrafo. Assim sendo, ele é visto como alguém que elabora gráficos, diagramas e cartogramas, ou seja, alguém que participa da divulgação dos resultados, e não da criação dos mapas usados na coleta de informação. Estes, aliás, são essenciais nas pesquisas diretas, mas são apenas residuais (auxiliares) nas indiretas. E ele diz ainda:

> *O método gráfico, inventado por Willian Playfair, ainda em fins do século passado, porém só conhecido no começo do atual, tem por fim tornar sensíveis à vista as relações de grandeza, quantidade ou de intensidade existentes entre os fenômenos da mesma espécie. Como as cartas geográficas – a cartografia estatística presta relevantes serviços, não só facilitando a aquisição de conhecimentos, como auxiliando a memória a retê-los. Os diagramas constituem ainda recurso mais precioso, e nenhuma repartição de estatística pode prescindir deles pelas vantagens que trazem como o meio de tornar os fatos, que a estatística estuda, mais acessíveis ao estatístico e ao leitor.* (p. 37)

Ao passar do tempo, Aureliano Portugal já veria a divulgação dos resultados censitários de 1906 valendo-se de gráficos, e mais adiante seria testemunha dos magníficos gráficos pictóricos que Bulhões Carvalho introduziria nas publicações da estatística nacional, ele também lutando pela aquisição de um cartógrafo.

D) Posição na hierarquia

Quando formada, a repartição de estatística foi colocada na Secretaria Geral da Prefeitura, como seção e junto a outras duas, ambas de caráter meramente administrativo. Dessa forma, a natureza da estatística não fora entendida, e sua produção se agravara uma vez que seu corpo técnico foi tratado como os das demais seções, inclusive na escala salarial. Mesmo quando conformada como subdiretoria, em 1902, com duas seções, e, pouco depois como diretoria, seguiu com alocação inadequada, a juízo de Aureliano Portugal.

> *Colocar o chefe do serviço de estatística municipal na dependência de superiores hierárquicos, cercear-lhe por este meio a autonomia*

> *científica, a iniciativa e a liberdade de ação no exercício do cargo, é criar novas dificuldades além daquelas com que naturalmente luta a fim de obter os dados precisos para a organização das estatísticas em meio administrativo, como é o nosso, atrasado e refratário a prestar as informações que lhe são solicitadas.* (p. 29)

Embora não expresse com clareza, Aureliano Portugal antecipa anseios que, ao longo do tempo, dominariam o cotidiano das direções dos órgãos oficiais de estatísticas. Todos sabem que precisam de autonomia e independência para bem cumprir seu desiderato, pautando-se unicamente nas ciências e/ou nas recomendações emanadas das organizações internacionais competentes (como a OIT, a OMS, a UNESCO etc.). À época para poder ascender sobre secretarias e autarquias, nelas tendo acesso ao conteúdo dos registros públicos, a repartição de estatística precisaria estar junto ao próprio prefeito, como Pereira Passos o faria quando do Censo de 1906, colocando-a na antessala de seu gabinete.[8]

Nada disso sendo possível, Aureliano Portugal propõe a criação de um Conselho Superior de Estatística, pelo qual pensava adentrar as secretarias e autarquias. Para entender essa proposta é preciso, antes, discutir outro tema, qual seria a melhor prática cotidiana de articulação do conjunto das estatísticas produzidas, se a da centralização ou se a que ele chama de concentração. Logo, afasta a centralização, porquanto a considera inviável, posto que muito atrativa, dando atenção à concentração, porque "torna possível e facilita as comparações e garante a uniformidade, questão vital para o êxito da estatística" (p. 42), o que hoje é chamado de coordenação. Mas como conformar uma concentração, se só tem uma repartição desprestigiada, com recursos humanos despreparados, em reduzido espaço e material mínimo? Pelo Conselho, idealiza.

Adolpho Quetelet oferece o modelo, com a comissão que formara na Bélgica. Por essa forma, cada secretaria e cada autarquia de-

---

[8] Vale lembrar que o IBGE foi criado como órgão da Presidência da República, estando subordinado diretamente ao presidente da República, e assim ficou sendo de 1936 a 1964.

signariam um representante para o Conselho Superior de Estatística. Nesse colegiado tudo seria discutido, de modo que haveria uma tomada de decisão em conjunto, atendendo aos interesses e tendo presença das limitações e dificuldades de todos. Dessa forma, nenhuma secretaria ou autarquia se sentiria como que invadida quando demandada pela repartição de estatística, pois entenderia as razões da demanda que teria que atender, e ao fazê-lo, nos moldes acordados, saberia dos cuidados que deveria tomar, com risco de não se vir a gerar, ao fim e ao cabo, uma boa estatística.

Adiante, quando Bulhões Carvalho assumiu o comando da Diretoria Geral de Estatística, na esfera federal, criou um Conselho Superior de Estatística, no qual tinham assento as mais altas autoridades da República. Ele imaginava que, se essas autoridades entendessem as demandas feitas aos seus órgãos, passariam aos seus subordinados, nas várias escalas, as devidas ordens de dever. Mas, embora criado, pouca efetividade apresentou, pois, no interregno entre as duas gestões de Bulhões Carvalho (1907-1909 e 1915-1930), seu sucessor, Francisco Bernardino, mudou a composição do Conselho, nele fazendo-se representar técnicos do segundo e do terceiro escalão, mas ainda assim não funcionou, talvez por motivos políticos, pois esse parecia ser o caminho mais acertado.

Adiante, quando Teixeira de Freitas idealizou o IBGE, seu órgão máximo era o Conselho Nacional de Estatística, que operava por dois veículos: uma Assembleia Geral e uma Junta Executiva Central. A engenhosidade deste mecanismo era muito complexa, e tinha tudo para fracassar, mas a presença diuturna de Teixeira de Freitas o animou e não o deixou esmorecer, ao contrário, dinamizou-o e expandiu-o. Era um daqueles homens tenazes a que se referia Aureliano Portugal, sobre os quais avançaria a atividade estatística; perdia batalhas, mas sempre se preparava para outra e outra, indo pouco a pouco até vencer a guerra. Assim também era o próprio Aureliano Portugal, embora na questão do Conselho municipal não tenha obtido sucesso. Ele não saíra do papel, a não ser algo parecido que seria formado quando do Censo de 1906, e que seria muito efetivo.

Ao final do texto, com imenso otimismo, diz que uma repartição estatística municipal bem formada poderia realizar os censos nos anos de final 5, cabendo à repartição estatística nacional realizar outro nos anos de final 0. Dessa forma, entende que "sem grande trabalho e com pequeno dispêndio, atingiríamos o ideal estatístico dos recenseamentos quinquenais" (p. 49). Como fecho afirma: "tenhamos a felicidade de sermos ouvidos e compreendidos e que esse ideal que arquitetamos, que é o ideal da estatística, conquiste o apoio e os aplausos dos que podem transformá-lo em realidade" (p. 51).

Programa estatístico municipal

Após o texto antes analisado, Aureliano Portugal enumera um programa estatístico municipal em três grandes temáticas: o território e sua população; a administração e os fatos sociais que decorrem da administração municipal; os fatos sociais que não decorrem da administração municipal, mas sim da federal, bem assim, os que são alheios à esfera administrativa. E o esmiúça em detalhes; mas apenas o abrimos em grandes grupos.

No estudo do território: situação geográfica; extensão e topografia; climatologia; divisões política, judiciária, policial e administrativa; parcelamento cadastral. No estudo da população: ponto de vista estático (composição, distribuição, etc.) e sob o ponto de vista dinâmico (natalidade, nupcialidade, mortalidade, morbidade, emigração, imigração, etc.).

No estudo da administração e dos fatos sociais que decorrem da administração municipal: finanças municipais; viação e obras municipais; matas, florestas, jardins públicos, arborização; higiene e assistência pública, beneficência; instrução municipal, pública e particular, bibliotecas, imprensas; alimentação pública, principais gêneros de consumo da população; limpeza pública e particular; outros serviços municipais; conselho municipal.

No estudo dos fatos sociais que não decorrem da administração municipal, mas sim da federal, e os que são alheios à esfera administrativa: movimento político; movimento econômico; movi-

mento policial e criminal; movimento judiciário; movimento postal; movimento industrial; divertimentos e jogos públicos.

> *Ao traçar o vasto programa dos fatos que ao serviço de estatística municipal neste Distrito caberia investigar, consoante as noções expostas no texto do nosso modesto trabalho, – enfeixamos todos os ocorridos no respectivo território que possam interessar à sua economia administrativa e social, dando-lhes como exclusivo limite esse caráter local. Assim, todos os serviços administrados pelo governo municipal e encargos diversos, ou municipalizados, se acham incluídos com os mínimos detalhes susceptíveis de pesquisas. Da mesma forma, serviços de caráter local, porém, por motivo de contratos e de outras conveniências, geridos pelo Governo da União, foram grupados e discriminados, bem como instituições particulares e vários encargos sem caráter oficial; fatos sociais e econômicos com seus múltiplos aspectos, minudentes, esclarecedores, a serem pesquisados, constam do desenvolvido programa de que é objeto este opúsculo.* (p. 25).

Com essas palavras Aureliano Portugal refere-se ao programa estatístico, quando da reedição da *Memória*, em 1918. À época, doze anos após a primeira publicação, era possível imaginar que inúmeras condições antes perversas tivessem melhorado, como a questão dos recursos humanos, do espaço físico e material e, sobremodo, a existência das fontes, a qualidade dos registros, sem olvidar a atenção em atender às demandas da repartição de estatística, não esquecendo que o Conselho Superior de Estatística não deslanchara. Mas...

Passou o tempo...

Em 6 de julho de 1934, pelo Decreto n. 24.609, conjugando a *face-do-saber* de (Mário Augusto), Teixeira de Freitas e a *face-do--poder* de Juarez Távora, seria criado o Instituto Nacional de Estatística (INE). Por razões várias, somente começaria a funcionar em 29 de maio de 1936, quando o embaixador (José Carlos de) Macedo Soares (e também ministro das Relações Exteriores) assumisse sua presidência. De imediato seria convocada, como previsto no referido decretado, uma Convenção Nacional de Estatística que ordenasse a atividade estatística brasileira e o fizesse, em definitivo, numa ambiência de

voluntária cooperação federativa (interadministrativa), evitando que recursos e tempo fossem perdidos. O presidente da República, Getúlio Vargas, ao tomar à frente na convocação da Convenção deu àquele evento um sentido de "Ato de Estado", e ao assumir sua sessão final lhe deu uma elevada grandeza, assinando o documento convencional (Decreto n. 1022, de 11 de agosto de 1936). Daquele instante ao final de 1936, e ao longo de 1937, entre inúmeras atividades, lutou-se para explicitar a cartografia, quiçá mesmo a geografia, na sigla do Instituto, uma vez que essas funções já estavam no seu cotidiano de trabalho. Isso viria em 26 de janeiro de 1938, pelo Decreto-lei n. 218, e o INE se tornaria o IBGE.

Feito esse breve histórico, voltemos à temática em questão, pois o citado decreto de criação do INE (logo IBGE) entendia que o Município "teria que circunscrever os âmbitos primários dos futuros levantamentos estatísticos". Nesta linha, a Convenção entendia o Município como "o limite de espaço das coletas a serem efetuadas", e que "a estatística geral do país se organiza mediante a coordenação dos informes regionais", que seriam expressos "pela conjugação dos dados concernentes a cada Município, em cada Unidade da Federação".[9] Para tanto, tornando-se imperativo habilitar cada município de condições de coleta, o que ainda se arrastará longamente:

> *É evidente que se fazia mister, à vista da importância que o Município apresentava como fonte primária de informações, fossem as administrações comunais dotadas de organismos especializados que, embora modestamente aparelhadas, pudessem efetuar aquelas inquirições básicas imprescindíveis ao plano estatístico nacional. E foi ainda a Convenção de Estatística que ofereceu ao Instituto oportunidade para desenvolver ininterrupta atuação junto aos Estados signatários do mencionado pacto, no sentido de obter dos governos municipais a criação das Agências de Estatística. A Cláusula Oitava daquele memorável instrumento de acordo consubstanciou o compromisso das Altas Partes Contratantes de que interporiam os*

[9] LARA, João de Mesquita. Os serviços Municipais de Estatística e o IBGE. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, pp. 415-424, abr./jun. 1943, pp. 416-417.

> *seus bons ofícios junto aos governos municipais que lhes são subordinados a fim de que fossem instituídos os serviços locais de estatística, os quais, mediante filiação ao Instituto, passariam a gozar de todas as prerrogativas asseguradas aos órgãos regionais e federais do sistema.*[10]

Ledo engano de solução imediata. O Instituto foi incansável e não esmoreceu. Resiliente, Teixeira de Freitas estava atento, e não deixava escapar nenhuma oportunidade. Sem recursos financeiros, usava imaginação, valia-se de experiências. Por exemplo, lembrou-se dos "Agentes Itinerantes" (que saíam da capital, ou de grandes cidades) que usara em Minas Gerais (nos anos 1920, quando lá dirigira a atividade estatística mineira), e os sugerira como alternativa às Unidades da Federação que não conseguiram constituir as previstas "Agências Municipais de Estatística". Avançou na formação de futuros agentes, e na propaganda de explicação à população, para facilitar a recepção aos agentes. Faltava, por assim dizer, "educação estatística". Uma luta difícil, e muito lenta, e havia pressa, em especial porque havia um Censo (1940) em curso. Ao que parecia, era preciso ter paciência. Foi então que ocorreu um triste/feliz acaso: o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial.

Mas houve perigo. O fato é que para compor a defesa nacional deveria haver as chamadas estatísticas militares, e o Estado-Maior das Forças Armadas ensaiava, de fato, criar toda uma estrutura de coleta em todo o país para consegui-las. Ora, estava claro a quem quisesse ver que isso significaria replicar a lógica do Instituto e do Sistema Estatístico, o que não fazia sentido ao espírito de homem público que dominava em Teixeira de Freitas. Assim, com a ajuda essencial do embaixador Macedo Soares, encetou várias negociações junto aos generais Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior, e Eurico Dutra, ministro da Guerra. Então, sem muitas delongas, a catedral ibgeana seria ampliada, assumindo papel preponderante no esforço de guerra, e se consolidando definitivamente.

---

[10] *Idem*, p. 417.

O Instituto assumia a responsabilidade pela elaboração contínua e sistemática das estatísticas militares (Decreto n. 4.181, de 16 de março de 1942)[11], recebendo recursos especiais. Seria o tão sonhado, desde o projeto que o idealizara, Fundo Estatístico (ou Caixa Estatística), com recursos advindos de cobranças sobre a diversão pública. De posse desses recursos, finalmente as Agências Municipais de Estatística puderam ser criadas, em todos os municípios brasileiros. E desde então foram nacionalizadas, em dois sentidos: primeiro, porque o perfil dos agentes, a ordem dos espaços das agências, e muito mais, pouco a pouco, passaram a ser objeto de normas internas, e a (des) ordem política foi substituída por ordem técnico-administrativa; segundo porque foram os braços do único órgão nacional com presença ativa em todo o território brasileiro (os Correios tinham, então, presença passiva).

Seguiam sendo ditos órgãos municipais, mas passavam a obedecer ao Instituto, que mais que lhes orientava tecnicamente, também lhes influenciavam a formação e a remuneração. Na prática, o Instituto lhes controlava completamente, mais ainda quando lhes aproximou a figura do inspetor regional, localizado nas capitais dos Estados. Pela presença do inspetor, ainda que se dissesse o contrário, a triangulação com os órgãos estaduais de estatística no controle das agências entraria em descenso.[12] Mais o Instituto assumia posição nos Estados, e sobremodo nos municípios, mais o Sistema Estatístico Nacional ganhava solidez, mas, não há que negar, as relações com os órgãos estaduais de estatística se fragilizavam, e mais o interesse no município deixava de ser nele mesmo, para ser no país. De certa forma, a antiga visão dos agentes de Estatísticas como braços civilizadores era esquecida como retórica do passado. Dessa forma, fazer a estatística propriamente municipal teria que voltar à esfera das comunas, sem que houvesse preparo para isso.

---

[11] Em desdobramento viria o Decreto-lei n. 4.736, de 23 de setembro de 1942, (sobre as estatísticas econômicas) e o Decreto-lei n. 5.981, de 10 de novembro de 1943 (que chancelou os Convênios da Estatística Municipal).

[12] Sobre os efeitos desse tempo, ver SENRA, Nelson de Castro. História e antevisão do declínio dos órgãos estaduais de estatística. Boletim "Estatísticas Públicas". Rio de Janeiro: ANIPES, n. 11, pp. 97-106, dez. 2015.

Fosse como fosse, não por acaso o Instituto resolveu recuperar em 1943 um evento havido em 1941, em Santiago, Chile. Trata-se do Segundo Congresso Pan-americano de Municípios, promovido pela Comissão Pan-americana de Cooperação Intelectual. E o fez num número especial da *Revista Brasileira de Estatística* os diretores federais de estatística (e de órgãos federais temáticos autônomos associados) e os chefes dos departamentos estaduais de estatística foram chamados para falar de seus órgãos. Tudo sugere ser um chamamento à harmonização, e uma renovação à importância dos municípios. O texto que invoca o referido Congresso é usado, sobremodo, para valorizar a atuação do Instituto nos municípios, apresentando muito pouco sobre o mesmo. Como seja, fica claro que nele, talvez pelos textos que seus representantes encaminharam, e terão mesmo apresentado, o papel (missão) do IBGE foi altamente valorizado. Por exemplo, o delegado argentino (José Luiz Peña) teria dito que o IBGE, "importante órgão oficial cujo trabalho eficiente na unificação da estatística municipal é assaz conhecido", teria condições de "centralizar e coordenar as estatísticas municipais americanas, organizando as séries comparativas dos dados concernentes às atividades administrativas municipais de cada país".[13] Há um evidente exagero nessa sugestão, porquanto àquela altura as Agências, veículo básico para haver as estatísticas municipais brasileiras ainda não haviam sido criadas em todo o país, logo não seria nem de longe capaz de articular trabalhos internacionais.

Não obstante, cabe lembrar que o Instituto Interamericano de Estatística, que fora criado em 1940, tendo Teixeira de Freitas como seu primeiro presidente, teria sua reunião inaugural em 1942 (em Charlottesville, Estado da Virginia, EU), portanto, no ano seguinte àquele Congresso, mas, por conta da guerra, pouco pudera deliberar. A segunda reunião seria em 1946, no Rio de Janeiro, já com muitos avanços, contudo nesse instante, com nova Carta, e o renascer da federação, o Sistema Estatístico Nacional, como estava estruturado, apoiado nos Estados e nos Municípios, em cooperação voluntária, sim, mas

---

[13] LARA, João de Mesquita. Os serviços Municipais de Estatística e o IBGE. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, pp. 415-424, abr./jun. 1943, pp. 416.

realmente participativa, começou a soçobrar. Ainda vigeu por algum tempo, graças às Campanhas Municipalistas e à *Revista Brasileira dos Municípios* (1948-1968), que teve o apoio do IBGE, mas em descenso, logo vindo as críticas externas cumulativas – 1958, 1962, 1964 e 1966 – e em 1967 o IBGE se tornando uma Fundação Pública de Direito Privado, com um novo modelo estatístico, sob o predomínio das estatísticas econômicas, para o planejamento econômico nacional (e regional). Daí em diante, o município foi relegado a segundo plano.

E desde sempre os problemas permanecem. Assim sendo, Aureliano Portugal torna-se uma leitura para reflexão, por certo exigindo atualizações. Mas essencial e provocante.[14]

Resumo

O texto analisa a *Memória*, escrita por Aureliano Portugal, sobre o estado da atividade estatística nos primórdios do antigo Distrito Federal, vale dizer, a Cidade do Rio de Janeiro, publicada pela primeira vez há 120 anos (1896) e reeditada pela última vez há 75 anos (1941). Na referida *Memória*, Aureliano Portugal, que pode ser dito a primeira autoridade estatística permanente na esfera da cidade, aborda os pontos essenciais para conformar uma atividade estatística em moldes contínuos e sistemáticos, dos quais sentia que a repartição de estatística era bastante carente: acesso às fontes primárias de informação; as instalações da repartição; sua posição na hierarquia da administração; o pessoal com que podia contar para operar. Analisa um a um, e os vê ao passar do tempo, pois revê o texto em 1918, numa primeira reedição, já tendo, então, conduzido o Censo de 1906 – ao tempo de Pereira Passos –, marco da modernidade censitária brasileira. Seu texto, em face do estado precário da atividade estatística na maioria dos municípios brasileiros, mantém enorme atualidade.

---

[14] Uma abordagem diferente do documento de Aureliano Portugal aqui analisado foi feita por SANTOS, Marco Aurélio Martins. "Aureliano Portugal: doutor em estatística municipal". In SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. 2: Estatísticas Legalizadas (c1899-c1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, pp. 137-158.

Palavras-chave: Aureliano Portugal; Cidade do Rio de Janeiro; Distrito Federal; Atividade Estatística; Repartição de Estatística.

Abstract

The text analyzes the Memoir, written by Aureliano Portugal, about the state of the statistical activity in the early days of the old Federal District, that is to say, the City of Rio de Janeiro, first published 120 years ago (1896), and reissued for the last time 75 years ago (1941). In the said Report, Aureliano Portugal, which may be said to be the first permanent statistical authority in the city sphere, addresses the essential points in order to establish a statistical activity in a continuous and systematic way, of which he feels the official office of statistics was deficient: access to primary sources of information; the infrastructure of the office; its position in the hierarchy of administration; the people (functionaries) he could count on to operate. He analyzes them one by one, and he sees them over time, for he revises the text in 1918, in a first reprint, having already led the 1906 Census – at the time of Pereira Passos –, a landmark of Brazilian census modernity. Its Memories, due to the precarious state of statistical activity in most Brazilian municipalities, is still very current.

Keywords: *Aureliano Portugal; City of Rio de Janeiro; Federal District; Statistical activity; Statistical Office.*

Recebido em 7 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

EFEMÉRIDES:
UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-JORNALÍSTICA

Marco Santos[1]

A palavra "efemérides" tem origem grega e latina. Na língua dos romanos antigos, *ephemèris, ìdis*, era dito no sentido de "calendário", de "memorial diário". Em grego, *ephémerís, îdos*, traduzia-se por "de cada dia". Os dicionários *Michaelis* e *Aurélio* trazem seu significado como "relação de fatos dia por dia; registros dos acontecimentos realizados no mesmo dia do ano em épocas diferentes; título que se dava antigamente a obras que narram, dia a dia, a vida de um personagem; notícia diária." Um dado curioso, é que a etimologia da palavra é a mesma de "efêmero", ou seja, "que dura um dia".

Observando estas definições, podemos dizer que efemérides se fixam como fatos importantes relacionados para serem recordados e comemorados a partir do dia em que aconteceram. Sua utilização abrange diversos campos, desde a História, passando pelo jornalismo, e chegando à hagiografia e à astronomia.

Neste artigo, quero propor e discutir efemérides como um dos elos que aproximam História e Comunicação Social, mais especificamente, o jornalismo. Vimos, pois, as efemérides como uma construção histórico-jornalística, que pode ser facilmente observada até mesmo nas definições e significados que apresentamos para este termo.

Bem sei que estarei bulindo com suscetibilidades. Mas, no dizer de Febvre, eminente historiador francês, devemos propor problemas e formular hipóteses" (BENTIVOGLIO, LOPES, 2013, p. 7).

---

[1] Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, professor e primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro..

Mesmo que, segundo o mesmo autor, estejamos "inserindo na cidade da objetividade o Cavalo de Troia da subjetividade". (*Id. ibid*)

Por ser jornalista de formação e estudante de História por vocação e paixão, vejo alguns pontos de contato entre a História e o Jornalismo. O jornalista, ao descrever fatos diários relevantes, constrói fontes históricas. O historiador, ao refletir sobre determinado fato histórico, pode estar fornecendo subsídios que venham a enriquecer um artigo jornalístico. História e jornalismo são dependentes de fontes confiáveis e de metodologia. Podem se constituir num formidável diálogo entre Ciências Sociais (História) e Ciências Humanas (Comunicação Social).

História em estilo jornalístico de escrita

O eminente historiador José Murilo de Carvalho, em memorável artigo escrito para o primeiro número da revista *Nossa História*, mencionou um estudo feito pelo médico e botânico bávaro Von Martius, apresentado, em 1843, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que era sócio honorário. Esse estudo foi premiado no IHGB como o trabalho que melhor apresentou um sistema de escrever a História do Brasil. Neste estudo, assim disse Von Martius:

> *A História do Brasil deverá ser escrita em estilo popular, posto que nobre. Ela não devia ser escrita em uma linguagem empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis.* (CARVALHO, 2003, p. 96)

O sábio alemão recomendou que os historiadores deveriam escrever de maneira fácil, acessível para o grande público. E mais: "deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência" (VON MARTIUS, 1843, p. 55). Carvalho, em seu artigo, lembra que, desafortunadamente, tal conselho não foi seguido de maneira geral por nossos historiadores. Muitos deles deixam transparecer ótima pesquisa em seus trabalhos, mas pouca acessibilidade quanto à forma, com um estilo premeditadamente estudado para ser empolado e tortuoso, bem distante do sugerido por Von Martius.

O estilo de escrita que ele apregoava é e deve ser por excelência o usado no jornalismo, cuja preocupação básica e fundamental há de ser o de se fazer entender para informar. E conclui José Murilo:

> *O escritor de História precisa de seu leitor, parceiro indispensável em fazer História. Segue-se que precisa ser capaz de se comunicar com o grande público, sem abrir mão, bem entendido, da qualidade e da seriedade de seu trabalho.* (CARVALHO, 2003, p. 96)

Ao que acrescento, da mesma forma, nossos articulistas deveriam se esmerar no uso metodológico das fontes, como o fazem os bons historiadores.

Estabelecida a ponte entre ambas as disciplinas, quero tratar agora de algo que lhes é comum: o uso de efemérides. Na História, elas se encaixam no âmbito da História dos acontecimentos. Há quem atribua valor menor a este ramo historiográfico, como Fernand Braudel, que sempre deixou claro que sua preocupação era com os tempos longos, das estruturas, e não com o tempo médio, das conjunturas e menos ainda com os tempos curtos, dos acontecimentos.

Se Braudel desdenhava dos acontecimentos, outros historiadores lhe deram e dão o devido valor, como Burke, Ladurie e Duby. Para Peter Burke,

> *o paradigma tradicional garante que a História é objetiva, e que a tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou como apontou Leopold von Ranke, como eles realmente aconteceram.* (BURKE, 1992, p.17)

Com alguma ousadia, digo que a efeméride é a certidão de nascimento do fato histórico, nunca perdendo de vista que História estuda o homem e sua ação no tempo e espaço, mediante análise e reflexão de eventos e processos acontecidos no passado.

Pelo ponto de vista da História, fato histórico é um acontecimento registrado com suas causas e efeitos, dentro de um determinado contexto temporal-espacial. Dentro dessa definição, um fato histórico

pode ser também um fato jornalístico. E se buscarmos na literatura reflexões sobre o que vem a ser fato jornalístico, encontramos desde a sua definição pelo olhar estritamente de seu produtor, os jornais diários, como o que está no *Manual de Redação* da *Folha de S. Paulo*: "Quanto mais um fato puder gerar consequências para o mundo, para a sociedade ou para a maioria dos leitores, mais relevante ele é. Quanto mais inesperado, mais noticioso." (*FOLHA*, 1996, p. 27)

E a partir disso, vemos que um dos atributos do fato jornalístico é a possibilidade de gerar repercussão e de seu interesse para a sociedade. Um fato histórico, guardadas as devidas proporções, também cabe nessa definição.

Para Adelmo Genro Filho, em seu livro *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*:

> *Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente construída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo.* (GENRO FILHO, 1987, p. 189).

Vale reforçar, segundo o autor, que o fato jornalístico traz em seu bojo uma substância histórica e socialmente construída. O que, longe de afastar o jornalístico do histórico, na verdade o aproxima.

No nosso modo de ver, fato jornalístico está mais próximo do fato histórico que do fato social, descrito e analisado por Émile Durkheim. Fabiane Barbosa Moreira, que concluiu seu mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, escreveu um interessante artigo para a revista *Em Questão*, intitulado "Fato jornalístico e fato social", em que analisa os dois temas com profundidade. Eis algumas de suas conclusões:

– o fato jornalístico representaria uma espécie de fragmento do fato social, embora uma comparação linear entre ambos pareça não ser possível; frequentemente, teriam características bem distintas;

– o fato jornalístico diria respeito a um episódio específico, um instante específico de mudança de rumo dentro de um processo mais perene, que seria o fato social;.

– alguns fatos jornalísticos representariam um aspecto singular do fato social, no qual este deixaria de ser geral, coercitivo e exterior ao indivíduo para assumir um caráter específico (o "quê"), uma personalidade (indivíduo/entidade que é personagem do fato, isto é, o "quem"), assumindo também uma temporalidade específica (data do fato, o "quando") e uma localização determinada (onde);

– o fato jornalístico diria respeito a eventos/acontecimentos, seria episódico;

– o fato social diria respeito a processos/fenômenos sociais, seria contínuo;

– alguns fatos jornalísticos existiriam a priori*, sendo anteriores à sua observação; outros, porém, só existiriam a partir do momento em que são relatados pelo jornalista; o interesse é o que determinaria a sua existência;*

– a existência do fato social, ao contrário, não dependeria de haver pessoas interessadas em conhecê-lo; (MOREIRA, 2004, p. 284)

Estabelecida a correlação entre o fato histórico e o jornalístico, tratemos especificamente do que é intercessão entre eles: as efemérides.

Elas são utilizadas fartamente na Imprensa e também são mote de pesquisa para historiadores.

Efemérides do Barão no IHGB

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, é o autor do livro talvez mais famoso de efemérides. Livro este ado-

tado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e lido em suas sessões ordinárias. A origem desse livro é um ótimo exemplo de fato histórico e jornalístico.

O político e jornalista Rodolfo Dantas, regressando de viagem a Paris, em 1891, decidiu fundar o matutino *Jornal do Brasil*. Este órgão de imprensa, ao longo dos anos, passou por vários donos e administrações, tendo alcançado um lugar de sólida importância na História do país. Desde seu nascimento, destacadas personalidades do jornalismo, da política e da literatura brasileira se inscreveram entre seus articulistas, entre eles o citado Barão do Rio Branco. Este, segundo revelou em carta ao seu dileto amigo Visconde de Ourém (José Carlos de Almeida Areias, 1825-1892), recebeu o pedido de Dantas para que "desse um artigo diário comemorando ou indicando os nossos principais acontecimentos históricos (Arquivo do Visconde de Ourém, 147.3/IHGB). E assim surgiram as *Efemérides Brasileiras*, publicadas naquele jornal desde o seu primeiro número, em 9 de abril de 1891, até 31 de dezembro daquele mesmo ano.

Pouco depois da morte de Rio Branco, o governo brasileiro adquiriu seu acervo. Em 1916, o Ministério das Relações Exteriores ofereceu ao IHGB os escritos originais das efemérides coligidas pelo Barão. Viu-se que ele tinha melhorado o texto e incluído novos verbetes, mas que ainda assim, estava incompleto.

> *Nomeou, então, o IHGB uma comissão da qual fizeram parte Vieira Fazenda e Basílio de Magalhães, com a incumbência de preencher as lacunas. A complementação apresentada baseou-se em pesquisas de fontes já conhecidas(...) A pesquisa foi publicada na* Revista do IHGB*, tomo 82, v. 136, 1917".* (ADONIAS, 1990, p. 11)

Posteriormente, verificaram que a complementação não levara em conta os escritos do Barão e ainda continha erros e omissões. Rodolfo Garcia, então diretor da Biblioteca Nacional, promoveu uma profunda revisão, utilizando os originais de Rio Branco, com o intuito de tornar o material o mais isento possível de falhas e omissões.

> *Na Assembleia Extraordinária de 11 de outubro de 1919, presidida pelo conde de Afonso Celso, apresentou Max Fleiuss, secretário do IHGB, uma proposta para que em todas as sessões da instituição, mesmo nas de assembleias gerais, fossem lidas, das Efemérides Brasileiras, as que se referissem ao dia de cada sessão. A proposta foi unanimemente aprovada e logo posta em prática. O segundo secretário, Edgar Roquette-Pinto, leu, então, as efemérides daquele dia, e as do dia imediato. O mesmo ocorreu na sessão do dia 15, e em todas as subsequentes até os dias atuais. Essa reverência pelo passado criou uma tradição que se mantém até hoje, numa reconhecida e justa homenagem ao eminente estadista e historiógrafo.* (ADONIAS, 1990, p. 11)

As efemérides do Barão, inicialmente publicadas como coluna em jornal, há exatos 125 anos, tornaram-se significativa fonte de pesquisa para historiadores diversos, e foram adotadas pelo principal Instituto histórico deste país. No dizer de Luiz Felipe de Seixas Corrêa, na Apresentação da publicação editada pelo Senado:

> *As Efemérides Brasileiras são o melhor registro do caráter meticuloso e sistemático das pesquisas históricas feitas por Rio Branco. O pesquisador encontrará nesta obra um levantamento impressionante de dados, fatos, personagens e eventos de nossa História. Bem ao estilo do temperamento do barão, prevalece sobretudo a preocupação de transmitir informações objetivas. Estávamos ainda longe de correntes historiográficas mais recentes que tanto privilegiam a interpretação das grandes tendências, mas que muitas vezes negligenciam a matéria-prima do conhecimento histórico: as fontes primárias, os documentos originais.* (CORRÊA, 2012, p. 10)

Há um outro trabalho publicado em 1914, em Portugal, mas que também chegou ao Brasil, que tem o pomposo nome de "Dicionário histórico de efemérides universais: políticas, religiosas, militares, industriais, literárias, científicas, marítimas, artísticas, comerciais etc. Desde o ano 1000 antes de Cristo até a nossa era, coligidas e anotadas por M. A. Silva Ferreira (baseado nos trabalhos dos melhores historiadores)". Segundo seu autor, o objetivo seria apresentar um trabalho que servisse de guia aos que pretendem citar uma data histórica sem precisar ter o trabalho demorado e laborioso de percorrer bibliotecas e

consultar livros diversos. Aida segundo o autor, o livro é "útil ao escritor, ao jornalista, ao estudante e até ao simples curioso." (FERREIRA, 1914, p. VI)

Há diversos livros publicados contendo efemérides. No Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, é praxe ler as efemérides do dia das sessões a partir do livro do historiador Roberto Macedo. Ao tempo em que presidia o Instituto, a professora Cybelle de Ipanema lia também efemérides relativas ao Estado do Rio de Janeiro, que ela própria coligira.

Exatamente por observar essas práticas, tanto no IHGB quanto no IHGRJ, sugeri, em conversa particular à professora Neusa Fernandes, sócia benemérita do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, e atual presidente do IHGRJ, que fizéssemos um livro para que também pudéssemos ler efemérides nas sessões do Instituto daquela cidade do Vale do Rio Paraíba do Sul. Ela prontamente acolheu a ideia, convidou o presidente do IHGV, Olinio Coelho, para que uníssemos esforços no sentido de criar uma obra que fosse útil a escritores, historiadores, jornalistas, estudantes e até ao simples curioso, como bem citou Ferreira em seu livro de nome quilométrico.

E assim nasceu o livro *Efemérides Vassourenses*, escrito e pesquisado com o devido cuidado e rigor metodológico, levantando todas as informações possíveis, que tivessem data completa, para acondicionar numa obra os principais fatos históricos ocorridos na aprazível cidade de Vassouras.

Na pesquisa, em que utilizamos livros vários, jornais, revistas acadêmicas entre outras fontes, descobrimos fatos importantes que podem e devem servir como ponto de partida para que pesquisadores das diversas áreas e também jornalistas possam empreender seus próprios estudos, a partir das informações divulgadas no livro.

O livro, que contempla cerca de trezentos anos de História daquela região, assinala momentos significativos e mesmo curiosos, como o dia em que a terra tremeu em Vassouras (9 de maio de 1886). Ou ainda, o dia em que Manuel Congo, apontado como líder da rebe-

lião de escravos ocorrida na cidade, foi enforcado (6 de dezembro de 1839).

Os autores, deixamos a obra hoje lançada no IHGRJ como uma carta à posteridade. O nosso desejo é que ela seja útil para novas pesquisas de desvelar fatos históricos ocultos na cortina do tempo e que sejam analisados com reflexão pela via historiográfica.

Este livro é uma declaração de amor de três cariocas à cidade de Vassouras.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: 150 anos. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antonio (orgs). *A constituição da História como ciência*. Petrópolis: Vozes. 2013.

BURKE, Peter. (org). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora Estadual Paulista. 1992.

FERREIRA, M. A. Silva. *Dicionário histórico de efemérides universais*: políticas, religiosas, militares, industriais, literárias, científicas, marítimas, artísticas, comerciais etc. Desde o ano 1000 antes de Cristo até a nossa era, coligidas e anotadas por M. A. Silva Ferreira (baseado nos trabalhos dos melhores historiadores). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora. 1914.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. Fato jornalístico e fato social. In: *Em Questão*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, pp. 275-285, jul./dez 2004.

http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/95/53. Acesso em 13 de abril de 2016,

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO VI: Efemérides brasileiras./ Rodolfo Garcia, organizador. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

SANTOS, Marco; FERNANDES, Neusa; COELHO, Olinio. *Efemérides Vassourenses*. Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016.

Resumo

Efemérides são fatos importantes relacionados para serem recordados e comemorados a partir do dia em que aconteceram. Seu uso é um ponto de contato entre o jornalismo e a História. O fato jornalístico traz em seu bojo uma substância histórica e socialmente construída. O que, longe de afastar o jornalístico do histórico, na verdade, o aproxima. O fato jornalístico tem características bem distintas do fato social, como descreveu Durkheim.

Palavras-chave: Efemérides; Jornalismo; História.

Abstract

Ephemerides are important facts related to being remembered and celebrated from the day they happened. Its use is a point of contact between journalism and History. The journalistic fact carries within it a historical and socially constructed substance. What far from separating the journalist from the historical one, actually brings him closer. Journalistic fact has very distinct characteristics of social fact, as described by Durkheim.

Keywords: *Ephemerides; Journalism; History.*

Recebido em 7 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

FAMÍLIA, RELIGIOSIDADE E SAÚDE PÚBLICA – O CEMITÉRIO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA DE VASSOURAS E SUA INTERDIÇÃO DURANTE A FEBRE AMARELA NO SÉCULO XIX

Carlos Frederico Marques da Silva[1]
Angelo Ferreira Monteiro[2]

Introdução

Nosso artigo tem como foco o período de ocorrência de febre amarela na região do Vale do Paraíba Fluminense e que provocou mudanças nos hábitos dos moradores da cidade de Vassouras, não só higiênicos, como também no âmbito religioso, uma vez que a saúde pública interditou o cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, com a proibição de enterramentos e atribuindo-lhe ser o principal responsável pela propagação da febre amarela que atingia novamente o município.

Essa situação, provocou a abertura de novos cemitérios, pela municipalidade, o que causou divergências entre vereadores e o pároco local.

---

[1] Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Severino Sombra (USS) em Vassouras-RJ. Participante como Egresso na Modalidade Capacitação Técnico-Científica Voluntária na USS.

[2] Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra – USS, professor assistente II, coordenador do Projeto de Pesquisa "Família e Religiosidade: A importância da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras no século XIX", e editor executivo da *Mosaico* – Revista Multidisciplinar de Humanidades da USS. Titular da cadeira nº 7 da Academia de Letras de Vassouras – ALV – Patrono Casimiro Cunha e membro colaborador do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV. Patrono da Cadeira nº 7 da AJLV – Academia Juvenil de Letras de Vassouras. E-mail: angelofmonteiro@gmail.com.

É um ensaio que liga um aspecto da morte, da sociedade e da religião.

A religião como objeto da História, a religião e cultura popular, a religiosidade popular têm sido objeto de vários estudos. E em todos tem-se utilizado documentos especiais, como testamentos, discursos, diários, livros de óbitos (para a causa das mortes), jornais e ex-votos.

Para este artigo foram utilizadas fontes primárias e textos científicos que tratam da temática da febre amarela na Província do Rio de Janeiro e Vale do Paraíba Fluminense, aspectos de pensamentos e concepções religiosas e ainda os que abordam a criação e história de Vassouras. Utilizou-se também o jornal *O Vassourense,* hebdomadário publicado na época, e, por fim, os Relatórios de Presidente de Província do Rio de Janeiro e, como referencial teórico, a questão da visão da morte no Ocidente a partir de vários historiadores, dentre eles, Phillippe Ariès.

Vassouras no século XIX

Por volta de 1820, como nos relata Ignácio Raposo, Vassouras ainda era um povoado pertencente à Vila de Paty do Alferes, e a escolha deste como sede da Vila foi por ocasião da sua geografia mais plana e por ser geograficamente mais bem localizada, pois, estaria posta no cruzamento de duas vias, que iriam construir mais tarde os distritos da mesma[3].

O então povoado Vassouras surgiu, segundo Fernando Bittencourt, das fazendas das Vassouras, quando em 1823 o guarda-mor, José Teixeira Gomes e sua mulher Ana Maria do Espírito Santo, fizeram a doação de 360 braças de testada de terra para o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição[4].

---

[3] RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*, Niterói: SEEC, 1978. P. 19.

[4] BITTENCOURT, Fernando M. Vassouras, um pouco de sua história. Vassouras, Gráfica Palmeiras, 2001. p. 22. In MONTEIRO, Angelo F. "Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade", *Mosaico* – Revista Mul-

Após 26 anos, no momento de apresentação do seu relatório de prestação de contas da sua gestão na Presidência da Câmara Municipal de Vassouras, o Dr. Joaquim José Teixeira Leite, durante a sessão ordinária de 7 de janeiro de 1849, destacou que, em 1833, só havia em torno da igreja umas cinco ou quatro casas[5].

O Dr. Joaquim José Teixeira Leite ocupou concomitantemente o cargo de presidente da Câmara Municipal de Vassouras e procurador-geral da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, onde promoveu a organização administrativa e imobiliária dos terrenos foreiros desta instituição, com instruções claras da necessidade de construção dos imóveis dentro de prazos preestabelecidos. O não atendimento dessas normas acarretava a perda dos foros e das benfeitorias[6].

Stein nos apresenta o quantitativo da população vassourense na segunda metade do século XIX. A vila contava com cerca de 35 a 45 mil habitantes entre livres e escravos por meio do censo de 1872 que, e na sua opinião, o mais confiável dos últimos 50 anos. A distribuição dessas pessoas não era uniforme. As partes maiores estavam localizadas em duas paróquias que detinham, nesta época, a maior concentração de escravos da vila: eram as paróquias de Paty do Alferes (distrito) e Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (sede da vila). Juntas estas englobavam 64% da população e 71% de todos os

---

tidisciplinar de Humanidades, Vassouras. V. 3, n. 2, pp. 29-46, jun./dez., 2012. Disponível em: http://editorauss.uss.br/index.php/RM/article/view/461. Acesso. 15 SET 2015.

[5] TELLES, Augusto da Silva. "Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana". Separata da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 16. Rio de Janeiro. 1968, pp. 22-23. *apud* MONTEIRO, Angelo F. "Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade". *Mosaico* – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras. V. 3, n. 2, pp. 29 – 46, jun./dez., 2012. Disponível em:http://editorauss.uss.br/index.php/RM/article/view/461. Acesso. 15 SET 2015.

[6] MONTEIRO, Angelo F. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX – o Caso Benatar*. Vassouras: Editor Autor, 2007. p. 40.

escravos[7]. Cabe ressaltar que estas áreas contavam com espaços urbano e rural, tendo a população majoritária no espaço rural, devido ao número de escravos nas fazendas de café.

Ora, esse contingente populacional sofreu muito com doenças específicas, principalmente os escravos, e por isso temos de introduzir alguns conceitos sobre o conhecimento e atitudes quanto à morte.

Breve análise de atitudes sobre a morte

Há cerca de 50 anos para cá, os historiadores sociais se preocuparam com o estudo dos comportamentos em relação à morte, nas sociedades do passado. De acordo com Philippe Ariès,"as atitudes diante da morte sofreram algumas modificações ao longo do tempo, sendo percebidas por um longo processo pela sociedade, muito diferentemente dos dias atuais". Ariès ainda relata que

> *a morte era esperada e discutida em uma cerimônia pública e organizada pelo próprio candidato a morte, da qual participavam os parentes, os amigos e os vizinhos, e até mesmo as crianças, resultando em uma espécie de ritual inocente.*[8]

Como disse FALCI,[9] as doenças e, consequentemente, a morte delas resultante, podem ser estudadas quanto ao seu conhecimento, e cura, como disse Le Gof em *As doenças têm história,* ou pode ser estudada também pelas atitudes psicológicas e sociais diante dela (morte), como Philippe Ariès e Michel Vovelle fizeram[10].

---

[7] STEIN, Stanley. *Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 151.

[8] ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro – Sinergia, 2003. p. 40.

[9] FALCI, Miridan Britto Knox. Doenças e religiosidade. In VII Encontro Regional de Historia. Nucleo do Rio de Janeiro. ANPUH História e Religião (org) Lana Lage da Gama Lima, Marilda Ciribelli. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad, 2002, pp.133-145.

[10] ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*, Paris: Flammarion 1977; VOVELLE, Michel. *Mourrir Autrefois, actitudes collectives devant la mort aux XVII e XVIII siecles*. Paris: Gallimard, 1974.

Demógrafos, sociólogos, historiadores e médicos passaram a se preocupar, com o tema Morte surgindo muitos livros, dissertações, teses, pesquisas. Muitos estudos desses grupos formaram vários laboratórios de pesquisa nas décadas de 1980, 1990 e 2000,[11]com a utilização de diversa documentação.

Foram analisados e pensados os inventários, os testamentos, os diários, as listas de óbitos dos hospitais e das santas casas de misericórdia. Foram lidos e pensados os dizeres encontrados em lápides em cemitérios para se descobrir sentimentos quanto à morte ou quanto ao morto, quanto à família e quanto à expressão da religiosidade da época encontrada nas mesmas lápides.

Exemplo de documentação relativa à morte em seus aspectos sociais e/ou culturais são os testamentos. Nestes testamentos os candidatos ao bem morrer expunham o que queriam de fato, como pagamento de dívidas, libertação de escravos, deixar suas fortunas para instituições de caridade e até amparo a algum filho não reconhecido em vida. Acreditavam que se não acertassem as contas no mundo terreno não teriam uma boa passagem para o mundo espiritual. E pediam perdão a Deus por algum ato indevido cometido.

Temos um fragmento de um testamento, evidenciado por João José Reis, de uma candidata à morte na Bahia no século XIX, onde se percebe a religiosidade expressa de maneira muito objetiva com o medo de punição em outra vida:

> *Em nome de Deus, Amém. Eu Tereza Luiza da Rosa, estando gravemente enferma mas em meu perfeito juízo e entendimento segundo Deus foi servido dar-me, e querendo por minha alma no caminho da salvação, faço este meu testamento na forma seguinte: Sou Católica Romana e creio [em] todos os mistérios da mesma Santa fé*

---

[11] GARCIA, Juan César. "Medicina e Sociedade: correntes de pensamento no campo da saúde". In *Medicina Social, aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global Editora, 1983; GRMEK, Mirko D. "Declin et emergence des maladies", in *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

> *que professo e nela espero viver e morrer; peço e rogo à Santíssima Trindade graça [de] receber a minha alma na sua glória quando sair deste corpo mortal, pelos merecimentos de nosso Senhor Jesus Cristo, e rogo à mesma senhora Maria Santíssima me alcance do mesmo seu amado filho os auxílios que necessito para salvar a minha alma(...).*[12]

Sobre nossa região de estudo, Vassouras, segue um breve fragmento do testamento de Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, que faleceu durante a ocorrência de febre amarela na Vila de Vassouras, surto esse que será abordado com mais detalhes adiante em nosso artigo.

Como membro ativo da criação e desenvolvimento da cidade de Vassouras, diz ele:

> *Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, Espirito Santo trêz pessoas distinctas e um só Deos verdadeiro, em cuja fé nasci, tenho vivido, e espero morrer com o auxilio da Divina Graça, este é o meu solenne Testamento que faço no pleno gozo de minha rasão para ser cumprido depois de minha morte. Eu abaixo assignado Barão de Vassouras, capitalista, morador nesta cidade de Vassouras, catholico, romano nascido e baptizado na Parochia da cidade de São João del Rei, Minas Geraes, sou filho legítimo dos finados Barão e Baroneza de Itambé, os quaes tenha Deos em sua Santa Gloria.(...).*[13]

Demonstrando sua pertinência à sociedade e sua ligação à Igreja Católica e à sua religiosidade, apresentou ainda algumas exigências testamentárias:

---

[12] Testamento de Tereza Luiza da Rosa. Arquivo Público do Estado da Bahia, Inventários, no 01/65/80/01. APUDREIS, João José. *Fontes para História da Morte na Bahia Século XIX*, Caderno CRH, nº 15, pp 111-122, jul./dez., 1991.Disponível em: http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1360&article=377&mode=pdf.p. 112. Acesso. 05 SET 2015.

[13] Testamento do Barão de Vassouras. Livro de Registro de Testamentos – 1877-1884. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ). Escritório do IPHAN – Vassouras/RJ. Código 109665815007. p. 133v-134.

> *Por occasião da missa do setimo dia, por meu fallecimento, os meus testamenteiros distribuão pelos pobres desta Cidade a quantia de um conto de réis, e o mesmo fação em cada um dos quatro anniversarios de minha morte que se seguirem de maneira que por tudo dispendam nesta verba a quantia de cinco contos de réis. (...) Mando que se celebrem quinhentas missas por minha alma, pela de meospaes, irmãos filhos e escravos. Já tenho minha sepultura que fica ligada a da de minha primeira mulher dona Maria Esmeria, nella quero ser enterrado, sendo feito o meo enterro com toda a simplicidade e sem luxo algum.*[14]

Durante a exposição de suas últimas disposições, o Barão de Vassouras mostrava-se preocupado com a situação financeira de alguns de seus filhos, procurando auxiliá-los para que não fossem desonrados pela dívidas adquiridas e orientando a todos os seus filhos:

> *(...) Não devo porém concluir este actosolenne, em que me suponho já na presença do Onnipotente, à prestar-lhe minhas contas deste mundo, sem dirigir-me, como faço, com todo o extremo da amizade e autoridade paterna, a meos filhos de ambos os matrimoniose a toda minharecomendando-lhes muito e lhe pedindo com toda a instancia. Que sejão muito religiosos e tementes a Deos, sujeitos a Santa Egreja e seos preceitos, respeitem e tratem com toda a amizade a sua Madrasta e Mãe, bem como aos seus tutores, tios, mestres e superiores, sejão amigos uns dos outros, muitos unidos entre si e soccorram-se mutuamenteimittando o bello exemplo de seus Avós e seos tios, sejão muito probo e verdadeiros em todos os tratos e negócios, sejão trabalhadores, bem arranjados e economicos, para não cahirem na desgraça, fação todo o esforço sobre si mesmo para terem sempre um bom procedimento religioso e moral, quer na vida privada como na publica, sejão bons cidadãos e amigos da sua patria, caridoso, humanos despidos de orgulho e vaidade; fujão quanto puderem das más companhias dos aduladores, dos falsos amigos do jogo, das orgias e outros vicios feios e perigosos; procurem bons amigos e não percão as verdadeiras amizades de seo Pai, nenhum acto importante practiquem sem preventiva consulta à seos Tios, e pessôas entendidas, e prudentes, enfim tratem a todos muito bem cortem quanto puderem toda a disputa, rixa, contenda ou demanda. Muito desejo e*

---

[14] *Idem*. pp. 141v-142.

> *espero que cumprirão estes meos conselhos salutares, que lhes dou para o seoproprio bem e felicidade, tanto neste mundo como no da Eternidade e assim honrarão o nome de seu Pae.*[15]

Segundo Ariès, a aproximação da morte era uma forma de aceitação dos estágios de ordem da natureza. O homem aceitava a morte e nem se esquivava, ele simplesmente a aceitava, com todas as cerimônias possíveis que marcassem a importância das etapas da vida. Afirma Ariès que o homem reconhece a si mesmo em sua morte[16].

Nesse artigo, com o embasamento teórico dos historiadores acima citados, estudamos o choque de uma ocorrência de saúde – a febre amarela – e como essa ocorrência atingiu a religiosidade e a vida social de Vassouras.

Febre Amarela

Segundo Vanessa Lana, a febre amarela é uma doença de origem viral, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, em que o vetor se reproduz, principalmente, em estagnação de águas domiciliares e peridomiciliar, propagando rapidamente a doença.[17]

Em seu estudo, Lana demonstra que, durante o século XIX, havia fortes divergências acerca dos meios de propagação da doença. Para uns não passava de um mal contagioso, e para outros tratava-se de uma doença transmissível ou infecciosa. As epidemias de febre amarela eram também relacionadas a vários fatores ambientais. Como, geralmente os maiores surtos aconteciam no verão, as explicações para incidência da enfermidade estavam diretamente ligadas ao

---

[15] Testamento do Barão de Vassouras. Livro de Registro de Testamentos – 1877-1884. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ). Escritório do IPHAN – Vassouras/RJ. Código 109665815007.p. 142-143.

[16] ÁRIES, Phillipe. *Opus cit*. p. 46.

[17] LANA, Vanessa, *Questão Sobre Saúde Pública: a Febre Amarela nos Debates da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904-1905)*, Anais do I Colóquio do Lahes, Laboratório de História Econômica e Social, Juiz de Fora, 13 a 16 de Junho de 2005. p.1. Disponível em:http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a68.pdf. Acesso. 04 NOV 2015.

calor, à quantidade de chuvas e à umidade proveniente dos pântanos. Assim, elementos do cotidiano tornaram-se ameaça à salubridade das cidades, água, por exemplo, deveria estar em movimento, e outras medidas tomadas por higienistas e anticontagionistas foram postas em prática para se evitar miasmas causadores de epidemias. Articulavam-se ações de remoção de lixo, esgoto e habitações com superlotação e sem ventilação. Especialmente no caso de febre amarela, promoviam a canalização das águas a fim de se evitar a estagnação.[18]

No nosso caso, percebemos a crítica às atitudes da municipalidade quanto ao asseio e saúde pública em uma publicação do jornal *O Vassourense*, chamando a atenção para a situação da saúde em que se encontrava a cidade de Vassouras durante um mal epidêmico que assolou a cidade:

> *(...) Acrescenta-se tudo isto o pouco asseio das ruas e dos quintais, em muitos quais criavam-se porcos, a estagnação de águas servidas em grandes lavanderias, o acúmulo de pessoas em certas casas com falta absoluta dos mais simples preceitos de higiene, a inconstância de temperatura com alternativas de frio e calor úmido, e teremos o estado favorável em que os germes da febre amarela achou (...)*[19]

Sobre a entrada da febre amarela no Rio de Janeiro nos diz Maria Luiza Marcílio que, pelo menos, depois do ano de 1830 até os primeiros anos do século XX, o número de óbitos para cidade superava, de longe, os de nascimentos. Durante a aguda crise de febre amarela no ano de 1850, em relação à mortandade, chega-se à cifra de 11.192 mortes para 5.817 nascimentos[20].

---

[18] LANA, Vanessa. *Questão Sobre Saúde Pública: a Febre Amarela nos Debates da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904 – 1905)*, Anais do I Colóquio do Lahes, Laboratório de História Econômica e Social, Juiz de Fora, 13 a 16 de Junho de 2005. p. 2. Disponível em:http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a68.pdf. Acesso. 04 nov. 2015.

[19] Jornal O Vassourense. Ano I, edição n° 5 de 19 de Março de 1882. p. 3. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso.02 nov. 2015.

[20] MARCÍLIO, Maria Luiza. "Mortalidade e Morbidade da Cidade do Rio de Janeiro Imperial". *Revista de História*. São Paulo, nº 27-28, ago./dez. 92 a jan./jul. 93. p. 53. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFi-

Mas a terrível epidemia que matou aproximadamente mais de 4 mil pessoas no Rio, provocaria grandes mudanças na política de saúde do Império. O Ministério de Saúde Pública assume o comando e solicita à Academia de Medicina a elaboração de um plano para combater o terrível mal que assolou a cidade do Rio de Janeiro. Em 1850, os médicos propõem:

1. A criação de uma Comissão Central de Saúde Pública, para coordenar o combate a epidemia;

2. A divisão da cidade em paróquias e distritos com comissões paroquiais de Saúde Pública compostas de subdelegados, fiscais e três médicos;

3. A criação de um serviço de assistência gratuita aos pobres, com médicos, remédios, dietas e etc.;

4. Assistência sanitária pelas comissões, a navios, mercados, prisões, hospitais, conventos, colégios, quartéis, teatros, igrejas e etc.;

5. Registro médico.[21]

Sobre as questões políticas para tentar lidar com a doença, Márcio Antônio Moreira Galvão diz que:

> *A partir de 1849, com os primeiros casos de febre amarela no Rio de Janeiro, ficou demonstrada a precariedade da organização sanitária municipal. Em 1850, foi criada a junta de Higiene Pública, visando unificar os serviços sanitários do Império. Em 1885, era ainda enfatizada a mesma situação sanitária precária do Rio de Janeiro. Consolidou-se, então, a reforma dos serviços sanitários do Império, que foram divididos em Serviço Sanitário Terrestre e Serviço Sanitário Marítimo, foi instituído um Conselho Superior de*

---

le/18689/20752. Acesso. 06 nov. 2015.

[21] MARCÍLIO, Maria Luiza. "Mortalidade e Morbidade da Cidade do Rio de Janeiro Imperial", *Revista de História*, São Paulo, nº 27-28, ago./dez. 92 a jan./jul 93. p. 55. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18689/20752. Acesso. 06 nov. 2015.

> *Saúde Pública, que teve função apenas normativa sobre questões de higiene e salubridade geral.*[22]

Cabe afirmar que essa organização foi caracterizada pela sua ineficiência, já que, para a época, questões como estas eram deixadas em segundo plano pois se tratava de uma sociedade (...) pouco preocupada com problemas sanitários[23].

Durante o século XIX, a população da Província do Rio de Janeiro e, mais precisamente, o Vale do Paraíba Fluminense sofreu com epidemias ao longo do século, dentre elas destacamos: sarampo, Varíola, o cólera-morbo, a escarlatina, o crupe, a coqueluche, o tifo, a gripe, até chegar ao nosso enfoque febre amarela[24].

Algumas dessas doenças citadas estiveram presentes, como está registrado no Relatório de Presidente de província, em localidades próximas.

> *Nos municípios de Valença, Rio Bonito, Angra dos Reis, Piraí, Paraíba do Sul e Petrópolis, manifestaram-se casos de Varíola, raros, esparsos e benignos e de Febres Palustres, intermitentes, remitentes e perniciosas nos de Mangaratiba, Angra dos Reis, Capivary e Campos tendo o governo ministrado todos os socorros, requeridos pelas respectivas municipalidades.*[25]

---

[22] GALVÃO, Márcio A. M. *Origem das Políticas de Saúde Pública no Brasil: do Brasil Colônia – 1930*, UFOP. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf.p. 18. Acesso. 06 nov. 2015.

[23] GALVÃO, Márcio A. M. *Op. cit.* p. 18.

[24] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op. cit*. p. 63. FALCI, Miridan Britto. A mortalidade por causa e grupos sociais no Rio de Janeiro no século XIX. *Revista do Mestrado de Historia* . USS, 1998, RJ, pp 63-87.

[25] Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro. nº 54. Ano: 1882. p. 54. Disponível em:http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro. Acesso. 07 nov. 2015.

Febre Amarela em Vassouras

Segundo Ignácio Raposo, por volta de abril de 1880, se desenvolvia pela primeira vez na cidade de Vassouras a epidemia de febre amarela. Enquanto todos os médicos de Vassouras negavam que se tratasse desta pirexia, só o Dr. Lucindo Filho insistiu no diagnóstico, e escreveu ao Barão do Lavradio, então presidente da Junta de Higiene do governo Imperial: "Só quem nunca viu um doente de febre amarela poderá negar... é a moléstia que aqui grassa."[26]

Sobre a febre que aparecia na localidade, era escrito o seguinte no Relatório do presidente de Província do ano de 1880:

> *É lisonjeiro o estado sanitário da província, constando apenas haver-se desenvolvido ultimamente em alguns pontos do município de Vassouras e na cidade, sobretudo, uma febre de caráter grave, que se acha extinta, como declarou a respectiva Câmara Municipal em ofício de 23 de Julho próximo findo.*[27]

Pelo período citado, alicerçados pelo memorialista Ignácio Raposo, supomos que a febre indicada acima refere-se à febre amarela, e Raposo declara que com essa observação clínica, os médicos que davam como razão contrária a febre amarela, o não subir montanhas essa enfermidade, foram se convencendo, pouco a pouco, e por último concordaram com o Dr. Lucindo Filho[28]. Acreditavam, alguns, que a altitude da região impedia a presença do mosquito transmissor.

O primeiro caso de febre amarela na cidade, conforme afirma Aline Oliveira Teixeira, apareceu no dia 3 de abril de 1880; em junho diminuiu muito de intensidade; e foi dada por extinta em julho, mas

---

[26] RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*, Niterói: SEEC, 1978. pp. 170-171.

[27] Relatório de Presidente de Província, Saúde Pública de Vassouras, 1880, p. 28. Disponível em:http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro. Acesso. 07 nov. 2015.

[28] RAPOSO, Ignácio. *Op. cit.,* p. 171.

continuou a fazer algumas poucas vítimas até início do mês de outubro.[29]

Por ordem do poder público, neste mesmo ano, fecharam o Cemitério Nossa Senhora da Conceição, como medida de emergência, e um novo cemitério foi criado para receber os mortos provenientes da epidemia[30]. Quando todos pensavam que a calamitosa moléstia tinha desaparecido, voltou ela à cidade, perdurando os cinco meses iniciais de 1881.

Noticiava o jornal *O Vassourense* em reportagem redigida pelo Dr. Lucindo Filho:

> *(...) dos 475 [acometidos com a doença, grifo nosso], faleceram como já dissemos 81, o que dá para mortalidade de 17,50%, resultado extremamente lisonjeiro, tendo em vista a gravidade com que se apresentou a moléstia. (...) Dos 81 falecidos eram: homens 56, mulheres 25, sendo 24 estrangeiros. E em relação as idades: até 10 anos 17 pessoas, de 11 a 20 anos 15 pessoas, de 21 a 30 anos 10 pessoas, de 31 a 40 anos 17 pessoas, de 41 a 50 anos 13 pessoas e com mais de 50 anos 9 pessoas.*[31]

Cemitério da Irmandade

A moléstia influía diretamente no cotidiano da cidade, ao provocar o fechamento do Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, como pode ser evidenciado pela notícia do jornal *O Vassourense*:

---

[29] TEIXEIRA, Aline Oliveira. *A Epidemia de Febre Amarela na cidade de Vassouras, 1880-1881*. Anais do XIV Encontro Nacional da Anpuh-Rio Memória e Patrimônio. 19-23 Julho 2010. p. 4. Disponível em:http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742283_ARQUIVO_FebreAmarelaemVassouras,1880-1881.pdf . Acesso. 01 dez. 2015.

[30] RAPOSO, Ignácio. *Op. cit*., p. 173.

[31] Jornal O Vassourense. Ano I, edição nº 7 de 02 de Abril de 1882. p. 3. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso. 02 nov. 2015.

> *(...) Foi um dos médicos, que em 1880 exigiu o fechamento do cemitério de N. S. da Conceição, porque não só tinha recebido muitos cadáveres epidêmicos, como também os enterramentos mal feitos os tornava insalubre.*[32] *(...)*

A Câmara Municipal ordenou que fosse lançada uma grande quantidade de cal sobre as sepulturas do Cemitério N. Sra. da Conceição e nas margens dos córregos da cidade. A Irmandade intimidou-se a desinfetar o cemitério, cada vez mais acusado de foco e origem da epidemia[33].

Sobre o enterramento de cadáveres infectos, Ana Paula Campos descreve que, após a morte, no o processo de transformação dos tecidos humanos pela atuação de microrganismos, verifica-se a formação de gases de odor desagradável e de substâncias solúveis portadoras de germes patogênicos[34].

Raposo descreve que:

> *tendo cessado o surto da segunda epidemia, resolveu a Câmara Municipal de Vassouras, fechar o cemitério de emergência (localizado há 500 metros do cemitério da Irmandade de N. Sr.ª da Conceição, grifo nosso), não só porque estava completamente cheio, mas também por pessoas que acompanhassem enterros podiam de novo se contaminar e assim contaminar a cidade devido a pequena distância que mantinha da urbs. Esse cemitério foi fechado, no dia 22 de Maio de 1882, e na mesma data aberto o do município, para sua construção largamente contribuindo de forma caridosa o Barão de Cananéia.*[35]

---

[32] Jornal *O Vassourense*, Ano I, edição nº 32 de 24 de Setembro de 1882. p. 3. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso. 02 nov. 2015.

[33] RAPOSO, Ignácio. *Op. cit.*, p. 174.

[34] CAMPOS, Ana P. S. *Avaliação de potencial de poluição do solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiteral.* USP – Faculdade de Saúde Pública. São Paulo 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25112007-172840/.p. 76. Acesso. 08 nov. 2015.

[35] RAPOSO, Ignácio. *Op. cit.*, p. 174.

O jornal *O Vassourense* publicou uma notícia sobre a abertura do Cemitério Municipal pela Câmara onde declarava:

> *O cemitério novo não benzeu-se, porque diz o senhor Vigário que não está descente, por não ser murado. Verdadeiramente e que ele está cercado provisoriamente, e que neles não podem entrar animais quadrúpedes, não havendo razão, segundo pensam os ilustres edis, na recusa do digno pároco. Também é verdade que já podia ser bem murado, estando há um ano em obras.*[36]

A Irmandade Nossa Senhora da Conceição, agora privada de um novo cemitério, que era sua melhor fonte de renda, tratou de fundar um novo campo santo em um terreno que lhe havia sido doado[37].

Na terceira sessão ordinária da Câmara de 1882, presidida pelo Dr. Silva Chaves e secretário Sr. Pinto da Fonseca, pedia o então Sr. Barão de Massambará, então juiz da Mesa Administradora da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Vassouras, um novo cemitério, que ficaria próximo do antigo, sendo sua entrada a mesma. Mas o pedido não foi deferido, sendo adiada a resolução[38].

Com a situação da abertura de um novo cemitério, que nada mais seria senão um prolongamento do outro que se encontrava interditado, vem a falecer uma das mais ilustres personalidades ou senão a mais ilustre de todas da história de Vassouras, o Barão de Vassouras – Francisco José Teixeira Leite –, que morria aos 80 anos de idade. Sobre a sua morte noticiava *O Vassourense*:

> *(...) Ainda hoje o Barão de Vassouras fará imensa falta, a seus conterrâneos; mas era preciso vê-lo, há algumas dezenas de anos passados, quando o município de Vassouras estava em plena prosperidade, quando se abriram as primeiras fazendas, se criavam as famílias ricas e grandes casas ali fundadas quando o Barão de*

---

[36] Jornal *O Vassourense*. Ano I, edição nº 17de 11 de Junho de 1882. p.4. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso: 02 nov. 2015.

[37] RAPOSO, Ignácio. *Op. cit.*, p. 174

[38] Jornal *O Vassourense*. Ano I, edição nº 30 de 10 de Setembro de 1882. p.3. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso 01 out. 2015.

> *Vassouras era o centro de todo o movimento, o espírito e a alma daquela geração varonil e empreendedora, de que todos os contemporâneos conservam a memória (...).*[39]

Além de ser pertencente à Ordem de Cristo e Dignitário da Rosa[40], era membro da irmandade. A notícia continuava sobre a questão do Campo Santo da Irmandade e o fato de ele estar interditado:

> *(...) em seu testamento veio expresso esse desejo, a que a Câmara Municipal atendeu, admitindo uma exceção em favor do fundador do cemitério, fazendo um convite a população para acompanha-lo a última morada(...).*[41]

E o que se conclui?

Para tal pessoa, com título e de grande influência, foi aberta uma exceção para que pudesse ser enterrado com a honra digna de um membro da Irmandade da Conceição, e assim não interferindo de maneira nenhuma nos tradicionais costumes que correspondiam ao bem morrer da sociedade oitocentista.

Por volta de 9 de novembro do ano de 1884, em uma notícia publicada no jornal *O Vassourense*, a Câmara Municipal, na sessão

---

[39] Jornal *O Vassourense*. Ano III, edição nº 20 de 18 de Maio de 1884. p. 1. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso: 01 out. 2015.

[40] Conforme a Wikipedia, *A Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* é uma antiga ordem honorífica brasileira, originada a partir da portuguesa Ordem Militar de Cristo, a qual por sua vez remonta à medieval Ordem de Cristo. Foi a segunda ordem imperial brasileira com mais titulares, logo atrás da Imperial Ordem da Rosa, e premiava tanto militares quanto civis, tendo os seguintes graus: Grã-cruz, Dignitário, Comendador, Oficial e Cavaleiro. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_de_Nosso_Senhor_Jesus_Cristo e a *Imperial Ordem da Rosa* é uma ordem honorífica brasileira. Foi criada em 27 de fevereiro de 1829 pelo imperador D. Pedro I (1822-1831) para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_da_Rosa. Acessos: 01 out. 2015.

[41] Jornal *O Vassourense*. Ano III, edição nº 20 de 18 de Maio de 1884. p. 1. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso: 01 out. 2015.

de 23 de outubro, com um relatório enviado para a Junta Central de Higiene Pública de Vassouras, resolvera tornar livre da repressão de fechamento, e que durava desde 1880. Essa medida tinha intenção de reabrir o Campo Santo somente para os irmãos que ali possuíam jazigos perpétuos.

Sobre o pedido de reabertura do cemitério para estes membros, dizia a Junta, presidida pelo Dr. Lucindo Pereira dos Passos Filho e que também era o proprietário do jornal *O Vassourense*, que se opunha a tal decisão da Câmara e que recorreria aos poderes competentes sobre a questão[42]. Com isso, ainda ficou fechado o Campo Santo da Irmandade para os enterramentos de seus membros.

A situação de interdição do cemitério de Nossa Senhora da Conceição teve seu desfecho em 28 de dezembro de 1884, pelo que se lê no Jornal *O Vassourense*:

> *(...) E pra compensar este ato de heroísmo(qual?) decretou por outro lado a abertura do cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, como já não fossem suficientes os dissabores que temos sofrido por infração dos mais rudimentares preceitos higiênicos.*
>
> *Mas há males, que vem para o bem; e não ser esse dislate municipal, talvez ainda não estivesse decidida a crônica questão dos cemitérios, que desta vez teve a solução final por parte do governo, que atendeu as reclamações da autoridade sanitária. (...).*[43]

Considerações Finais

Percebemos, ao longo deste trabalho, que a preocupação com a morte poderia ser algo natural, mas devidamente preparada e declarada em um testamento. Nesse tipo de documento, o declarante expressava a sua fé – por meio do preâmbulo e das missas por sua alma e

---

[42] Jornal *O Vassourense*. Edição nº 45 de 09 de Novembro de 1884. p.1. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso. 02 nov. 2015.

[43] *Idem*. Edição nº 52 de 28 de Dezembro de 1884. p. 1. Disponível em:http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso. 02 nov. 2015.

dos seus entes, sua ligação com a família, as disposições em relação à herança e sua distribuição dos bens entre os herdeiros, a possibilidade de agraciar alguns membros externos à família consanguínea com algum pecúlio, o perdão ou a cobrança de dívidas, a liberdade condicional ou incondicional de escravos, atos de caridade, entre outras situações. Todo esse despojamento buscava demonstrar o desprendimento do testamenteiro para com os bens terrenos e o preparo para uma boa morte, algo bem típico da sociedade oitocentista.

Neste nosso trabalho a diferença estava na questão do cemitério local estar interditado devido à ocorrência de febre amarela no momento do falecimento da figura mais ilustre do município e que recebeu o título nobiliárquico com o nome da cidade pelos relevantes serviços prestados ao Império do Brasil. Assim, fez-se a exceção durante interdição do cemitério para que fosse realizada sua última vontade: a de ser sepultado ao lado do túmulo da primeira esposa.

Assim, doenças, morte, sepultamento podem abrigar olhares e comportamentos de uma certa sociedade, mostrando religiosidades presentes na ocasião, mas mostram, também, disputas, dissensões políticas internas, questões de prestígio e importâncias da sociedade daquele lugar.

Referência bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro – Sinergia, 2003.

___. *O homem diante da morte*, Paris: Flammarion, 1977

BITTENCOURT, Fernando M. *Vassouras, um pouco de sua história*. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2001.

CAMPOS, Ana P. S. *Avaliação de potencial de poluição do solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial*, USP – Faculdade de Saúde Pública, São Paulo 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25112007-172840/. Acesso:08 NOV2015.

FALCI, Miridan Britto Knox. Doenças e religiosidade. In *VII Encontro Regional de História. Núcleo do Rio de Janeiro. ANPUH História*

e Religião (org.) Lana Lage da Gama Lima, Marilda Ciribelli. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad, 2002.

GARCIA, Juan César. Medicina e Sociedade: correntes de pensamento no campo da saúde. In *Medicina Social, aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global Editora, 1983.

GALVÃO, Márcio A. M. *Origem das Políticas de Saúde Pública no Brasil: do Brasil Colônia – 1930*, UFOP. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf.Acesso: 06 nov. 2015.

GRMEK, Mirko D. Declin et emergence des maladies. In *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

LANA, Vanessa, *Questão Sobre Saúde Pública: a Febre Amarela nos Debates da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904 – 1905)*, Anais do I Colóquio do Lahes, Laboratório de História Econômica e Social, Juiz de Fora, 13 a 16 de Junho de 2005. Disponível em: http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a68.pdf. Acesso. 04 nov. 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e Morbidade da Cidade do Rio de Janeiro Imperial, *Revista de História*, São Paulo, n°27-28, ago./dez. 92 a jan./jul. 93. Disponível em:http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18689/20752. Acesso. 06 nov. 2015.

MONTEIRO, Angelo F. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX – o Caso Benatar*. Vassouras: Editor Autor, 2007.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978.

REIS, João José. *Fontes para História da Morte na Bahia Século XIX*, Caderno CRH, n 15, pp. 111-122, jul./dez., 1991.Disponível em: http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1360&article=377&mode=pdf. Acesso. 05 set. 2015.

STEIN, Stanley. *Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TEIXEIRA, Aline Oliveira. *A Epidemia de Febre Amarela na cidade de Vassouras, 1880-1881*. Anais do XIV Encontro Nacional da Anpuh--Rio Memória e Patrimônio , 19-23 julho 2010. Disponível em:http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742283_AR-

QUIVO_FebreAmarelaemVassouras,1880-1881.pdf. Acesso. 18 dez. 2015.

TELLES, Augusto da Silva.Vassouras. Estudo da Construção Residencial Urbana. Separata da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 16. Rio de Janeiro, 1968. pp. 22-23 *apud* MONTEIRO, Angelo F. Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade, Mosaico – *Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras. V. 3, n. 2, pp. 29-46, jun./dez., 2012. Disponível em: http://editorauss.uss.br/index.php/RM/article/view/461. Acesso. 15 set. 2015.

VOVELLE, Michel. *Mourrir Autrefois, Actitudes Collectives Devant La Mort Aux XVII e XVIII Siecles*. Paris: Gallimard, 1974.

WIKIPEDIA. *A imperial Ordem da Rosa*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_da_Rosa. Acesso: 01 out. 2015.

_____. *A imperial ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_de_Nosso_Senhor_Jesus_Cristo. Acesso: 01 out. 2015.

Fontes primárias

Jornal *O Vassourense* – 1882-1884.Disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/.

Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro – 1880-1882. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

Testamento do Barão de Vassouras. *Livro de Registro de Testamentos – 1877-1884*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ). Escritório do IPHAN – Vassouras/RJ. Código 109665815007.

Resumo

Este trabalho é um estudo de caso sobre a interdição do cemitério da Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras com a proibição de realização de sepultamentos, durante a ocorrência de febre amarela, que acometia não apenas o Vale do Paraíba Fluminense, como toda a Província do Rio de Janeiro. Os re-

sultados aqui apresentados fazem parte do projeto de Pesquisa Família e Religiosidade: A importância da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras no século XIX, registrada e desenvolvida desde 2012 na Universidade Severino Sombra de Vassouras/RJ, tem como objeto de estudo a Família na sociedade do oitocentos, sua religiosidade e a preocupação com o bem morrer, tendo como recorte espacial a Vila de Vassouras na Província do Rio de Janeiro. Foram levantadas e analisadas as notícias publicadas no jornal *O Vassourense*, buscando verificar os destaques que a imprensa local dedicava aos assuntos religiosos e de saúde pública, além de textos científicos sobre o período e a temática.

Palavras-chave: Saúde Pública; Vale do Paraíba Fluminense; Brasil Império.

Abstract

This work is a case study on the interdiction of the cemetery of the Brotherhood of the Parish of Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, with the prohibition of burial during the occurrence of yellow fever, which affected not only the Paraíba River Valley (Southern Rio de Janeiro), The Province of Rio de Janeiro. The results presented here are part of the Family and Religious Research project: The importance of the Brotherhood of Our Lady of the Conception of Vassouras in the nineteenth century, registered and developed since 2012 at the University Severino Sombra de Vassouras / RJ, whose object is to study the Family of the society of eight hundred, its Religiosity and the concern with the good to die, as a spatial clipping to Villa de Vassouras, Province of Rio de Janeiro. The news published in the O Vassourense Journal was collected and analyzed, seeking to verify the highlights that the local press gave to religious and public health issues, as well as scientific texts about the period and thematic.

Keywords: *Public health; Paraíba River Valley (Southern Rio de Janeiro); Brazil Empire.*

Recebido em 7 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

COMUNICAÇÕES

MANUEL NUNES VIANNA

Neusa Fernandes[1]

Manuel Nunes Vianna nasceu na cidade de Viana do Castelo, no norte de Portugal. Filho de Antônio Nunes Viegas, que, desde cedo, se dedicara ao comércio, veio para o Brasil, ainda menino, no final do século XVII, fixando-se na Bahia e transferindo-se depois para Minas, por via do rio São Francisco. Contemplado com sesmaria, às margens do Rio São Francisco, nela desenvolveu a criação de gado. Pouco tempo depois, tornou-se proprietário de fazenda em Cachoeira – a principal cidade do Recôncavo baiano. Na época, fundou várias outras fazendas no caminho da Bahia para Minas Gerais. Vale lembrar que, até o início do século XVIII, a região das minas fazia parte da Capitania do Rio de Janeiro. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em decorrência da Guerra dos Emboabas. Surgiram as primeiras vilas do ouro: Mariana, em 8 de abril; Ouro Preto, ex-Vila Rica, em 8 de julho; e Sabará, antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 17 de julho.

Em 6 de abril de 1714, foram instituídas as primeiras comarcas na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro: Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas. Manuel Nunes Vianna dominou toda a área. Negociava escravos, terras e gado, sediado na fazenda Jequitahi, de sua propriedade, em sociedade com o seu primo Manoel Roiz Soares. Monopolizou o comércio de carne para Minas. Manuel Nunes Vianna foi também conhecido organizador de comboios. Aproveitava a estação das secas e partia com seus vizinhos e seus escravos, levando armas, redes e "peças africanas" para vender. Como comboeiro, transportava suas carregações e mercadorias, utilizando os caminhos legais, e passava nos postos oficiais, denominados Registros, pagando o imposto cobrado e submetendo-se à inspeção da Alfândega. Seu

---

[1] Pós-doutora em História Social. Presidente do IHGRJ.

nome consta a ele de uma anotação de Registro, nos anos de 1716 e 1717. A única que faz sua descrição física traz a sua assinatura de próprio punho:

> *Passa Manuel Nunes Vianna, homem de mediana estatura, cara redonda, olhos pardos, cabelo preto, com sua carregação que consta de vinte e três caras de molhados. Rio Grande, 14 de maio de 1717.* (segue a assinatura de Manuel Nunes Vianna.)

Concomitantemente, dedicou-se à mineração, explorando minas de ouro em Caeté e Catas Altas, em sociedade com o primo Manoel Rodrigues Soares. Aliou-se a outros contrabandistas e protegeu todos os que se dedicavam a mesma atividade, utilizando-se da estrada proibida a caminho de Salvador. Amealhou grande riqueza e grandes rebanhos, por sua própria conta, como comerciante de mantimentos e como administrador das propriedades de D. Isabel Maria Guedes de Brito – uma das maiores latifundiárias do Brasil, filha de Antônio Guedes de Brito.Com essas atividades e o contrabando, Manoel Nunes Vianna adquiriu nome, fortuna e a amizade do secretário particular do governador Artur de Sá – José Rebelo Perdigão –, que o nomeou superintendente das Minas do Ribeirão do Carmo, hoje, cidade de Mariana. Sua fama, riqueza e poder eram protegidos por uma milícia de escravos armados, usados para defender seus territórios e expandir os seus domínios entre a Bahia e Minas Gerais, além de resolver pendências pessoais. Esse grupo de capangas significava, à época, suporte para a credibilidade e indicava a condição de potentado que, segundo a definição de Ângela Botelho, em seu *Dicionário Histórico do Brasil Colonial*, era "um homem poderoso, grande proprietário de terras que, principalmente nos sertões, exercia seu mando de forma quase sempre autônoma, fugindo às tentativas do controle metropolitano".

Manoel Nunes Vianna ficou conhecido como o "rei dos emboabas," por ter sido líder dos portugueses na Guerra dos Emboabas, ocorrida em Minas Gerais, em 1708-1709. Foi mesmo ele o motivo desencadeante da revolta. Participou e derrotou os paulistas em Sabará e Cachoeira do Campo, onde foi ferido. Dividiram-se as opiniões, quanto ao tratamento destinado aos muitos prisioneiros feitos. Manoel Nunes Vianna preferiu libertá-los. Os libertados juntaram-se aos fu-

gitivos, concentrados na região do Rio das Mortes, assim chamada desde 1700. Neste local, junto ao afluente Rio Grande, num capão de mato, ocorreu o encontro de forças que dizimou milhares de paulistas. O lugar ficou conhecido como Capão da Traição, depois Arraial de Matozinhos, hoje denominado Chagas Dória, subúrbio de São João del Rei.

Outras revoltas foram chefiadas por Manuel Nunes Vianna: na Barra do Rio das Velhas (1718) e em Catas Altas (1719). O próprio ouvidor do Rio das Velhas comentou as insurreições, em carta dirigida ao ouvidor Raphael Roiz Pardinho, ouvidor da comarca de São Paulo:

> *[...] no que toca aos cabeças do motim supponho v.m.q. o principal delles hé M^{el} Nunes Vianna [...] o famoso [...] bem conhecido pellos seos levantam^{entos} e pellas suas insolencias veyo a este Pais [...].*

Como ditador das minas, Manuel Nunes Vianna impediu o governador D. Fernando de Lencastro Martins Mascarenhas de entrar em Ouro Preto.

Recebendo a notícia da chegada do governador, Nunes Vianna sentiu-se ameaçado e arregimentou forças para impedir a entrada de D. Fernando. Plantou espiões por toda a estrada e corneteiros para sinalizarem a marcha da comitiva. Avisado da chegada do governador a Congonhas do Campo, Nunes Vianna mandou acender fogueiras, morro a morro, até os arraiais e partiu com cerca de 4.000 homens em direção ao governador.

> *Temeroso das consequências, enviou Nunes Vianna para Lisboa o seu amigo Frei Francisco de Menezes, levando de presente a El--Rei uma arroba e sete marcos de ouro, representando o quinto que arrecadara e incumbido de apresentar a Sua Majestade os protestos da mais profunda obediência e lealdade e de obter dele um indulto geral em favor dos revoltosos.*

O frei Francisco de Menezes também era sócio de Amaral Gurgel, no monopólio de carnes.

Em 1715, Manuel Nunes Vianna foi acusado de agitador e de contrabandear muitas arrobas de ouro, juntamente com o seu primo Manuel Rodrigues Soares. Entretanto, o ouvidor Luís Botelho de Queirós, associado ao negócio, defendeu-os e conseguiu livrá-los das acusações. Foi o primeiro governador aclamado em toda a América. Nesta condição, nomeou secretário o carmelita frei Simão de Santa Teresa. Teve por mestre de campo, Antônio Francisco da Silva.

Com medo da Inquisição, nessa ocasião, sua meia-irmã, Joana, parda, casada com um carpinteiro cristão-novo, na Bahia, fugiu com o marido para o Sítio Nossa Senhora da Penha, de propriedade do cristão-novo e missionário do judaísmo, Miguel de Mendonça Valladolid, amigo pessoal de Manuel Nunes Vianna.

O novo governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, sucessor de D. Fernando, foi a Minas, logo depois da posse. Sabedor da sua chegada, Manuel Nunes Vianna enviou, como seu procurador, o carmelita frei Miguel Ribeiro, que foi secretário de Albuquerque, para apresentar a homenagem e a obediência dos moradores de Minas.

Outros fatos demonstraram o relacionamento ambíguo de Manuel Nunes Vianna com Portugal. Apesar de ter sido expulso da Capitania, por exercer o poder, desautorando e modificando as ordens da Metrópole, ter liderado o movimento dos Emboabas e ter chefiado os motins no sertão, ainda assim, livrou-se da ordem de prisão, em 1723, ordenada pelo vice-rei. Essas ocorrências não impediram que Manuel Nunes Vianna fosse nomeado mestre de campo e que recebesse o ofício de escrivão da Ouvidoria do Rio das Velhas e Carta Mercê do Rei de Portugal, pelos relevantes serviços.

Vale lembrar que, presenteando e apoiando-se sempre nos amigos religiosos, Manuel Nunes Vianna mantinha um relacionamento pessoal com o Rei. Estando em Portugal, entre 1725 e 1728, recebeu (1727) do próprio monarca ofício para ser entregue ao comerciante Francisco Pinheiro.

Embora semialfabetizado, Manuel Nunes Vianna possuía uma biblioteca e foi apontado como financiador da edição do livro *Compêndio do Peregrino da América*, atendendo ao pedido do autor Nuno Marques Pereira. Consta ter sido também o responsável pelo aparecimento do terceiro volume da obra *Décadas*, de autoria de Diogo do Couto.

Além das honrarias já citadas, o rico Manuel Nunes Vianna recebeu o hábito da Ordem de Cristo, apesar de ser cristão-novo e judaizante, como atestou Miguel de Mendonça Valladolid.

O governador Martinho de Mendonça Pina e Proença, bibliotecário do rei, que, em 1730, foi designado para as minas, organizar as arrecadações dos quintos e dos diamantes, em relatório que escreveu ao rei D. João V, resumiu assim os primeiros anos na região, em relação aos potentados:

> *Era naquele tempo o país habitado por paulistas acostumados à insolência e soltura. E de portugueses de baixíssima extração, sem cultura, nem uns nem outros tinham de seu mais que armas, negros e ouro que lhe davam atrevimento e ocasião para as revoltas, revelando pouco a pouco o castigo porque era fácil se retirarem no mato.*

O rico potentado morreu na Bahia, em 1738, deixando o filho Miguel Nunes de Souza Vianna como seu herdeiro.

Referências bibliográficas

Motins do Sertão, RAPM, 1896, Ano I, p.666.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736 : estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco*. Belo Horizonte: UFMG, 1983. Dissertação de Mestrado. FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais, no século XVIII*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. "Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa". Rio de Janeiro: Bahia e Minas Gerais – 1640-1761.São Paulo, USP, 1996. Tese de Doutoramento.

SANTOS, Affonso dos. “Natureza Jurídica dos Quintos do Ouro”. In: RAPM, Belo Horizonte: Ano XXV, 1º V., julho de 1937.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-Novos em Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro (1695-1755) – Relações com a Inglaterra.* São Paulo: Pioneira de Estudos Brasileiros, 1992.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito – Aspectos da História de Minas no século XVIII* . Belo Horizonte: UFMG, 1994.

Recebido em 19 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

SALVADOR MATA E SILVA
(ARACAJU, SE, 11.07.1943 – NITEROI, RJ, 08.10.2016)

Cybelle de Ipanema[1]

De há muito, Salvador Mata e Silva entrara nas nossas relações, colegas de associação, no Instituto Histórico de Niterói, onde foi sócio efetivo deste 1979, que frequentava, a partir da fundação, em 73, por um grupo de idealistas a que nos honramos de pertencer.

Foi um pesquisador – e pesquisador de escol. Consideramos forte o exemplo que escolhemos e aduzimos. Processada a última eleição que incorporou um número grande de novos valores ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, inclusive o empossando que nos distinguiu, na ocasião, com a cortesia de recebê-lo, na distribuição dos patronos das cadeiras, coube-lhe um que a maioria dos sócios mais antigos desconhecia. Foi-lhe sugerido substituir por nome de maior nomeada na bibliografia fluminense. Não concordou. Aceitou o desafio e pôs-se a campo, para levantar a biografia com que nos brindou. Ganhamos, ao lado dos dados faltantes do patrono, a certeza, ainda maior, de não nos termos enganado, ao elegermos este sergipano pertinaz.

E Salvador vem de Sergipe – segundo natural da terra que recebemos aqui, no mesmo Instituto. São os do Norte que vêm chegando, como se dizia, outrora, da invasão – fecunda invasão – dos oriundos de Norte e Nordeste, emigrados à capital federal, para enriquecerem o ambiente cultural do Rio de Janeiro. Tantos, tantos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Herman Lima, Álvaro Lins...

A credenciá-lo apresenta larga folha de magistério, em numerosas escolas de Niterói, São Gonçalo e Maricá, a partir de sua licen-

---

[1] Sócia benemérita.

ciatura em História, na UFF, e diplomado em Pedagogia – Orientador Educacional – pela mesma Universidade.

Diversos Cursos de Extensão e de Reciclagem, participação em Congressos e afins, medalhas e títulos vários fazem de seu currículo peça que bem o enfileira ao lado dos pares cuja companhia conquistou. Pertenceu a inúmeras entidades culturais, particularmente ligadas aos interesses deste Instituto: tendo sido presidente do Instituto Histórico de Niterói, onde exerceu cargos de pesquisa e assessoramento.

Seu universo cultural, no servir, alarga-se mais no município de São Gonçalo, mas não esquece o estado natal, pois é correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Centro Sergipano de Letras, do Rio.

Tem sido, realmente, salutar que o IHGRJ amplie seus quadros com analistas da vida fluminense, além da carioca – que o Instituto é duplo. Inseria-se, com destaque, perfeitamente, no perfil. Autor de centenas de artigos em jornais regionais, de sua produção bibliográfica, pinçaríamos apenas (autor ou coautor): *São Gonçalo*, *S. Gonçalo no século XVI*, *São Gonçalo no século XVII*, *Nobreza maricaense*, *Nobreza itaboraiense*, *Nobreza niteroiense*, com vários títulos em preparo, com destaque para *Felisberto de Carvalho*: o Commenius brasileiro – Felisberto de Carvalho, dos livrinhos de leitura (1º livro, 2º livro, 3º livro ...), tão caros a muitos de nós.

Depois dessa fala em 1998, Salvador escreveu muito, alguns em parceria. De sua vasta bibliografia de 42 títulos, destacamos (por economia de espaço e tempo?): *O bairro de Santa Catarina*, *O bonde de Niterói*, *Escolas de Niterói e seus patronos*, *Madalenenses adotivos*, *Região oceânica de Niterói*, *Igrejas e capelas católicas de Niterói*, *Filhos de Itaboraí*, *Filhos do Estado de Sergipe* e *Imperial Irmandade de S. Vicente de Paulo*.

Salvador deixou-nos, silenciosamente, como de seu feitio, em outubro de 2016, com missa da Igreja de S. Vicente de Paulo, em Niterói, em 14 de novembro.

Recebido em 19 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

FRANCISCO ALVES, O REI DA VOZ

Sebastião Deister[1]

Filho de um casal de imigrantes portugueses chegado ao Brasil em finais do século XIX, Francisco de Moraes Alves nasceu no Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1898, passando toda a sua infância no bairro da Saúde, onde o pai montara um pequeno botequim. Matriculado em uma escola pública, o garoto demonstrava pouca aptidão para os estudos, e já adolescente preferiu abandonar as salas de aula para trabalhar como simples operário numa fábrica de chapéus. Não satisfeito também com tal atividade, buscou uma vaga no Departamento de Saúde do Porto do Rio de Janeiro, ali passando a conviver com pessoas humildes que lhe incutiram um senso de simplicidade e despojamento que seria uma das facetas mais visíveis de sua personalidade na idade adulta.

À medida que crescia, o rapaz tomava consciência da voz privilegiada que Deus lhe dera. Encorajado por familiares, vizinhos e companheiros de trabalho, passou a cantar em festinhas de bairros, pondo na cabeça o sonho de um dia tornar-se cantor profissional. Em 1918, com apenas 20 anos, encheu-se de coragem e apresentou-se como intérprete na Companhia de Espetáculos Teatrais de João de Deus Martins Chaves, aceitando participar de temporadas em circos e no grande Pavilhão do Meyer, para onde, na época, afluíam as jovens promessas artísticas surgidas no país. No ano seguinte, convidado por João Gonzaga (filho da célebre compositora e cantora Chiquinha Gonzaga), então proprietário da recém-fundada etiqueta Disco Popular, gravava sua primeira música, interpretando duas composições de J. B. da Silva – este o conhecido e renomado Sinhô – a saber: a marcha "Pé de Anjo" e o samba "Papagaio Louro", este mais divulgado com

---

[1] Historiador. Professor. Secretário de Cultura de Miguel Pereira. Vice-Presidente do IHGV.

o título de “Fala Meu Louro”. Com a imediata aceitação dessas gravações, que difundiram seu nome pelo Rio de Janeiro, Francisco Alves então recebeu uma solicitação da gravadora para fazer o registro fonográfico de outra canção de Sinhô intitulada “Alivia Esses Olhos”, tendo a acompanhá-lo o Bloco dos Africanos, um típico conjunto regional organizado e dirigido pelo próprio Sinhô.

Embora o sucesso de tais gravações tenha-lhe carreado algum reconhecimento popular, contribuindo para a chegada de outros convites às suas mãos, o fato de iniciar a vida artística com que sonhava recebendo aqui e ali alguns parcos trocados não lhe garantia independência financeira para viver de sua arte. Por conseguinte, paralelamente às suas apresentações em circos e algumas casas noturnas nos finais de semana – entre uma e outra gravação de menor expressão popular –, Chico ganhava a vida como motorista de táxi, aproveitando as noites de folgas para cantar nos teatros musicados espalhados pelo centro da cidade.

Chico Alves logo se casou com Perpétua Guerra Tutoya, a Ceci, em 1920, de quem, entretanto, rapidamente se separou. De fato, no final do mesmo ano ele conheceu Célia Zenatti, a grande companheira de sua vida e com quem manteve um apaixonado relacionamento de 28 anos. Além desses dois marcantes fatos em sua vida sentimental, 1920 tornou-se para ele um ano muito especial, pois meses antes de conhecer Célia, recebeu um convite para ingressar na Companhia Artística do empresário João Segretto, estreando com sucesso no Teatro São José ao lado da famosa Célia Amorim, na época uma artista de imensa popularidade e forte prestígio em todo o Rio de Janeiro.

Graças a essa providencial parceria, Francisco Alves passou a viver uma fase de intenso trabalho no teatro musicado carioca, tomando parte em inúmeras companhias artísticas. As movimentadas casas noturnas da Praça Tiradentes de imediato renderam-se àquela voz inigualável, e sua fama atraiu o interesse da poderosa gravadora Odeon, para a qual foi levado pelo amigo e compositor Freire Junior em 1924. Por essa famosa etiqueta fonográfica, Chico gravou de início duas músicas do companheiro Freire Junior chamadas “Mademoiselle Ci-

nema" e "Não me Passo pra Você", movimentadíssimas e alegres marchinhas carnavalescas que alcançaram um êxito invulgar na cidade.

Já não causava surpresa na capital a aceitação das excelentes gravações de Chico Alves, visto que, meses antes, ele registrara em disco o samba "Miúdo", de S. Neves, o que confirmava no vinil sua notável capacidade de interpretação. Em função dessa gravação, a Odeon não mediu esforços nem dinheiro para tê-lo permanentemente em seus quadros profissionais.

Como resultado do sucesso que já o coroava, a gravadora firmou com o cantor um ótimo contrato, e Chico de pronto alcançou, por esse selo, as suas gravações mais retumbantes, como a composição "O que é Nosso?" (de Caninha) e "Samba da Madrugada" (de Salvador Corrêa), ambos em 1927. Trabalhando de maneira quase ininterrupta com seu grande astro, a Odeon lançou em seguida "Cassino Maxixe" e "Ora, Vejam Só", novas obras do velho e dedicado amigo Sinhô.

Todas as gravações daquela época eram realizadas por um antigo sistema mecânico, pesado e lerdo. Com a evolução das técnicas de registro vocal, surgiu alguns anos depois um modelo de gravação elétrica e Chico foi o primeiro cantor brasileiro a dele se beneficiar, gravando um disco por tal processo e nele cantando, sob o histórico nº 10001 da Odeon, as canções denominadas "Passarinho" e "Passarinho do Má", marcos divisórios na discografia do país.

Em 1928, o cantor passou a gravar na hoje extinta firma Parlophon e por essa casa lançou aquele que veio a ser o mais extraordinário sucesso de sua carreira e com o qual o Brasil finalmente tomou conhecimento da admirável potência de sua voz e das qualidades de suas interpretações: "A Voz do Violão", composição que regravou com novos arranjos por mais três vezes em sua vida e em função da qual ele se consagrou para a eternidade com o até hoje imbatível título de REI DA VOZ.

A partir dessa célebre gravação, Chico Alves entrou definitivamente para a galeria dos maiores cantores de todos os tempos no

Brasil, vendo seu nome ganhar prestígio e reconhecimento em todos os países das América do Sul e até mesmo em alguns centros europeus.

Incensado pela crítica, adorado pelos fãs, aclamado pela imprensa escrita e falada, respeitado pelos companheiros de profissão e endeusado pelos apresentadores de programas de rádio ao vivo da época (como o afamado César Ladeira), ele abandonou todos os seus afazeres particulares e passou a dedicar tempo integral a espetáculos ao vivo em teatros e emissoras de rádio, a novas gravações e a exibições especiais na querida e prestigiada Rádio Nacional, a grande formadora de opinião na metade do século passado e, provavelmente, a mais respeitável lançadora de astros e estrelas do cancioneiro popular de então.

Excelente intérprete de versões de músicas americanas, tangos argentinos, boleros do Caribe e especialmente marchas e sambas tipicamente cariocas, foi ele o lançador do chamado "samba-exaltação", gravando em 1939 a fabulosa "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso, um monumento musical que lhe abriu de vez as portas para uma fama invulgar.

Astro maior da pioneira Rádio Mayrink Veiga, e logo depois artista exclusivo da Rádio Nacional, Chico Alves tornou-se o cantor que maior número de gravações produziu nos nostálgicos discos de 78 rotações por minuto: cerca de 500 discos, uma verdadeira façanha técnica e artística no dourado período representado pelos anos 1930, quando a divulgação dos acontecimentos dos meios musicais cariocas em busca de consumidores limitava-se a algumas páginas de jornais mais generosos e ao trabalho criterioso de propaganda de algumas poucas emissoras de rádio.

Outros fatos relevantes ainda marcaram a vida daquele autêntico carioca tão apaixonado pelo canto, como, por exemplo, a belíssima gravação feita em dupla com Mário Reis na década de 1930, e a viagem triunfal realizada a Buenos Aires em 1932, cidade em que se tornou um mito e um campeão de vendas de discos.

Grande amigo de Carmem Miranda, Chico Viola – apelido recebido na noite carioca pelo fato de viver abraçado ao seu querido violão – foi ainda contratado da poderosa gravadora RCA Victor, e no decurso de sua vitoriosa carreira deixou ali algumas memoráveis gravações ao lado de figuras míticas da nossa música, como Sylvio Caldas, Noel Rosa e Agenor de Oliveira, o inesquecível Cartola.

O incipiente cinema nacional também se curvou ao talento daquele artista sério, compenetrado e arrebatador em sua simpatia. Em 1943, ele estreou nas telas brasileiras na película "Alô, Alô Brasil", solidificando de vez suas propaladas qualidades como ator e cantor.

Entre os anos 1930 e 1940, Francisco Alves participou de praticamente todas as atividades cinematográficas e radiofônicas do país, numa sucessão rápida de múltiplos e diversificados trabalhos, entre os quais se destacam os filmes "Alô, Alô Carnaval", "Berlim na Batucada", "Caídos do Céu" e "Samba em Berlim", além do lançamento de sua autobiografia intitulada *Minha Vida*.

Nos anos 1940, trazido pela esposa Célia e instado por Abraão Medina, proprietário das Lojas Rei da Voz e grande amigo seu, o famoso artista passou então a frequentar com assiduidade a então modesta cidade de Miguel Pereira. Cativado pelo clima leve e saudável das montanhas e pelo sereno ar de roça do lugar – e, como costumava ele dizer a seus amigos cariocas "(...) encantado com um povoado tão provinciano e puro que não me assedia e cujo ar faz bem a minha voz (...)", Chico tratou de adquirir uma aconchegante casinha na bucólica rua Luiz Pamplona, para onde fugia sempre que seus afazeres profissionais no Rio de Janeiro permitiam, e na qual ele passou a receber em finais de semana os numerosos amigos que aos poucos conquistava pelas ruas de Miguel Pereira.

De fato, em tardes mais amenas, empunhava ele seu célebre violão e encostava-se à vitrine da Casa Nova –, uma grande loja mantida em Miguel Pereira pelo comerciante Miguel Levy, casado com Mercedes, irmã de Célia Zennatti, a esposa de Chico Alves – e ali então brindava fregueses e transeuntes com as memoráveis canções de seu vasto e maravilhoso repertório.

Chico também demonstrava enorme prazer em conversar com as pessoas da terra, e por essa razão era muito comum surpreendê-lo em seus trajes caseiros e até mesmo desleixados ao lado de alguns amigos mais diletos, entre os quais ele elegera Marinho Andreiolo e Francisco Bernardes como dois dos mais constantes e confiáveis.

Inquieto e participativo, chegou mesmo a instalar um sistema de alto-falantes ao lado da tradicional Casa Nova, à rua General Ferreira do Amaral, pelo qual irradiava notícias importantes, comunicava aniversários e casamentos de qualquer um que lhe pedisse tal gentileza. Fazia brincadeiras com os amigos mais íntimos, solicitava a seu caseiro Waldomiro Moreira que lhe providenciasse café ou sopa (visto que sua casa era bem próxima do "estúdio" e de lá seu empregado ouvia tudo com nitidez e de pronto o atendia) e, naturalmente, punha para tocar em velhos gramofones seus grandes sucessos musicais. Feito criança, a grande estrela criava por si mesmo na pequena cidade um programa musical agradável e divertido, tanto para ele quanto para seus admirados ouvintes.

No rastro do cantor, outros ilustres personagens da vida carioca – entre empresários, radialistas, repórteres e artistas de renome – começaram a visitar a "Vila do Chico Alves", e com isso Miguel Pereira viu-se ungida pela mesma fama que rodeava o astro, ganhando na capital uma divulgação ímpar.

Em meados de 1948, aos 50 anos, Chico viveu o último caso de amor de sua vida. Nesse ano, conheceu a professora Iracy Alves. Entretanto, quando se descobriu apaixonado por ela, o cantor foi obrigado a assimilar o fato de ser ela uma mulher separada do marido e com uma filha para criar. De acordo com David Nasser, Chico lamentava tal situação, afirmando que "(..) meu coração é um palhaço que não soube envelhecer... podia ser o pai da mulher que adoro."

E em relação à esposa dizia que "(...) este caso da Célia é um drama de consciência para mim. Foi minha companheira nas horas más... mas de que serve discutir com o meu coração?"

Chico viveu os últimos quatro anos de sua vida ao lado de Iracy, último amor que, até mesmo na hora do sepultamento do amado, se mostrou discreta, sofrida e digna.

Francisco Alves sempre confidenciava a amigos e familiares que cantaria até os 100 anos, mas quis o destino que partisse aos 54 anos, quando então se encontrava no auge da fama.

Eram 17 horas e 25 minutos de um sábado, dia 27 de setembro de 1952, e Chico retornava feliz de São Paulo, onde na véspera cantara para mais de seis mil pessoas no Largo da Concórdia.

No quilômetro 275 da Via Dutra (na época, uma estrada precária e de mão dupla) ele mesmo dirigia seu querido Buick azul, tipo Sedan, a mais de 130 km/h, emplacado do Distrito Federal com a chapa de nº 11-56-80, de 1950, tendo no banco do carona seu grande amigo Haroldo Alves. Nas proximidades da divisa dos municípios de Taubaté e Pindamonhangaba, deparou-se com um caminhão em alta velocidade que, para evitar uma colisão com outro carro que fizera uma manobra repentina à sua frente – um Mercury preto guiado por Felipe Abusaman –, entra de súbito pela contramão em linha reta contra Chico. O choque quase frontal com o caminhão de placa 11-53-894, conduzido por João Valter Sebastiani, foi inevitável e medonho. Atingido com extrema violência, o Buick lança o amigo Haroldo para fora, capota e se incendeia. Com o tremendo impacto, Chico foi comprimido para o banco de trás do automóvel, morrendo carbonizado em meio aos terríveis destroços do seu carro.

Calava-se ali, para sempre, aquela voz única e inimitável, encerrando-se tragicamente uma carreira de sucesso que ainda prometia muito para os tempos futuros. Morria, também, todo um estilo personalíssimo de cantar, em que a voz era sempre sobreposta aos arranjos orquestrais e à própria melodia.

O velório, realizado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na Cinelândia – entre as 13 horas de domingo e 11 horas da manhã de segunda-feira –, recebeu a homenagem de mais de 500.000 pessoas consternadas e inconsoláveis pela brutalidade daquela morte prema-

tura e jamais imaginada. Por todo o Brasil foram rezadas missas pelo artista. Diversas celebridades da época, como Orlando Silva, Emilinha Borba e Ciro Monteiro organizaram passeatas buscando erguer uma estátua no túmulo daquele astro maior da música popular brasileira.

A imprensa também fez eco às manifestações de pesar do povo, e a popularíssima revista *Rádio & TV* publicava: "Chora Estácio, Salgueiro e Mangueira, Todo o Brasil emudeceu Chora o mundo inteiro O Chico Viola morreu", dizia o samba gravado por Linda Baptista após o trágico desaparecimento de Francisco Alves.

A missa de sétimo dia, na Igreja da Candelária, foi celebrada por Frei Luiz Varanda no dia 4 de outubro, merecendo transmissão direta pela Rádio Nacional pelo ator Celso Guimarães. O ato contou também com a participação de um imenso público, e em seu encerramento falaram o padre Caetano de Vasconcelos Junior (o mesmo que uma semana antes encomendara o corpo no cemitério de São João Batista) e o Monsenhor Henrique de Magalhães.

No mês seguinte, gravadoras, cantores e cantoras, compositores, jornalistas, locutores de rádio, familiares e fãs mobilizaram-se no sentido de promover uma serenata em homenagem à memória do inesquecível Chico Viola. Tamanha foi a repercussão da iniciativa que a Rádio América e as escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo logo aderiram à ideia, fazendo com que a prefeitura paulistana oferecesse transporte gratuito aos moradores dos bairros mais distantes e mesmo de alguns municípios vizinhos para que maior número de pessoas pudesse comparecer ao espetáculo na capital paulista.

O jornal *Última Hora*, de 22 de outubro de 1952, engajado ao evento, fazia uma ampla cobertura dos preparativos e conclamava o povo com imensas manchetes em sua primeira página, uma delas dizendo:

> *São Paulo prepara-se para a serenata a Chico Alves... Transporte gratuito – serão filmados todos os detalhes do imponente desfile – várias emissoras formarão cadeia para a retransmissão do progra-*

ma – Flores para o monumento simbólico ao rei da voz – Adesão da rádio américa – Presentes as escolas de samba.

Ao longo da vasta reportagem, o jornal ainda garantia:

Quanto aos cantores que deverão participar da SERENATA A CHICO ALVES, ficou estabelecido o seguinte: Osni Silva, pela Nacional de São Paulo; José Gonzaga, pela Piratininga; Fábio Paulino, pela Rádio Gazeta; Wilson Brasil, pela TV Tupi de São Paulo; Nelson Gonçalves, pela Nacional do Rio; Cidália Meireles, pelas emissoras de Portugal; Sylvio Caldas, Linda e Dircinha Baptista, Araci de Almeida e Orlando Silva, amigos íntimos e companheiros do homenageado.

Como justa homenagem ao notável cantor que tanto amara Miguel Pereira e divulgara o nome do nosso Município no Rio de Janeiro, o prefeito Fructuoso da Fonseca Fernandes, por meio de uma iniciativa de sua Secretaria de Educação, comandada pelo professor José Sylvio Gomes, inaugurou em 19 de maio de 1974 o Museu Francisco Alves nas dependências do Castelinho (um prédio localizado no interior do Jardim Municipal que leva o nome do grande amigo de Chico, Francisco Marinho Andreiolo). Além de autoridades municipais e estaduais, compareceram ao festivo ato, entre dezenas de importantes personagens, a viúva Célia Zenatti e o cantor João Dias, este considerado o autêntico herdeiro do estilo que consagrara o Rei da Voz.

No Museu Francisco Alves pode ser admirado um imenso acervo do cantor, entre fotos, objetos pessoais, partituras musicais, peças de vestuário, documentos, discos, fonógrafo, móveis e, principalmente, seu famoso violão.

Embora tenhamos em nosso Município um espaço para relembrar a glória e o valor de um dos maiores mitos do cancioneiro nacional, é no cemitério São João Batista, na lápide do cantor, que ficou para sempre registrada a mensagem mais perfeita, aquela que de fato retrata bem a intimidade que sempre existiu entre o artista e o seu inseparável violão, nos versos magistrais de Joubert de Carvalho:

Tu, só tu, madeira fria,
Sentirás toda agonia
Do silêncio do cantor...

Referências Bibliográficas

Museu Francisco Alves – *Coleção de jornais e revistas*. acesso http: museu Francisco Alves. Miguel Pereira. Acesso fevereiro 2017.

Museu da Imagem e do Som. *Coleção Radio Nacional*. 31 mil discos de 78. Rio de Janeiro. *Documentos pessoais do autor*.

Resumo

Dentro de um recorte temporal que tem sua gênese no último decênio do século XIX – com o nascimento do cantor em 1898 – e seu termo na centúria XX – com sua trágica morte em 1952 –, o presente estudo busca trazer à lume os caminhos traçados por Francisco Alves à busca do sucesso e da fama, caracterizando ainda sua intensa participação na implantação da radiofonia capitaneada pela famosa Rádio Nacional, instrumento maior de divulgação das célebres gravações que o conduziram ao altar mais alto do cancioneiro nacional e que o eternizaram com o título de Rei da Voz. Valendo-se de um viés mais humanizado, o texto traça alguns parâmetros que procuram vertebrar os amores, as alegrias e os problemas de um ser humano dotado de um talento excepcional, mas que, apesar do sucesso e do incenso social e midiático, procurou na simplicidade e na amizade o alicerce de suas conquistas, hoje eternizadas no Museu Francisco Alves sediado em Miguel Pereira, cidade por onde o admirável operário da música espraiou sua vivacidade, sua arte e sua cultura.

Palavras-chave: Cantor; radiofonia; museu.

Abstract

Within a time frame that has its genesis in the last decade of the nineteenth century - with the birth of the singer in 1898 - and his term in the century XX - with his tragic death in 1952 -, the present study seeks to bring the heat strokes paths Francisco Alves to the pur-

suit of success and fame, still featuring its active participation in the implementation of radio captained by the famous national Radio, the largest instrument of dissemination of famous recordings that led to the high altar of the national songbook and the eternalized with the title king of the Voice. Taking advantage of a more human bias, the text outlines some parameters looking show loves, joys and problems of a human being endowed with exceptional talent, but despite the success and social and media incense sought simplicity and friendship the foundation of their achievements today immortalized in the Museum Francisco Alves based in Miguel Pereira, a city where the brave workers of music spilled over his liveliness, his art and his culture.

Keywords: *Singer; radio; museum.*

Recebido em 19 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

CARIOCAS LETRADAS

Ana Arruda Callado[1]

Tendo sido capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves no início do século XIX e, depois da Independência, capital do Brasil na Monarquia e na República, até 1960, era natural que o Rio de Janeiro reunisse a elite intelectual do País. Mesmo assim é notável que, em 1752, no Brasil-Colônia, uma mulher fosse admitida em uma academia literária nesta cidade.

Esta pioneira de tantas ilustres escritoras cariocas foi Ângela do Amaral Rangel, nascida em 1725. Quando o governador da Província era Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, este permitiu a Ângela, que era cega, mas de uma família de posses, fazer parte da Academia dos Seletos, criada por ele.

Antônio Gomes Freire de Andrade foi governador e capitão-general do Rio de Janeiro durante trinta anos. E em 1748, acumulou sob seu comando os territórios de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e o sul do Brasil.

A nossa escritora teve, pois, um padrinho poderoso e que era, também, um amante da literatura. A ele se deve o estabelecimento da primeira oficina tipográfica do Rio, de que foi proprietário Antônio Isidoro da Fonseca. A tipografia durou pouco, porque a iniciativa desagradou ao governo da metrópole que, temeroso da demasiada ilustração dos colonos, ordenou sua destruição.

A poetisa Ângela não foi ingrata: escreveu dois poemas em homenagem ao governador, que foram incluídos na coletânea *Júbilos da América*, oferecida a Gomes Freire em 1752. E sabe-se de mais

---

[1] Doutora em Comunicação Social e jornalista.

dois outros poemas seus, escritos em espanhol e que a autora denominou "romances".

Poderíamos incluir entre as pioneiras escritoras do século XVIII, Ângela, no século XIX, já podemos apontar várias cariocas letradas. E minha preferida é Júlia Lopes de Almeida, por um motivo muito pessoal: li o seu "Correio da Roça" quando tinha 10 anos e fiquei encantada; reli várias vezes. Morava, na época, em uma fazenda em Araruama, com minha mãe e vários irmãos, e meu pai, que trabalhava no Rio, toda sexta-feira chegava lá levando um livro para mim. (Os outros irmãos eram muito pequenos e eu estava com uma professora particular me preparando para o Exame de Admissão ao Ginásio, uma espécie de vestibular cruel para crianças de 11 e 12 anos que existia então.)

Nunca mais esqueci o nome da autora daquele livro, onde várias moças contavam em cartas suas vidas na roça, a primas que continuavam a morar na cidade. Era algo muito próximo a mim.

Claro que naquela ocasião não percebi o viés feminista desse romance epistolar, ao representar e dar visibilidade às mulheres como protagonistas de uma história por elas contada. Em "Correio da Roça", Júlia assegura às personagens o direito de falar e de decidir os rumos de suas vidas diante de possibilidades que o trabalho e a educação poderiam trazer.

Júlia Valentim da Silveira Lopes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de setembro de 1862, e aqui morreu, em 30 de maio de 1934. Era filha de Adelina Pereira Lopes e do Visconde de São Valentim, o professor e médico Valentim José da Silveira Lopes. Em novembro de 1887 casou-se com um jovem escritor português, Filinto de Almeida, à época diretor da revista *A Semana*, editada no Rio de Janeiro, que recebeu a colaboração sistemática de Júlia por vários anos. Ela também colaborou na revista *Brasil-Portugal*.

Sua produção literária foi vasta: mais de 40 volumes abrangendo romances, contos, literatura infantil, teatro, jornalismo, crônicas e obras didáticas. Em sua coluna no jornal *O País*, durante mais

de 30 anos, discutiu variados assuntos e fez diversas campanhas em defesa da mulher e da abolição dos escravos.

Dentre seus romances, além de "Correio da Roça", "A falência", "A intrusa", "A viúva Simões" e "A casa verde", este publicado em folhetim no *Jornal do Commercio* e escrito em colaboração com o marido. Sua coletânea de contos, Ânsia Eterna, é de 1903. No Livro das *Donas e Donzelas*, Júlia reuniu, em 1906, crônicas que têm mulheres como personagens principais.

Presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira, sociedade criada em 1919, Júlia participou de várias reuniões de formação da Academia Brasileira de Letras, mas dela ficou excluída por ser do sexo feminino.

A relação de Júlia Lopes de Almeida com a ABL é curiosa. Decidindo que não poderia haver mulheres na agremiação, os fundadores resolveram incluir entre eles o marido de Júlia, o português Filinto de Almeida. No rico anedotário da Academia, dizia-se que Filinto se apresentava aos que não o conheciam como "acadêmico consorte".

Outra interessante escritora carioca da época foi Albertina Bertha de Lafayette Stockler, nascida a 7 de outubro de 1880 e mais conhecida simplesmente como Albertina Bertha. Filha do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e de D. Francisca de Freitas Coutinho Lafayette, foi educada em casa por uma preceptora alemã, que lhe ensinou línguas, Estética e Filosofia. Casou-se com o republicano Alexandre Stockler Pinto de Menezes. Foi colaboradora de jornais como *O Jornal*, *Jornal do Commercio*, *O País*, *O Malho* e *A Noite*, e da revista literária feminina *Panóplia*. Integrou a Academia de Letras de Manaus.

Albertina Bertha foi também uma militante feminista. Defendeu o voto feminino, a criação de uma Academia Feminina de Letras e o divórcio, além de criticar a hegemonia masculina nos meios literários.

Seus romances de maior sucesso foram *Exaltação*, de 1916, publicado inicialmente como folhetim no *Jornal do Commercio*, *Voleta*, de 1926 e *Ela brincou com a vida*, de 1938. Publicou dois volumes de ensaios, o último em 1948.

Mais uma escritora carioca nascida no século XIX e que merece uma menção é Ana Lossio Seiblitz, de 1830. Escreveu para jornais e revistas e publicou principalmente obras religiosas. Tornou-se conhecida – e elogiada – depois de traduzir o *Polyeucte* de Corneille. É de 1863 seu longo poema *História da vida de Jesus Cristo desde seu nascimento até sua ressurreição*. O romance D. Narciso de Villar, de 1876, traz um interessante registro dos costumes sertanejos da época.

Falemos agora de uma das grandes mulheres do início do século XX, Anna Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, que nasceu no Rio de Janeiro no dia 17 de agosto de 1896. Passou a infância, com sua irmã Maria José (mais tarde senhora Austregésilo de Athayde), em uma fazenda no interior de Minas Gerais, onde receberam instruções de professoras estrangeiras, aprendendo inglês, francês e alemão. Aos 12 anos, Anna Amélia começou a escrever versos, publicados em 1911, com o título de Esperanças, recordações de infância. As 22 poesias foram bem recebidas pelos colunistas literários da época, inclusive Barbosa Lima Sobrinho e Austregésilo de Athayde.

Outros livros de poesia publicados por nossa autora foram: em 1926, *Ansiedade*; em 1936, *A harmonia das coisas e dos seres*; em 1939, *Mal de amor*; em 1951, *50 poemas de Anna Amélia* e, em 1957, *Todomundo*.

Anna Amélia desde menina se interessava por futebol, que praticava ao mesmo tempo em que escrevia poesias. Colaborou para difundir e popularizar esse esporte, que ensinava aos operários da fábrica de seu pai; dava instruções a eles durante as partidas, como uma treinadora. No seu 12º aniversário, pediu aos pais como presente, uma bola, uma botina de sola grossa e começou a treinar.

Em maio de 1913, com 17 anos, portanto, ao assistir a um jogo do América, conheceu o goleiro Marcos de Mendonça, que a

fez suspirar ao se aproximar da arquibancada, durante o intervalo da partida. O casamento saiu em 1917, quando o noivo já jogava pelo Fluminense.

Marcos Carneiro de Mendonça foi o primeiro goleiro da Seleção Brasileira e até hoje detém o título de goleiro mais jovem a ser selecionado; tinha 19 anos quando de seu primeiro jogo, contra o Exeter City, da Inglaterra em 21 de julho de 1914. Foi titular por nove anos, conquistando os campeonatos sul-americanos de 1919 e 1922.

Foi neste ano de 1922 que Anna Amélia publicou seu segundo livro de poemas, *Alma*, onde introduz o tema do futebol na poesia brasileira, incluindo um que havia feito para Marcos. Vejamos uma estrofe:

Foi sob um céu azul, ao louro sol de maio
Que eu te encontrei, formoso como Apolo.
E o meu amor nasceu, num luminoso raio,
Como brota a semente à umidade do solo.

Marcos Carneiro de Mendonça foi também empresário da indústria do aço e presidente do Fluminense F.C., conquistando, como dirigente, o bicampeonato carioca em 1940/1941.

O Solar dos Abacaxis que, felizmente ainda enfeita o bairro do Cosme Velho, foi a morada de Marcos e Anna Amélia a partir de 1944. A mansão fora erguida em 1843 pelo bisavô de Anna Amélia, o comendador Borges da Costa. Seu nome vem dos adornos de ferro fundido, em forma de abacaxis, que decoram a balaustrada das janelas de frente da casa.

Para além de sua carreira literária, Anna Amélia foi profundamente ativa para o reconhecimento da mulher no Brasil. Dirigiu durante dois anos a página feminina do *Diário de Notícias*. Foi a primeira mulher a ser membro do Tribunal Eleitoral (1934), fazendo parte também de uma mesa apuradora. Foi nomeada por Getúlio Vargas representante do Brasil no I Congresso Feminista Internacional, da Woman League International, em Istambul, 1935. Nessa época era

vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Foi delegada do Brasil de 1941 a 1943 na Comissão Interamericana de Mulheres. Participou ainda da Associação Damas da Cruz Verde, que criou a maternidade Pró-Matre.

Durante as gestões para criação da maternidade, explodiu a gripe espanhola na cidade do Rio de Janeiro. As Damas da Cruz Verde passaram a prestar socorro às vítimas da pandemia. Em dois meses, no segundo semestre de 1918, haviam morrido da febre no Rio de Janeiro mais de dez mil pessoas. Os hospitais estavam lotados, e diante da precariedade da situação sanitária aquelas mulheres se dedicaram ao combate à doença.

A epidemia não esmoreceu a luta pela criação da maternidade. As Damas da Cruz Verde procuraram o presidente da República Venceslau Brás, para solicitar um casarão na avenida Venezuela, número 159, onde pretendiam instalar a instituição. Foram atendidas, e assim, em 9 de fevereiro de 1919, inaugurou-se a maternidade com duas enfermarias, uma de obstetrícia e outra de ginecologia, com 40 leitos. Em maio de 1919 a epidemia da gripe espanhola estava debelada, e o grupo levou adiante os planos de ampliar e diversificar a assistência prestada na maternidade, que se tornou um centro de referência na assistência à mulher e à primeira infância no Rio de Janeiro.

Com todas essas atividades, ela também ficou para sempre conhecida por ter fundado, em 1939, a Casa do Estudante do Brasil. Foi, na ocasião, eleita a Rainha dos Estudantes Brasileiros. Com sede especialmente construída, a CEB era uma instituição voltada para o intercâmbio cultural entre os estudantes. Reunindo alguns residentes e muitos associados, o prédio possuía um restaurante, salão de festa e conferência, auditórios para cursos de extensão universitária, biblioteca, apartamentos para professores visitantes, consultórios médico e dentário, farmácia e barbearia. A CEB tinha ainda uma publicação chamada *Rumo*, onde eram publicados artigos sobre o ensino, história do Rio de Janeiro e do Brasil, debates de temas atuais e textos literários.

Toda esta estrutura educacional fora idealizada por Ana Amélia, que foi presidente vitalícia da instituição até a sua morte, em 1971. E em retribuição a sua dedicação, a CEB ergueu, em 1975, o busto em um largo em frente a sua sede, no Castelo. Este largo, no dia da inauguração do busto, passou a ser chamado Praça Ana Amélia.

Ana Amélia é considerada hoje uma expressão importante da literatura e da luta pela mulher brasileira do século XX.

Quero agora discorrer sobre mais uma de minhas escritoras cariocas favoritas, Adalgisa Nery – contista, romancista, poetisa, jornalista, mulher forte. Aprecio tanto a obra e a coragem de Adalgisa que tive a ousadia de escrever sua biografia, publicada na coleção "Perfis do Rio", quando a Secretária de Cultura era Helena Severo.

Nascida em 29 de outubro de 1905, no bairro de Laranjeiras, foi registrada como Adalgisa Maria Feliciana Noel Cancela Ferreira. Sua mãe, Rosa Noel Cancela, era portuguesa e morreu quando Adalgisa tinha 8 anos. O pai, Gualter José Ferreira, era mato-grossense e modesto funcionário da Prefeitura. Casou-se de novo e Adalgisa teve sérios problemas de convivência com a madrasta.

Aos 16 anos casou-se com um vizinho de família paraense rica, o poeta, bailarino, pintor e pensador católico Ismael Nery.

Enquanto casada com Ismael, de quem ficou viúva em abril de 1934, não escreveu – ou não mostrou a ninguém – uma só linha. Quando Ismael recebia amigos/admiradores como Murilo Mendes, Jorge de Lima, Leonel Franca, Pedro Nava e Dante Milano, Adalgisa ficava sentada ouvindo a conversa ao longe; aproximava-se apenas para servir o cafezinho.

No início, até que o casamento foi o que ela esperava: o marido fez com ela várias viagens, inclusive à Europa, onde Adalgisa conheceu intelectuais e artistas importantes. Depois, principalmente quando ficou tuberculoso, o marido passou a oprimi-la cruelmente. Obrigava-a a beber na mesma xícara onde bebia a gemada que ela

preparara para ele; fazia questão de, ao ter uma hemoptise, abraçá-la e sujar seu vestido com o sangue.

Ao mesmo tempo, Ismael era encantador com aquele grupo de intelectuais que o cercava. Tanto que uma figura do porte de Murilo Mendes foi absolutamente fascinado por ele – ao vê-lo morto, converteu-se dramaticamente ao catolicismo e, a partir daí, transferiu sua paixão à viúva, a quem pediu em casamento mais de uma vez.

Ismael morto, ela enfim pôde revelar seu talento. Surge a poetisa, a escritora. Em 1937, publica o primeiro poema, "Eu em ti", na prestigiosa revista *Acadêmica*, e seu primeiro livro, *Poemas*, com ajuda de Murilo.

Seguiram-se seis outros livros de poesia (*A mulher ausente*, 1940; *Ar do deserto*, 1943; *Cantos de angústia*, 1948; *As fronteiras da quarta dimensão*, 1952; *Mundos oscilantes*, 1962; *Erosão*, 1973), dois romances, o autobiográfico *A Imaginária*, de 1959, e *Neblina*, de 1972, além de dois livros de contos: *Og*, de 1943 e *22 menos 1*, de 1972.

Em 1940, casa-se com Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, o órgão de censura do Estado Novo. Surge outra Adalgisa, promotora de grandes festas, amiga de Frida Khalo e Diego Rivera, retratada por este, por Orozco, e várias vezes por Portinari. Adquire grande prestígio junto ao presidente Getúlio Vargas, que a envia como embaixadora plenipotenciária do Brasil à posse do presidente do México, Adolfo Ruiz Cortines, em 1952. No mesmo ano, viaja a Paris para o lançamento de um livro com poesias suas, traduzidas e editadas por Pierre Seghers, *Au-delà de toi*. Não à toa, o amigo Carlos Drummond de Andrade, que escreveu:

> *Saberei multiplicar-me/e em cada praia tereis/dois, três, quatro, sete corpos/de Adalgisa, a lisa, fria/e quente e áspera Adalgisa,/numerosa qual Amor.*

Já conhecida como poetisa, Adalgisa começa a colaborar na imprensa carioca. No início, em revistas literárias, mas depois em *Diretrizes*, revista fundada por Samuel Wainer em 1938. Em seu livro de

memórias, publicado postumamente, *Minha razão de viver*, Wainer conta como fazia para driblar a censura do DIP e manter a revista independente.

> *A composição do conselho diretor da revista, montado depois da constatação de que a existência de* Diretrizes *não seria efêmera, é uma prova desses cuidados. Nele figuravam nomes como Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB, e Graciliano Ramos, um opositor histórico do Estado Novo. Mas ali também estava, por exemplo, a poetisa Adalgisa Nery, casada com Lourival Fontes, o todo-poderoso chefe do DIP. Adalgisa, uma linda mulher, escrevia textos interessantes, não era preciso ser indulgente para publicá-los. Mas o fato de ser casada com Lourival Fontes, naturalmente, valorizava sua presença na redação de Diretrizes e oferecia à revista algum tipo de segurança.*

Em 1953, separa-se de Lourival Fontes.

A consagração de Adalgisa como jornalista, porém, foi no jornal *Última Hora*, do mesmo Samuel Wainer. Inovador, reunindo uma excelente equipe de colaboradores, a *Última Hora* logo se firmou como diário de prestígio. No mesmo livro de memórias, diz Samuel:

> *Em certos casos, uma coluna na* Última Hora *significou um trampolim seguro para a notoriedade. Foi o que ocorreu com Adalgisa Nery, que eu conhecera ainda casada com Lourival Fontes e cuja beleza marcou minha geração. Em meados da década de 50, um amigo de Adalgisa telefonou-me para informar que ela se encontrava internada num hospital, com a saúde muito debilitada, e precisava de ajuda. Adalgisa já deixara de ser a linda mulher de outros tempos. Imediatamente, encomendei-lhe um artigo, fixando uma remuneração bastante satisfatória. O texto chegou dois dias depois e me alegrou pela contundência. (...) Publiquei o artigo no segundo caderno. Logo recebi outro texto e, em seguida, um telefonema de Adalgisa.*

– Eu não fico em caderno de mulher – disse-me ela. – Quero o caderno dos homens, quero o primeiro caderno.

Achei justo.

A coluna de Adalgisa na *Última Hora*, "Retrato Sem Retoque", publicada de 1954 a 66, deu a ela grande prestígio popular e, como resultado, três eleições sucessivas: a primeira, em 1960, para a Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara, pelo Partido Socialista Brasileiro; a segunda, em 1962, para a Câmara Estadual, agora pelo PTB; pela terceira vez, agora já durante a ditadura militar que instaurou o bipartidarismo, se elege deputada estadual pelo MDB, o partido da oposição.

Mas, com seus artigos de denúncia, comprou briga com muitos poderosos. Uma das mais sérias foi com Assis Chateaubriand, o dono dos *Diários Associados*, cadeia de 35 jornais, 19 revistas – inclusive *O Cruzeiro*, a de maior circulação no país –, 25 emissoras de rádio, 18 de televisão e duas agências de notícias e, até então, seu amigo.

Adalgisa não se conforma com as manobras feitas por Chateaubriand para se eleger senador pelo Maranhão, já que havia sido derrotado em seu estado, a Paraíba, e escreve um artigo violento e muito irônico.

O artigo todo é nesse tom e Chateaubriand não deixou barato. Ao ler aquilo, o dono dos *Associados* – segundo o depoimento de Fernando Morais em sua biografia, Chatô:

... rabiscou dez linhas em um pedaço de papel, chamou o redator Maurício Waissman e mandou publicar um 'A pedidos' na primeira página do Diário da Noite. Embora sem ser citada nominalmente, Adalgisa Nery era chamada de 'cinquentona devassa, infiel ao corpo, à alma e à decência conjugal', que tinha sido mobilizada 'para esse piquenique de carnes de vacas desnutridas'. A nota concluía com mais agressão: 'Essa infeliz tem o nosso perdão. É que o tempo já a tendo rifado dos festins de Vênus, ela teima em ficar nos cartazes, para que, quando dela não se use (por imprestável para o amor), pelo menos dela se fale'.

As agressões de Chatô a Adalgisa não pararam por aí. Com seu próprio nome, fez publicar em todos os jornais associados um artigo com o título 'Uma matrona tarada', em que a chama de 'vulgar sexagenária' e, como era moda na época, acusa também os comunistas.

A briga de Chateaubriand e Adalgisa Nery foi parar, com grande destaque, com direito a fotos dos dois (Poetess Nery e Press Lord Chateaubriand, como está nas legendas), nas páginas do *Time Magazine*, que na edição de 7 de fevereiro de 1955 fala do "Piquant Scandal", com trechos do artigo de Adalgisa e dos insultos de Chateaubriand.

Os artigos de "Retrato Sem Retoque" deram a Adalgisa outro inimigo de peso: o jornal *Correio da Manhã*. Em crônica sobre o fim do *Correio* (fundado em 1901 e que teve sua última edição em 8 de julho de 1974), jornal sempre lembrado por seu espírito de luta e como uma vítima do regime militarista, Carlos Drummond de Andrade lembra seu tempo de colunista ali:

> *Tive bastante liberdade de opinar e satirizar, mas cortaram de minha crônica o nome de Adalgisa Nery, escritora, porque como jornalista assumira posição contrária à de Paulo [Paulo Bittencourt, dono do jornal e de quem AN também tinha sido amiga] na questão do petróleo. O Correio tinha sua lista negra.*

Nenhum político escapava da ironia e das cobranças dos artigos de Adalgisa, reunidos em livro em 1963. E um deles custou-lhe a vida política. Quando estava pronta para se candidatar a deputada federal, foi cassada em seus direitos políticos, em outubro de 1969, em um ato de vingança do almirante Rademaker, personagem principal de um artigo que escrevera, em 1963, com o título "Cisne Negro", sobre corrupção em compras de tintas na Marinha.

Em 64, Rademaker já quis cassá-la, mas Adalgisa tinha muitos amigos militares nacionalistas e o almirante desistiu. Porém, em 69, assumiu o poder no País a junta militar que tinha Rademaker como representante da Marinha. Cassada, Adalgisa resolveu desaparecer de

cena. Em maio de 1976, internou-se voluntariamente em um asilo de velhos em Jacarepaguá, de onde não saiu mais.

Sofreu, um ano depois, um acidente cerebral que a deixou hemiplégica e sem voz e veio a falecer em junho de 1980.

Antes de fechar a homenagem às letradas cariocas já falecidas, vou fazer uma breve – mais breve do que ela merece – referência a Ana Cristina Cesar. Filha do sociólogo e jornalista Waldo Aranha Lenz Cesar e de Maria Luiza Cruz, Ana Cristina nasceu em uma família culta e protestante de classe média, no ano de 1952.

Conta-se que, antes mesmo de ser alfabetizada, aos 6 anos de idade, já ditava poemas para sua mãe. Em 1969, por um programa de intercâmbio, passou um período em Londres, onde travou contato com a literatura em língua inglesa. Quando regressou ao Brasil, com livros de Emily Dickinson, Sylvia Plath e Katherine Mansfield nas malas, dedicou-se a escrever e a traduzir.

Seus primeiros livros, *Cenas de Abril* e *Correspondência Completa*, foram lançados em edições independentes. As atividades de Ana Cristina não pararam: pesquisa literária, mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), outra temporada na Inglaterra para um mestrado em tradução literária (na Universidade de Essex), em 1980, e a volta ao Rio, onde publicou *Luvas de Pelica*, escrito na Inglaterra.

Cometeu suicídio aos 31, atirando-se pela janela do apartamento dos pais, no oitavo andar de um edifício da rua Toneleros, em Copacabana.

Estado:

Temos hoje dezenas de boas escritoras nascidas no Rio ou que aqui elaboram seus textos.

O Rio de Janeiro, além de abrigar várias academias literárias, como a importante Academia Carioca de Letras, continua sendo a sede

da Academia Brasileira de Letras, que, durante muitos anos, foi um dos centros mais convictos do machismo. Além de só ter admitido a primeira mulher 80 anos depois de sua Fundação, em 1977 – a grande Rachel de Queirós, cearense –, em todos os seus 118 anos só abrigou oito imortais do sexo feminino. Hoje tem cinco, em um quadro de 40: a paulista Lygia Fagundes Telles e as cariocas Cleonice Berardinelli, Rosiska Darcy de Oliveira, Nélida Piñon e Ana Maria Machado. E todas têm feito bonito. Nélida Piñon e Ana Maria Machado presidiram a Casa de Machado de Assis, a primeira no celebrado ano do Centenário. E já receberam os mais importantes prêmios literários nacionais e internacionais.

Ana Arruda Callado

Recebido em 19 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

DISCURSO DE POSSE DE NEUSA FERNANDES – PRESIDENTE ELEITA DO IHGRJ

Neusa Fernandes[1]

Prezado presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Doutor Arno Wheling

Prezada professora Esther Caldas Bertoletti, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Prezados confrades do IHGRJ

Prezados amigos e amigas do IHGRJ

Senhoras e senhores, ex-alunos, convidado

As minhas primeiras palavras, em nome de toda a diretoria, do Conselho Fiscal e Comissões especiais, são de agradecimento pela confiança que em nós foi depositada, pelo respeito e solidariedade de todos, confrades, confreiras e os amigos extramuros. Pessoalmente são responsabilidade, gratidão, determinação e alegria os sentimentos que me assaltam nesse momento, de posse na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, quando esta instituição completa 59 anos. Desses, quase 30 tenho a honra de a ela pertencer. Assumimos hoje esta responsabilidade consciente do imenso desafio de continuar a obra de realizadores dirigentes, como a do historiador Vicente Tapajós, a do museólogo Antônio Pimentel Winz, o da minha amiga doutora Cybelle de Ipanema e a do amigo doutor Paulo Knauss, somente para citar os presidentes cujos trabalhos acompanhei de perto.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, vem realizando um trabalho de afirmação das identida-

---

[1] Pós-doutora em História Social. Presidente do IHGRJ.

des carioca e fluminense, se consagrando, singularmente, como uma casa de memória da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, por força do processo histórico que, em vários momentos, transformou o Rio de Janeiro.

História singular, única e sofrida tem a mais bela capital do mundo. A cidade, fundada por Estácio de Sá em 1565, que, em menos de um século depois revoltou-se contra o poder e aproveitando a ausência do governador, aclamou um novo; que viveu 6 meses governando-se a si próprio, em regime constitucional com governo e câmara eleitos pelo povo e toda a máquina administrativa funcionando normalmente: que se tornou capital dos vice-reis, em 1763, quando a prudência deslocou o centro decisório de Salvador para o Rio de Janeiro para ficar mais perto das minas de ouro de Minas Gerais; que abrigou a Corte portuguesa, desde que aqui chegou, em 1808 até a sua volta a Portugal, em 1821; que assistiu à rebeldia do Príncipe Regente D. Pedro, durante um ano, quatro meses e onze dias, até a independência, sofreu outra mudança com o Ato Adicional de 1834, que, modificando, em vários aspectos a constituição outorgada por D. Pedro I em 1824, transformou a cidade em município neutro, destacando-a da província do Rio de Janeiro.

Consumava-se a separação dos cariocas e fluminenses, e o Rio de Janeiro, que, desde a independência, era o centro das atenções, reverenciada como capital do novo império, sofreu outra grande modificação com o advento da República. O decreto n. 1 de 15 de novembro de 1889 estabeleceu que a cidade passaria a ser a sede do governo republicano, com o novo nome de Distrito Federal. Dois anos depois, a constituição republicana de 1891, no seu artigo 3, estabeleceu a mudança da capital para o Planalto Central, quando, então o Distrito Federal se tornaria um novo Estado da Federação. Mas o divórcio, cidade x estado, durou até 1960, quando a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser a capital federal, deixando de ser Distrito Federal e perdendo o título para Brasília. Em consequência, foi criado o Estado da Guanabara, fato que se constituiu um momento-chave de sua capitalidade cultural, em decorrência dos procedimentos estratégicos empreendidos por Carlos Lacerda, o primeiro governador eleito

no estado recém-criado, empenhado em definir uma política cultural no novo estado, com o propósito de consolidar a Guanabara como "o tambor cultural do Brasil".

Exibindo contundente retórica, Carlos Lacerda assumiu a defesa da autonomia político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro, bem como a autonomia de uma política cultural emocionalmente concebida.

Ao mesmo tempo, iniciou-se na imprensa carioca uma campanha, criada pelo jornalista Péricles de Barros, que visava manter a posição do Rio de Janeiro como centro cultural do estado da Guanabara e do País. Alcançando grande mobilização e participação política, a campanha resgatou a autoestima e a exaltação da cidade maravilhosa.

Em 1968, no auge do movimento da consolidação da identidade da cidade do Rio de Janeiro, foi organizado o primeiro Encontro de Cultura na Guanabara, no qual compareceram o jornalista Fernando Gabeira, diretor do departamento de pesquisa do *Jornal do Brasil;* Luís Carlos Palmeira, diretor do Serviço de Museus da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara; o historiador José Luis Werneck, diretor do Serviço de Pesquisa da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e eu, como diretora do Museu da Cidade. O Encontro discutiu os novos rumos das instituições culturais, arquivos e museus, até então sem perfil muito definido. Este Encontro produziu um diagnóstico das instituições culturais, felizmente muito diferente da atualidade, que registra um avanço nas instituições culturais, sobretudo nos arquivos, bibliotecas e museus que deram um salto qualitativo e quantitativo.

Em 1975, a ditadura militar no Governo federal decidiu incorporar o Estado da Guanabara (que na verdade consistia da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, era uma cidade-estado) ao antigo Estado do Rio de Janeiro. A reincorporação da cidade ao Estado do Rio de Janeiro era uma ideia que fermentava desde 1959. Nesse mesmo ano, um estudo elaborado pelo antigo Centro Industrial do Rio de Janeiro defendeu a fusão, como um medida profilática, para se evitar o esvaziamento econômico da cidade-estado. Mas somente quinze anos

depois, a Lei Complementar nº 20, de 3 de junho de 1974, encaminhada ao Congresso pelo então presidente Ernesto Geisel, estabeleceu a fusão dos dois estados, com o nome de Estado do Rio de Janeiro. Esta fusão foi efetivada a partir de 15 de março de 1975. Nessa ocasião, o Estado do Rio de Janeiro tinha 64 municípios, contando com o do Rio de Janeiro; 20 anos depois tinha 81, registrando o crescimento de um por ano. Hoje são 92.

Com a fusão, herdamos um valioso e significativo patrimônio cultural, como avaliou Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade:

> *Do patrimônio dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara deve-se dizer que é dos mais valiosos do País, embora menos afamado. Se tivermos em vista os conjuntos urbanos que conservam as características originais, a área fluminense oferece-nos núcleos de Parati e de Vassouras: aquele com a fisionomia genuina da Vila Grande de Nossa Senhora dos Remédios do século XVIII, e este, em seus logradouros principais, com o aspecto autêntico da cidade oitocentista, construída na primeira fase do ciclo do café.*

No tocante aos monumentos da arquitetura religiosa, o Mosteiro e Igreja de São Bento, as Capelas da Glória do Outeiro de são Francisco da Penitência e da Ordem Terceira do Carmo, na cidade do Rio de Janeiro, competem com os templos mais famosos do Brasil. Ressaltamos a Igreja de Bonsucesso ou da Misericórdia, que abriga os retábulos quinhentistas retirados do templo dos jesuítas, demolido com o Morro do Castelo. E o que não pode ser esquecido, no território desses estados, é seu acervo de arquitetura civil, do qual os apreciadores estimam a dignidade simples dos palácios imperiais situados em Petrópolis.

Ao lado desses extraordinários monumentos, registramos outros da chamada cultura popular, um patrimônio imaterial rico e de uma diversificação surpreendente. A música popular, essencialmente o samba, que comemora este ano o seu centenário, tem apresentado o País nos mais longínquos recantos. Presentes em todo o país, também estão as danças e o canto africanos, como, por exemplo, o jongo, uma dança de origem banto, uma espécie de samba rural, familiar aos tra-

dicionais compositores brasileiros como Donga, Pixinguinha, João da Baiana e Martinho da Vila. Espalhado por todo o Brasil, o jongo toma diferentes denominações, conforme a região onde é praticado. As mais conhecidas são: jongo, cachambu, bambelô, bate-caixa. Registra-se, também, que, em alguns locais, o jongo é mais lúdico e o cachambu mais ligado à religiosidade. O fato de ter sido o jongo dança mágica dos escravos, sagrada e ligada à cerimônia mágico-religiosa, ainda se reflete nas crenças em poderes sobrenaturais dos mestres mais antigos. E ainda assim, sob alguns aspectos, é um mistério para a cultura brasileira.

Em 1927, o jongo apareceu no livro *Estudos do Folclore*, pela descrição de Luciano Gallet, que o encontrou na Fazenda São José da Boa Vista, no Estado do Rio de Janeiro, e o considerou a dança predileta dos negros.

Oriundo da roça, o jongo hoje pode ser visto nas cidades, em diversas localidades, como cerimônias ou como espetáculos para ser assistidos e estudados em toda a sua autenticidade. Registra-se a presença do jongo em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro: Campos, Rezende, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Pinheiral, Arrozal do Piraí, Piraí, Parati, Angra dos Reis e na cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Serrinha, em Madureira, um dos mais tradicionais redutos da cultura urbana. Esse espaço do subúrbio carioca se tornou local de permanente atração de pesquisadores e turistas.

Ligada a toda essa musicalidade e religiosidade está o monumento da Pedra do Sal, em torno da qual se desenvolveram várias atividades como o mercado de escravos e de sal.

Situada no Largo João da Baiana, no bairro da Saúde, está cercada por um casario baixo, do final do século XIX e início do XX. Junto a ela, uma escadaria serve de atalho para os moradores do local. Em frente, soberano, o único botequim do local que exibe tela famosa de João da Baiana, retratando o logradouro. Até a chegada de D. João, em 1808, a Pedra servia como limite, separando os bairros da Saúde, da Praia Formosa. Era conhecida com o nome de "Quebra bunda," por ser escorregadia e não possuir as escadas laterais. Conservou-se essa

denominação até 1845, quando passou a se chamar Pedra da Prainha e depois Pedra do sal, em virtude do descarregamento do Sal que se fazia dali para o armazém, localizado perto do Mosteiro de São Bento, na Prainha, hoje Praça Mauá.

Por sua posição elevada, servia de posto de observação para a chegada de parentes, amigos e para divisar a aproximação dos capoeiras inimigos.

Era um espaço místico-religioso que abrigava templos, onde se faziam despachos e oferendas. Mas também era um espaço recreativo, onde se reuniam estivadores, artesãos, para ensaio de pastoris que originaram os ranchos carnavalescos, que, por sua vez, deram origem às escolas de samba, que conservaram a mesma estrutura. Tocava-se pandeiro, tamborim agogô, surdo, panelas, pratos, latas. As grandes figuras do mundo musical carioca – Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, Donga e João da Baiana – estavam lá, ainda crianças, nas rodas.

João da Baiana deu nome ao local. Carioca, nascido em 17 de maio de 1887, desde criança fazia samba em cima da Pedra e participava das festas. Grande sambista, foi o introdutor do pandeiro no samba e parceiro de Villa-Lobos, que conheceu nas rodas de choro.

Por sua importância histórica, a Pedra do Sal foi tombada no dia 20 de novembro de 1984, dia da consciência negra, nos termos do Decreto 5.808, de 13 de julho de 1982, art. 5, inciso II. Este tombamento foi assinado em praça pública, onde se realizou uma grande festa com a participação de alunos das escolas de primeiro grau do bairro e com apresentação de ranchos que ali nasceram.

A partir desses registros, defendemos que no próximo biênio a nossa instituição continue seu trabalho rotineiro de fortalecimento das culturas regionais, com a preocupação de dar ainda mais visibilidade ao IHGRJ, à produção intelectual dos seus confrades e confreiras e à defesa do nosso patrimônio.

Realizaremos, cada vez mais, atividades em parceria com outras instituições culturais, construindo essas relações, fortalecendo o

diálogo e o convívio harmonioso com todas as diferenças. Para tanto, desenvolveremos uma intensa atividade cultural. É intenção desta diretoria oferecer cursos, seminários e jornadas. Ambição maior de se organizar o IV Encontro de Institutos Municipais, iniciado na gestão da doutora Cybelle de Ipanema e o IV Congresso Fluminense de História e Geografia.

Conscientes de que a História se faz por documentos, acreditamos que é nossa obrigação privilegiar as pesquisas. Sabemos como são nebulosos ainda tantos fatos da história carioca e fluminense. Nesse sentido, publicaremos a pesquisa a respeito dos nossos patronos, desenvolvida pelo confrade Roberto Schmidt, a pesquisa das *Efemérides fluminenses*, já iniciada nessa diretoria e, atendendo sugestão do sócio Marco Santos, atualizaremos a *Bibliografia Fluminense*. Perseguiremos a excelência da nossa revista, regularmente publicada pela Imprensa Oficial do Estado, gol de placa da presidente Cybelle de Ipanema. Finalizando, cabe ressaltar que, além de todas essas metas, estamos abertos, democraticamente, a todas as sugestões.

Muito obrigada.

Recebido em 19 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

SAUDAÇÃO DE POSSE A HILDETE PEREIRA DE MELO E ANA MARIA DA SILVA MOURA*

Miridan Britto Falci[2]

Exma sra.Presidente do IHGRJ: profa dra. Neusa Fernandes

Senhores confrades e confreiras

Srs e Sras. convidados

Em tão poucos minutos de que disponho, esta saudação terá o compromisso de apenas apontar aspectos específicos dessas duas historiadoras e excelentes professoras com quem convivi.

Em 1998, nesta sala, saudávamos três novos sócios que aqui tomavam posse: Vera Lúcia Bottrel Tostes, Paulo Carneiro da Cunha e Victorino Coutinho Chermont de Miranda. Os mesmos motivos de agora levavam a direção do prof. Pimentel Winz a organizar a posse coletiva: o número de empossandos – na época eram 13 novos, que preenchiam as inúmeras vagas então existentes.

E mais uma vez agradecemos à direção do IHGRJ por essa atitude e ao IHGB pela utilização de suas instalações e o seu abrigo.

Sessão solene de posse sempre me emociona. Emociona-me pelo conduzir, num ato simbólico de apadrinhamento e cumplicidade, amigos do mesmo ofício. Emociona-me pela lembrança de liturgias de

---

* Discurso de Saudação na Sessão Solene de Posse de Hildete Pereira de Melo e Ana Maria da Silva Moura no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em 14.07.2016.

[2] Profa. doutora em História Social, USP, 1993, e Pós-doutora, França, 1995. Prof. de História do IFCS/UFRJ. Vice-presidente do IHGRJ.

um poder simbólico de imposição de medalhas e juramento que nos remetem às antigas cerimônias de investidura do medievo europeu.

E falando em símbolos de saber e de ser, vem-nos à mente que, justamente, as duas empossandas de hoje são estudiosas da história social, da história econômica e política do Estado do Rio e brasileira, da escravidão e da vida das mulheres.

Ligam-nas as preocupações com os grupos menos favorecidos, com o sofrimento que acompanha as sociedades, com a luta por melhores condições de vida, pelos direitos retirados do ser humano e social e a espoliação.

As duas têm algo em comum: mulheres, da mesma geração, formadas no Rio em universidades especiais, com mestrado e doutorado. E têm como similitude o gosto pelo estudo, pela pesquisa, pelos trabalhos em equipe, pela organização de revistas, pela organização de livros, com muitas dezenas de palestras em seminários, colóquios e congressos.

Vida nossa de professoras universitárias, preocupadas com a formação e o crescimentos dos jovens com que lidam. Embora saibamos que algumas de nossos passam em determinado momento a apenas atividades burocráticas e políticas, isso não aconteceu com essas duas senhoras.

Ana Maria da Silva Moura, carioca, formada em História pela UFRJ, ministrou História do Brasil por 20 anos na UFRJ, em algumas outras universidades e por mais 15 anos na UERJ. Lutadora pelos direitos e pela democracia, se caracteriza pelo trabalho, pelo convívio amigo com os colegas, pelo apoio aos alunos e incentivo aos seus trabalhos.

Organizou o Centro de Pesquisas em História na UFRJ e sempre fez todo o planejamento de grupos de pesquisa em todas as universidades em que trabalha. Sua dissertação de mestrado na UFRJ "Carroças e Carroceiros: formação da infra-estrutura urbana do Rio de Janeiro – século XIX", 1983, UFRJ já publicada e orientada por

Eulália Lobo, é um belo exemplo de pesquisa sobre essa vida do Rio. No doutorado na USP partiu para outro assunto. *"*Os jesuítas e a Colonização do Brasil: expressões culturais e missionarismo"*,* 1995. Seu currículo lattes aponta 13 livros, 5 capítulos em livros e 30 artigos em revistas especiais. E distinguimos alguns trabalhos: "A satanização do Sagrado – a festa proibida, Lisboa"*,* 1992*; "*Representações e discursos do missionarismo e a transformação do espaço". In *História e Cultura*, *Caratinga*, 2006*; "*Trabalho e mão de obra indígena na Capitania do Rio de Janeiro no final do século XVII e início do XIX". In II *simpósio Política e Cultura, Vassouras, 2006*.

Na Universidade Severino Sombra, por 10 anos, orientou 15 dissertações de mestrado e planejou, editou, muitas vezes com seu dinheiro, livros de síntese dessas teses que eu costumava colocar no Catálogo de Dissertações.

Além de organizar e planejar laboratórios de pesquisas, em dirigir e coordenar eventos, possui um bem específico: alegre, bem-humorada, disciplinada, é também avó, como todas nós.

É um exemplo de professora, mulher e historiadora.

Hildete Pereira de Melo, paraibana radicada há 40 anos no Rio. É estudiosa das questões econômicas do Rio de Janeiro e Brasil e defensora das mulheres. Estudou em Toulouse entre 1967-1968 e seu mestrado versou sobre "Engenharia da Produção (1979)" e o doutorado sobre "O café e a Economia do Rio de Janeiro". UFRJ, 1993.

Embora formada em economia, trabalhou durante muitos anos com a História. Aposentada na UFF, ainda continua envolvida em aulas, cursos, revistas, seminários, livros, orientações, participações na ANPUH, e participação de entidades defensoras das mulheres. Distinguimos alguns trabalhos: em 2015 temos o seu estudo publicado pela FGV, "Estratégias e Políticas para o Desenvolvimento socioeconômico – uma agenda para o Rio de Janeiro", em 2011 foi publicado o seu "Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. Até quando" em *O Progresso das Mulheres no Brasil. Rio*. O seu estudo no seminário ONU MULHERES, "Ciência e tecnologia no

feminino 1990-1999" foi publicado em *Feminismos*, UFBahia, 2014, e finalmente "As mulheres brasileiras no novo milênio: educadoras e pobres", publicado em *Crítica Feminista*, nº 3. 2010.

É editora da revista *Gênero*, da UFF. E seu CV Lattes aponta 11 livros, 14 capítulos em livros e 30 artigos em revistas especializadas.

Ligamo-nos mais apertadamente pela da pesquisa sobre Eufrásia Teixeira Leite, já que por 10 anos (2002 /2012) tivemos de ler 30 grossos volumes do inventário de Eufrásia, muitos em francês encontrados no Centro de Documentação Histórica da USS em Vassouras. Fizemos inúmeros levantamentos de documentos cartoriais, levantamos jornais, inventários e testamentos, fomos a Pernambuco, ao Museu da Justiça no Rio, escrevemos artigos, informamos e fornecemos nossas pesquisas a dezenas de outros estudiosos. Em 2012, aparecia, finalmente *a Sinhazinha emancipada: Eufrásia Teixeira Leite, a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher do século XIX.* Ed. Vieira Lent, Rio, livro elaborado sem custo monetário para nós, pelo aceite e parecer da comissão de História do IHGB, composto por Eduardo Silva, Maria de Lourdes Lyra, Lucia Maria Pascoal Guimarães e Guilherme Frota. Hoje esgotado.

As duas empossandas fazem um belo conjunto de trabalho: são historiadoras por vocação e mister. E por isso a posse não poderia deixar de ser conjunta – conjunta pelo gosto, pelos ideais, pelo mesmo trato com as fontes, pela sensibilidade em abordar o ser humano.

As duas trabalham com a materialização da experiência vivida, com a lembrança do passado, com memórias de trajetórias de vida.

E pela exiguidade de tempo nessa saudação, envio às duas uma mensagem.

Introduzida nessa casa, IHGRJ, por Vicente Tapajós em 1982, ao terminar minha dissertação de mestrado na UFRJ, desde então aqui estou ora como secretária, ora como diretora da Revista e hoje como vice-presidente.

Apresentei-as por sentir que temos almas gêmeas com o gosto pelo trabalho educacional e pela pesquisa e pela convivência amiga e fraternal.

A vocês duas invoco uma atitude: o esforço de manter essa Casa com 57 anos de experiência, o fomento à pesquisa e a cursos e o prazer da solidariedade.

Sejam bem-vindas.

Recebido em 19 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

AS SUFRAGISTAS BRASILEIRAS: RELEGADAS AO ESQUECIMENTO? UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Hildete Pereira de Melo[1]

O ingresso como sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro representa para mim um momento especial, porque legitima um desejo juvenil de pertencer a uma comunidade cientifica de historiadores/as e isso se materializa hoje nesta cerimônia. Agradeço a indicação da professora Miridan Britto Falci e a aprovação pelos pesquisadores desta Casa do meu nome e espero honrá-la no exercício das atividades nesta instituição. A professora Miridan é uma amiga e colega que ao longo dos últimos dez anos tem pesquisado junto comigo a história das mulheres e em particular de Eufrásia Teixeira Leite. Com idas e vindas aos arquivos de Vassouras para contar a história desta singular mulher, que nasceu sinhazinha no vale do Café fluminense e emancipada transformou sua herança num fortuna colossal para doá-la no final da vida aos pobres de Vassouras/RJ. Esta trajetória foi por nós contada no livro *A sinhazinha emancipada*, publicado em 2012. Por fim, escolhi como Patrono o cientista Edgar Roquette-Pinto, um homem que esteve em muitas frentes de lutas pela educação, pela ciência e é o pioneiro do desenvolvimento do rádio e do cinema no Brasil (Hofbauer, 2009). Um exemplo de uma pessoa irrequieta e ávida por saberes e conhecimentos tradicionais e científicos.

No entanto, a comunicação que quero apresentar a este Instituto no momento de minha entrada nesta instituição é uma homenagem à luta silenciosa e esquecida que milhares e milhares de brasileiras travaram ao longo dos séculos XIX e XX para a construção

---

[1] Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense. Coautora *A Sinhazinha emancipada*. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

de sua cidadania. Esta luta alterou a vida de milhões de mulheres em todo o mundo. O ativismo feminista aconteceu em todos os recantos do planeta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres: direito a existir com dignidade, direito de propriedade, direito à educação e ao trabalho, a votar e ser eleita, direito a participar dos espaços de poder e decisão, direito ao seu próprio corpo, direito de viver sem sofrer violências, direito de viver em condições de igualdade com os homens.

A História, em sua versão oficial, esqueceu as mulheres, como se nós estivéssemos fora do tempo dos acontecimentos. É preciso transformar o silêncio sobre a lembrança social das mulheres em resgate e reconhecimento da memória, para que os elos entre o passado e o presente com o futuro reforcem a sua importância na sociedade. O nascimento de uma História das Mulheres inscreve-se no campo das ciências humanas e reflete certa feminilização da universidade brasileira, primeiro do público estudantil e depois do meio acadêmico. Isto favoreceu o nascimento de expectativas, questionamentos diferentes e o desenvolvimento de pesquisas sobre as mulheres. A grande dificuldade da história das mulheres deve-se ao apagamento de seus traços, públicos e privados. A documentação do nosso passado toma nota de muito pouco do que resta de traços das mulheres. Os arquivos públicos apagam as mulheres e o silêncio cobre com seu manto suas vidas. Não devemos esquecer que os feminismos do século XXI diferem da forma encontrada pelas mulheres do passado para enfrentarem a submissão que as oprimia. Hoje em outro patamar, embora ainda marcado pela inferioridade.

Com esta preocupação de lembrar as lutas feministas do final dos séculos XIX ao XX pelo direito ao sufrágio universal, no Brasil, foi que estas notas foram escritas. Desde meados do século XIX que lutas libertárias se desenrolaram no mundo Ocidental. A Inglaterra, França e Estados Unidos tiveram suas sociedades sacudidas pelo movimento pelo direito à cidadania – o sufrágio universal e este rastro de rebeldia espalharam-se mundialmente. Também no Brasil esta luta irrompeu com mais força na segunda metade do século XIX, na luta abolicionista. Já em 1835, Nísia Floresta (1810-85), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, havia publicado em Recife (PE) o li-

vro *Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens*, seguramente uma obra inspirada no livro da inglesa Mary Wolstonecraft (1757-1797) – *A vindication of the rights of women* (A reivindicação dos direitos da mulher), livro publicado em 1790 e que rapidamente difundiu-se pelo mundo ocidental. Em 1842, Nísia já promovia no Rio de Janeiro conferências sobre Abolição e República. Uma voz feminina ainda solitária. Talvez estes sejam são os primeiros registros nacionais do despontar dos anseios femininos igualitários no Brasil (Duarte, 1995).

A luta pelo fim da escravidão já acompanhava as mulheres negras há séculos, mas estas rebeliões também foram ignoradas e registros relativos à educação de mulheres brancas despontam em meados do século XIX e misturando-se nestes as ideias abolicionistas e republicanas. Em meados dos anos 1880, a luta pelo direito ao voto timidamente surgiu no cenário nacional. Proclamada a República, algumas mulheres emergiram divulgando o direito ao voto. A jornalista Josefina Álvares de Azevedo (1851 - ?), editora da revista *A Família*, que propunha como consigna "mulher instruída, mulher emancipada", escreveu uma peça teatral "*O voto feminino*". Essa peça foi encenada com enorme sucesso na Capital Federal, Rio de Janeiro, e empolgou as mulheres da elite, as instruídas e as incentivava-as à disputa política. Essa efervescência política pode ser comprovada pela leitura das atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Desde 1890, esse debate se intensificou no plenário federal; provavelmente o clima de luta sugerido pela peça e crônicas jornalísticas feitas por algumas mulheres tenham colaborado para esse debate.

Particularmente, os discursos do constituinte baiano, o médico Cesar Zama que, ousadamente, na sessão de 30 de setembro de 1890, defendeu o sufrágio universal. Outros deputados constituintes se sucederam no debate defendendo o voto feminino. Em 1º de janeiro de 1891 foi apresentada ao plenário da Câmara Federal a Emenda Saldanha Marinho, assinada por 31 deputados constituintes que propunham o direito de voto às mulheres. Entre os signatários estavam: Epitácio Pessoa, Nilo Peçanha, Érico Coelho, Índio do Brasil, César Zama, Lamounier Godofredo, Hermes da Fonseca. No dia seguinte, o constituinte Almeida Nogueira foi a plenário defender a participa-

ção feminina como eleitoras e não lembrou que não havia legislação que restringisse seus direitos. Também o constituinte fluminense Lopes Trovão tomou a mesma atitude e afirmava "que a reparação vinha tardiamente".[2] Os constituintes contrários ao voto feminino reagiram violentamente a estas colocações, e a pressão foi tão intensa que dez dias depois da apresentação da Emenda Saldanha Marinho o constituinte paraibano Epitácio Pessoa (presidente da República em 1919-1922) retirou sua assinatura desta Emenda. Também apoiava o voto feminino o senador constituinte baiano Rui Barbosa, um dos redatores do texto Constitucional de 1891 e da sua ambiguidade com relação ao direito ao voto das mulheres.

Mas toda a mobilização feminina como também da pequena bancada constituinte foi em vão. A primeira Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, declarava, no seu art. 70: "São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei." Se houve uma intenção explícita ou intencional dos legisladores de deixar de fora as mulheres, ao escreverem o substantivo "eleitores" no masculino, são conjecturas, o que se sabe é que a sociedade brasileira consagrava uma enorme desigualdade entre mulheres e homens.

Assim, a cidadania perseguida pelas mulheres foi abortada pela Carta Constitucional de 1891. Isso desmobilizou as mulheres e uma grande letargia dominou o movimento social. Só na primeira década do século XX ressurgiu nova mobilização feminina na luta pelo direito ao voto, agora tendo como expoente a professora Leolinda de Figueiredo Daltro (c.1860 – 1935). Fundamentada na omissão quanto à proibição explícita do alistamento eleitoral feminino da Carta de 1891, requereu seu alistamento, que foi negado pela Justiça Eleitoral. Ao longo dos anos seguintes esta foi uma estratégia utilizada individualmente por inúmeras mulheres para provocarem a legislação brasileira, até sua mudança em 1932. Esse parecer negativo da Justiça Eleitoral carioca foi o mote para uma nova mobilização feminina e,

---

[2] Informações obtidas no texto "O voto feminino". Pesquisa coordenada por Antônio Sérgio Ribeiro e publicada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, acesso em 09 de julho de 2016.

dessa forma, em dezembro de 1910, um grupo de mulheres da Capital Federal requereu na Justiça o registro do Partido Republicano Feminino.[3] Essa ousadia representou um passo importante das mulheres para colocarem a questão eleitoral na sociedade. Pelo entendimento da Justiça, as mulheres não podiam votar, mas requeriam o registro de um partido político.

A persistência de Leolinda de Figueiredo Daltro foi notável ao longo dos anos seguintes: a professora da UnB Teresa Cristina de Novaes Marques, em pesquisa inédita nos Arquivos da Câmara Federal, encontrou um requerimento datado de 1916 no qual as professoras Leolinda de Figueiredo Daltro e Mariana Noronha faziam uma solicitação à Câmara Federal requerendo o direito ao alistamento eleitoral. Esse ato neste ano de 2016 completa cem anos! Pela primeira vez, mulheres brasileiras postularam diretamente ao Parlamento Nacional o direito ao voto. Outra mulher que se destacou nesses anos foi a advogada Mirtes Campos (1875 - ?), a primeira mulher a exercer efetivamente a advocacia no país. Em 1906, foi aceita nos quadros do Instituto dos Advogados do Brasil, organização jurídica consultora do Estado, criada por ordem imperial em 1843. Mirtes destacou-se nos congressos operários daqueles anos e abraçou a causa feminista.[4] Em 1919, Leolinda volta novamente aos registros jornalísticos pela liderança de uma marcha de mulheres, na Avenida Rio Branco, no centro da Capital Federal. Naquele momento a professora Leolinda era candidata a Alcaide (prefeita) da Capital Federal. É notável a persistência da professora Leolinda, do Distrito Federal, em promover mobilizações pelo direito à cidadania bem como sua liderança junto às colegas professoras na luta pela educação para toda a sociedade (Melo e Marques, 2014).

---

[3] Ver MELO, Hildete Pereira de, Marques, Teresa Cristina de Novaes, Partido Republicano Feminino – a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro, em *Revista do IHGRJ*, 2000.

[4] Cf. MELO, Hildete Pereira de, Marques, Teresa Cristina de Novaes, Mirtes Campos, verbete Dicionário Primeira República, Mov. Feminista, CAMPOS, M., CPDOC/FGV, acesso dia 10/07/2016.

O voto das mulheres e os percalços legislativos

Provavelmente as solitárias vozes femininas sensibilizaram o ambiente político daqueles anos, e o deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro Maurício de Lacerda (1888-1959) apresentou a Emenda nº 47 de 12/03/1917, alterando a lei eleitoral de 1916. Essa emenda propunha a inclusão do alistamento das mulheres maiores de 21 anos. Essa proposta do deputado Maurício Lacerda vai inaugurar uma nova onda de reivindicações no âmbito parlamentar pela conquista ao voto feminino.

Mas a proposta foi logo rejeitada na Comissão de Justiça, tendo como relator o deputado Afrânio de Melo Franco. No entanto, o deputado Maurício de Lacerda não desistiu da ideia. Provavelmente a pressão das mulheres e sua ligação com as organizações operárias fizeram-no sensível às essas questões. O significado da questão sensibilizou o deputado paraense Justo Leite Chermont e este, em 1919 apresentou o Projeto de Lei nº 102, dispondo sobre a capacidade eleitoral da mulher maior de 21 anos, que chegou a ser aprovado em primeira discussão no ano de 1921, mas não andou e ficou dormindo nas gavetas legislativas da Câmara Federal. O deputado Maurício de Lacerda, incansável na sua luta, em 29 de outubro de 1920 apresentou a Emenda nº 8 com o mesmo teor. Essa emenda foi rapidamente rejeitada no plenário da Câmara Federal. Mas o debate político permaneceu e, em 1921, três deputados, Octávio Rocha, Bethencourt da Silva Filho e Nogueira Penido apresentaram um projeto de lei similar, que obteve "Parecer" favorável do relator, o deputado pelo Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine de Faria.[5] Essas iniciativas legislativas foram derrotadas, mas não suas ideias. E em dezembro de 1924 o deputado mineiro Basílio de Magalhães, historiador, jornalista e ferrenho liberal apresentou o Projeto de Lei nº 247, que propunha o direito de voto à mulher brasileira.

---

[5] Juvenal Lamartine de Faria exerceu mandatos de deputado federal, senador e governador do Estado do Rio Grande do Norte. Foi um incansável batalhador pela causa feminina, mas a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 destituiu todos os governadores eleitos em 1928, e Juvenal Lamartine preferiu o exílio. Só retornou ao Brasil e a seu estado natal anos depois.

A agitação política dominante na segunda metade dos anos 1920 repercutia nos corredores do Palácio Tiradentes e no Palácio Monroe, sedes da Câmara Federal e do Senado, e deputados e senadores eram cobrados por legislações que ampliassem os direitos políticos e sociais. Assim, o presidente da Comissão de Justiça, o influente senador paulista Adolfo Gordo[6], trouxe à tona a questão do voto feminino. Seu trabalho legislativo na Reforma da Constituição no ano de 1926 talvez tenha colaborado para examinar o problema. O fato é que esse senador trouxe à tona o antigo projeto de Justo Chermont e desarquivou o PL nº 102, só que esse senador havia falecido no ano anterior, todavia o PL nº 102 foi colocado em pauta novamente. Seu relator foi o senador Aristides Rocha (1882-1950), representante do Estado do Amazonas. Seu parecer foi favorável ao voto feminino, mas enfrentou renhida oposição e acabou também arquivado. A votação foi acompanhada pelas sufragistas que haviam entregado aos parlamentares um manifesto assinado por duas mil mulheres de vários estados brasileiros. Esta pressão teve uma grande cobertura da imprensa, mas tudo foi em vão, predominou o patriarcalismo nacional. Teimosamente, a persistência das sufragistas se impunham e, em, 1930 outro projeto de lei que estendia às mulheres o direito de voto chegou a ser aprovado em segunda instância no Senado, mas os eventos de outubro de 1930 interromperam as atividades parlamentares.

Provavelmente, a eleição do senador Juvenal Lamartine para governador do Estado do Rio Grande do Norte tenha esfriado a resistência parlamentar, e a turbulência política das eleições presidenciais que se avizinhavam congelaram, nos meios políticos, os anseios femininos pelo direito ao voto.

---

[6] Adolfo Gordo (1858-1929), republicano histórico paulista, foi constituinte em 1891. Exerceu inúmeros mandatos de deputado e senador representando o Estado de São Paulo. Foi presidente da Comissão de Justiça e Legislação, trabalhou na reforma da Constituição em 1926. Foi autor das Leis de Expulsão dos estrangeiros, a Lei de Acidentes do Trabalho e da Lei de Imprensa.

Mulheres nas Ruas: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Os anos de 1918 a toda a década de 1920 foram significativos para as mudanças sociais brasileiras. Tudo se transformava. A cultura miscigenada nacional subia ao palco, e a realização em São Paulo da Semana de Arte Moderna agitou a vida brasileira. Os trabalhadores, militares, os profissionais liberais, todos se mobilizavam por maior participação política, e as mulheres também não perderam tempo, colocaram a boca no trombone. A semente plantada pelas palavras e ações das mulheres daqueles anos explodiu em, praticamente, todos os estados. Foi acessa a chama da rebeldia.

Apesar do direito à educação ser um direito da elite que abrangia proporção exígua da população brasileira, tinha-se 80% de mulheres e 70% de homens analfabetos (Censos Demográficos/IBGE, 1890, 1900 e 1920)[7]. Há um consenso de que o direito de voto foi e é uma demanda essencial para a construção da cidadania em qualquer sociedade. Não se desconhece e nem se nega o elitismo presente na concepção da exigência do direito de voto ser apenas para as pessoas alfabetizadas, mas, para os parâmetros da sociedade de antanho, esse foi o discurso dominante.

Dessa forma, o contingente feminino que podia exercer a cidadania compreendia as mulheres instruídas e brancas. Não resta dúvida de que foram essas mulheres que mantiveram essa luta política acessa na sociedade, embora reconheçamos que de forma tímida. Eram poucas e subjugadas pelos cânones da época. Assim, as manifestações que se pode mapear ao longo dos anos 1910 e 1920 simbolizaram "ousadia e pioneirismo" por que até então as mulheres não iam às ruas para reivindicarem desejos de autonomia.

---

[7] Cf. Soares, C., Melo, H. P. de, Bandeira, L., "O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1872 a 2010". ANAIS do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Pedro/SP, 24 a 28 de novembro de 2014.

A violência desencadeada pela Primeira Guerra Mundial envolvia o continente europeu e, em 1918, a bióloga Bertha Lutz (1894 – 1976) voltava ao Brasil depois de licenciar-se em Ciências na Universidade da Sorbonne e prestar concurso público para bióloga no Museu Nacional. Lá tinha mantido contato com a explosiva campanha sufragista, e, dotada de espírito combativo não perdeu tempo: chegando ao Brasil publicou, em 14 de dezembro de 1918, na popular *Revista da Semana* o artigo "Somos Filhos de Tais Mulheres", escrito com o pseudônimo de Iracema. O artigo foi uma resposta a um jornalista carioca que havia escrito que os progressos femininos nos EUA e na Inglaterra não teriam influência no Brasil. Indignada Bertha redigiu o artigo no qual conclamava as mulheres a fundarem uma associação para lutar pelos seus direitos. O mundo saía de um cataclismo. O armistício encerrando a I Grande Guerra havia sido assinado, em 18 de novembro de 1918, a Revolução Russa era vitoriosa e as mulheres estavam inconformadas com seus destinos.

Bertha com este artigo entrou no cenário político brasileiro definitivamente e, em fevereiro de 1919, o periódico *Rio Jornal* anunciou a seção "Rio-Femina", que teria a colaboração de duas mulheres representante das novas ideias emancipatórias: Selda Potocka e Bertha Lutz.[8] Devido a sua ousadia, Bertha foi indicada, com a paulista Olga de Paiva Meira, para representar o Brasil no Conselho Feminino Internacional, órgão da recém-criada Organização Internacional do Trabalho (OIT), organização tripartite, composta por representantes governamentais, empregadores e trabalhadores. Estes naquele ano, (1919) reuniram-se na I Conferência sobre o Trabalho para discutirem os temas relativos às relações de trabalho. A OIT resultava do Tratado Versalhes, que havia selado o armistício da IGG e das seis Convenções aprovadas nesta Conferência. Duas relacionavam-se diretamente ao trabalho feminino. A Convenção 3 era relativa à proteção à maternidade, e a Convenção 4 proibia o trabalho noturno das mulheres e menores de 18 anos.[9]

---

[8] Cf. Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo – a luta da mulher pelo voto no Brasil*, Petrópolis:, Editora Vozes, 1980.

[9] Aprovadas em 1919, estas duas convenções só foram ratificadas pelo governo

As delegadas brasileiras Bertha e Olga participaram desses debates e, voltando ao Brasil, dedicaram-se primordialmente a luta pelo voto feminino. Provavelmente porque entendiam que as mulheres necessitavam de voz e voto nos espaços de poder e decisão e que a conquista do direito de voto definia um futuro mais autônomo para as mulheres.

Portanto, ainda em 1919, Bertha Lutz, junto com Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945), escritora e outra pioneira feminista – que naquele ano acabava de publicar um livro intitulado *Em torno da educação,* no qual defendia a educação das mulheres como instrumento transformador de suas vidas. Juntas arregimentaram outras tantas mulheres e criaram a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.[10] Também juntou-se a esse restrito grupo Jerônima Mesquita (1880-1972), educada na França e que durante a IGG tinha servido como voluntária na Cruz Vermelha de Paris. Segundo relato da Bertha, elas se conheceram em Paris, ambas já contaminadas pelas ideias sufragistas. Jerônima, voltando ao Brasil depois da guerra, participou da associação "Damas da Cruz Verde", que tinha tido um papel importante durante a gripe espanhola. Dessa experiência nasceu o projeto da maternidade Pro-Matre.

Este ano foi vivido sob intensa agitação social. As reivindicações operárias dominavam o cenário político dos dois maiores centros urbanos nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro. Greves operárias e comícios explodiam pelas ruas. As mulheres de classe média e da elite

---

brasileiro em abril de 1934, já nos marcos do governo de Getúlio Vargas.

[10] Maria Lacerda de Moura logo depois rompeu com feminismo "branco" de Bertha e fundou, em 1921, em São Paulo, a Federação Internacional Feminina, entidade que lutava por uma educação inclusiva para as mulheres por meio de uma disciplina "História da Mulher, sua evolução e missão social". Nos anos seguintes, publicou inúmeros livros defendendo uma vida plena para as mulheres e o amor livre. Suas publicações tiveram enorme repercussão, e algumas com várias tiragens. Abandonou a luta pelo direito ao voto porque acreditava que essa conquista era apenas um avanço pontual e beneficiava, sobretudo, as mulheres brancas (Moreira Leite, 1984).

também contribuíam com seu quinhão de insatisfação para a efervescência do ambiente social e político.

Como foi discutindo no item anterior, essas demandas feministas repercutiam nos plenários da Câmara e do Senado Federal, mas nesses recintos as mulheres dependiam das alianças que elas estabeleciam com a classe política. Não há dúvidas de que essa efervescência social feminina estava relacionada tanto ao término da Primeira Grande Guerra (IGG) como ao avanço das ideias feministas e da luta pelo direito de votar e ser votada travada por europeias e norte-americanas, como pela vitória da Revolução Russa e os avanços igualitários obtidos pelas as mulheres russas. Esses eventos repercutiram no mundo ocidental. O Partido Comunista do Brasil foi fundado, os militares pegaram em armas e as mulheres foram à luta pelo direito à cidadania. Assim, ainda nesse ano, foi fundada a Liga, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922, entidade que nos anos posteriores teve o principal papel na luta pela conquista do direito ao voto das mulheres em 1932.

Iniciada a década de 1920 o País se preparava para as comemorações do o Centenário da Independência, que aconteceria em 1922. Tanto organizações profissionais como o movimento de mulheres decidiram participar desse evento. A categoria jurídica, tendo a frente o Instituto dos Advogados do Brasil, organizou um "Congresso Jurídico", no qual a advogada feminista Mirtes Campos apresentou uma comunicação sobre o voto feminino e teve uma resolução aprovada por esse Congresso a favor da concessão do direito de voto às mulheres.

Pelo lado do movimento social, a ida de Bertha Lutz aos EUA para representar o Brasil na Conferência Pan-Americana de Mulheres foi vital para traçar sua perspectiva feminista para os anos vindouros no Brasil. Lá conheceu a histórica feminista norte-americana Carrie Chapman Catt, presidente da NAWSA, importante associação feminista dos EUA, que discutiu com ela uma proposta para a associação brasileira que promovesse a educação da mulher, protegesse as mães e as crianças, garantisse o trabalho feminino e assegurasse direitos

políticos. Com este modelo na cabeça, Bertha retorna ao Brasil e cria a FBPF. A experiência com a criação da Liga foi determinante para a criação da FBPF. A estratégia dessa associação foi incentivar a fundação de associações feministas similares em todos os estados. Ao final dos anos 1920 isso era quase verdade. Não temos um registro concreto, mas do Amazonas ao Rio Grande do Sul há vestígios de federações regionais.

Em 1922, Bertha Lutz viajou para os Estados Unidos para representar, como delegada oficial do Brasil, na I Conferência Pan-Americana de Mulheres. Bertha aproveitou a estadia neste país para estreitar as relações com o movimento feminista norte-americano e projetar melhor o sufragismo brasileiro. Como e comemorava o Centenário da Independência, a FBPF estava convocando sua primeira Conferência. Para ampliar a influência da Federação, trouxe consigo duas ilustres convidadas: Carrie Chapman Catt, presidente da Associação Americana de Mulheres, e O'Manys, delegada da Aliança dos Sufrágios da Holanda. Assim, nos dias 19 a 23 de dezembro de 1922, realizou-se o I Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF. Participaram os senadores Justo Chermont e Lauro Muller, políticos de grande expressão no debate nacional. Esse congresso contou o apoio decisivo das sufragistas: Jerônima Mesquista, Stella Guerra Durval e até Maria Lacerda de Moura, que tinha algumas divergências políticas com as ações da FBPF, esteve presente no congresso. A realização desse evento projetou a FBPF no cenário político nacional, e suas militantes fizeram uma ponte fecunda com os parlamentares favoráveis ao voto feminino. Desses políticos, a aliança mais significante foi, sem dúvida, com o senador Juvenal Lamartine. Este, membro da Comissão de Constituição e Justiça, foi o maior aliado no âmbito parlamentar da luta sufragista nacional. Candidato a governador do Rio Grande do Norte, em 1927 anunciou que pretendia governar com o apoio das mulheres e que estas teriam o direito de votar e serem votadas. As feministas fizeram a campanha de Lamartine, que saiu vitorioso, e dessa aliança fez-se o ensaio de permitir o alistamento feminino na Justiça Eleitoral. O Rio Grande do Norte naqueles anos elegeu a primeira prefeita do Brasil em 1928: Alzira Soriano. E inscre-

veu as primeiras eleitoras do País. Tudo depois anulado pelos tribunais do Rio de Janeiro (Marques, 2016).

A chegada de Getúlio Vargas e dos tenentes ao governo federal em 1930 colocou o cenário político nacional em desordem e as mulheres brasileiras ascenderam um passo na construção da cidadania. As mudanças políticas, inicialmente, tentaram contornar as questões sociais, apesar de acenar imediatamente como mais direitos para a classe trabalhadora. O governo tentou contornar o problema eleitoral e só depois que o antagonismo paulista mostrou sua face e a chamada "revolução constitucionalista" explodiu em São Paulo, o governo vitorioso das escaramuças paulistas negociou o processo democrático e criou uma Comissão, ainda em 1931, para organizar um Código Eleitoral e preparar um processo constitucional à altura dos desejos da sociedade brasileira. Era preciso mudar a legislação eleitoral e admitir o voto secreto para a população, como afirmou Bertha Lutz. Getúlio Vargas "um homem sem preconceito" ao propor essa Comissão composta de renomados juristas, agregou a principal liderança feminina na luta pela conquista do voto – a própria Bertha Lutz. Essa Comissão, apesar da oposição de alguns membros, acabou dobrando-se aos anseios femininos e aprovou uma legislação ainda canhestra com relação ao direito de votar e se votada, porque ainda definiu o voto feminino como "facultativo" e apenas obrigatório para as funcionarias públicas. O presidente Getúlio Vargas suprimiu as restrições e, em 1932, foi promulgado o Código Eleitoral, aprovando o voto secreto e o voto feminino (Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932). Claramente, uma vitória das mulheres brasileiras.

Breves Conclusões – a cidadania pela metade. O poder político permaneceu masculino

Obtida a cidadania pelo direito ao voto, muitas mulheres voltaram-se, ainda que timidamente, para o ingresso no mercado de trabalho, aproveitando a elevação do emprego industrial, do comércio e dos serviços, ou foram às faculdades/universidades. Mas essas vozes ainda eram tímidas e limitaram-se apenas a pleitear educação e melhores condições de trabalho, sem questionar a condição de inferioridade

que permanecia na definição do "ser mulher". Dessa forma, a conquista do direito ao voto não teve forças para superar a despolitização das massas femininas que permaneceram alienadas do espaço político brasileiro. É verdade que, com espasmos de rebeldia, surgiram diversas organizações femininas e estas renovavam permanentemente as esperanças femininas da conquista da igualdade na sociedade, embora essas resistências e lutas tenham sido ignoradas pela História.

Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira, *Ideologia e Feminismo – a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

DUARTE, Constância Lima, *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora Universitária da UFRN, 1995.

HOFBAUER, Andres. "Roquette-Pinto: uma vida dedicada ao progresso da nação". *Estudos Históricos*, Volume 22, nº 44, Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2009.

MARQUES, Teresa C.de N. "Bertha Lutz – vida política", título provisório, Brasília, Senado Federal, 2016. No prelo.

MELO, H.P. *et. alii*. "Mulheres na Política – tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade". Niterói: Editora Alternativa, 2016.

MELO, Hildete Pereira de, MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, "Mirtes Campos". Verbete Dicionário Primeira República, Mov.Feminista, CAMPOS, M., CPDOC/FGV, 2014, site cpdoc.fgv.br, acesso dia 10/07/2016

MELO, Hildete Pereira de, MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. "Partido Republicano Feminino – a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro", em *Revista do IHGRJ*, 2000.

MOREIRA LEITE, Miriam L. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo. Ática, 1984.

RIBEIRO, Antônio Sérgio (coordenador da pesquisa). "O voto feminino", Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), site www.al.sp.gov.br acesso em 09 de julho de 2016.

RODRIGUES, João Baptista Cascudo. "A mulher brasileira – direitos políticos e civis". Brasília, Senado Federal, Coleção Mossoroense, Volume 835, Série C (livros), 1993, 3ª edição.

SOARES,C., MELO, H. P.de, BANDEIRA, L. M. "O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1872 a 2010". ANAIS do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Pedro/SP, 24 a 28 de novembro de 2014.

Recebido em 27 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

RECEPÇÃO A DUAS NOVAS INTEGRANTES DO QUADRO SOCIAL[1]

Cybelle de Ipanema[2]

Coube-nos a honra – é o termo, com absoluta propriedade –, de receber duas novas integrantes do Quadro Social do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro que segue pujante com seus já 59 anos de exercício a serviço do culto e da preservação da História e da Memória, no âmbito desse território fluminense e em projeção para o Brasil.

Temos em mãos duas recém-eleitas, com toda a razão, "monstros sagrados" em suas especialidades, para fazerem parte desse elenco que procura se renovar e sempre completar com valores que o mereçam (exceção feita da que vos fala). É o caso. Por onde, porém, começar?

Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade e Maria de Fátima Moraes Argom apareceram em nosso relacionamento, nessa ordem mesma, das letras de seus prenomes.

A primeira, Vera Cabna, talvez não seja tão conhecida por sua idade cronológica, mas de atuação intensa. A Tese de Doutorado em História Social, "Colégio Pedro II – Um lugar de Memória", é de 1999. Trata-se de pesquisadora de História da Educação, no Brasil, como em terra fluminense, como a outra, em sua atividade sem esmorecimento, necessária e, a calhar, como seus colegas de momento de entrada no IHGRJ, envolvendo este auditório em saberes de áreas variadas.

---

[1] Alocução em 10.11.2016.

[2] Livre-Docente e Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Vera Cabana, igualmente valiosa, com sua contribuição à grande cruzada que nos deve envolver a todos, a da *educação*, tema grande defendido no Colégio de Pedro II e espraiado por nossa província fluminense. Ali, estudando o Núcleo de Documentação, o Nudom do Ginásio Modelo do Brasil, o Pedro II, conseguiu sensibilizar gerações de professores e alunos em torno do tema maior: a análise da educação no Brasil.

Seu mais recente cometimento foi a participação no livro, lançado em julho último, *Educação na História* – intelectuais, saberes e ações institucionais.

De Vera Cabana podemos acrescentar: Banca de Correção da Prova Discursiva do Vestibular de História; Membro de Conselhos, Comissões e Consultorias, no Centro de Educação e Humanidades, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Coordenadora de Projetos de Pesquisa, entre 2006 e 2011.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coordena a organização do Arquivo de Pedro Calmon, colabora no Projeto "Memória dos Sócios", como busca a trajetória da Viscondessa de Cavalcanti.

Alguns trabalhos publicados em Anais de Congresso: O Colégio Pedro II e a polêmica dos Concursos; Escragnolle Doria (2005), Capistrano de Abreu, historiador/professor (2002), e Cátedra e tradição no Imperial Colégio de Pedro II (2000).

Maria de Fátima Moraes Argom é, hoje, a presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, nascido sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas comemorações do centenário de Petrópolis. Esteve sempre muito ligado ao IHGB em sua trajetória de seguir a vida de Petrópolis, desde a criação do núcleo de colonos alemães vindos para a futura cidade. Como com Fátima Argom, até o século XXI, por meio de novas instituições e a serviço de especialistas nos acervos do Museu Imperial. Contar também com a criação deste, em 1940 (Decreto-lei nº 2.096, inaugurado em 16 de março de 1943).

Fátima, com Especialização em História do Brasil (2009), na Universidade Cândido Mendes, Bacharel em Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO, e Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis, completou sua formação com participação em Cursos e Seminários, dando sua contribuição à vida do Museu Imperial, onde é funcionária de carreira. Exemplos: Arquivo da Polícia Política, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros; Os Arquivos em face das demandas da Administração Contemporânea, ou Arquivo na empresa: sua sistemática e funcionalidade, pela Universidade Católica de Petrópolis.

No Museu Imperial, exerceu várias funções como chefe da Divisão Técnica; do Setor de Documentação e Referência, e do Arquivo Histórico.

É autora de variados trabalhos em sua área de especialização em que presta consultoria, como no Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade – CAALL, Centro sediado na cidade serrana.

Tem participado de Congressos e montado Exposições, em particular sobre a figura de D. Isabel, a princesa que se preparava para futura governante do Brasil, como "170 anos da Princesa Isabel", "A Princesa Isabel em Petrópolis" e a "Princesa das Camélias".

Sua presença no mundo cultural de Petrópolis, como funcionária e administradora de acervos no Museu Imperial, tem-lhe granjeado títulos e homenagens, como o título de Cidadão Petropolitano, Personalidades Femininas (2002), Bolsa de Pesquisa em Artes da Fundação Victae para o Projeto "A fotografia em Petrópolis" e Sócia Titular no Instituto Histórico de Petrópolis, que acaba de lhe conceder o galardão de sua presidente.

Tem numerosos trabalhos editados, como "A preservação da memória de Oswaldo Cruz em Petróplis", "Petrópolis e a fotografia: a contribuição alemã", que fez parte de um Seminário, "Reflexões sobre uma época – o acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial e sua valiosa contribuição para a memória da cidade", "O legado da Estrada União e Indústria" e muitos outros.

De produção bibliográfica especializada em livros e periódicos, como o Catálogo da correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Dom Helder Câmara, ou os trabalhos *Museu Imperial: Pedro I, um brasileiro*, de 1998, ou as Atas da Câmara Municipal de Petrópolis onde foi a coordenadora.

De periódicos, "Do sobrado do Palácio Amarelo – Câmara Municipal de Petrópolis" (2009) e "Breves considerações sobre a vinda dos colonos alemães" (2001).

Se o público eleitor precisava de algum argumento para justificar sua satisfação em ter votado nesses dois nomes para membros dos IHGRJ, não precisa pensar muito.

O mesmo, o público presente sempre em nossas sessões, que prestigia o Corpo Social e se solidariza com a composição. Salve os novos integrantes, mais que testificados na prova que lhes passamos!

O elogio é coletivo, embora singular. Louvamos as duas e a cada uma no seu âmbito de atuação. Todas têm engrandecido suas trajetórias pessoais, como engrandecerão o Quadro Social do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, instituição quase sexagenária que, periodicamente, acrescenta novos valores a seus antigos valores, para continuar na atividade septuagenária, octogenária, nonagenária...

No lugar comum, a Casa é Vossa, "ó duas que entrais!"

Recebido em 27 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

NOS SALÕES DA VISCONDESSA DE CAVALCANTI

Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade[1]

"Eu só governo duas coisas no Brasil:
a minha casa e o Colégio Pedro II."[2]

A pesquisa em tela, desenvolvida nos Arquivos do IHGB, propõe interpretar os salões imperiais do século XIX como espaços de sociabilidade político-cultural, a partir das novas perspectivas de análise da história cultural, abertas pelos debates historiográficos em torno das obras de Roger Chartier (sobre a história do livro e da leitura), Pierre Bourdieu (o poder simbólico e a ilusão biográfica), Carlo Ginzburgo (micro-história), Michelle Perrot (história e gênero), François Hartog (regimes de historicidade), Marco Morel (espaços públicos, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial), José Murilo de Carvalho/Lucia Bastos Pereira das Neves (repensar dos oitocentos), Tania Maria Bessone (livreiros e bibliotecas), dentre outros.

Estudos atuais revelam que a efervescência sócio-político-cultural, no Segundo Reinado, "acontecia" nos espaços institucionais das associações literárias e científicas, como as Academias Literárias e Científicas, IHGB, BN, RGPL, e nos lugares de convivência civilizatória, como as redações dos jornais e revistas (*Jornal do Commercio*), os cafés e livrarias da Rua do Ouvidor (Livraria Garnier) e nos "salões" – polos privilegiados de atualização da produção cultural estrangeira e veiculação da criação nacional.

---

[1] Doutora em História Social pelo IFCS/UFRJ. Professora aposentada da UERJ e do CPII. Sócia honorária do IHGB e sócia efetiva do IHGRJ. Membro do CEDOM – Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

[2] Frase atribuída a D. Pedro II. Citada por DÓRIA, Escragnolle. *Memória Histórica do Colégio Pedro II (1837-1937).* 2ª ed. Brasília: INEP, 1997. p.103.

Estas redes sociais ampliadas, não só consolidaram a cultura letrada no Brasil Imperial, como também legitimaram o debate político, divulgando e expandindo a discussão das grandes polêmicas intelectuais travadas no Parlamento, acerca das questões religiosas, econômicas e educacionais, tais como: escravidão/tráfico; imigração/eugenia; educação humanística/ensino científico.

A força cultural dos salões – politicamente conciliatórios e socialmente civilizatórios – é reconhecida pelo crítico Tobias Barreto, como lugar de influência feminina no universo predominantemente masculino do Segundo Reinado.

O encaminhamento da pesquisa histórica e arquivista, desenvolvida nos Arquivos do IHGB, sublinha a presença intelectual de Amélia Machado de Coelho e Castro – Viscondessa de Cavalcanti, no cenário nacional e internacional – Rio de Janeiro/Paris – nas décadas finais dos oitocentos imperiais e iniciais da República.

O SALONISMO "BRASILEIRO"

Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, significativas mudanças culturais foram, paulatinamente, sentidas na cidade portuária do Rio de Janeiro. A capital do Reino enobreceu-se com a incorporação das hierarquias pragmáticas da Casa Real[3] e da fidalguia da terra, que passou a vivenciar as solenidades, festas e recepções político-sociais, tais como: aclamações, coroações, missas/Te Deum, cortejos, casamentos, batizados, além dos aniversários e das comemorações religiosas do Natal, do Dia de Reis e da Noite de São João.

Hyppolyte Taunay e Ferdinand Dénis, em relatos de viagens ao Brasil, em 1822, registram as mudanças dos hábitos sociais e costumes culturais do Reino luso-brasileiro, com exemplos de construção de palácios e a "importação por encomenda" de artigos de luxo (por-

---

[3] "Cartas do Marrocos. 1811-1822". Anais da BN, v.LVI. Transmigrados de 1808: arrola palácios e residências de fidalgos portugueses que vieram com D. João para o Rio de Janeiro. Escragnolle Dória – Artigo da Revista da Semana de 31 de maio de 1941.

celana da India), joias (prata portuguesa) e mobiliário (em jacarandá), peças de arte e livros clássicos.[4]

Do Período Joanino e do Primeiro Reinado podemos citar:

– o opulento Palácio de Mata-porcos (região do Estácio)[5], do Conde de Galveias, Francisco Almeida de Melo Castro e sua mulher Maria de Monserrate Lobo Saldanha, que abrigou a Princesa Carlota Joaquina, em 1815, antes da transferência da Rainha para o Palacete de Botafogo;

– o sofisticado Palacete das Larangeiras da Duquesa de Cadaval, Marie Madaleine de Montmorency-Luxemburgo e Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, construído em 1816 por arquiteto e operários franceses;

– o Palácio da Baronesa de Campos de Goitacazes em Botafogo, D. Ana Francisca Maciel da Costa esposa do coronel. Braz Carneiro Leão, que, em 1817, chamou a atenção de Maria Graham pelo "ar europeu e grande polimento dos antigos costumes", quando foi recebida para o chá de sábado à tarde, hábito que começava a se enraizar na sociedade;

– a opulência do Visconde do Rio Seco, Joaquim José de Azevedo, que, em 1823, possuía três residências oficiais, um sobrado no centro da cidade, Praça Tiradentes, que servia de escritório para pagamentos e empréstimos, um Solar no Campo dos Ciganos, antigo Largo do Rossio e Campo da Lampadosa, em estilo neoclássico, e o Palácio em Mata-porcos, dotado de jardins com grutas e fontes, salas de jantar, de jogos, salão de bailes e gabinete de leitura;

---

4 *"Le Brésil ou Histoire, Moeurs, Usages el Coutumes des Habitants de ce Royaume"* par M. Hyppolite Taunay, corresspondant du Museum d'histoire naturelle de Paris et M. Ferdinand Dénis, membre de l'Athénée de sciences, lettre et arts de Paris. Paris. Nevean, Passage des Panoramasm, nº 26 – 1822.

5 Monsenhor Pizarro – localiza a região da Grande floresta da Tijuca, de caça aos porcos selvagens, localização do matadouro.

– a riqueza da Casa de Botafogo da família Carvalho e Melo (futuro Visconde do Ouvidor) e do Sobradão da Rua do Ouvidor que, já em 1823, possuía clássica biblioteca de obras da literatura inglesa e francesa, como Shakespeare, Molière, Racine e Chateaubriand;

– os saraus culturais no Palácio do Marquês de Santo Amaro no caminho de Botafogo, José Egídio de Almeida baiano do Recôncavo, que mereceram destaque do professor de música Neukomm, da Missão Artística de Lebreton, que, em carta a Araújo Porto-Alegre de 1824, informa – "em uma daquelas reuniões que se faziam em casa do Marquês, fizemos prova de algumas músicas que me chegaram da Europa com o padre José Maurício ao piano".[6]

Após o conturbado período regencial, a partir de 1840 (Maioridade) até 1876 (Guerra do Paraguai) os "salões" – categorizados como rede de sociabilidade e elemento-padrão da alta cultura – exerceram, prioritariamente, o papel de conciliadores políticos e espaços de convivência civilizatória, canais de divulgação de obras clássicas, ensaios literários, notícias científicas, crônicas do cotidiano e das memórias históricas.

Frequentaram e escreveram crônicas de salão – Francisco Otaviano, Juca Paranhos (Visconde do Rio Branco, filho do Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos), José de Alencar (autor de *Diva, Senhora, A pata da gazela*), o Dr. Macedinho (autor de *A Moreninha*), Machado de Assis (autor de *Contos Fluminenses* e escritor de obras de reconhecimento nacional e internacional), o poeta Castro Alves (*Navio Negreiro*), o abolicionista Joaquim Nabuco (*Minha Formação*), o Visconde de Taunay (autor de *Inocência* e cronista da Guerra do Paraguai com a obra histórica: *A Retirada da Laguna*), o Conde de Afonso Celso (*Prelúdios* e *Devaneios*), dentre outros.

A Corte no Rio de Janeiro "contagiou-se" com as conquistas e realizações do Segundo Império Napoleônico – *"Paris dominava mais uma vez o universo cultural e as festas nas Tulherias, os con-*

---

[6] PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado.* 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946. p.22.

certos em Saint Cloud, as apresentações das peças de teatro viraram febre de imitação da alta sociedade" – segundo o cronista Francisco Otaviano em artigo da *Revista da Semana* de 02 de outubro de 1853.[7]

De maio a setembro, com a abertura das Câmaras e a chegada dos "augustos" das províncias ao Rio de Janeiro, iniciava-se a temporada dos eventos sociais na Corte, quando os fidalgos abriam seus salões ao corpo ministerial, legislativo e diplomático que dava um tom de solenidade às festas. Tanto nos saraus como nas corridas no Prado do Fluminense, nas regatas de Botafogo e nas excursões a cavalo pela floresta da Tijuca, o domínio da alta cultura na sociedade se firmava completo, fechado, entre a política e as belas artes e as belas letras.

Os salões ao tempo do Segundo Reinado, além de políticos, foram, essencialmente, musicais e literários. Tocava-se Chopin, Bethoven e Liszt em seus recitais; dançavam-se as valsas de Strauss, os minuetos e as contradanças francesas; declamavam-se os versos de Camões, Castro Alves, Almeida Garret e Gonçalves Dias; representava-se Shakespeare (as tragédias *Romeo e Julieta* e *Otelo*, as comédias *Mercador de Veneza* e *Sonho de uma noite de verão)*, Molière (*O Tartufo*), Göeth (*Fausto*), Verdi *(La Traviata*, "a mulher caída"), Carlos Gomes (*O Guarani*), Alexandre Dumas (*A Dama das Camélias*); lia-se Voltaire (*Cartas filosóficas*), Gil Vicente (*Auto da Barca do Inferno*), Cervantes (*Dom Quixote)*, Camilo Castelo Branco (*O romance de um homem rico*), Victor Hugo (*Lés Misérables*), Júlio Verne (*Vinte mil léguas submarinas*), Alexandre Herculano (*Eurico, o presbítero*), Charles Dickens (*Oliver Twist* e *David Copperfield)*, Joaquim Manoel de Macedo *(Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*) e Machado de Assis (*Dom Casmurro, Quincas Borba*); e fazía-se política por meio das discussões de obras da "Ilustração" e das "Luzes" nos campos da jurisprudência, história universal, teologia, ciências e artes, como por exemplos: – História de Portugal, Coleções de Ordenações Manuelinas, Código Filipino, Direito Mercantil e as Leis da Marinha, Montesquieu (*Cartas persas* e *O Espírito das Leis*), Rousseau (*Emílio, ou da Educação* e o *Contrato Social*), Dante (*A Divina Comédia*).

---

[7] Citado por Wanderley Pinho. p.301.

Nas décadas de 1850 e 60, a música e a dança absorviam de tal maneira a norma culta social que podemos encontrar nos jornais da época muitos anúncios de professores de música e de dança, como por exemplo, o publicado pelo *Jornal do Commercio* em 02 de outubro de 1852:

> *José Maria Toussaint, discipulo da Academia Real de Música de Paris, da Grande Ópera e primeiro dançarino do Teatro de São Pedro de Alcântara, de 1825 até 1832, desde 1840 decidiu permanecer para sempre no Rio de Janeiro como professor de dança e atende em domicilio a moças e rapazes de boa família.*[8]

Nos jornais, também encontramos anúncios de prestação de serviços de apreciáveis modistas francesas e renomados *coiffeurs* da Rua do Ouvidor. O Conde de Robiano, em carta a Kidder, em 1879, compara a Rua do Ouvidor ao Boulevard des Italiens de Paris: "*é rua francesa de vistosas lojas, com mercadoria rica e fina, objetos de luxo e novidades (...) A rua do Ouvidor tem a vida do café, do armarinho, da confeitaria e a vida da livraria.* Sem necessidade de convites, nem horários preestabelecidos, nem etiquetas rígidas, a Rua do Ouvidor foi um dos salões da moda dos tempos da monarquia, um ponto de encontro, um palco de exibições, um tablado de bolsas de ideias e de críticas, aristocraticamente constituido e democraticamente sedutor em sua diversidade de armazéns abarrotados de novidades, sofisticadas oficinas das modistas, joalherias, floristas, até dentistas, o espaço do *flaners,* do *vaudeville,* da luz do lampião de gás.[9]

José de Alencar, em folhetim de 1858, escreveu:

> *no salão recebem-se todas as visitas de cerimônia ou de intimidade; dão-se bailes, reuniões dançantes e concertos. Conversa-se ao som da música, conferencia-se a dois no meio de muita gente, – de maneira que nem se fala em segredo, nem em público. Se a palestra vai bem procura-se alguma* chaise-longue *num canto da sala a pretexto de tomar gelados [sorvete], faz-se uma transação, efetua-se*

---

8 Citado por Wanderley Pinho. p.303.

9 MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor.* p. 303.

> *um tratado de aliança. Se a conversa toma mau caminho, aí aparece uma quadrilha que se tem de dançar, uma senhora a quem se devem fazer as honras, um terceiro que chega a propósito, e acaba-se a conferência, e livra-se o ministro do dilema em que se achava, do comprometimento de responder sim ou não.*[10]

Joaquim Nabuco, em fase "dândi", cognominado "o novo Adonis" do salonismo brasileiro, registra que, entre 1851 e 52*:*

> *os salões do Barão de Cotegipe, no Flamengo, reuniam em palácio saquaremas e luzias, para recepções solenes, partidas [recepções ordinárias, simples, das quintas-feiras] e bailes, e que nunca se tinha visto antes, no mundo oficial, companhia assim heterogenia.*

Corroborando a máxima, atribuída ao próprio ministro Cotegipe de que: *"Não se faz politica, sem bolinhos"*.[11]

Os salões da segunda metade dos oitocentos exerceram o papel de espaços moderadores das dissidências entre as facções políticas e de conciliação entre os partidos, prevenindo rompimentos e mantendo a unidade dos grandes corpos políticos indispensável ao funcionamento do regime representativo parlamentar, constituído por políticos, diplomatas, advogados, médicos, engenheiros e professores, "bacharéis em ciências e letras" – formados nas universidades europeias (Coimbra, Lausanne, Paris, Londres) e/ou nos Institutos Superiores do Brasil (Faculdades de Direito do Recife e do Rio de Janeiro, Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro) – que ocupavam cargos públicos nos ministérios, nas secretarias, nos principais hospitais e colégios, como a Santa Casa, Politécnica, Colégio Pedro II, Escola Normal, e escreviam pera os jornais e revistas divulgando as grandes questões políticas, religiosas, educacionais e popularizando notícias científicas, ensaios literários, memórias históricas e fazendo crônicas de crítica do cotidiano.

---

[10] José de Alencar citado por Wanderley Pinho. pp.11 e 12.

[11] Joaquim Nabuco citado por Wanderley Pinho. p12.

A força cultural dos salões pode ser ainda caracterizada como lugar de influência feminina num universo predominantemente masculino. Os salões oitocentistas foram os cenários de "governo social" da mulher, espaços de representação de sua parcela de poder pessoal, à moda francesa como exemplo. Pesquisas de gênero atuais comprovam que, na sociedade francesa do século XIX, a mulher aristocrata e/ou burguesa era educada para assumir um papel comportamental de destaque diferenciado tanto na vida privada (junto à família) como na sociedade (espaços públicos). Gradualmente, as mulheres aprenderam a lidar com situações próprias do mundo masculino, tais como saber apresentar-se em sociedade, comportar-se na ópera, no teatro, nos salões, saber receber segundo as regras de etiqueta social, recepcionando os convidados em encontros culturais, participando das conversas sobre política, discussões de negócios, opinando sobre o mundo das letras e das artes, possibilitando a projeção do pai e/ou do marido na conquista de cargos e favorecendo a elevação do padrão social da família.[12]

Na complexa tessitura sociopolítica de um salão "a dama" esmerava-se em várias artes:

> *A de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter a palestra ou cultivar o humor; dançar uma valsa ou cantar uma ária; declamar ou inspirar versos, criticar com graça, realçar a beleza feminina nas últimas invenções da moda (...)No salão a mulher aparece na plenitude de seus poderes, conquista, reina, governa com espírito.*

Tobias Barreto, mordaz crítico do salonismo brasileiro, admite que: "a influência do salão, que é sinônimo da influência da mulher, não sendo perturbadora por fatores estranhos, é, em todo caso, uma força civilizatriz (*sic*), um elemento poderoso da vida espiritual".[13]

---

[12] LIMA, 2000. p.1.

[13] Wanderley Pinho. pp.7 e 13.

Os salões mais famosos da segunda metade dos oitocentos, excetuando-se os Paços Imperiais de São Cristóvão, Petrópolis e da Princesa Isabel, foram:

– o Salão de São Cristóvão de Paulo Barbosa (mordomo do Paço), alcunhado pelos áulicos de Clube da Joana, por ser eminentemente político, atenuado em suas asperezas partidárias pós-exílio (1854), pela poesia e música e pela presença de dama de alta distinção D. Francisca de Paula dos Reis Alpoim, a Senhora Paulo Barbosa;

– os salões de Francisco Otaviano e D. Eponina Barreto em São Cristóvão, na Rua Evaristo da Veiga, e depois no Cosme Velho, cujos "mecenas", em 1854, os transformaram em centros literários e jornalísticos, sendo frequentado por Alencar, Macedo, França Júnior, Taunay, Joaquim Nabuco, Salvador de Mendonça, Melo Morais Filho e Machado de Assis, dentre outros;

– os salões do casal Manuel Maria Bregaro na vasta propriedade do Andaraí e no casarão da Ladeira da Glória, próximo do Outeiro (antiga residência da Baronesa de Sorocaba Maria Benedita de Canto e Melo); o casal recebia a alta roda do Rio de Janeiro sempre aos sábados para grandes bailes, onde a ceia era lauta, a música alegre e a dança animada. O baile comemorativo do aniversário de sua filha, em 1853, foi noticiado no *Álbum Semanal* de 11 de janeiro de 1853;

– os salões do Palacete do Flamengo do Barão e Baronesa de Cotegipe, palco de memoráveis festas como a de seu aniversário, em 23 de outubro de 1875, que contou com as presenças da Família Real e foi noticiada pelos principais jornais do país, como *O Correio Mercantil*;

– os salões da Marquesa de Abrantes, depois Viscondessa de Silva e Baronesa do Catete, no Palacete de Botafogo, onde, em 1875, Miguel Calmon du Pin e Almeida recebeu o secretário da Legação Francesa Joaquim de Siqueira e a Troupe Sinhazinha Barros Barreto, Júlia Moller e Manoelita Rego para uma representação de teatro em família; ocasião que, segundo o "dito popular", ocorreu o flerte

de Joaquim Nabuco com Sara Bernard, que teve sua atuação na peça *Phedra e Lazarista* proibida por questão religiosa;

– os salões da Baronesa de Bela Vista, no Solar da Rua do Conde, hoje Rua Frei Caneca, onde Margarida Domenech Pacheco recebia a nata da diplomacia, das finanças e da riqueza agrária para jogar gamão, dançar a polca e promover recitativos literários. O período áureo de seu pontificado foi de 1861 a 1865, quando as famosas festas de São João na Chácara junto ao Chafariz do Lagarto cessaram, por ocasião de sua morte. A Baronesa foi citada no livro *História do Café* por Afonso Taunay (8º v, p.316);

– os salões da Viscondessa de Cavalcanti, do Palacete do Flamengo, na Rua Senador Vergueiro, antigo nº 40, construído pelo arquiteto italiano Pedro Bozizio, contava com um grande salão azul e um salão encarnado, todo decorado com móveis franceses de *laqués* e coleções de obras de arte, como um quadro original de Frans Post. O período de fulgor dos salões dos futuros (primeiros e únicos) *Viscondes com Honras de Grandeza de Cavalcanti*, na Corte, foram as décadas de 1870 a 1880, época de acaloradas discussões e transformações da vida pública e, consequentemente, da privada.

Amélia Machado de Coelho e Castro, filha de Constantino Machado Coelho e Mariana Barbosa de Assis Machado, nasceu no Rio de Janeiro, em 07 de novembro de 1853. Pelo lado paterno era descendente de uma família da elite portuguesa da região de Nossa Senhora dos Prazeres da Freguesia de Veade, influente política e economicamente, radicada no Rio de Janeiro com o comendador Manuel Machado Coelho, seu avô. Pelo lado materno também descendia de importante família de abastados proprietários rurais – Maria José de Santana, Baronesa de Santana, e Mariano José Ferreira – também com influência política regional na região de Magé e Juiz de Fora.[14]

---

[14] BARATA, Carlos Eduardo. *Dicionário das Famílias*. p. 1.390. Mariano José Ferreira foi autor do traçado original do Plano de Estradas do Caminho Novo da Estrada Real – Estrada União Indústria –, que foi construída por Mariano Procópio, primo de Amélia, no período de 1856/1861, e inaugurada por D. Pedro II.

Amélia e seu irmão Constantino tiveram uma educação esmerada no campo das artes, da literatura e da ciência. Constantino formou-se pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, e Amélia teve uma "educação à francesa", tornando-se "uma dama requintada em formosura, juventude e fortuna, o melhor e mais encantador partido do Rio de Janeiro".[15]

Em 1871, Amélia Machado de Coelho e Castro (18 anos) casou-se com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (42 anos), do poderoso clã do Brasil Imperial dos proprietários de engenhos de açúcar do Nordeste. Filho de Diogo Cavalcanti de Albuquerque e Ângela Sofia Cavalcanti Pessoa, nasceu no Engenho da Fazenda Chaves, Município de Nossa Senhora do Pilar (PB), em 09 de novembro de 1829, formando-se em Direito pela Escola de Recife, em 1851. Foi promotor público da Câmara de Areias (1852) e diretor da Instrução Pública da Paraíba (1853). Foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador (1854/55 e 1855/56), se elegendo por mais de cinco vezes para a Câmara dos Deputados, entre 1857 e 1875, e, em 1877 foi nomeado senador por Carta Imperial. Exerceu os cargos de presidente das províncias do Piauí (1859/1860), do Ceará (1868/69) e de Pernambuco (1870/71). Assumiu, também, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1870), o Ministério da Justiça (1875/77) e o Ministério dos Estrangeiros e das Relações Exteriores (1877/78), além de ter sido Conselheiro de Estado em 1889.[16]

Diogo Velho recebeu, ainda, a Comenda da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, a Comenda da Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa de Portugal e a de Grande Oficial da Legião de Honra da França. [17]

---

[15] Veiga Jr, J. *Os Viscondes de Cavalcanti. Revista do IHG Paraibano*. João Pessoa, v.10, 1937. p.86.

[16] GALVÃO, Miguel Arcanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de março de 1808 a novembro de 1889. Revista do Arquivo Nacional*. s.d.

[17] LAEMMERT. Dicionário. 1880. p.80.

Em 30 de maio de 1888, foi agraciado com o título de *"Visconde com Honras de Grandeza de Cavalcanti"* – título conferido a renomados políticos, senadores e conselheiros de Estado, pelo exercício de papéis importantes de governo, de mando militar e administração da justiça, de acordo com o Capítulo *Constituição e a Nobreza: Do Monarca*, Artigo 19.

> *O direito de agraciar é da competência do monarca, assim como de conferir honras, títulos, distinções de qualquer qualidade, contanto que não sejam pecuniárias; dar conceito de legitimidade, que nasceu com a propriedade e a sociedade ordenada, e a mística da liderança constituída.*[18]

Os primeiros e únicos Viscondes de Cavalcanti tiveram dois filhos: Stella, nascida na França, em1872, futura Marquesa de Mashanaglass, e Fernando, também nascido na França, em 1873, que, de volta ao Brasil, formou-se pela Escola Politécnica em engenharia civil.[19]

O casal Cavalcanti de Albuquerque teve uma intensa vida política e social, abrindo semanalmente seus salões na Corte para os tradicionais saraus culturais. Registro do "colunista social do Império" Wanderley Pinho destaca que: "tudo ajudava àquele casal para o sucesso social que o assinalava, desde a inteligência do futuro visconde às finas graças de D. Amélia, ao palacete repleto de obras de arte".[20] O gosto pelas obras de arte se confundia com o cotidiano familiar das residências dos colecionadores, ocupando os espaços de convivência social e os transformando em espaços de exposição.[21] Machado de Assis, em crônica de 15 de agosto de 1877, na *Revista Ilustrada*, dá ênfase *"aos saraus das quintas-feiras nos salões da Viscondessa de Cavalcanti"*.

---

[18] RODRIGUES, José Honório. *Estudos de Genealogia*. *Revista do Arquivo Nacional*. Prefácio.

[19] MOYA, Salvador de. *Elenco dos Titulares do Império*. *Revista do Arquivo Nacional*. São Paulo, nº 59, ano 1939.

[20] Pinho. p.236.

[21] KNAUSS, Paulo. *O cavalete e a palheta: a arte e prática de colecionar no Brasil*, 2001. p.31.

Frequentaram os salões dos Cavalcanti Albuquerque políticos, diplomatas, escritores, jornalistas, médicos. Dentre estes podemos citar: – a Família Real, os Barões/ Viscondes Nogueira da Gama, os Regis de Oliveira, o casal Cândido Torres, Machado de Assis, Arthur Alvim, Juca Aguiar, Gama Berquó ("par de valsa" da Viscondessa), França Júnior, Paes Leme, Silveira da Mota, o Barão de Jaceguai, Saião Lobato Júnior, o Visconde de Tourinho (par da Princesa Isabel nas contradanças), o concertista Arthur Napoleão dos Santos (com quem a Viscondessa dividia o teclado do piano), dentre muitos outros.

A presença destacada de D. Amélia na vida sociopolítica brasileira está documentada em vários episódios históricos, como por exemplos, o "quase incidente diplomático entre os Aguiar e o embaixador cubano; no pragmatismo protocolar das recepções no Palácio Santa Isabel, que envolveram D. Pedro II e o poeta e jornalista Pedro Luís de Sousa, pela primazia de valsar com a personagem; na Exposição Universal de Paris, de março de 1889, marcada historicamente pela inauguração da Torre Eiffel, quando seu marido foi comissionado como Delegado do Brasil e recebeu o presidente francês Sadi Carnot que a considerou "*o mais perfeito exemplar da beleza brasileira"*. A Viscondessa também inspirou versos de amores platônicos e personagens de romances idealizados na ficção, como no soneto "A Borralheira" de Luiz Guimarães Júnior, onde o poeta apaixonado pede que "*mimosos pés calçai este soneto"*, e na dedicatória de Machado de Assis na primeira edição de *Quincas Borba*, onde o autor a homenageia como "À Bela Amélia Machado de Albuquerque". Com o advento da República, em 1889, a família acompanhou o exílio do monarca, integrando a "pequena corte ou roda dos exilados em Paris". Depois da morte de D. Pedro, em 1891, e, em face da enfermidade do Visconde, o casal retorna ao Brasil, sendo acolhido pelos parentes (primo-irmão Alfredo Ferreira Lage) em Juiz de Fora. *O Jornal do Commercio*, em 15 de junho de 1899, noticiou a morte do titular do Império:

> *Faleceu ontem, pela madrugada, na Chácara Ferreira Lage, entre aos cuidados de sua Exma esposa D. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque (...) em consequência de antigos padecimentos(...) o Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, um dos políticos do Antigo Regime, a que foi fiel até a sua morte.*

Desaparecido o consorte, D. Amélia retornou à Europa, permanecendo em Paris até meados de 1920. Viúva, rica, bela e admirada por sua erudição, continuou a se destacar na sociedade da alta cultura. Poliglota, mulher das artes e das letras, era versada em pintura, botânica, música e "literatura de valor", como atestam os versos de Machado de Assis a ela endereçados em setembro de 1899:

Vênus eterna, como de a excelência,
Não lhe bastasse da beleza sua,
Foi pedir a Minerva a sapiência ...
E Minerva atendeu à prece sua.

A Viscondessa de Cavalcanti faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1946, aos 94 anos, e, decididamente, não foi uma mulher comum. Pouco antes de seu falecimento, em manifestação de desapego da riqueza, doou seus acervos culturais para instituições guardiãs da memória, como museus, institutos históricos e bibliotecas.

Como representante da elite colecionista brasileira, destacamos sua coleção de *Pinturas em miniatura: a arte que cabe na palma da mão.* São 104 pinturas em miniaturas que integram, por doação, o Acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, sendo considerada uma das coleções mais importantes do mundo, a exemplo da do Museu do Louvre, que possui 300 peças. O escritor Raul Azevedo se refere a esse conjunto de miniaturas de renomados artistas, abrangendo retratos, cenas de gênero, animais, paisagens e natureza morta, como – "uma coleção principesca de acabamento perfeito, verdadeiras filigranas de arte, que impressionam e comovem".[22]

Outra área de interesse da Viscondessa foi a numismática, a arte que tem por objeto o estudo das moedas, medalhas e cédulas. Em 1889, a partir de pesquisas científicas, a Viscondessa publicou, no Rio de Janeiro, um *Catálogo das Medalhas Brasileiras e Estrangeiras referentes ao Brasil* dos períodos históricos de Brasil Colonial, Domínio Holandês, Brasil Império, Primeiro Reinado e Segundo Reinado. Essa primeira publicação, considerada obra rara, consta de 115 medalhas,

---

[22] AZEVEDO, Raul. Citado por Angelita Ferrari, 2011, p.178.

datadas de 1596 a 1888. A 2ª edição do Catálogo foi publicada em Paris, 1910, e nesta foram incluídas medalhas do Brasil República, totalizando 294 exemplares do período de 1596 até 1903. A biblioteca do Museu Mariano Procópio possui um exemplar dessa obra. A Revista do IHGSP, em 1910, destaca a primeira medalha referente ao Brasil Colonial – René Duguay-Troin: perpétua memória de 7 naus de guerra, 8 fragatas e dos 5.674 homens que conquistaram a cidade em 1711. Menciona, ainda, a medalha de *Portugal de 1800,* e o nome de Zeferino Ferrez, como o introdutor da gravura de medalhas no Brasil, em 1820.

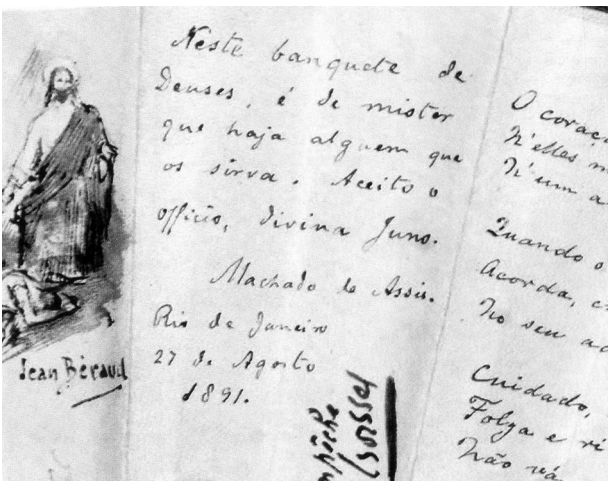
Como memorialista, D. Amélia Cavalcanti Albuquerque também se preocupou em produzir material de pesquisa histórica. Empenhou-se, entre 1888 e 1916, em organizar um dicionário de pequenas biografias de personalidades e tipos característicos (homens ilustres, mulheres, índios, escravos, viajantes estrangeiros, etc.), propondo a vários colaboradores uma obra singular de estudos históricos brasileiros, muito além do modelo, vigente à época, do *Dicionário de Sacramento Blake* e do *Almanack Laemmert*. Intitulado *Dicionário Biográfico Brasileiro*, os originais se encontram sob a guarda do IHGB.

Sob a guarda do Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro, encontramos uma coleção de 54 telas referentes à Missão Francesa, de 1816, mais alguns quadros do acervo D. João VI e uma coleção de pintura estrangeira, com quadros da escola barroca italiana, como telas de Eugène Boudin, que nos evocam sua titularidade. Dois retratos a óleo do Visconde e da Viscondessa de Cavalcanti, de autoria de Labatut, encontram-se no salão nobre do IHGPA, doados por D. Virgínia Cavalcanti de Albuquerque, irmã do Visconde.

Considerado o mais precioso e original legado da Viscondessa de Cavalcanti, podemos citar um leque de fina madeira e papel de seda, com 102 centímetros de abertura por 35 centímetros de raio, autografado por 68 personalidades, nacionais e internacionais, do mundo da política, letras, artes e ciências. No período de 55 anos antes de sua morte, a Viscondessa guardou mensagem de seus pares sociais, como D. Pedro II, Princesa Isabel, Carlos Gomes, Santos Drumond, Alexan-

dre Dumas Filho, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Getúlio Vargas, etc . Amélia Cavalcanti Albuquerque assinou seu leque em 1945, um ano antes de sua morte. Essa obra rara de arte-memória encontra-se na Sala da Viscondessa do Museu Mariano Procópio.

Até sua morte, manteve vínculo com várias instituições culturais do país, tornando-se Sócia Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1910. A RIHGSP preserva o conjunto de seus escritos.



Referências bibliográficas

BARATA, Carlos Eduardo de. CUNHA BUENO, A.H. *Dicionário das Famílias Brasileira.* Ibero América. s.d.

BLAKE, A.V. Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

___. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque. Viscondessa de Cavalcanti (1852-1946). In: *Jornal Brasileiro de Cultura*. Série Mulheres do IHGSP. *Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.v. X, 1905 e v. XV, 1010.

CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (org) *Repensando o Brasil dos Oitocentos*: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COLLEÇÃO Numismática Brazílica pertencente à Viscondessa de Cavalcanti. *Catálogo das medalhas brazileiras e estrangeiras referentes ao Brasil,* 1889.

___. 2ª edição augmentada e illustrada. Pariz, 1910.

COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio.* Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2010.

CUNHA, Rui Vieira da. *Figuras e fatos da nobreza brasileira.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*: *volume 2: Império*. São Paulo; LeYa, 2016.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2011. v.1.

FERRARI, Angelita. Pinturas em miniatura: a arte que cabe na palma da mão. In: *CES Revista*. v.25. Juiz de Jora, 2011.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados*: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s.d.

GINZZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel,1989

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a palheta: a arte de colecionar no Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: v.33, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Edições de Ouro, 1966 (Coleção Clássicos Brasileiros)

___. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec,2005.

MOYA, Salvador de. Elenco dos Titulares do Império. *Revista do Arquivo Nacional*. São Paulo, n. 59, 1939.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire: Entre mémoire et histoire*. 3 vol. Paris: Gallimard, 1984-1986.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2006.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3.ed. (Desenhos de J. Wasth Rodrigues) São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

RODRIGUES, José Honório. Estudos de Genealogia. In: *Revista do Arquivo Nacional*. s.d.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: Cardoso, Ciro Flamarion. Vainfas, Ronaldo (org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier,1997.

VEIGA Jr, J. Os Viscondes de Cavalcanti. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, v.10, 1937.

Recebido em 10 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

A PRINCESA D. ISABEL SOB O VÉU E O MANTO

Maria de Fátima Moraes Argon[1]

É com grande alegria que hoje tomo posse como sócia efetiva do IHGRJ. Agradeço a confiança da presidente Neusa Fernandes e dos demais colegas, e a todos registro a minha admiração e, especialmente, ao amigo Paulo Knauss pela indicação de meu nome. Sinto-me acolhida no meio de tantos amigos como Victorino Chermont de Miranda e Cybelle de Ipanema, e motivada por suceder a minha mestra e saudosa amiga, Áurea Maria de Freitas Carvalho, na cadeira 12, cujo patrono é João Pandiá Calógeras.

No espaço das cartas da princesa D. Isabel (1846-1921) escritas a seus familiares emergem a sua intimidade e o seu cotidiano, trazendo elementos essenciais para o conhecimento do seu pensamento e dos seus valores, da sua formação, dos seus interesses, do seu comportamento e das suas ações. Segundo Foucault, a correspondência "constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros" e o ato de "escrever é mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro". Ainda acrescenta que, "por meio da missiva, abrimo-nos ao olhar dos outros e instalamos o nosso correspondente no lugar do deus interior".[2]

A ideia é buscar compreender como D. Isabel representava a si própria e o seu mundo, analisando a correspondência trocada entre os membros do seu grupo familiar e a sua relação com cada um deles, que partilham o contexto histórico e fazem parte do mesmo círculo de sociabilidade: filha dos imperadores D. Pedro II (1825-1891) e D. Teresa Cristina (1822-1889), irmã de D. Leopoldina (1847-1871) e

---

[1] Pesquisadora do Museu Imperial. Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

[2] FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, pp.129-160.

mulher do conde d'Eu (1842-1922). Foi incluída no grupo a condessa de Barral (1816-1891), devido à grande influência que esta exerceu em sua vida.

Algumas considerações sobre essa correspondência são importantes. Não há indícios de que houvesse, por parte da princesa D. Isabel, a intenção de dar publicidade as suas cartas, inclusive seu filho D. Pedro de Orléans e Bragança que, após a morte dos pais, resolveu organizar o arquivo particular da família por considerá-lo fundamental para a história do Brasil imperial,[3] determinou que a parte constituída de correspondência privada não seria incluída nesse conjunto por julgá-la somente de interesse para a história e memória da família. A documentação permaneceu em poder de seu neto, D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, até 1998, sendo mais tarde denominada *Arquivo Grão-Pará* (AGP) e, no ano seguinte, depositada em regime de comodato no Museu Imperial.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que, apesar de as cartas serem para uso exclusivo dos missivistas, havia certos cuidados e limites que se impunham em virtude da posição que a família ocupava na sociedade, especialmente na política, o que talvez explique a ausência de determinados assuntos e a razão de fatos importantes só terem merecido uma breve referência, mas, com frequência, havia a indicação de que seriam discutidos pessoalmente. Podemos presumir que havia receio de que as cartas caíssem em mãos de pessoas erradas, daí muitas vezes a recomendação de que fossem rasgadas ou queimadas depois de lidas. Quanto à escassez de informações sobre os assuntos, esta pode ser atribuída ao fato de que os correspondentes tinham conhecimento daquilo que estava sendo tratado e da opinião de cada um sobre aquela matéria, não havendo, portanto, necessidade de certas explicações e longas considerações. Curiosamente, com frequência, os correspondentes reclamam do laconismo daquele que

---

[3] O arquivo conhecido como POB, sigla formada pelas letras iniciais de seu nome, Pedro de Orléans e Bragança, teve seu inventário publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, em 1939, e foi doado ao Museu Imperial em 1948, por seu filho D. Pedro Gastão de Orléans.

escreve, mas percebe-se que se refere à profusão de notícias e não à profundidade daquilo que é dito.

Para cada dia da viagem feita pelos imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina às províncias do Nordeste, que durou quase cinco meses, foi escrita uma carta. Na primeira, datada de 1º de outubro, enviada à mãe, D. Isabel deixa transparecer o seu estado de espírito naquele momento como também nos presta uma informação importante de que os assuntos a serem tratados sofreriam de sua parte uma seleção: "As coisas menos importantes não é preciso lhe dizer por que seria palavras de mais e perdoe-me Mamãe eu não estou para isso, mas creia-me que tudo o que for mais importante eu lhe mandarei dizer".[4]

A narrativa de "si mesmo" não é feita de forma linear, ela varia de acordo com o interlocutor e com os desejos e os propósitos daquele que escreve. Quem escreve valoriza certos aspectos em detrimento de outros, realça ou atenua determinados fatos para atingir os seus objetivos. Leandro Rodrigues (2015) nos fala que "a experiência pessoal passa, inevitavelmente, pelo filtro existencial do outro, do interlocutor – e nas cartas – do destinatário".[5] Quinze dias depois, sua mãe demonstra interesse em "ver" tudo o que sua filha fazia, mas sublinhava não ser necessário que escrevesse tudo e sim o que fosse importante. Diante desse acordo tácito entre as duas, fica claro que o diálogo era carregado de escolhas e de significados, portanto havia um corte daquilo que era vivido, pensado e sentido.

Desde cedo e não só em tempos de viagem, as cartas, que eram o principal meio de comunicação no século XIX entre a população letrada, serviram aos propósitos dos imperadores para que não só acompanhassem a rotina e o desenvolvimento das filhas, mas também pudessem manter o controle de tudo que havia sido planejado. Apesar de toda a família morar junta no Paço de São Cristóvão, as meninas não viam os pais diariamente, o contato entre eles se dava por meio de

---

[4] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 1º de outubro de 1859.

[5] RODRIGUES, Leandro Garcia. Afinal, a quem pertence uma carta? *Letrônica*. v.8, n.1, 2015. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/19229. Acesso em: 20 Out. 2016.

bilhetes e cartas. Elas não tinham autorização para andar sozinhas pelo palácio, nem podiam falar com os pais a qualquer hora do dia.[6] Nas longas temporadas passadas no palácio de verão, em Petrópolis, as meninas só viam os pais aos domingos, quando se serviam do mesmo recurso: as cartas.

Nas epístolas do período de sua infância e juventude, percebe-se que a rotina de D. Isabel seguia o mesmo padrão das meninas do grupo social da elite, do qual ela fazia parte, com todos os códigos de comportamento e *habitus* da sociedade oitocentista, no entanto marcada com outros contornos pelo seu *status* de herdeira do trono.[7] Tal condição interferiu diretamente em sua educação: recebeu uma formação distinta da oferecida às mulheres, que visava ao bom desempenho das atividades domésticas, tornando-as, portanto, aptas para a função de esposa e mãe e o bom comportamento nos salões.[8]

Na sociedade oitocentista, os ensinamentos dados a meninos e meninas eram diferenciados, o que já demarcava o espaço reservado à mulher, facilmente percebido nas palavras do imperador: "A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo, mas de modo que não sofra a primeira."[9] A educação das princesas ocorreu no espaço doméstico, sendo realizada por vários mestres especializados nas diversas matérias sob a supervisão de uma preceptora, conforme a tradição da corte portuguesa.[10]

---

[6] ARGON, Maria de Fátima Moraes. A princesa desconhecida. *Nossa História*, ano 3, n.36, pp.74-77, 2006, p.75.

[7] Com a morte de seus irmãos, D. Afonso em 1847 e D. Pedro Afonso em 1850, tornou-se a sucessora da Coroa brasileira.

[8] ARGON, Maria de Fátima Moraes. Isabel, educada para governar o Brasil. *História Viva*, ano 4, n.45, pp.28-31, 2007, p.28.

[9] Maço 29 – Doc. 1038 – Arquivo da Casa Imperial do Brasil – POB. Museu Imperial/Ibram/MinC.

[10] Sobre o assunto, consultar: AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina, mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015; GODINHO, Isabel Silveira. *A educação dos príncipes no Paço da Ajuda 1863-1884*. Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 2004; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

A vida cotidiana das princesas tinha um caráter reservado e familiar. A maior parte do tempo era dedicada a um severo regime de estudos: aulas seis dias por semana, das sete da manhã às nove e meia da noite, com poucos intervalos para os passeios e as brincadeiras, conforme estabelecido no manual de instruções intitulado *Atribuições da Aia*.[11] Viviam cercadas de atenção e carinho, mas estavam submetidas a uma disciplina rigorosa tanto por parte dos pais como da preceptora: "A Condessa hoje me fez algumas perguntas de História adiante do Paulo, ela disse que eu respondi bem, mas eu fiquei fria eu acho que com medo de responder mal."[12] A condessa, por meio de cartas, mantinha os pais informados sobre o desenvolvimento educacional, a saúde e o comportamento das filhas e também encaminhava os boletins de notas semanalmente à imperatriz e ao imperador. As princesas tinham a seu serviço um grupo de pessoas que garantiam o funcionamento dessa rotina,

Os assuntos das cartas das princesas aos seus pais giram, principalmente, em torno de dois grandes temas − a saúde e o estudo −, mas se entrelaçam com outros − o seu amor filial, os amigos, os passeios, as obrigações sociais e religiosas −, revelando traços da personalidade de D. Isabel, em processo de formação. Nesse fluxo da correspondência, é possível acompanhar a construção de sua identidade e a percepção de situações, lugares e pessoas por parte de D. Isabel.

---

[11] Aguiar (*op. cit*., p.112), ao se referir a esse documento, levanta a hipótese da participação da imperatriz D. Teresa Cristina na sua construção juntamente com o soberano, o que julgo ser bastante crível, especialmente se considerarmos que a presença da figura materna na infância era mais forte, portanto estava apta para colaborar na reorganização do tempo e na divisão das tarefas que se faziam necessárias com a introdução dos estudos e, consequentemente, com a chegada da preceptora. Até então, D. Teresa Cristina era quem se encarregava de informar a D. Pedro II sobre a saúde e o bem-estar das crianças: "as duas passaram bem o dia de ontem, alegres e brincando juntas" (Petrópolis, 3 de junho de 1852). Mas é preciso destacar que era o pai quem detinha o poder e a autoridade sobre as filhas, como ele próprio fez questão de frisar: "As visitas que procurarem as princezas serão recebidas [...] nos [dias] de seus nomes e nossos, e em qualquer outra ocasião que eu determinar [...]".

[12] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 20 de outubro de 1859.

Barman, ao falar do relacionamento de D. Isabel com os pais, afirma que ela "inicialmente os tratava como uma *entidade única* [grifo meu], geralmente enviando-lhes cartas de conteúdo idêntico".[13] Comenta que, em carta ao pai, de 6 de outubro de 1859,[14] a princesa chegou a escrever "Mamãe" em certo trecho, palavra que então riscou e substituiu por "papai". De fato, isso ocorreu com muita frequência, como se vê na carta de 24 de março de 1861,[15] na qual escreve "Meu querido Papae" e, logo depois, emenda as duas primeiras palavras – Me~~u~~inha queri~~do~~a – e risca a última, substituindo-a por "Mamãe"; entretanto, esquece-se de fazer a alteração no final, mantendo "Adeus meu querido Papai". No entanto, em minha opinião, as razões são diferentes das alegadas pelo autor. D. Isabel escrevia nas raras horas vagas, geralmente à noite, para contar as atividades vividas naquele dia, por isso, muitas vezes, usou o recurso de endereçar aos dois a mesma carta; já em outros momentos, pedia que um lesse a carta do outro para se inteirar de um determinado assunto que só foi tratado na carta de um deles. No verso da citada carta de 24, ela faz um pedido: "Mostra esta lista de nomes a Papai porque não estou para os repetir." E quando se dava conta de que, por engano, havia escrito "Minha" na carta do pai e "Meu" na da mãe, ela rapidamente riscava. Isso porque tinha o hábito de escrever, simultaneamente para os pais, uma carta após a outra, utilizando o mesmo papel e numerando as folhas, que cobriam vários dias. O ritmo da escrita era quebrado pela mudança do dia, pelas interrupções e também pela pressa, já que aparentemente o que ditava o fim daquele conjunto de cartas era a necessidade de despachá-las, ora porque o navio ia partir, ora porque surgia um portador.

Aos 9 anos, D. Isabel, ao sobrescritar a carta de 3 de novembro de 1855, assim a iniciou: "A Sua Magestade A Imperatriz do Brazil. Minha Cara Maman" – distingue a pessoa (dimensão privada) e a sua

---

[13] BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil, gênero e poder no século XIX*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 55-57.

[14] AGP XLI-3-5. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. São Cristóvão, 6 de outubro de 1859.

[15] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 24 de março de 1859.

função (dimensão pública) –, ou seja, percebe a posição de D. Teresa Cristina tanto no grupo familiar quanto no grupo social. Do mesmo modo, em relação ao pai, logo depois que pede "faça umas letrinhas mais bem-feitas porque há algumas palavras que eu não compreendo", ela emenda "Eu sei que Papae não tem tempo", numa clara referência as suas obrigações como imperador do Brasil.[16]

Na organização e divisão do tempo, estavam previstos os horários para as tarefas de ir à missa e ao banho, dar passeios. No planejamento dessa rotina, foram regulados o dia e as ocasiões em que as princesas poderiam receber visitas, nunca sozinhas, sempre acompanhadas dos pais ou da condessa de Barral. Nas cartas de D. Isabel, esse assunto é tratado de forma permanente, o que demonstra que tal prática social era valorizada e servia como um instrumento importante no fortalecimento dos laços de amizade e na manutenção ou conquista de novas posições. As citações e os exemplos oferecidos pela correspondência sobre essa conduta social e outras práticas, como a de "recomendar-se" nas missivas, mostra que D. Isabel, inserida no *modus vivendi das elites oitocentistas*, incorporou, desde cedo, todos os seus códigos de comportamento.

Os protocolos e as pequenas cerimônias serviram-lhe como um exercício para que, aos poucos, fosse tomando consciência do seu mundo e do papel que sua família e ela própria ocupavam naquela sociedade hierarquizada. Ao contar que assistiu ao *Te Deum* realizado em intenção à chegada dos pais à Bahia, em 1859, ela registra que, na cerimônia, estiveram presentes os ministros e Paulo Barbosa.[17] Paulo Barbosa da Silva era o mordomo-mor da Casa Imperial e foi quem conduziu as negociações para a contratação da condessa de Barral como aia das princesas. Ele e D. Francisca, sua mulher, fizeram visitas regulares às princesas durante esse período da viagem. Noutro dia, a princesa informa: "O Taunay beijou-nos a mão antes do jantar."[18] No

---

[16] AGP XLI-3-5. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. São Cristóvão, 18 de outubro de 1859.

[17] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 11 de outubro de 1859.

[18] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 15 de outubro de 1859.

ano seguinte, em 29 de julho de 1860, dia de seu aniversário, ela presta o juramento à Constituição do Império prometendo "manter a religião católica, observar a constituição política do País e ser obediente às Leis e ao Imperador".

Como procurei demonstrar, D. Isabel tinha o seu cotidiano marcado pelo protocolo monárquico. Mesmo sem participar diretamente das cerimônias oficiais, ela convivia com todas as formalidades e rituais que envolviam o desempenho do pai como soberano e absorvia de algum modo o imaginário político oitocentista. Para o historiador Robert Daibert Júnior

> *[...] não há dúvida de que ao longo de sua educação formal a princesa tomava consciência do papel ao qual estava destinada. Nesta época, D. Isabel, de certa forma, já percebia a importância de sua persona no cenário político do Império. Convivia em um mundo onde as questões políticas eram moeda corrente.*[19]

Os dois episódios, abaixo descritos, são bem ilustrativos para demonstrar que D. Isabel não vivia alheia e à parte do seu mundo. No primeiro caso, ao omitir o nome do requerente e destacar a relação parental com o marquês de Itanhaém (1782-1867), ela indica que entendia o poder do *status* do senador e titular do Império, que inclusive havia sido tutor de seu pai, o que justificava a sua intercessão, afinal o recomendado tinha o privilégio de pertencer a uma família da elite social e política. O envio da cópia da carta pode ser entendido como aprovação da iniciativa como da própria escrita, lembrando que o hábito de escrever foi-lhe incentivado, desde cedo, com constante orientação e correção.

> *O sobrinho do Marquês de Itanhaém veio ontem e nos pediu que escrevêssemos por ele à Titia Januaria porque ele parte amanhã*

---

[19] DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Princesa Isabel (1846-1921):* A "Política do Coração" entre o trono e o altar. 2007. 302f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

> *para Nápoles. Eu escrevi. [...] Lá vae o rascunho da carta da Titia Januaria para meus Caros Paes verem e lerem.*[20]

No segundo, aos 13 anos, D. Isabel demonstrava interesse por outros assuntos e, sobretudo, a compreensão do projeto para abastecimento de água no Rio de Janeiro, deixando subentendido ser favorável a ele.

> *No outro dia o Felyx Taunay mandou pedir a Condessa para nos pedir que intercedessemos perto de Papae para que não canalizem a cascatinha da Tijuca, e disse que Papae tendo feito tanto caminho para ir ver uma maravilha da natureza, não devia supportar a canalização desde cima d'uma cascata que está à porta da capital. Elle fez um projecto que é: depois que a cascata cahisse com todo o seu esplendor, cá em baixo a canalizasse. Assim terá-se cascata e agua canalizada. Eu lhe mando o projeto que elle me mandou. (17 de janeiro de 1860).*[21]

Oito anos depois, D. Isabel novamente sai em defesa da Cascata da Tijuca, criticando duramente o projeto de Bulhões[22] que, segundo ela, sacrificaria dois terços da água da cascata grande, o que seria um barbarismo, um vandalismo. Comenta de forma perspicaz que, para consolá-la, ele teria dito que estava arranjando um caminho novo muito bom, menos íngreme para ir das Paineiras ao Corcovado. Ela conclui: "Parece que os papeis sobre a supressão da cascata estão no conselho de estado, onde desejarei que fiquem para sempre."[23]

O casamento marca uma nova fase da vida de D. Isabel, o seu *status* de mulher casada cria expectativas em torno de suas novas identidades (esposa, dona de casa e mãe), exigindo-lhe novas posturas e colocando em pauta alguns temas ligados a essa nova condição, que

---

[20] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 8 de novembro de 1859.

[21] AGP XLI-3-6. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. 17 de janeiro de 1860.

[22] Refere-se ao engenheiro Antônio Maria de Oliveira Bulhões. Autor da obra: *Considerações sobre o abastecimento d'águas da Cidade do Rio de Janeiro, memória apresentada ao Ex. Sr. Ministro da Agricultura, Comercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typ Perseverança, 1866.

[23] AGP XLI-3-13. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. 1º de fevereiro de 1868.

inclusive se estende para a dimensão pública. O matrimônio garantia a manutenção da figura masculina como responsável pela proteção da mulher, ou seja, o papel que antes era do pai da noiva agora cabia ao marido. José Carlos Pereira, em seu livro *Os ritos de passagem no Catolicismo*, ao tratar das assimetrias entre os cônjuges, chama a atenção para o fato de que

> *[...] as normas religiosas e as exigências são mais severas com as mulheres do que com os homens, o que as coloca em situação de desigualdade e, com isso, o casamento amparado em textos das Sagradas Escrituras, legitima um estado de submissão.*[24]

Entre os vários exemplos, o autor cita a epístola aos Efésios (5,22), na qual se pede que as "mulheres sejam submissas aos seus maridos, como ao Senhor" e chama a atenção sobre o uso do véu na cerimônia do casamento, que simboliza a dependência da mulher em relação ao marido: "O homem não foi criado para a mulher, mas a mulher foi criada para o homem. Sendo assim, a mulher deve trazer sobre a cabeça o sinal de sua dependência (1Cor 11, 9)".

Outra prática social que contribuía para reforçar e ampliar a superioridade do homem era o fato de as mulheres assumirem, pelo casamento, o patronímico dos maridos em detrimento do seu de origem, o que as colocava em uma posição de subordinação. D. Isabel, que até então assinava invariavelmente as suas cartas de três formas − Isabel Christina, Isabel ou "I. C." −, assume, a partir do dia 29 de outubro, o título do marido, adotando definitivamente a forma *Isabel, Condessa d'Eu*.

Nos oito dias de lua de mel passados em Petrópolis, na Casa Avelar, residência dos viscondes de Ubá, D. Isabel escreve diariamente aos pais, não só para fortalecer os vínculos de amor e amizade, assegurando-lhes que os seus sentimentos eram os mesmos de antes do casamento, mas também como um meio de sentir-se próxima à família, o que lhe dava uma sensação de segurança, já que era a pri-

---

[24] PEREIRA, José Carlos. *Os ritos de passagem no Catolicismo, cerimônias de inclusão e sociabilidade*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012.

meira vez que ficava sozinha na companhia de um homem. Durante o curto noivado, que durou menos de um mês, a vigilância era bastante severa, como se pode apreciar pelos desabafos de D. Leopoldina: "Eu estou com inveja sua por causa do bom tempo que você há de estar passando só com Gaston não sendo vigiada pelos olhos incomodativos de Mamãe."[25] São visíveis o desconforto diante daquele controle e o desejo de ver-se livre da situação; já no segundo desabafo, ao usar a expressão "calças pardas", indica que não havia agido da forma esperada, daí estar metida em dificuldades: "Não posso mais dizer uma só coisa a Augusto sem que Papai ou Mamãe queiram saber. Eu agora vejo-me perpetuamente em calças pardas."[26]

D. Isabel, no dia do casamento, comenta o prazer de estar sozinha com o "seu querido Gaston" e de sua preferência pelo programa a dois, mas dizia entender a razão de D. Teresa Cristina gostar dos passeios em companhia dos irmãos e parentes, "Sei bem que Mamãe não tem os mesmos passeios com Papai",[27] ou seja, percebia conscientemente que os pais, como casal, não desfrutavam da intimidade e dos prazeres proporcionados por tais encontros. Noutro momento, ao descrever um passeio realizado, em dezembro, com a irmã e os respectivos maridos, sua mãe lhe responde com certa ironia, rebatendo o comentário anterior: "Estimei saber que todos la gozavão de boa saúde, e que te divertiras muito em passeiar todos 4 sós. Agora cara Isabel tu me darás raisão quanto eu te dizia que tinhas saudades dos passeios que fazia em família em Napolis."[28]

As princesas refletiam sobre as mudanças que ocorriam em suas vidas, absorviam-nas e se moldavam de acordo com as novas situações, fazendo suas escolhas e tomando posições. D. Leopoldina, em carta anterior a seu casamento, confidencia: "Cada vez eu gosto mais dele e muitas vezes penso que eu ainda não gosto d'elle como

---

[25] AGP XLVIII-2-1. Carta de D. Leopoldina a D. Isabel. [Novembro de 1864].

[26] AGP XLVIII-2-1. Carta de D. Leopoldina a D. Isabel. [1864].

[27] AGP XLI-4-7. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. Petrópolis, 21 de dezembro de 1864.

[28] AGP XL-2-9. Carta de D. Teresa Cristina a D. Isabel. São Cristóvão, 21 de dezembro de 1864.

elle o merece. Você deve sem duvida sentir o mesmo por Gaston."[29] Segundo Roger Chartier, a representação é a forma pela qual uma determinada realidade social é "construída, pensada, dada a ler". Elas são produzidas e partilhadas pelas "disposições estáveis" de determinados grupos sociais ou meios intelectuais. Essas representações são sempre determinadas pelos grupos sociais que as forjam, não produzindo, de forma alguma, discursos neutros. Produzem estratégias e práticas que buscam legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.[30]

As irmãs mantinham uma relação de amizade, afeição e cumplicidade. Elas compartilhavam as mesmas experiências sobre vários assuntos. O conhecimento sobre o corpo e o sexo era muito limitado, e as poucas informações recebidas haviam sido passadas pela condessa de Barral. Dois meses depois do casamento, em 19 de fevereiro de 1865, D. Leopoldina comenta: "Se lembra das asneiras que nos diziam quando alguma pessoa tinha tido um filho? Por exemplo: Veio por este paquete uma criança de Paris a fulana etc. etc...."[31] O nível de desinformação pode ser medido pela descrição que ela faz do aborto sofrido em maio daquele ano:

> *Eu esperava fazer-lhe Titia no fim deste anno mas infelizmente o seu sobrinho nasceu muito cedo. No dia 2 de maio as 5½ da manhãa sem que eu sentisse nenhuma dor comecei eu a sentir-me molhada e por sangue. Eu logo disse a Gusty que pensava que eu estava desarranjada. Gusty pretendeu que devia ser o que tenho todos os mezes. Quem dera que o fosse. Mas eu fui remecher-me na cama e senti sahir uma posta de sangue. Eu puz-me a chorar dizendo a Gusty que julgava que aquilo era nossa pobre criança. Ele disse que não chorasse porque pensava que isto era impossível. Elle mandou chamar*

---

[29] AGP XLVIII-2-1. Carta de D. Leopoldina a D. Isabel. Sem data. Escrita entre 16 de outubro e 14 de dezembro de 1864.

[30] CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. DIFEL, 1990, p.17.

[31] AGP XLVIII 2-2. Carta de D. Leopoldina a D. Isabel. Casa Avelar/Petrópolis, 19/02/1865.

> *o Touset*[32] *para ver-me e elle disse que era um sinal de aborto e que pensava que o era. Infelizmente o foi.*[33]

A educação formal da princesa Isabel foi dada como encerrada logo após o casamento, mas continuou a haver um investimento em sua formação com vistas a prepará-la para o desempenho da futura função de imperatriz do Brasil. As leituras, as visitas aos estabelecimentos e as viagens empreendidas à Europa e às diversas regiões do Brasil foram instrumentos para esse aprimoramento. As estratégias de ação foram pensadas e discutidas com o conde d'Eu, que passaria a "conduzir o projeto", antes assumido por D. Pedro II e pela condessa de Barral. Cinco dias depois do casamento, o conde d'Eu manifesta a sua opinião:

> *Estou muito de acordo en que Isabel debe ter ideas esactas sobre as generalidades dos conhecimentos humanos; e para isso o que convem é primeiro, que não se esqueça dos que adquiriu na sua educação e despois cultive con especialidade a historia contemporanéa de seu paiz e de outros onde verá esemplos bóns e máos do modo de practicar a sua futura situação.*[34]

D. Pedro II declara à filha que estava "satisfeito de haver abdicado nele o poder de pai",[35] mas este poder na prática será restrito e limitado, o conde d'Eu não tinha autoridade nem liberdade para alterar o que tinha sido planejado. A vida do casal esteve constantemente sob a vigilância do pai e a direção do imperador, as exigências e as normas a eles impostas provocavam atritos e conflitos, contrariando e frustrando os desejos, os planos e as expectativas individuais ou do casal, tornando muitas vezes a relação familiar muito tensa, especialmente

---

[32] Constantino Napoleão Touzet, médico francês, que instalou a primeira casa de saúde particular em Petrópolis e colaborou no combate à epidemia de cólera-morbo que assolou a cidade em 1855.

[33] AGP XLVIII 2-2. Carta de D. Leopoldina a D. Isabel. Cidade no Bureau do Almirantado, 21/05/1865.

[34] AGP XLII-1-1. Carta do conde d'Eu a D. Pedro II. Petrópolis, 20 de outubro de 1864.

[35] AGP XXXVIII-1. Carta de D. Pedro II a D. Isabel. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1864.

entre o sogro e o genro. Nem o programa de leitura escapava das críticas e observações do imperador: "Sei muito bem que o Gastão não se descuida das leituras sérias" (4 de novembro de 1864) em referência à leitura do romance *Ivanhoé*, do escritor escocês Walter Scott, publicado em 1820, que narra a luta entre saxões e normandos e as intrigas de João sem Terra para destronar Ricardo Coração de Leão. Parece-me que a observação foi muito mais motivada pelo tempo que a filha se dedicou à leitura, inclusive ela tece vários comentários, do que propriamente pela obra em si. D. Isabel continuou, na carta do dia 9,[36] a tratar do romance e reagiu ao comentário: "Não creio que também não tem havido leituras sérias." Talvez para amenizar ou provar, ela informa estar lendo outros autores como Thiers − refere-se provavelmente à obra *História da Revolução Francesa*, do político e historiador francês, Louis Adolphe Thiers (1797-1877).

A experiência da primeira viagem à Europa realizada em 10 de janeiro de 1865, na visão da condessa de Barral, deveria servir a D. Isabel não só "como complemento de seus estudos, mas como desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito para ser útil ao seu País que tanto espera de Vossa Alteza Imperial".[37] No programa, estavam incluídas visitas às repartições públicas dos países que faziam parte do itinerário: Portugal, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Áustria e Espanha. Logo no início da viagem, D. Isabel agradeceu ao pai os ensinamentos recebidos que lhe permitiram compreender a maior parte das coisas que via[38] e, por sua recomendação, relatava tudo sobre os progressos da indústria e da agricultura daqueles lugares.

Devido à complexidade de sua condição de herdeira do trono brasileiro, cada ato e movimento de D. Isabel, mesmo os mais insignificantes, exigiam-lhe cuidado, fossem eles ligados à vida social ou à política. A viagem à Europa tinha como objetivo levá-la a conhecer

---

[36] AGP XLI-3-9. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. Petrópolis, 9 de novembro de 1864.

[37] AGP CCCXXXVII-1-5. Carta da condessa de Barral a D. Isabel. 3 de janeiro de 1865.

[38] AGP XLII-3-10. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. Claremont, 20 de fevereiro de 1865.

a família do conde d'Eu, especialmente a Inglaterra, onde os Orléans estavam exilados desde 1848, mas, ao mesmo tempo, representava a apresentação pública da princesa imperial no exterior, o que explica o fato de os príncipes de Joinville serem contrários à ideia, mostrando-se preocupados com as eventuais consequências para D. Isabel não ser recebida como Princesa Imperial do Brasil, já que as relações diplomáticas entre os dois países estavam interrompidas devido à Questão Christie.

O estilo de vida na Europa não foi estranho a D. Isabel, ela estava atualizada com os elementos que compunham o *habitus* da sociedade de corte, conhecia as regras de etiqueta e de comportamento. Muaze observa que Norbert Elias, em seu estudo sobre a corte francesa, demonstrou que, em sociedades profundamente hierarquizadas, como é o caso da imperial, a etiqueta estava intimamente ligada à autorrepresentação dos grupos e indivíduos.[39] Desde cedo, havia o cuidado com a aparência e a preocupação de escolher a indumentária de acordo com cada ocasião. Na correspondência da família são muitas as referências sobre o modo de se vestir e de se apresentar. Em 1859, D. Isabel escreve ao pai: "Nós estávamos enfeitando com umas flores para brincar quando chega o comandante do navio. Nós aparecemos como estávamos."[40] Nessa primeira viagem à Europa, ao desembarcar em Lisboa, recebe cartas da irmã e da mãe, nas quais o seu traje é mencionado: "*vestido de seda azul, capa de pêllos cor de castanha e chapéo á amazona com pluma luvas cor de havana*".[41]

O casamento e a maternidade eram etapas significativas na vida da mulher oitocentista, e é durante a viagem à Europa que o tema começa a fazer parte da correspondência trocada entre D. Teresa Cristina e suas filhas recém-casadas. Pela leitura das cartas, percebe-se a angústia de D. Isabel em não conseguir engravidar; a cada notícia falsa sobre o seu estado, aumentava a sua frustração. Como mulher,

---

[39] MUAZE. Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p.53.

[40] AGP XLI-4-3. Carta de D. Isabel a D. Teresa Cristina. 16 de outubro de 1859.

[41] AGP XL-2-10. Carta de D. Teresa Cristina a D. Isabel. São Cristóvão, 10 de março de 1865.

sofria a dor e a decepção de não se tornar mãe e, como futura imperatriz, a pressão por parte da sociedade e da classe política para gerar o herdeiro, a quem caberia dar continuidade à Monarquia. D. Isabel que, desde a infância, apresentava-se, por meio da "escrita de si", como uma católica devota, depositava toda a sua fé e confiança em Deus e nos santos para que a sua prece fosse atendida.

Além da maternidade, D. Isabel enfrentava o desafio de gerir os conflitos entre seu pai e seu marido, que tiveram início em agosto de 1865, quando o conde d'Eu partiu para o Rio Grande do Sul ao encontro de D. Pedro II e do duque de Saxe, que lá estavam por ocasião da invasão das tropas paraguaias, com a expectativa de participar ativamente da luta, mas o imperador não permitiu que ele exercesse suas funções militares.

Em 1868, o casal partiu para Minas Gerais a fim de visitar a estação de águas que tinha grande eficácia no tratamento da esterilidade, cujo resultado positivo era esperado por todos, como se vê pelas palavras de sua tia, D. Francisca: "Que estas águas deem o resultado que tanto é desejado para a felicidade completa de seu interior e para a sua posição particularmente é muitíssimo desejado."[42]

A viagem a Minas Gerais e todas as outras empreendidas pelas províncias do Império ao longo dos anos tiveram o intuito de dar visibilidade a D. Isabel e de capacitá-la para o exercício de seu futuro ofício. As cidades se preparavam para recebê-la, e as autoridades locais e a população prestavam-lhe homenagens que serviam de oportunidade para D. Isabel se apresentar à sociedade e ampliar a sua rede de sociabilidades. Além de festas, jantares e saraus, o roteiro incluía visitas a fábricas, usinas, hospitais, orfanatos, asilos e escolas. Seguindo a mesma prática adotada pelo pai, ela avalia a qualidade de ensino do colégio do Sr. Franco, em Cantagalo: "É verdade que as alumnas ahi estão só a um anno, porém achei que era um colégio principalmente de papagaios. Talvez com o tempo não responda mais que a Capital

---

[42] AGP XXVIII-1-26. Carta de D. Francisca a D. Pedro II. Thun, 1º de setembro de 1868.

da Turquia é Turim."[43] Como sinal do prestígio de D. Isabel, que ia aumentando à medida que se aproximava da população, o proprietário pediu-lhe autorização para dar o seu nome àquele estabelecimento de ensino.

Durante as três regências, D. Isabel mostrou-se ora cautelosa ora impulsiva, mas certo é que a sua condição feminina sempre foi um entrave para que fosse aceita no mundo da política; sofreu diversas pressões tanto em seu mundo familiar como no mundo político. Outro entrave era o fato de ser uma católica engajada. Por ocasião de sua primeira regência, em 1871, D. Pedro II escreveu o documento *Conselhos à Regente*[1] para servir-lhe de orientação, uma vez que ela era inexperiente na gestão da coisa pública. Embora tomassem parte nas reuniões do Conselho de Estado desde o ano anterior, a regente e o conde d'Eu não tinham direito a voto. O conde d'Eu comenta sobre o documento com seu pai, o duque de Nemours:

> *O Imperador nos trouxe um livro manuscrito de seus conselhos sobre o governo do Império (são apenas algumas páginas) e pede que após termos lido, nós coloquemos sobre esse assunto nossas objeções e questões.*[44]

As cartas de D. Isabel e de D. Pedro II que tratam de política são, geralmente, relativas aos períodos de viagens, que marcam o afastamento de ambos, levando a supor que isso acontecesse durante os encontros entre pai e filha, conforme indicação da própria:

> *São estes os conselhos, o testamento político de sua matraquinha com quem poderá discutir sobre todos estes pontos quando cá estiver. Perdoe-me tanta ousadia, mas é para seu bem e bem de todos.*[45]

A análise da correspondência aponta que D. Isabel, apesar da estrutura patriarcal rígida a que estava submetida, tinha vontade e opi-

---

[43] AGP XLI-3-13. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. Fazenda da Pureza, 8 de junho de 1868.

[44] AGP LXII-3. Carta do conde d'Eu ao duque de Nemour. 6 de maio de 1871.

[45] AGP XLI-3-17. Carta de D. Isabel a D. Pedro II. 6 de março de 1872.

nião próprias, manifestava com frequência suas ideias e seus pensamentos. Não estava alienada à política e tinha consciência de sua falta de experiência na administração do Império. Um bom exemplo disso é a carta dirigida a D. Pedro II durante a sua terceira e última regência:

> *O que nos tem incomodado bastante são os distúrbios que houve antes d'hontem no Rio. O exercito e a armada depois dos célebres negócios militares é verdade estão sempre mais ou menos exaltados, mas creio bem que n'esta occasião a polícia teve bastante culpa, pelo menos por não dar sempre a atenção devida a reclamações de pessoas mais ou menos sérias. Além d'isso o Ministério tem-se desmoralizado bastante,* eu o sinto *[grifo meu], mas a menos que a crise surja agora por causa dos factos ocorridos, não tenho agora achado que fosse occasião para substituí-lo. Ainda há dous mezes antes das Camaras. Tomará elle outro rumo? [...] Eu procuro fazer o melhor que posso,* infelizmente ainda não tenho a experiência d'elle *[grifo meu], aliás bem difícil de chegar-se a ella.* Supra a boa vontade de fazer o que julgo bom e justo, pelo menos *[grifo meu]. Graças a Deus tenho Gaston para me auxiliar com seu critério e trabalho. A dois, quando se é marido e mulher e se entendem, é mais fácil ou menos difícil a tarefa. [grifo meu].*[46]

Referências bibliográficas

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina, mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. Isabel, educada para governar o Brasil. *História Viva*, ano 4, n.45, p.28-31, 2007, pp.28.

___. O mestre de pintura da princesa regente. *In*: TURAZZI, Maria Inez; ROSSETO, Lourdes (orgs.). *Victor Meirelles: novas leituras.* São Paulo: Studio Nobel, 2009.

BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX.* São Paulo: UNESP, 2005.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Princesa Isabel (1846-1921): A "Política do Coração" entre o trono e o altar*. 2007. 302f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

---

[46] AGP Carta da Princesa D. Isabel a D. Pedro II. 4 de março de 1888.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel, a princesa redentora (Biografia baseada em documentação inédita)*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social.

Recebido em 10 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

SAUDAÇÃO À MARIETA DE MORAES FERREIRA

Surama Sá Pinto[1]

Excelentíssima sra. presidente do IHGRJ, professora Neusa Fernandes

Excelentíssima sra. vice-presidente do IHGRJ, Miridan Britto Falci

Ilustres confreiras e confrades, senhoras e senhores aqui presentes

Prezada Marieta de Morares Ferreira

Sinto-me extremamente honrada e envaidecida com o convite de saudá-la nesta casa. Honrada em face do gigantismo de sua produção intelectual e envaidecida por privar de seus ensinamentos desde os anos 1980, época em que ingressei no curso de Graduação em história da UFRJ.

Não é muito comum um discípulo apresentar um mestre. Em geral, são os mestres quem apresentam os discípulos. Por isso, a tarefa se reveste de uma grande responsabilidade. Apresentar a trajetória daquela que foi figura central em todo o processo de minha formação acadêmica (da graduação ao doutorado), a quem carinhosamente chamo de *minha eterna orientadora*, é uma tarefa fácil e difícil ao mesmo tempo. Fácil porque suas obras são largamente conhecidas por todos os que se dedicam ao estudo da história política do Rio de Janeiro (estado e cidade), à produção do conhecimento no âmbito da história e ao ensino da história. Difícil em razão da amplitude e complexidade

---

[1] Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

de sua produção e de sua atuação profissional, cuja principal característica é uma imensa capacidade de trabalho.

Isso é facilmente perceptível numa breve incursão no seu currículo. Marieta de Moraes Ferreira ingressou no curso de graduação em História na UFF, em 1969, e concluiu o bacharelato e a licenciatura em 1973. Na mesma instituição obteve os títulos de Mestre, em 1977, estudando a crise dos comissários de café entre 1870 e 1906, e Doutora em História, em 1991, com a tese "Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República". Em 1997, fez Pós-doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales e, em 2011, na Universidade de São Paulo.

Desde a década de 1970, Marieta tem atuado em renomadas instituições e centros de pesquisa sediados no país, além de representá-las nacional e internacionalmente: foi pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa (1976-1978), do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (1978-2012), onde coordenou importantes projetos de pesquisa e dirigiu o CPDOC (1999-2005); foi presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) (1992-1994|) e da Internacional Oral History Association (IOHA) (2000); foi professora convidada na Universidade do México e visitante na Science Po-Lille (2008) e, atualmente é professora Titular da área de História do Brasil da UFRJ, coordenadora Nacional do Mestrado Profissional em Ensino da História (desde 2013) e Diretora Executiva da editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao longo dessa trajetória, já orientou cerca de 50 trabalhos de Pós-graduação, entre teses de Doutorado e dissertações de Mestrado.

Sua vasta produção bibliográfica contempla, até o momento, mais de 80 capítulos de livros e artigos em revistas especializadas, publicados em Português, Inglês, Francês e Espanhol. Mais especificamente, é autora de três livros (*Em busca da idade do ouro*, *Histórias de família* e *A História como Ofício*) e organizadora de outros 23. Esses trabalhos contemplam uma ampla gama de temas, abarcando desde a experiência do Estado do Rio de Janeiro na Primeira

República,[2] passando pela história política carioca e fluminense,[3] pelas discussões teóricas e metodológicas ligadas à história do tempo presente,[4] memória, uso das fontes orais,[5] ensino da história,[6] institucionalização da história como ofício no Brasil,[7] até as histórias de família: casamentos, alianças e fortunas.[8]

Não obstante os impressionantes números que perfazem sua carreira profissional, a importância da produção de Marieta de Moraes Ferreira não pode ser mensurada apenas em termos quantitativos. Muitas e diversas foram as contribuições originais trazidas em seus trabalhos. Diante da impossibilidade de abordá-los em sua totalidade, de forma resumida, gostaria de ressaltar aqueles que, na minha perspectiva, são seus três grandes eixos de análise: a historiografia do Rio de Janeiro, as reflexões sobre a escrita da história e a constituição do ensino da disciplina no Brasil.

---

2 FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *A Republica na Velha Provincia.* Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República.* 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

3 FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *Crônicas Políticas do Rio de Janeiro.* 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

4 FERREIRA, Marieta de Moraes; BRUNO. Flávio E DELGADO, Lucilia de Almeida (Orgs). *História do tempo presente*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

5 FERREIRA, Marieta de M., ALBERTI, Verena, STROZEMBERG, I. e FERNANDES, T. (Orgs.) *Oral History: Challanges for the 21st Century.* 1ª. ed. Rio de Janeiro: CPDOC; Fiocruz, 1998. v. 3; FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

6 FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, R. (Org.). *Aprendendo História: Reflexão e Ensino*. 2ª ed. Editora FGV, 2013.

7 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício: A constituição de um campo disciplinar*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

8 FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas.* Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

O primeiro grande eixo compreende a produção historiográfica relativa ao estado e à cidade do Rio de Janeiro no período republicano. Em sua tese de doutorado, Marieta de Moraes, a partir da análise da atuação das elites políticas fluminenses na Primeira República, e ancorada nas contribuições teóricas de Christophe Charle de René Remond, Raoul Girardet, Pierre Rosanvallon,[9] e no plano da historiografia nos estudos dos brasilianistas (Joseph Love, John Wirth e Robert Levine) e de Eduardo Kugelman, Amilcar Martins e Victor Nunes Leal, procurou compreender os fatores que levaram à perda de *status* político e de dinamismo econômico do Estado do Rio no novo regime. Buscou a explicação em cinco vetores básicos: fragmentação das elites políticas fluminenses; as dificuldades de institucionalização da vida partidária; a forte inclinação personalista da política fluminense; a tendência à nacionalização – devido à proximidade do Distrito Federal –, o que fazia com que os políticos do estado fossem absorvidos pelo debate político nacional e procurassem formular propostas com uma preocupação mais ampla e abrangente; a ausência de uma efetiva integração entre os setores produtivos e o governo do estado em torno de um programa econômico que dinamizasse a economia fluminense. Particularmente, no que diz respeito a esse último aspecto, demonstrou que várias tentativas foram feitas no sentido de diversificar a economia do estado que, no entanto, encontraram forte resistência por parte dos proprietários rurais, identificados com a monocultura do café e com o passado de riquezas gerado pela economia tradicional. No plano nacional, mostrou ainda a existência de esforços, ao longo

---

[9] REMOND, René. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. _____. L'histoire contemporain. In: BEDARIDA, François; BERCÉ, Yves Marie; AYMARD, Maurice; SIRINELLI, Jean-François; LE GOFF, Jacques; ROUSSELLIER, Nicolas (Orgs.) *L'Histoire et le métier d'historien en France (1945-1995)*. Paris: Les Editions de la MSH, 1995. pp. 247-252. CHARLE, Christophe. *La Republique des Universitaires – 1870-1940*. Paris: Seuil, 1979; _____. *Naissance des "intellectuels", 1880-1900*. Paris: Les Editions de Minuit, 1900; _____. Les elites de la République (1880-1900). Paris: Fayard, 1987; GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. ROSANVALLON, Pierre. Histoire Conceptuelle du politique, *Revue de Syntese*, v.4. 1986. PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henry. *Histoire Potilique et Sciences Sociales: questions au XX siècle*. Paris: Editions Complexe,1991.

do período, para a criação de um eixo alternativo de poder, liderado pelo Estado do Rio, para fazer frente à instável aliança São Paulo--Minas Gerais.

Após o doutorado, incorporou em sua agenda de pesquisas o estudo das elites políticas cariocas e ampliou os recortes cronológicos de 1889 até a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975. Ao dialogar com interpretações vigentes que analisavam o campo político carioca como um mero reflexo da política nacional, questionou a tendência corrente de se confundir a história política da cidade do Rio, capital federal até 1960, com a história política nacional. Assim, no livro *Rio de Janeiro: uma cidade na história*, em vários trabalhos autorais, e orientando teses e dissertações, destacou a importância de estudar aspectos da política local, tanto em seus elementos constitutivos quanto em sua dinâmica, para entender a lógica de funcionamento do campo político da cidade, nas diversas conjunturas, ao longo da História republicana e relativizar as leituras que tendem a reduzir essa problemática às ingerências do poder federal. Da mesma forma, demostrou que as elites cariocas não foram atores passivos das decisões nacionais, e, sim, sujeitos capazes de produzir estratégias destinadas a minimizar as ações disciplinadoras do governo federal. Entre essas estratégias, destacou a criação do Estado da Guanabara, em 1960, e da fusão, em 1975 no artigo "A volta do filho pródigo ao lar paterno"?, publicado em coautoria com Mário Grynszpan.[10] Esse conjunto de trabalhos é um referencial muito importante para o entendimento da identidade do Rio de Janeiro.

O segundo grande eixo do seu conjunto de trabalhos está relacionado à reflexão sobre as dimensões teórico-metodológicas do uso de depoimentos orais e da escrita da *história do tempo presente*. Em um contexto marcado por intensas transformações no campo da escrita da História, entre elas o resgate do político como lócus privilegiado de articulação do todo social, a revalorização da ação dos atores e de suas estratégias, bem como o papel dos sujeitos na História, Marieta

---

[10] FERREIRA, Marieta de Moraes. GRYNSZPAN, M. A volta do filho pródigo ao lar paterno? – A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, 1994.

abriu espaço para a discussão dos usos dos depoimentos orais. É inquestionável sua contribuição para a institucionalização desse campo no Brasil e em outros países, seja na coordenação do Programa de História Oral do CPDOC, à frente da ABHO, na presidência da IOHA, e em um grande número de livros, como *Entre-vistas: Abordagens e usos da História Oral* e em *Usos e Abusos da História Oral*, escrito em coautoria com Janaína Amado[11]. Para enfrentar esse desafio ampliou o diálogo com outros autores e referenciais temáticos e teóricos, tais como os usos das biografias, as questões relativas a memórias e identidades e, em especial, a História do Tempo Presente. Conforme vem defendendo, a História Oral, longe de ser *uma outra história*, é uma metodologia, e como todas as outras metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática. Mais do que uma simples prática, na área teórica, é capaz de *suscitar*, mas não de *solucionar*, questões: formula as perguntas, ainda que não ofereça as respostas, que devem ser buscadas na historiografia e na boa e velha teoria da História. Sustentando a legitimidade do uso das fontes orais, questionou a ideia de que as fontes escritas, de arquivos, seriam mais fidedignas, portanto, mais adequadas para a escrita da história, ao lembrar que todas são produzidas com uma intencionalidade, mesmo as supostamente neutras.

A emergência de um novo estatuto da História do século XX, definido por alguns historiadores como *História do Tempo Presente*, portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos e fronteira fluídas, também mobilizou seus escritos. Em diversos trabalhos, como no artigo "História, tempo presente e história oral" questionou a premissa da imprescindibilidade, por parte do pesquisador, do conhecimento do desfecho do processo histórico para o estudo de determinados temas a fim de garantir maior objetividade na análise (a chamada *visão retrospectiva*). Conforme destacou, a objetividade está relacionada à observação e aplicação dos procedimentos que orientam a escrita da História pelos historiadores. Recuo no tempo não garante

---

[11] FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) . *Entre-Vistas: Abordagens & usos de história oral.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

distância crítica. Não cabe mais, assim, uma definição da história fundada numa ruptura entre passado e presente.

Da mesma forma, a aceleração do tempo, a preocupação com a perda de sentido do passado e com o aumento da capacidade de esquecer, além grande comprometimento das sociedades contemporâneas com o chamado "dever de memória" estimularam suas reflexões sobre as relações entre história e memória e identidade em trabalhos como o livro *Memória e identidade nacional*.

Mais recentemente, nos pos-docs feitos na École des Hautes Études em Sciences Sociales e na Universidade de São Paulo e nas pesquisas desenvolvidas como bolsista de produtividade, Marieta de Moraes Ferreira abriu o que considero o seu terceiro grande eixo de análise: a reflexão sobre o ensino da história no Brasil. Em uma série de artigos[12], discutiu a criação dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro, na antiga UDF e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, buscando compreender: as concepções de História que norteavam a elaboração dos currículos e a constituição do corpo de professores brasileiros; o campo intelectual e historiográfico dentro do qual estava inserida a primeira geração de professores universitários de História; os critérios que presidiram a escolha desses professores; seus perfis, suas trajetórias, suas obras e suas concepções de História e de Geografia; os critérios de escolha dos professores da FNFI e sua ligação com o IHGB e com a Igreja Católica. Como desdobramentos dessas análises, ampliou o recorte

---

[12] Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a Institucionalização dos Cursos Universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006; FERREIRA, Marieta de Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro In: *Universidade e Lugares de Memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 235-268; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os desafios da profissionalização do ensino de História: duas trajetórias de professores universitários. In: ALMEIDA, Marta de e VERGARA, Moema. (Orgs.) *Ciência, História e historiografia*. São Paulo: Rio de Janeiro: MAST, 2008. pp. 175-190.; FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de História. *Revista Estudos Históricos*, n.41, pp.79 - 93, jan./jun. 2008.

cronológico e continuou publicando artigos e o livro *A história como ofício,* voltados para a discussão sobre do curso universitário de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da Universidade do Brasil, entre 1945 e 1968.[13]

Em sua atual agenda de reflexões, Marieta vem se dedicando a duas frentes: ao debate da identidade da disciplina História com vistas a detectar suas alterações e mudanças, ao longo do tempo; e à discussão de como a disciplina pensa seu trabalho na produção de conhecimento e seu papel social e político. Um esforço que não se circunscreve ao âmbito da pesquisa, mas se materializa em seu engajamento como coordenadora nacional do mestrado profissional em Ensino de História, em rede nacional (PROF. HISTÓRIA), apoiado pela Capes, tendo como instituição âncora, o Instituto de História da UFRJ.

Paralelamente a essa intensa atividade como pesquisadora, coordenadora de projetos e à frente de instituições, no exercício do magistério superior na UFRJ, e no programa de Pós-graduação em bens culturais da FGV, Marieta de Moraes Ferreira formou e continua formando uma geração de pesquisadores e professores universitários que, no convívio diário de suas concorridas aulas de graduação e pós e em reuniões de orientação aprenderam o ofício do historiador.

---

[13] Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2013 250 p.; FERREIRA, Marieta de Moraes. O curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, *Revista História Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012, v.1; FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da Força: a ditadura militar e o curso de História da FNFI da Universidade do Brasil, *História da historiografia***.** Ouro Preto: UFOP, nº 11, jan./abril 2013; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e demandas sociais In: *História do tempo presente e usos do passado***.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. FERREIRA, Marieta de Moraes; História Oral: velhas questões, novos desafios. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro (Org.) *Novos domínios da História.* São Paulo: Elsevier, 2012; FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino.* São Paulo: Editora do Brasil, 2009; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e História Oral. In: BONATO, Nailda e XAVIER, Libania (Org.). *A História da educação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.

Eu poderia continuar falando a tarde inteira sobre sua valiosa contribuição intelectual para o campo da História, mas vou concluir. Apenas gostaria de ressaltar que, refletindo sobre a historiografia ou discutindo os itinerários percorridos pelo nosso campo disciplinar, é inquestionável seu legado na busca de alternativas para os desafios teóricos e metodológicos que se colocam na atualidade e criam incertezas para o exercício da nossa profissão, seja como pesquisadores, seja como professores de história. Por tudo o que foi dito, o IHGRJ, uma instituição fundada em 1957, com o compromisso de ser um *locus* de produção e difusão da história e geografia do Rio de Janeiro, muito ganha hoje ao recebê-la no seu quadro de sócios efetivos. Deixo registrada aqui, minhas congratulações e imensa satisfação, como ex-orientanda, coautora de trabalhos e como amiga, em recebê-la nesta Casa e em desempenhar a gratificante missão de saudá-la.

Seja bem-vinda Marieta de Moraes Ferreira.

Recebido em 10 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

A REINVENÇÃO DO RIO: O RIO NÃO É UM MUNICÍPIO QUALQUER

Marieta de Moraes Ferreira[1]

A preeminência de uma cidade sobre as outras, que implica necessariamente centralização e concentração de poder em um ponto do território nacional, não se impõe sem tensão.

O que faz de uma cidade uma capital, além do seu estatuto político? O que acontece quando se perde o estatuto político? São essas questões que pretendemos discutir nesta comunicação.

A transferência da capital federal brasileira para Brasília em 1960, a conversão do Rio em Estado da Guanabara e, posteriormente, em 1975, a extinção do Estado da Guanabara e a transformação da cidade do Rio em capital do novo Estado do Rio de Janeiro trouxeram grande impacto para os cariocas e para a identidade local. Esse processo de descapitalização da cidade do Rio de Janeiro e de perda do *status* de sede da nação e a sua recapitalização não mais como espaço nacional, mas como centro de um novo estado que surgia com a Fusão, provocou inúmeras reações de diversas naturezas, visando responder aos desafios que se colocavam.

Diferentes estratégias foram usadas para enfrentar esses desafios. Nos primeiros momentos, procurou-se privilegiar as políticas culturais e memoriais que objetivavam articular o uso de memórias da cidade e o seu patrimônio cultural, visando influenciar a sedimentação de novas identidades políticas. No segundo momento pós-fusão, (1975) as lutas vão se voltar para a esfera política no sentido de evitar perdas econômicas e administrativas.

---

[1] Professora Titular do Instituto de História da UFRJ. Pesquisadora bolsista do CNPq. Pesquisadora sênior da FGV. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

Com a transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro ganhou um novo *status* político, passando a se constituir em cidade-estado, então denominado Estado da Guanabara. Durante os quinze anos que a cidade do Rio de Janeiro usufruiu desse novo *status*, de cidade-estado teve um governo provisório com José Sette Câmara e três governadores eleitos: Carlos de Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas.

Especialmente a gestão de Carlos Lacerda atuou para reelaborar esse novo lugar que o Rio passava a ocupar, alterando a trajetória da cidade, que até então tinha sido centro político da nação. Mesmo com essa mudança institucional, a Guanabara não abriu mão de garantir uma posição especial, buscando constituir-se em capital cultural do País. Inúmeros investimentos culturais foram desenvolvidos com o intuito de reelaborar a identidade carioca, mas preservando essa característica de ser "um espaço fundamentalmente nacional", e onde seriam debatidas "as questões de interesse geral da nação".

Com esse projeto, Lacerda definiu sua agenda governamental com objetivo de preservar o papel do Rio de "vitrine da nação". Em todos os pronunciamentos do governador, era perpetuada a força distintiva do Rio como capital cultural, construída ao longo de mais de 150 anos, e tendo como importante marco fundador a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil .

Capital do Brasil Colônia desde 1763, sede da Corte Portuguesa desde 1808, do Governo Imperial desde 1822 e Capital da República a partir de 1889, durante muito tempo o Rio foi o principal palco e a caixa de ressonância dos empreendimentos culturais, científicos e políticos do país. Em decorrência, e ao longo da história, viria a ser identificado como "um espaço fundamentalmente nacional", no qual políticos das mais variadas procedências, "independentemente de onde anteriormente vivessem e/ou atuassem politicamente", se destacariam como porta-vozes de questões de interesse geral da nação[2].

---

[2] Ver SILVA (2005: 96).

Como centro do poder político nacional, o Rio era também a capital cultural brasileira, abrigando as mais importantes instituições culturais do país, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras. Lugar, por excelência, onde o sentimento de nação se concretizava, o Rio foi palco de muitos eventos que, longe de serem parte somente de sua história regional, integraram uma "história nacional". Em suma, o Rio de Janeiro preenchia todos os requisitos para ser uma cidade nacional, não identificada especificamente com qualquer das regiões do país, mas, de forma ampla, com a nação brasileira.

Segundo Jose Honório Rodrigues, à ocasião da Independência, a integridade territorial do Brasil encontrava-se ameaçada, pelas divergências entre as capitanias que o formavam. Não havia no país um sentimento de unidade e consciência nacional. Nesse momento, o Rio Capital passaria a constituir-se como o centro de comando da vida brasileira, sua imagem consolidando-se, paulatinamente, como a de um lugar que engendrava e representava a unidade nacional[3].

Passado mais de um século, porém, com a da transferência da Capital Federal para Brasília, abrir-se-ia um período de questionamentos a respeito de qual seria a melhor solução para o Rio de Janeiro, ao ser deslocado de seu lugar de destaque entre as demais cidades do país. O Rio se tornaria uma cidade como outra qualquer?

Na década de 1960, pois, no momento em que a cidade perdia a prerrogativa de ser a Capital política do país, a preservação e revalorização do seu *status* de capital cultural passaria a ocupar a ordem do dia da agenda governamental. Nesse sentido, Carlos Lacerda daria início a uma série de obras, em diferentes âmbitos, visando conferir ao recém-criado Estado um caráter de modernidade, ao mesmo tempo que investiria na valorização da memória local identificada ao nacional.

---

[3] RODRIGUES (1982:15) *apud* VERSIANI (2007: 9).

Entre outras realizações, Lacerda promoveu a remoção de favelas, com a consequente criação da Vila Kennedy e da Cidade de Deus; a conclusão dos viadutos dos Marinheiros, Fuzileiros, Saint-Hilaire, Engenheiro Noronha e do Túnel Santa Bárbara; a abertura do Túnel Rebouças e a construção da maior parte do Aterro do Flamengo, sobre o qual foi formada a mais extensa e completa área de lazer da cidade, o Parque do Flamengo, situado junto à orla da Baía de Guanabara.

Na esfera da cultura, Lacerda mostrou-se especialmente interessado em revitalizar atividades que garantissem o lugar da antiga cidade do Rio de Janeiro como capital cultural. Entre as iniciativas, foram criados: a Sala Cecília Meireles, o Museu da Imagem e do Som (MIS), a Fundação Vieira Fazenda (instituição destinada a administrar a memória e o patrimônio cultural do Rio), o Museu do Primeiro Reinado, o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e o Museu do Teatro do Fantoche, sendo realizada também a aquisição do Parque Lage.

A ideia que presidiu grande parte dessas iniciativas foi reaproveitar antigos edificios ligados à história da cidade do Rio de Janeiro, para dotá-los de novos usos e significados. A Sala Cecilia Meireles, por exemplo, ocuparia o antigo edifício do Cine Colonial, localizado no Largo da Lapa. Desapropriado pelo governo da Guanabara, o cinema foi transformado, em 1965, em um grande salão de concertos e conferências, sendo batizado como Sala Cecília Meireles em homenagem à escritora à época concedorada pelo conjunto de sua obra com o Prêmio Machado de Assis, concedido pela Academia Brasileira de Letras[4].

Do mesmo modo, o trabalho de montagem do Museu da Imagem e do Som (MIS) foi realizado ao longo de todo o governo Lacerda, sendo escolhido para sua sede o prédio construído, em 1922, para abrigar o pavilhão do Distrito Federal na Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil – edifício

---

[4] Mais informações em http://www.centrodacidade.com.br/cultura/Textos/salacm.htm e http://www.lanalapa.com.br/estabelecimentoDetalhe. asp?qiNuEs--tab=15 (acesso em 01/02/2007).

que, desde então, teria funcionado também como Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia e, posteriormente, Serviço de Registro de Estrangeiros.

O MIS nascia com a finalidade de ser um "centro de documentação audiovisual da memória carioca"[5], sua construção reunindo importantes atributos para sediar o Museu, por não ser simplesmente um espaço físico mas, também, um espaço que "contava" algo da história da cidade do Rio de Janeiro, fazia parte dessa história.

Com igual orientação e motivação, seria desapropriado por Lacerda outro edifício da antiga Capital do Brasil, a Casa da Marquesa de Santos, localizada em São Cristóvão, agora visando à criação do Museu do Primeiro Reinado. A justificativa era a construção possuir "significação histórica e valor artístico comprovados", pois havia sido tombada pelo Serviço de Patrimônio Artístico e Nacional em 1938[6].

Se a transferência da capital para Brasília representou uma grande mudança na vida da cidade, com a Fusão do então Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, concretizada em primeiro de Julho de 1974, com a Lei Complementar nº 20, o Rio iniciou uma nova etapa de sua trajetória, então como município, e passou por um novo processo de redefinição de sua identidade, que carregava consigo antigas projeções, símbolos revividos e rejeitados.

Um novo tempo: de Cidade-Estado à Municipio

O novo município do Rio de Janeiro já nasceu enfrentando o desafio de lidar com a tendência de concentração do poder de decisão e de gestão de recursos nas esferas administrativas superiores. Na prática, o município se efetivava envolvido em disputas relacionadas à redistribuição de recursos, de poderes e de competência, que demonstravam uma posição de dependência financeira e política em relação às instâncias estadual e federal. Um território até então submetido a

---

[5] DIAS (2003: 209).

[6] Decreto n.º 361. Publicado no *Diário Oficial da Guanabara* – Parte I – Ano II – n.51, sábado, 04 de março de 1961.

apenas uma jurisdição regional, a do Estado da Guanabara, com a fusão ficava sujeito a duas autoridades distintas: a do novo estado e a do recém-criado município.

Essa nova situação provocou intensos debates que duraram de julho de 1974 até 1977, quando finalmente foi instalada a Câmara dos Vereadores. Os argumentos veiculados pelos meios de comunicação e setores da elite carioca baseavam-se na noção de que a fusão não teria reservado ao município do Rio de Janeiro um *status* satisfatório e compatível com o papel histórico da *"muito leal e heroica cidade"*.

O primeiro ponto que se destacava nessa afirmação é que com a posse do novo governador Francisco Faria Lima e do prefeito Marcos Tamoyo, ambos indicados, era a submissão do novo município à esfera estadual, que teria a atribuição da administração financeira do município, inclusive com as funções de arrecadar e fiscalizar tributos municipais.

Um segundo ponto objeto de muitas críticas era que a função legislativa do município seria exercida pelo chefe do governo estadual até que entrasse em vigor a nova constituição do Estado, e que o poder legislativo do município fosse constituído. Como o processo de implantação do município só se completou com a instalação da primeira Câmara dos Vereadores em 1º de fevereiro de 1977, por um período longo, as vozes locais não seriam ouvidas.

Já nas primeiras semanas de funcionamento da Câmara, o posicionamento do prefeito Marcos Tamoyo foi duramente atacado por um grupo de vereadores do MDB. O questionamento principal era contra a interpretação dada pelo governo do Estado à lei que determinava a transferência de recursos do município do Rio de Janeiro. Nesse cenário, tornaram-se claras as dificuldades de arranjo político envolvendo um tema fundamental: a atuação do prefeito indicado, Marcos Tamoyo.

Nesse novo contexto, a cidade do Rio de Janeiro precisava, mais uma vez, redefinir suas linhas de atuação. O município recém-criado não aceitava facilmente o esquema de comando político e a

relação de subordinação com a esfera estadual. Na luta para ampliar sua autonomia e nas disputas de poder, o município usava recursos políticos variados: a tradição da cidade como centro político, a penetração na opinião pública nacional, seus poderosos canais de comunicação, sua posição de polo econômico e seus personagens da política local.

As divergências em torno das competências e atribuições das esferas municipal e estadual colocavam em conflito a elite política local e as instâncias federais e estaduais. O que se destaca nesses conflitos era a posição dos vereadores cariocas buscando sempre ressaltar o entrelaçamento da história da cidade do Rio de Janeiro com a história do país. Nos discursos do Legislativo, tornava-se explícito que a imagem do Rio de Janeiro era fruto do cruzamento da história e da memória da cidade. Preocupados em emitir opinião diante das grandes questões nacionais, os vereadores cariocas mostram-se tomados por uma visão característica dos moradores da cidade, que era defender que o Rio era o centro do Brasil. Influenciados por uma herança cultural e histórica que passava pela noção de "capitalidade", essa parte da elite carioca agia no sentido de construir uma identidade coletiva vinculada à imagem de "centro", "vitrine" e "espelho" do país. .

Num depoimento sobre o tema, Francisco Melo Franco, ex-secretário de planejamento do Estado da Guanabara, assim descreveu os primeiros anos do governo pós-fusão: "Logo no começo fiquei muito deprimido porque, já em sua primeira entrevista, o novo governador disse mais ou menos o seguinte: 'Não vejo por que dar prioridade para o Rio de Janeiro, que é um município como outro qualquer'. O Rio de Janeiro faz parte da história mundial. Como pode ser um município qualquer?! (...) Então, a grande cidade histórica brasileira, a honra do Império e da República, estava de pires na mão, e o prefeito achava graça?! Aquilo me humilhava, ainda mais porque tínhamos deixado a Guanabara bonita, bem-vestida, bem penteada, perfumada...". (Motta, 2001, p. 139).

Um trecho de uma entrevista do ex-prefeito do Rio Israel Klabin, também reforça esse tipo de visão: "Não tenho a menor dúvi-

da de que a fusão representou o fim da identidade carioca: uma cidade com identidade própria, visão cosmopolita, a porta de entrada e saída do país, o centro do poder, a elite administrativa do país; isso tudo foi perdido. Primeiro, houve a transferência da capital, mas o Rio conseguiu recuperar sua identidade com o Estado da Guanabara. A partir da fusão, acabou." (Motta, 2001, p.204.).

Esses depoimentos nos revelam as percepções e valores de dois personagens que estavam diretamente inseridos no contexto da criação do município do Rio de Janeiro. Suas palavras revelam o enraizamento de crenças comuns sobre a posição do Rio de Janeiro. Os sentimentos expressados traziam à tona todo o conjunto de características vinculadas à identidade da cidade. Seu passado heroico e imponente contrastava com o sentimento de humilhação e de perda do momento vivido. Mas os depoimentos também silenciavam sobre os momentos de dissabores e dificuldades dos tempos de capital federal e os ônus que aquela situação trazia.

Ao retomarmos a análise da trajetória do Rio de Janeiro, fica evidente as rupturas no *status* político da cidade. Tanto o momento da transferência da capital para Brasília quanto a passagem de Estado da Guanabara para município romperam com a continuidade que havia marcado a cidade por um longo tempo como centro da nação. Essas rupturas e transformações concretizaram um processo duplo de descapitalização. Exigiu a reelaboração de símbolos que pudessem evocar imagens relacionadas com esse passado visto como grandioso. A falta de previsibilidade futura gerava um sentimento de insegurança e uma urgência na busca de elos com o passado no intuito de construir uma nova identidade coletiva. A recuperação dessas memórias e dos símbolos de diferentes momentos do percurso da cidade, seja como capital da república, ou como cidade Estado da Guanabara, foi marcada por uma seleção de elementos que evocassem uma Idade de Ouro, e um silenciamento sobre a falta de autonomia, sobre as intervenções do governo federal que marcaram a vida política de capital.

O sentimento de não estar mais vinculado àquele passado é que fez crescer a necessidade de apropriação de suas marcas. O novo

momento exigia uma reinvenção da capitalidade do Rio em virtude da perda da condição "especial" que havia sido garantida com o Estado da Guanabara, e que agora desaparecia com a municipalização. Daí as manifestações, na época, de indignação: "O Rio não é um município qualquer."

Após 40 anos, a cidade do Rio soube se reinventar, guardando suas tradições de capitalidade, sua característica fundamental de síntese da nacionalidade brasileira e ocupando, ao mesmo tempo, seu espaço como centro regional no contexto do Brasil e de um mundo globalizado no século XXI.

Referências bibliográficas

FERREIRA , Marieta de Moraes. *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. 2.ed.

MOREIRA, Marcela G. *A leal e heroica cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. PPGHIS, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, Marly e Sarmento, Carlos Eduardo(org). *A Construção de um Estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

KUSHINIR, Karina. *Politica e mediação cultural; um estudo da câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

Recebido em 10 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XVII

Paulo Carneiro da Cunha [1]
Carlos Eduardo de Almeida Barata [2]

Serzedello Corrêa – litografia de C. Wiegandt (Pará) in Polyanthéa.
Acervo IHGB.

INNOCÊNCIO SERZEDELLO CORRÊA

(24.07.1909 – 16.11.1910)

Nascido no Pará em 16.06.1858, filho de Ambrósio Pinheiro Corrêa e de Carolina Serzedello. Matriculou-se na Escola Militar como praça a 12.01.1874, passando a alferes aluno em 18.01.1878, galgando sucessivas promoções até atingir o posto de tenente-coronel efetivo em 7.04.1892. Por ocasião da Revolta da Armada, esteve preso na

---

[1] Ex-sócio efetivo do IHGRJ e ex-presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia – CBG, (†). Revisado pelo sócio efetivo do IHGRJ e primeiro-secretário do CBG, Victorino Chermont de Miranda.

[2] Sócio do CBG e do IHGB, (†).

Fortaleza da Conceição e pediu demissão do Exército (1893), mas a ele retornou, por lei especial do Congresso Nacional, em 21.09.1900, sendo promovido a coronel efetivo e, posteriormente, a general de brigada, posto em que se reformou em 8.11.1910.

Possuía o curso de engenheiro militar pelo regulamento de 1874 e doutorou-se em matemática e ciências físicas. Foi lente interino da Escola Militar e catedrático de Biologia.

Com a proclamação da República, foi nomeado por Deodoro governador e comandante de armas do Paraná (1890) e eleito, no mesmo ano, deputado à Constituinte de 1891 e à 1ª legislatura do Congresso Nacional pelo Pará, renunciando, em 1892, ao mandato para assumir o cargo de ministro do Exterior no governo Floriano Peixoto, ocupando, posteriormente, as pastas da Agricultura e Fazenda. Quando titular desta última, foi um dos principais responsáveis pela criação do Tribunal de Contas da União.

Em 1895, voltou à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal, sendo eleito, por seu estado natal, para as legislaturas de 1897 a 1902, e pelo Mato Grosso para as de 1906 a 1908. No governo Nilo Peçanha, exerceu as funções de prefeito do Distrito Federal, tendo se empenhado na urbanização de Copacabana, Gávea, Santa Teresa, Tijuca, São Cristóvão e Vila Isabel. Em 1912, foi reeleito deputado federal pelo Pará.

Atuou também na imprensa e publicou os livros *Pró-Acre* e *Brasil Econômico.*

Faleceu no Rio de Janeiro em 5.06.1932, tendo sido sepultado no Cemitério S. João Batista e, posteriormente, trasladado para Belém, estando seus restos mortais depositados no Centro de Memória que leva seu nome, na sede do Tribunal de Contas do Estado do Pará, na praça que igualmente o homenageia.

Casou-se, em 17.01.1906, em casa à Rua Cosme Velho, número 49 – Rio de Janeiro [Engenho Velho, 14.º, 57], com Armandina Eulina Savard de Saint Brisson, nascida em 26.03.1872, no Rio de Janeiro (Lagoa, 8.º, 49v) e falecida em [?]. 03.1968, no Rio de Janeiro, RJ,

filha de Charles Victor Savart de Saint Brisson e de Guilhermina Elisa de Lima Moreira Octaviano.

Pais de:

I.1 – **Armando de Saint Brisson Serzedello Corrêa**
Nascido no Rio de Janeiro e falecido em novembro de 1996. Advogado.

I.2 – **Jayme de Saint Brisson Serzedello Corrêa**
Nascido a 01.03.1909, no Rio de Janeiro (Engenho Velho, 29.º, 56) - bat. a 12.09. Falecido em 07.1983, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Advogado.
Casado, a 06.07.1935, no Rio de Janeiro, RJ [Sagrado Coração, 5.º, 116 - e Copacabana, 3.º, 326], com Luzia Helena Velasco Portinho, nascida a 13.08.1914, no Rio de Janeiro (São Cristóvão, 24.º, 19) - bat. a 13.08.1916, e falecida em Brasilia, DF. Filha de Francisco Gomes Sertório Portinho e de Maria Velasco.
Pais de:

II.1 – **Carlos Victor Portinho Serzedello Corrêa**
Nascido a 29.04.1936. Casado com Heloisa Beatriz Rodrigues Pereira Belchior, nascida a 20.12.1937 , filha de Evandro Bastos Belchior e de Heloisa Isabel Cordeiro Rodrigues Pereira.
Pais de:

III.1 – **Marcos Belchior Serzedello Corrêa**
Nascido a 31.07.1961

III.2 – **Claudio Belchior Serzedello Corrêa**
Nascido a 29.10.1963

II.2 – **Gisele Loise Serzedello Corrêa**
Nascida em 1939. Casada com Claudio Franco de Sá Santoro, nascido a 23.11.1919, em Manaus, Amazonas, e falecido a 27.03.1989, em Brasília-DF.
Pais de:

III.1 – **Gisèle Loïse Serzedello Corrêa Santoro**

III.2 – **Alessandro Serzedello Corrêa Santoro**

III.3 – **Cláudio Raffaello Serzedello Corrêa Santoro**

II.3 – **Jayme Portinho Serzedello Corrêa**
Casado com Silvia Malan

II.4 – **Cesar Serzedello Corrêa**

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (1899 a 1917)*. São Paulo: s.n., 1918, v.1, pp. 74-76.

BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986, pp. 197-203.

REGO, Clovis de Morais. *Serzedello Corrêa:* homem de pensamento. Belém: CEJUP, 1989.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Serzedello_Corrêa. Acesso em 20.06.2016.

Iconografia

Litografia de C. Wiegandt, Pará. Col. do IHGB, Rio de Janeiro.

Recebido em 10 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

RESENHAS

CAVALCANTE, R.B.R.M, Irenilda FERNANDES, Neusa, MARTINS, Rosilene de Cássia Coelho, *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense*. Rio de Janeiro: IHGV, 2016[1]

UMA RADIOGRAFIA DA ELITE SENHORIAL

Adelto Gonçalves[2]

De onde veio a elite senhorial brasileira? De Portugal, claro. Mas não de Lisboa. Veio, isso sim, em grande parte, do Norte de Portugal e das ilhas açorianas. Na maioria, os fundadores das famílias que constituíram a aristocracia rural, da qual resultaram alguns influentes políticos que ainda hoje se destacam no cenário nacional, chegaram aqui com uma mão na frente e outra atrás, em busca da chamada "árvore das patacas". À custa de muito esforço, obtiveram sesmarias, escravizaram indígenas e tornaram-se latifundiários, escravocratas e capitalistas, ou seja, "homens bons" no século XVIII. Quase todos seriam pessoas de escassas letras.

Quem duvida que procure ler o *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense*, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras (IHGV) e pela Prefeitura Municipal de Vassouras, com o apoio da Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelas historiadoras Irenilda R.B.R.M. Cavalcanti, Neusa Fernandes e Roselene de Cássia Coelho Martins, com a colaboração de mais 21 pesquisadores, dentre os quais se destacam Antonio Henrique Cunha Bueno e Carlos Eduardo Barata, autores do *Dicionário das famílias brasileiras* (São Paulo, Editora Ibero-Americana, 1999).

Quem tiver a sorte de colocar as mãos nesse livro vai conhecer um trabalho pioneiro sobre seis municípios fluminenses – Vassouras,

---

[1] Apresentação de Carlos Wehrs, membro emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

[2] Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP).

Barra do Piraí, Campos dos Goitacazes, Barra Mansa, Resende e Volta Redonda –, que recupera a história de 45 famílias tradicionais, além de reunir informações sobre instituições culturais, políticas, educacionais e religiosas. Constitui ainda importante conjunto patrimonial e histórico da época áurea do café que, no século XIX, marcou os destinos do Vale do Paraíba Fluminense.

Uma importante família foi a Andrade, que teve início na região com a chegada, em 1751, de Cristóvão Rodrigues de Andrade, natural do lugar de Nogueira da Costa na freguesia de São Pedro, bispado do Viseu, que fica no encaixe entre o Centro e o Norte de Portugal. Outra foi a Antunes Moreira, cujo patriarca no Brasil foi Manuel Antunes Aldeia, natural da Aldeia da Ponte, termo da Vila dos Alfaiates, na Guarda.

II

Uma família que não se destacou por sua riqueza, mas que ficou bastante conhecida no Brasil, foi aquela iniciada por João Augusto Soares Brandão (1844-1921), nascido no povoado de Lomba da Maia, na ilha de São Miguel, nos Açores, aliás, a mesma terra do avô materno deste resenhista, cujo pai era natural do lugar de Peias, freguesia (hoje vila) de Carvalhosa, no concelho de Paços de Ferreira, Norte de Portugal.

Brandão adquiriu as primeiras letras no Brasil, tendo trabalhado como caixeiro em uma padaria e charuteiro no centro do Rio de Janeiro, antes de seguir a carreira artística, o que se deu depois de assistir a várias peças do grande ator João Caetano (1808-1863). Atuou em companhias mambembes que percorriam as cidades do interior do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em 1883, passou a morar em Vassouras, apresentando-se no teatro local. Um de seus rebentos foi o célebre ator e comediante Brandão Filho (1910-1998).

Uma família que se destacou em Vassouras foi a de Benjamin Benatar (1809-1859), que nada tinha de português. Era natural do Gibraltar, Marrocos. Chegou ao Brasil em 1829, instalando-se em Vassouras, em 1838, como dono de botequim, com jogo de bilhar, e

venda de secos e molhados. Casou-se em 1841 no Rio de Janeiro com a paulista Brites Maria da Costa Gavião. Foi um dos comerciantes mais prósperos da cidade, mas o episódio que o marcou para sempre foi a opção no leito de morte de morrer como judeu. Por isso, embora fosse participante da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, foi-lhe negada sepultura no único cemitério da cidade.

Curiosamente, a família de Vassouras mais conhecida também não era totalmente de origem portuguesa: Lacerda Werneck, da aristocracia rural cafeeira, do qual descendia Carlos Frederico Werneck Lacerda (1914-1977), jornalista, fundador do jornal *Tribuna da Imprensa* e da Editora Nova Fronteira, do Rio de Janeiro, deputado federal e governador do Estado da Guanabara (1960-1965), que teve importante papel na articulação do golpe civil-militar de 1964, até que, mais tarde, decidiu romper com a ditadura (1964-1985). Teve início esta família com Johan Werneck (c.1670-1722), que se declarava de nação alemã, embora haja uma corrente de historiadores que indica esta linhagem como de origem irlandesa.

Ao contrário do seu filho Carlos, expoente do pensamento conservador, o tribuno e escritor Maurício de Lacerda (1888–1959) destacou-se como advogado defensor de operários anarquistas e comunistas. Era o ex-governador também neto paterno do magistrado Sebastião Gonçalves de Lacerda (1864-1925), ministro do Supremo Tribunal Federal (1912) e ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Prudente de Morais (1894-1898). Sua mãe foi Olga Caminhoá Werneck (1892-1979). Embora nascido no Rio de Janeiro, Carlos Lacerda foi registrado em cartório de Vassouras e sempre esteve muito ligado à cidade. Como o pai e os tios Paulo Lacerda e Fernando Paiva de Lacerda, foi comunista até 1939, período em que combateu a ditadura de Getúlio Vargas. Naquele ano, rompeu com o movimento, depois de concluir que aquela doutrina levaria "a uma ditadura pior que as outras, porque muito mais organizada".

III

Uma vassourense ilustre foi Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930), mulher avançada para o seu tempo, que viveu sua infância e

adolescência numa bela residência senhorial conhecida como a Casa da Hera. Recebeu educação esmerada, apreciava literatura, lia Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e contos de Edgar Allan Poe (1809-1849).

Viveu um romance de 14 anos com Joaquim Nabuco (1849-1910), advogado, herdeiro de latifundiário pernambucano e defensor da liberdade para os escravos, grande tribuno e jornalista combativo, que despertava a ira dos conservadores que o consideravam um "arrogante mulato nordestino e perigoso abolicionista", segundo a historiadora Neusa Fernandes. Aliás, quem quiser conhecer a fundo a história desse romance deve procurar ler o livro *Eufrásia e Nabuco* (Rio de Janeiro, Mauad, 2012), da historiadora Neusa Fernandes, que teve acesso à longa correspondência trocada entre os amantes.

O *Dicionário* também inclui verbetes dedicados ao chefe quilombola Manoel Congo, que teve seu memorial inaugurado em 1996. Manoel Congo, com sua companheira Mariana Crioula, liderou uma rebelião que envolveu mais de 300 escravos em novembro de 1838. Sufocada a rebelião, Manuel Congo foi enforcado em 1839. O memorial, um modesto monumento, hoje pode ser visto no antigo Largo da Forca, localizado no bairro da Pedreira, a 100 metros do centro histórico de Vassouras. Sobre o quilombo de Manoel Congo, Carlos Lacerda publicou em 1935 um livreto assinado sob o pseudônimo Marcos.

Epifânio Moçambique, outro líder da revolta de escravos ocorrida em 1838, é também recordado em verbete. Coube ao coronel-chefe da Legião da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, também senhor de escravos e proprietário de fazenda de café, organizar a grande força policial que sufocou a revolta.

IV

Neusa Fernandes é historiadora, museóloga e pós-doutora em História e Literatura. Pós-doutora em Museologia. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da UniRio. É sócia efetiva do IHGV e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de autora de dezes-

seis livros de História e de Museologia, entre os quais *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII* (Rio de Janeiro, Mauad, 3ª ed., 2014), outra obra imperdível para historiadores e estudantes de História.

Irenilda Cavalcanti é doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora adjunta e coordenadora dos cursos de mestrado e graduação em História da Universidade Severino Sombra (USS), de Vassouras. Sócia do IHGV, é autora de capítulo do livro *História Urbana: memória, cultura e sociedade,* publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Roselene de Cássia Coelho Martins é graduada em História e pós-graduada em História do Brasil pela USS, com mestrado em História Social pela mesma instituição. Sócia-fundadora do IHGV, é consultora e pesquisadora em História na área de Arqueologia (em sítios urbanos e rurais) e Arquitetura de patrimônios tombados.

Recebido em 23 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

FALCI, Miridan Bugyja Britto. *A Casa Rosa do Leblon; vida e costumes de uma família do século XX*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016. 280p. Il.

Paulo Knauss[1]

O livro *A Casa Rosa do Leblon* surge com lugar especial na historiografia carioca ao tomar o bairro como referência para a história da cidade. O livro mistura pesquisa e memória pessoal ao tratar a história da família da autora que se confunde com a história da casa que passou a abrigar a família a partir de 1954. Conforme a leitura revela, a família se instalou no Leblon depois de residirem no bairro do Grajaú, transferindo-se da Zona Norte para a Zona Sul. Sonhavam, inicialmente, com uma casa em Copacabana, mas numa época em que na região as casas desapareciam e davam lugar aos edifícios de apartamentos. A casa no Leblon, na rua Sambaíba 555, surgiu como alternativa. Seguramente, o ponto privilegiado do Alto Leblon foi decisivo. A Casa Rosa do Leblon era dominada por uma vista do mar das praias do Leblon, Ipanema e Arpoador, e das janelas dos quartos era o morro dos Dois Irmãos que impunha sua presença. Tudo isso antes da verticalização das edificações, que terminaram por encurtar os horizontes da vida na cidade.

Buscando contextualizar historicamente a trajetória da família e de seus membros que habitavam a casa que se torna o personagem principal do livro, Miridan Bugyja Britto Falci termina por construir aproximações que caracterizam a história da vida social de classe média na cidade, retratando as transformações sociais do Rio de Janeiro no século XX. Destaca-se que a originalidade do estudo está justamente nesse enfoque da história do bairro que é raramente explorado na historiografia carioca.

---

[1] Doutor em História, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e diretor do Museu Histórico Nacional.

A história da cidade do Rio de Janeiro como objeto de estudo tem como marco consagrador o famoso livro de Joaquim Manoel de Macedo (1820 -1882), *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, que resultou da reunião de suas crônicas que surgiram, primeiro, nas páginas do *Jornal do Commercio* entre os anos de 1862-63. Sua publicação antecedeu ainda as crônicas de *Memórias da Rua do Ouvidor*, publicadas no mesmo jornal no ano de 1878. As duas obras marcam a dedicação à história urbana de Joaquim Manoel de Macedo. A qualidade do cronista histórico fez Astrojildo Pereira comentar: "São dois livros de leitura agradável, creio mesmo que bem mais agradável e até mais proveitosa, ainda hoje, do que a dos seus romances." O comentário relaciona os dois livros de história da cidade de Joaquim Manuel de Macedo com sua obra literatura, uma vez que ainda nos dias de hoje o escritor costuma ser mais lembrado por títulos como *A Moreninha*, um dos romances mais conhecidos da literatura brasileira do século XIX. Além disso, cabe anotar que as crônicas de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* surgiram também na sequência da publicação, em 1861, de *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, que se tornou o mais importante manual escolar de história do século XIX no Brasil e que fez de Joaquim Manoel de Macedo um dos mais notórios professores de História do Brasil do seu tempo na cidade do Rio de Janeiro.

Importa destacar que em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, o escritor nos serve de guia na condição de narrador, fazendo do bonde o elemento de condução pelo espaço urbano, levando o leitor a ter contato com os monumentos e instituições que caracterizam na perspectiva histórica a cidade de modo abrangente. Assim, o percurso do narrador em deslocamento atravessa várias freguesias da cidade, seguindo o padrão jurisdicional da cidade na época, concentrando-se no seu núcleo urbano, deixando de fora os arrabaldes. Aos olhos de hoje, esse recorte pode parecer demasiado restrito, considerando a expansão urbana que constituiu a cidade atual, mas na altura a narrativa se definia pela abrangência geral do espaço urbano. O que se pode salientar é que aos olhos de hoje não seria demasiado ver o livro como uma obra sobre a história do Centro da cidade como bairro, ainda que não se possa deixar de levar em conta que esse nunca foi o enfoque

propriamente dito do autor. A medida da cidade daquela época é distinta da escala urbana expandida de tempos posteriores. Ainda que o Centro da cidade fosse o seu território da cidade, Joaquim Manoel de Macedo não se pautava pela escala do bairro, isto é certo.

Por outro lado, em seu segundo livro sobre a história urbana do Rio de Janeiro, *Memórias da Rua do Ouvidor*, Joaquim Manuel de Macedo definiu a rua como a escala para a compreensão da cidade. A partir da história e da vida social da rua mais movimentada do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX é que o escritor oitocentista apresentou a sua leitura mais acurada da experiência urbana.

O que interessa sublinhar nesse caso é que Macedo inaugurou não apenas a abordagem histórica da cidade, afirmando um gênero narrativo específico que se pode chamar de crônica histórica, mas estabeleceu dois enfoques sobre a história da cidade: de um lado, uma abordagem integral e abrangente da cidade e sua história; e, de outro lado, apresenta uma leitura da cidade a partir da história da rua. O que se pode acrescentar é que os dois recortes indicam claramente o interesse do autor em compreender a construção da vida social urbana, buscando caracterizar a singularidade de sua ordem social, estabelecendo nexos entre relações sociais e instituições. Mesmo do ponto de vista abrangente, fica excluído do enfoque de Macedo a interrogação sobre os arredores e arrabaldes da cidade e mesmo sobre elementos típicos de transição entre o rural e o urbano, como as chácaras que demarcaram tão bem o que era próprio da condição urbana do Rio de Janeiro oitocentista.

O legado da obra de Joaquim Manoel de Macedo definiu claramente balizas para a constituição de uma tradição historiográfica da cidade do Rio de Janeiro que se estende ao menos até a geração de Vivaldo Coaracy (1882-1967), autor, entre outros, de *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, publicado originalmente em 1955, e de Brasil Gerson (1904-1981), com sua *História das Ruas do Rio de Janeiro*, com edição emblemática de 1965, ano do 4º Centenário da cidade. O fato de que essas obras continuam com novas edições recentes demonstram como essa tradição historiográfica que conduz ao modelo

de Joaquim Manoel de Macedo ainda persiste e conduz a leitura da história da cidade.

Genericamente, o que cabe frisar é que na bibliografia carioca, de um modo geral, a história dos bairros não se constituiu como tradição de abordagem.

Essa avaliação seria incompleta se deixássemos de valorizar a contribuição original do livro *História da Ilha do Governador*, de Cybelle de Ipanema, lançado originalmente em 1991 e reeditado em 2013. Sua reedição denota o interesse renovado por seu enfoque, que impõe na pauta historiográfica a abordagem da história do Rio de Janeiro a partir de uma abordagem que busca o foco a partir de uma região da cidade que possui uma história singular em relação ao núcleo urbano mais antiga e central. A Ilha do Governador não é propriamente um bairro da cidade, pois contém vários bairros no seu interior. Sua geografia insular condicionou um contexto de evolução urbana peculiar. Essa mesma tendência a abordar a cidade a partir de uma região com desenvolvimento peculiar, distinto do quadro do núcleo urbano central, e de urbanização mais recente, se apresenta também no conhecido título *O sertão carioca*, de Magalhães Corrêa, e publicado originalmente em 1936, abordando a história da planície de Jacarepaguá, outra região da cidade em que se desenvolveu a vida de vários bairros. O interesse desses dois estudos está justamente em visitar a história da cidade a partir de um enfoque alternativo que revela a diversidade da experiência carioca, valorizando sub-regiões do município do Rio de Janeiro. De todo modo, também nesses casos, ainda que a área central não seja o centro da atenção, buscando o estudo dos arrabaldes, o bairro não se constitui como foco da análise histórica da cidade.

Em contraponto, ainda que na historiografia carioca seja possível constatar que a história dos bairros não se constitui como tradição, não se pode dizer que a história dos bairros não tenha se constituído como referência para abordagens não historiográficas do passado da cidade. Na imprensa carioca das décadas de 1950 e 1960, a história do bairro de Copacabana, por exemplo, se tornou uma referência fundamental para a crônica jornalística. Sem dúvida, *Ai de ti Copacaba-*

na, lançado por Rubem Braga em 1962, com 60 crônicas escritas e publicadas entre abril de 1955 a fevereiro de 1960, serve não apenas para caracterizar as marcas do gênero narrativo que contribuiu para pensar e discutir a cidade numa certa época, mas expressa igualmente um ponto de vista de abordagem da cidade que tem a história do bairro como eixo fundamental. Nessa linha de cronistas cariocas, a lista poderia ser sempre estendida, mas qualquer uma ficaria incompleta sem menção à obra de Sergio Porto (1923-1968), o autor que também fez do bairro o eixo de seu pensamento sobre a cidade. *A casa demolida*, livro de 1963, reúne crônicas que traduzem as transformações históricas do bairro a partir da pena talentosa do cronista diário. Mas é no seu livro mais difundido recentemente, *As Cariocas*, de 1967, que os bairros fazem a diferença para pensar a cidade, pois a alma de cada uma das personagens que desfilam em suas crônicas está definida pelo seu bairro de origem. Claudia Mesquita, em seu livro *De Copacabana à Boca do Mato*, identifica esse ponto de vista original de Sergio Porto e que se consolida na construção de seu alterego Stanislaw Ponte Preta, habitante da Boca do Mato, que contrapõe sua experiência da Zona Norte à da Zona Sul, por exemplo, nas crônica reunidas no livro *Tia Zulmira e Eu*, do ano de 1961. Portanto, não é demasiado arriscado dizer que a crônica jornalística que se instala na imprensa carioca depois da Segunda Guerra Mundial consagra, na passagem da década de 1950 para a de 1960, a leitura da cidade a partir de seus bairros e organiza um certo modo de pensar a história urbana.

Tal como a historiografia já nos apresentou, a história dos bairros cariocas supera a antiga organização municipal baseada na jurisdição das freguesias religiosas. A constituição dos bairros caminha junto com a expansão urbana do fim do século XIX e início do século XX, que se relaciona especialmente com os empreendimentos imobiliários acompanhados dos investimentos na expansão da malha do transporte público baseado nos bondes. Seu contraponto são os bairros que se desenvolveram a partir da instalação de complexos fabris complementados por suas vilas operárias. A história dos bairros tem ainda seu corolário na constituição dos bairros suburbanos que se organizaram a partir da expansão da linha férrea dos trens que definiram a paisagem que se convencionou caracterizar como subúrbio,

pela distância em relação ao núcleo urbano central e a necessidade de constituir uma ordem mais ampla de serviços urbanos locais.

De todo modo, é interessante frisar que a abordagem da crônica ficcional da imprensa carioca tomou o bairro como medida da cidade, para afirmar uma leitura da história da cidade a partir do seu cotidiano prosaico que conduz a valorizar a experiência pessoal, identificando o desenvolvimento urbano pelas marcas afetivas que são impressas em cada cidadão, misturando o olhar crítico com o saudosismo lírico, formando a moldura de tom memorialístico peculiar. Pode-se dizer que essa abordagem da cidade encontra paralelo na música popular, seja no exemplo dos *três apitos* da fábrica, na canção de Noel Rosa, ou no hino *Do Leme ao Pontal* de Tim Maia, para não deixar de fazer menção ao *inverno no Leblon* em canção composta por Adriana Calcanhoto e Antonio Cícero.

Assim, o que cabe frisar é que a história dos bairros tradicionalmente tem um lugar no pensamento carioca que se afirmou na crônica jornalística da cidade, elaborada pela imprensa e próxima das letras de canções da música popular, sem ser acompanhada pela historiografia da cidade. Seguramente, o ponto de vista da crônica jornalística produzida a partir de meados do século XX constitui uma abordagem pessoal e afetiva da experiência urbana, que descreve e elabora criticamente a cidade. Pode-se dizer que se trata de uma forma mais próxima da crônica histórica estabelecida a partir de Joaquim Manoel de Macedo, que se consagrou nas primeiras décadas do século XX na crônica de Luiz Edmundo. Contudo, enquanto a crônica histórica tradicional opera na ordem da verossimilhança histórica por meio da caracterização de tipos e situações sociais do passado, a perspectiva da análise da cidade a partir da história dos bairros identificada com a crônica jornalística se instala justamente na época em que a historiografia buscou se renovar, sustentando-se na erudição aprofundada organizada pelo domínio das fontes e dos fatos, conquistando a objetividade que muitas vezes faltava à crônica histórica. Podemos imaginar que esse ponto de vista afastou a historiografia da história dos bairros.

Interessa sublinhar que é nesse ponto que o livro *A Casa Rosa do Leblon*, de Miridan Bugyja Britto Falci, afirma uma perspectiva inovadora para o estudo da história da cidade a partir do bairro.

Recebido em 23 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
ANO DE 2016

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

SESSÕES ORDINÁRIAS

Uma vez por mês, às segundas quintas-feiras, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro se reúne com os sócios e convidados. A sessão é aberta pela presidência e, em seguida, a segunda-secretária lê a ata da sessão anterior, as Efemérides cariocas, extraídas do livro de Roberto Macedo, e as Efemérides fluminenses, compiladas pelo confrade Olinio Coelho. Informes administrativos e culturais também são divulgados pela presidente.

Sessões

As sessões no ano de 2016 foram plenas todos os meses, comemorativas ou temáticas, onde sócios e convidados expuseram suas pesquisas e novos eleitos tomaram posse.

Março

Ata de Abertura do Ano Social de 2016

Iniciamos em 8 de março com a posse festiva da nova diretoria. A sessão foi presidida pela vice-presidente Esther Bertoletti, que deu posse e passou a presidência da sessão à nova presidente Neusa Fernandes, que, em seu discurso fez uma retrospectiva da história da cidade do Rio de Janeiro.

Abril

No mês de abril, dia 14, a sessão foi comemorativa do lançamento do livro *Efemérides Vassourenses*, de autoria de Marco Santos, Neusa Fernandes e Olinio Coelho. Foram apresentadas as seguintes palestras:

Efemérides: uma construção histórico-jornalística – primeiro-secretário do IHGRJ – Marco Aurélio Martins Santos.

Vassouras: presente – Olinio Gomes Paschoal Coelho.

Maio

No mês de maio, dia 12, realizou-se sessão comemorativa dos 80 anos do IBGE, uma bem-sucedida parceria com esta instituição exemplar. As palavras iniciais foram das presidentes das duas instituições: Neusa Fernandes e Wasmália Bivar. Em seguida, foram apresentadas as seguintes comunicações:

Odisseia da criação do IBGE, por Nelson Senra;

Teixeira de Freitas e Macedo Soares: Dois Pilares de um Templo chamado IBGE, por Marco Aurélio Martins Santos, primeiro-secretário do IHGRJ;

A Letra G do IBGE: A Saga da Geografia na Instituição, por Roberto Schmidt, de Almeida, tesoureiro do IHGRJ.

Junho

A sessão do mês de junho, dia 9, foi comemorativa do lançamento do livro *Dicionário Histórico do Vale do Paraiba Fluminense,* de autoria de Irenilda Cavalcanti, Neusa Fernandes e Roselene de Cássia Coelho Martins.

Foram apresentadas as seguintes palestras:

Introdução à elaboração do livro *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense* – Neusa Fernandes.

A História através do dicionário: uma apresentação do Vale do Paraíba Fluminense. Roselene de Cássia Coelho Martins. *Do leste proibido ao Vale do café. A mata protetora se torna o espaço sócioeconômico do Império brasileiro.* – Irenilda Cavalcanti.

A casa do meu avô – Cláudia Braga Gaspar

Agosto

No mês de agosto, em parceria com a Escola de Belas Artes, foi realizada a jornada comemorativa dos Duzentos Anos da Escola de Belas Artes, realizada na sessão ordinária de mês, dia 11, que se

iniciou às 14h, na sala da Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Contou com a presença de várias pesquisas sobre a Escola de Belas Artes, num total de cinco expositores que abordaram os temas:

CARLOS TERRA. *A Escola de Belas Artes e seus 200 anos: breve percurso histórico.*

IVAN COELHO DE SÁ – *Academia Imperial de Belas Artes e Metodologia de Ensino Artístico***.**

WILLIAM SEBA MALMANN BITTAR – *Rio de Janeiro: a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.*

FRANCISCO SALVADOR VERISSIMO – *A Linguagem Neoclássica no Brasil.*

Setembro

Os 80 ANOS DA RÁDIO NACIONAL foram o tema da sessão ordinária do mês de setembro, realizada no dia 8 de setembro de 2016, às 15h, na sala da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, (Cephas), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando foram apresentadas as seguintes comunicações:

DRA. LIA CALABRE – *A Vida em Capítulos: as radionovelas da Nacional.* A palestrante, diretora da Fundação Casa de Rui Barbosa, fez uma síntese de sua excelente tese de doutoramento que versou sobre o tema citado.

GERDAL DOS SANTOS – *Depoimento. Fase áurea da Rádio Nacional.*

O conhecido radioator, o mais antigo funcionário da Rádio Nacional, apresentou uma síntese cronológica da história da Rádio e alguns números de seu repertório, como ator, que muito agradaram ao público presente.

Outubro

No mês de outubro, no dia 13, na sala da Cephas do IHGB, a sessão foi relativa ao lançamento do livro *A Casa Rosa do Leblon*, de autoria de Miridan Britto Falci, com apresentação de *power point* e palestra. Realizada na sala da Comissão de Estudos e Pesquisas Histó-

ricas (Cephas), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contou com a exposição e apresentação de vídeo. Seguiu-se a apresentação da palestra de Paulo Knauss sobre os Bairros Cariocas, seus estudos, geográfico e históricos, seus cronistas e suas interpretações. A sessão foi seguida pelo lançamento do livro citado, no terraço, com um coquetel, oferecido pela autora.

Miridan Britto Falci – *A Casa Rosa do Leblon.*

Paulo Knauss de Mendonça – *O Leblon e a história dos bairros cariocas.*

Dezembro

No mês de dezembro, dia 8, foi realizada a sessão magna, sessão dedicada ao CENTENÁRIO DO PRIMEIRO SAMBA GRAVADO, na sala da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (Cephas) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foram apresentadas as seguintes pesquisas:

A Pequena África: a casa da Tia Ciata – Dra. Lucia Helena da Silva

Noel Rosa e Sinhô – José Nonato Duque Estrada

Minibiografia de Cartola – Dra. Neusa Fernandes

As palestras foram ilustradas pela cantora Áurea Martins, acompanhada do violonista Lucas Porto. Constou do seguinte repertório musical:

Pelo telefone – composição coletiva, registrada por Donga e Mauro de Almeida*;*

Jura – Sinhô; Se você jurar – Sinhô;

Feitio de Oração – Noel Rosa;

Último Desejo – Noel Rosa;

O Mundo é um Moinho – Cartola;

As Rosas não falam – Cartola.

Tendo-se procedido, no ano anterior, à renovação do Quadro Social, cinco novos Sócios Efetivos tomaram posse, em sessões solenes, a saber:

ATA DAS SESSÔES SOLENES DE POSSE

Julho

Em julho, dia 14, tomaram posse três novas sócias:

Marieta de Moraes Ferreira, doutora e historiadora do IFCS/ e FGV, tomou posse na cadeira 40, com saudação de Surama Conde;

Ana Maria da Silva Moura, doutora e historiadora do IFCS e UERJ tomou posse na cadeira 43 e;

Hildete Pereira Hermes de Araujo, doutora e historiadora e economista da UFF tomou posse na cadeira 46.

As duas últimas empossandas, Hildete e Ana Moura, foram saudadas por Miridan Britto Falci.

As empossandas, como de praxe, após o discurso de saudação, fizeram os seus discursos, assinaram o livro de posse, receberam os colares de seus afilhados e convidaram os presentes para um coquetel patrocinado por elas no terraço do IHGB.

Novembro

Em novembro, dia, 10 duas novas sócias recém-eleitas, Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, historiadora do Museu Imperial de Petrópolis, e atual diretora do Instituto Histórico de Petropolis, e Vera Cabana de Queiroz Andrade, historiadora e sócia do IHGB, tomaram posse no IHGRJ.

Ambas foram saudadas pela sócia emérita profa. Cybelle de Ipanema.

Parcerias

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro associou-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para a organização da sessão comemorativa dos 80 anos do IBGE, realizada no mês de maio.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro associou-se à Escola Nacional de Belas Artes, na organização da jornada comemorativa do bicentenário da citada Escola, realizada no mês de agosto.

Frequência das sessões

As sessões do IHGRJ foram bastante concorridas, registradas, no Livro de Presenças, de março a dezembro, 367 assinaturas.

Doações:

Carlos Wehrs que doou o livro de sua autoria, *Niteroi, cidade sorriso* à biblioteca do IHGRJ.

Nelson de Castro Senra doou o livro de sua autoria *Teixeira Freitas e a criação do IBGE. Correspondência de um homem singular e plural* à biblioteca do IHGRJ.

Paulo Knauss de Mendonça doou à biblioteca do IHGRJ o livro *Nos Tempos da Guanabara uma história visual*, que coordenou, e mais os livros *Tão importante Tão esquecido: o Bairro da Misericórdia, e Os Vice-Reis no Rio de Janeiro*, produzidos pela equipe do Museu Histórico Nacional.

Cybelle de Ipanema doou ao IHGRJ três exemplares do seu **livro sobre a Ilha do Governador** para serem vendidos em benefício dos IHGRJ.

Neusa Fernandes doou um exemplar do seu livro *Eufrásia e Nabuco*, e cinco exemplares do seu livro *Efemérides Vassourenses*, coautoria com Marco Santos e Olinio Coelho, para serem vendidos em benefício do IHGRJ.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Edição da Revista do IHGRJ, ano 22, nº 22 de 2015 (ISSN 1519 5678)

Concluído o décimo quinto número da Revista IHGRJ, ano 2015,. À diretoria cumpriu a sua meta de distribuição e divulgação, distribuindo para todos os sócios e a todos os Institutos Históricos do país, além de várias instituições culturais.

O décimo sexto número que deverá sair até o segundo semestre do corrente ano, está em fase de organização por Miridan Britto Falci .e Paulo Knauss .

NOTAS DE FALECIMENTO

Registramos com pesar o falecimento, em novembro, do atuante sócio efetivo Salvador da Mata e Silva, cuja vida e realizações está contida na Revista n.23de 2016, feito por Cybelle de Ipanema.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO SOCIAL
1º de janeiro de 2016

SÓCIOS EFETIVOS (por ordem alfanumérica)

		Patronos
01	Alex Nicolaeff	23
02	Angela Ancora da Luz	12
03	Arno Wehling	48
04	Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.	37
05	Cláudio Moreira Bento	13
06	Eliana Rezende Furtado de Mendonça	14
07	Esther Caldas Bertoletti	45
08	Fernando Tasso Fragoso Pires	18
09	Francisco de Vasconcellos	44
10	Guilherme de Andréa Frota	20
11	Jaime Antunes da Silva	21
12	João Maurício de Araújo Pinho	49
13	José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros	7
14	Lucia Helena Pereira da Silva	22
15	Lucia Maria Paschoal Guimarães	24
16	Marco Aurélio Martins Santos	36
17	Marcus Antônio Monteiro Nogueira	35
18	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	47
19	Maria de Lourdes Viana Lyra	30
20	Mary Lucy Murray del Priore	25
21	Nelson de Castro Senra	38
22	Neusa Fernandes	6
23	Ney Oscar Ribeiro de Carvalho	11
24	Olinio Gomes Paschoal Coelho	32

25	Ondemar Ferreira Dias Júnior	17
26	Paulo Knauss de Mendonça	5
27	Rachel Esther Figner Sisson	16
28	Roberto Guião de Souza Lima	9
29	Roberto Schmidt de Almeida	28
30	Rogéria Moreira de Ipanema	10
31	Salvador Mata e Silva (†)	39
32	Stelio Emmanuel de Alencar Roxo	29
33	Stella Leonardos	26
34	Surama Conde Sá Pinto	8
35	Vera Lúcia Bottrel Tostes	1
36	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	2

CADEIRAS E PATRONOS (por ordem numérica)

Cadeiras

1 Júlio Afrânio Peixoto
2 Alberto Frederico de Morais Lamego
3 Manuel Tomás Alves Nogueira
4 José de Anchieta
5 Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo
6 Ariosto Espinheira
7 Baltazar da Silva Lisboa
8 José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco
9 José Barbosa Rodrigues
10 Basílio de Magalhães
11 Batista Caetano de Almeida Nogueira
12 Benevenuto Berna
13 João Capistrano de Abreu
14 João da Costa Ferreira
15 D. Pedro II
16 Luís Gastão d'Escrangnolle Dória
17 Everardo Bachheuser
18 Augusto Fausto de Souza
19 Felisbello Firmo de Oliveira Freire
20 Frei José Mariano da Conceição Veloso
21 Frei Vicente do Salvador

22 Frederico Hermeto Pereira Lima
23 Cónego Januário da Cunha Barbosa
24 João Batista Ribeiro de Andrade
25 Joaquim Manuel de Macedo
26 Joaquim Norberto de Souza Silva
27 José Cândido Guilhobel
28 Luís Gonçalves dos Santos
29 Armando Magalhães Correia
30 Max Fleiuss
31 Alexandre José de Melo Morais
32 Alexandre José de Melo Morais Filho
33 Cândido Mendes de Almeida
34 Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo
35 Manuel Duarte Moreira de Azevedo
36 Alfredo Moreira Pinto
37 Manuel da Nóbrega
38 Francisco Agenor de Noronha Santos
39 Olavo Freire
40 Manuel de Oliveira Lima
41 Otelo de Souza
42 João Pandiá Calógeras
43 Benjamim Franklin de Ramiz Galvão
44 José Francisco da Rocha Pombo
45 Rodolfo Augusto Amorim Garcia
46 Edgar Roquette Pinto
47 Teodoro Fernandes Sampaio
48 Francisco Adolfo de Varnhagen, visc. de Porto Seguro
49 José Vieira Fazenda
50 Virgílio dos Reis Várzea

SÓCIOS BENEMÉRITOS

01 Carlos Wehrs
02 Cybelle Moreira de Ipanema
03 Miridan Britto Falci

SÓCIOS EMÉRITOS

01 Luiz de Castro Souza (†)

SÓCIOS HONORÁRIOS

01 Guarany Nunes de Carvalho

SÓCIOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS
(por unidade da federação)

ALAGOAS (IHGAL)
01 Jayme Lustosa de Altavila

AMAZONAS (IGHA)
02 José Geraldo Xavier dos Anjos

BAHIA (IGHB)
03 Consuelo Pondé de Sena

CEARÁ (Instituto do Ceará)
04 José Augusto Bezerra

DISTRITO FEDERAL (IHGDF)
05 Adirson Vasconcelos
06 Affonso Heliodoro dos Santos

ESPÍRITO SANTO (IHGES)
07 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
08 Getúlio Marcos Pereira Neves

GOIÁS (IHGG)
09 Aidenor Aires
10 José Mendonça Teles

MARANHÃO (IHGM)
11 Telma Bonifácio Reinaldo dos Santos

MINAS GERAIS (IHGMG)
12 Francisco Augusto Xavier Brandão
13 Celso Falabella Figueiredo Castro

PARANÁ (IHGPR)
14 Ernani Costa Straube

PERNAMBUCO (IAHGP)

15 George Félix Cabral de Souza
16 Reinaldo José carneiro Leão

Piauí

17 José Elmar de Mello Carvalho

RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)

18 Jurandyr Navarro da Costa

RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

19 Luis Alberto Cibilis
20 Miguel Frederico do Espírito Santo

SÃO PAULO (IHGSP)

21 Adilson Cezar
22 Geraldo Barbosa Tomanik
23 Hernâni Donato
24 Nelly Martins Ferreira Candeias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ITÁLIA

01 Giulio Sanmartini

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
(por unidade da federação)

01 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
02 Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
03 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
04 Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
05 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
06 Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)
07 Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
08 Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
09 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
10 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)
11 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
12 Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
13 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
14 Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

15 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
16 Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
20 Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO)
21 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
22 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
23 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADORES

Afonso Várzea

"Almirante" (Henrique Foreis Domingues)

Antonio Carneiro Leão

Ariosto Berna

Augusto Maurício Queirós Ferreira

Douglas Sidney Amora Levier

Eduardo Tourinho

João Batista de Matos

Manuel Paulo Teles de Matos Filho

Mário da Veiga Cabral

Nelson Costa

Odorico Pires Pinto

Pedro Calmon Monis de Bittencourt

Sílvio Salema Garção Ribeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os textos deverão ser entregues em uma cópia impressa em formato A4, no endereço do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
2. Os arquivos devem ser salvos na extensão "doc" ou "rtf", digitados em programa de editor de texto no padrão Microsoft Office Word, edição 98 ou superior.
3. Utilizar a Fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e alinhamento justificado.
4. Os textos devem conter no máximo 15 (quinze) laudas (ou até 35.000 caracteres com espaços).
5. Os textos devem começar na altura da 8ª linha da página depois da linha do autor, de forma contínua, sem pular nenhuma linha e não deverão conter tabulação, colunas e separação de sílabas hifenizadas.
6. Somente os parágrafos devem iniciar-se com 1,5 cm de recuo.
7. Margens: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
8. As páginas devem ser numeradas, com exceção da primeira, na margem superior direita.
9. O título do trabalho deve ser apresentado em letra maiúscula, negrito e centrado, na primeira linha da página. Quando houver subtítulo, este deve ser em letra minúscula, separado do título por dois pontos, (ex. TÍTULO: subtítulo)
10. A autoria deve vir abaixo do título, em itálico, separado por uma linha em branco, alinhado pela direita e acompanhado da nota de rodapé – número 1 (um). Nesta nota, deve conter a titulação máxima do autor, mais 1 (uma) informação sobre o cargo ou função que exerça em uma instituição em que trabalhe ou a que pertença. Se o autor for sócio do IHGRJ, incluir ainda no fim, antecedido por vírgula, a categoria: Sócio Efetivo, Emérito, Correspondente... do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.
11. As notas devem vir no rodapé, na fonte Times New Roman, em corpo 10 e espaçamento simples. Devem ter apenas o caráter explicativo/complementar e ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais. (Ex.: 1,2, 3 etc.)

12. Evitar palavras, expressões ou frases em itálico, negrito ou sublinhado.
13. As palavras estrangeiras devem vir obrigatoriamente em itálico.
14. Caso o trabalho contenha imagens, estas deverão ser escaneadas em 300 "dpi" no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato aproximadamente, de no máximo 8 x 8 cm, contendo legenda e fonte, e na quantidade máxima de 5 (cinco) imagens, inseridas no próprio documento, na posição correta, como também reunidas em arquivo separado.
15. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto.
16. As citações até 3 (três) linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses, o último sobrenome do autor em letras maiúsculas, o ano de publicação e o número da página ou das páginas, antecedido da letra p. : (SOBRENOME, ano: p. número da página).
17. As citações a partir de 4 (quatro) linhas devem estar em fonte Times New Roman, corpo 10, itálico, espaço simples, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências das mesmas devem constar no final do texto recuado, entre parênteses, como no exemplo acima.
18. As Fontes e as Referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, precedidas da palavra correspondente em negrito (ex.: Fontes (em primeiro, quando houver, e Referências bibliográficas) e deverão respeitar as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor, como nos exemplos:

. Livro no todo:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo em normal (quando houver). Cidade: Editora, ano.

Quando se tratar de segunda ou mais edições, referendar depois do título (ex.: 2 ed., 3 ed.).

. Capítulo em livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: Título da obra em itálico. Cidade: Editora, ano. p. .... - ..... .

. Artigo em revista:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título da revista. Cidade: Editora, a., v. , n. , p. ..... - ....., data/ano. (quando for o caso de trimestre ou bimestre, abreviar os meses (exemplo: jul./set. 2009.)

. Artigo em jornal:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do jornal. Cidade, nome do caderno ou coluna (quando houver), p. ... - ..., data. (exemplo: 5 jan. 2009).

19. Após as Referências bibliográficas, que encerram os textos, incluir, no alinhamento justificado, Resumo e Abstract ou Resumé ou Resumen com até 6 (seis) linhas cada, acompanhados de 3 (três) Palavras-chave e 3 (três) Keywords ou Mots-clés ou Palabras-clave respectivamente, separados por ponto e vírgula. Exemplo:

Resumo

(texto)
Palavras-chave: ..... ; ..... ;.....

Abstract ou Resumé ou Resumen
(texto)
Keywords ou mots-clés ou palabras-clave: ..... ; ..... ;.....

O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas estabelecidas ou que não correspondam aos objetivos e interesses da Revista.

Os trabalhos não aceitos pelo Conselho Editorial deverão ser retirados na Instituição com agendamento prévio pelo e-mail: ihgrj@ ihgrj.org.br

Os textos devem ser entregues ou remetidos para:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
Miridan Britto Falci (Editora)
Av. Augusto Severo, n. 8 – 12° andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

Capa: Rogéria de Ipanema
Diagramação: Leandro S. Lima

NOVA
Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A impressão da nova fase da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* é realizada pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria iniciada pela publicação do número 17, do ano de 2010.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

Textos de:

Adelto Gonçalves

Ana Arruda Callado

Angelo Ferreira Monteiro

Carlos Eduardo de Almeida Barata

Carlos Frederico Marques da Silva

Cybelle de Ipanema

Hildete Pereira de Melo

João Carlos Nara Júnior

Magaly Oberlaender

Marco Santos

Maria de Fátima Moraes Argon

Marieta de Moraes Ferreira

Miridan Britto Falci

Nelson de Castro Senra

Neusa Fernandes

Paulo Carneiro da Cunha

Paulo Knauss

Roselene de Cássia Coelho Martins

Sebastião Deister

Surama Sá Pinto

Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade

NOVA
Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678
9 771519 567001